PROJETO PEDAGOGICO DO CURSO BACHAREL ADMINISTRAÇÃO

FAMETRO
CENTRO UNIVERSITÁRIO

FAMETRO
CENTRO UNIVERSITÁRIO

Wellington Lins de Albuquerque

Maria do Carmo Seffair Lins de Albuquerque

Wellington Lins de Albuquerque Júnior

Leandro Seffair Lins de Albuquerque

COMISSÃO PRÓRIA DE AVALIAÇÃO 2023

Me. Luciano de Pinho Martins - Presidente
Me. Valdir Pavanelo Junior - Representante Docente
Meyer Alberto Abecassis Neto - Representante Técnico Administrativo
Barbara S. de Castro de Abreu - Representante Discente
Sebastião Robson da Silva - Representante da Sociedade Civil Organizada

PRESIDENTE
Wellington Lins de Albuquerque

REITORA
Dra. Maria do Carmo Seffair Lins de Albuquerque

PRÓ-REITORA ACADÊMICA
Dra. Cinara da Silva Cardoso

DIRETOR ADMINISTRATIVO
Me. Wellington Lins de Albuquerque Junior

DIRETOR FINANCEIRO
Me. Leandro Seffair Lins de Albuquerque

PROCURADORA INSTITUCIONAL
Dra. Alexandra Priscilla Tregue Costa

COORDENAÇÃO DE ENSINO
Dra. Kelen Priscila Oliveira Buraslan Marcião
Esp. Diego Rafael Cunha Cavalcante

COORDENADORA DE PESQUISA E EXTENSÃO
Me. Suelânia Cristina Gonzaga de Figueiredo

COORDENADOR DO CURSO EM ADMINISTRAÇÃO
Me. José Roberto Lira Pinto Junior

SUMÁRIO

1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA IES 10
1.1 NOME DA MANTENEDORA 10
1.2 NOME E BASE LEGAL DA MANTIDA 11
1.3 PERFIL E MISSÃO DA MANTIDA 13
1.4 DADOS SOCIOECONÔMICO E SOCIOAMBIENTAIS DA REGIÃO 13
2. SÍNTESE DA IES 14
2.1 BREVE HISTÓRICO DA MANTENEDORA 14
2.2 HISTÓRICO, PERFIL E MISSÃO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO 15
3. ORGANOGRAMA 29
4. CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO 29
4.1 NOME DO CURSO E MODALIDADE DE OFERTA 29
4.2 RELATO DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO/IMPLANTAÇÃO/CONSOLIDAÇÃO DO PPC 29
4.3 ENDEREÇO DE FUNCIONAMENTO DO CURSO 30
4.4 ATOS LEGAIS DO CURSO E DATA DA PUBLICAÇÃO (AUTORIZAÇÃO/RECONHECIMENTO/RENOVAÇÃO) 30
4.5 CONCEITOS DO CURSO (CC, CPC, ENADE) 31
4.6 NÚMERO DE VAGAS DO CURSO E TURNOS DE FUNCIONAMENTOS 31
4.7 CARGA HORARIA TOTAL DO CURSO E TEMPO MÍNIMO E MÁXIMO DE INTEGRALIZAÇÃO 31
4.8 PROTOCOLO DE COMPROMISSO OU TERMO DE SANEAMENTO DE DEFICIÊNCIA, MEDIDAS CAUTELARES, TERMOS DE SUPERVISÃO 31
4.9 PERFIL DO COORDENADOR 31
4.9.1 Nome, formação, titulação, tempo de experiência dentro e fora do magistério 31
4.10 TEMPO MÉDIO DE PERMANÊNCIA DO NDE 31
4.11 TEMPO MÉDIO DE PERMANÊNCIA DO COLEGIADO 32
4.12 DISCIPLINAS EM LÍNGUA ESTRANGEIRA 32
4.13 CONVÊNIO 33
4.14 QUANTITATIVO ANUAL DO CORPO DISCENTE, DESDE O ÚLTIMO ATO AUTORIZATIVO (INGRESSANTES MATRICULADOS EM TCC, PARTICIPANTES DE PROJETOS DE PESQUISA POR ANO, PARTICIPANTES EM PROJETOS DE EXTENSÃO POR ANO, PARTICIPANTES DE FINANCIAMENTO POR ANO 33
4.15 Justificativa para a criação do curso e número de IES que ofertam o curso no Município 33
4.15.1 Demandas de Natureza Econômica 34
4.15.2 Demandas de Natureza Social 38
4.15.3 Demandas Culturais 45
4.15.4 Demandas Políticas de Saúde 47
4.15.5 Demandas de Natureza Ambiental 49
4. 16 NÚMERO DE IES QUE OFERTAM O CURSO NO MUNICÍPIO 50
DIMENSÃO 1 - ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA 51
1.1 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO 51
1.1.1 Política de Ensino 51
1.1.2 Núcleos de apoio ao ensino 53
1.1.3 Programas de Ensino 54
1.1.4 Ações de Ensino 55
1.1.5 Sistemática de atualização de currículos e novas competências 57
1.1.6 Política de Pesquisa 66
1.1.7 Programas de Pesquisa 66
1.1.8 Ações acadêmico administrativas para a pesquisa, iniciação científica, inovação tecnológica 68
1.1.9 Política de Extensão e Responsabilidade Social 69
1.1.10 A indissociabilidade entre as Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão 70
1.1.11 Programas de Extensão 71
1.1.12 Política Ambiental 73
1.1.13 Política de Direitos Humanos 75

.

1.1.14 Política de Internacionalização e Mobilidade Acadêmica..... 76
1.1.15 Programa de Internacionalização e Mobilidade Acadêmica.....77
1.1.16 Políticas Institucionais e Ações de Estímulo Relacionadas à Difusão das Produções Acadêmicas: Científica, Didático-Pedagógico, Tecnológica, Artística e Cultural..... 78
1.1.17 Políticas de Estímulo à Participação em Eventos..... 79
1.1.18 Política de Acompanhamento de Egressos.....80
1.1.19 PAPEERI – Programa de Articulação, Ensino, Pesquisa, Extensão e Responsabilidade Social.....82
1.1.20 Projeto do PAPEERI do curso..... 84
1.1.21 Projetos Interdisciplinares do Curso..... 85
1.1.22 Projetos Transversais do Curso..... 86
1.1. 23 Projetos de Iniciação Científica e Tecnológica previstos para o curso.....88
1.1.24 Projeto de Inovação Pedagógica do Curso..... 88
1.1.25 Projetos de Extensão previstos para os primeiros anos do curso.....89
1.1.26 Projetos de Atividades Complementares do Curso.....90
1.1.27 Projetos de Atividades Extracurriculares do Curso..... 91
1.1.28 Projeto de Atividades Artísticas Culturais do Curso.....91
1.1.29 Práticas Exitosas ou Inovadoras do Curso.....92
1.1.30 Projetos de Responsabilidade Social do Curso.....92
1.2 OBJETIVOS DO CURSO..... 93
1.3 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO..... 95
1.3.1 PERFIL DO EGRESSO EM CONSONÂNCIA COM AS DCNS.....**.**
1.3.2 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES GERAIS.....95
1.3.3 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES ESPECÍFICAS..... 95
1 3.44 PLANEJAMENTO PARA AMPLIAÇÃO DO PERFIL DO EGRESSO PARA O MUNDO DO TRABALHO97
1.4 ESTRUTURA CURRICULAR (LIBRAS- OBRIGATÓRIA PARA LICENCIATURAS E FONOAUDIOLOGIA) 99
1.4.1 ELEMENTOS INOVADORES DA ESTRUTURA CURRICULAR..... 101
1.4.2 POLÍTICAS DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU..... 102
1.4.3 POLÍTICAS DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU..... 104
1.4.4 MATRIZ CURRICULAR COM QUADRO DE OPTATIVAS E QUADRO RESUMO DO CURSO.....105
1.4.5 EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIAS DAS DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS E OPTATIVAS..... 107
1.5 CONTEÚDO CURRICULARES.....131
1.5.1 RELAÇÃO DAS DISCIPLINAS DA MATRIZ COM OS CONTEÚDOS CURRICULARES EXIGIDOS NAS DCNS 132
1.6 METODOLOGIA..... 134
1.6.1 Metodologia de Ensino de Educação a Distância e sua Acessibilidade.....135
1.6.2 Metodologia das Atividades Presenciais Obrigatórias.....140
1.6.3 Metodologia das Atividades Interdisciplinares..... 147
1.6.4 Metodologia das Atividades Transversais de Educação Ambiental e Educação Étnico Racial.....148
1.6.5 Metodologia da Educação para os Direitos Humanos.....150
1.6.6 Metodologia da Articulação do Ensino, Pesquisa e Extensão..... 152
1.6.7 Metodologia de Avaliação do ensino Aprendizagem..... 154
1.7 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO..... 155
1.8 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO – RELAÇÃO COM A REDE DE ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA..... 156
1.9 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO – RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA..... 156
1.10 ATIVIDADES COMPLEMENTARES..... 157
1.10.1 Carga Horária das Atividades Complementares do Curso.....157
1.10.2 Forma de Aproveitamento das Atividades Complementares..... 157
1.10.3 ADERÊNCIA DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES À FORMAÇÃO GERAL E ESPECÍFICA DO DISCENTE..... 159
1.10.4 MECANISMOS INOVADORES NA REGULAÇÃO, GESTÃO E APROVEITAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES.....160
1.10.5 REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES.....162
1.11 TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)..... 169
1.12 APOIO AO DISCENTE..... 169

.

1.12.1 Acolhimento ao Ingressante....170
1.12.2 Controle de Evasão....171
1.12.3 Acessibilidade Metodológica e Instrumental....171
1.12.4 Intermediação e Acompanhamento do Estágio Não Obrigatório....173
1.12.5 Apoio psicopedagógico e de acessibilidade- NAPA....173
1.12.6 Nivelamento....174
1.12.7 Representatividade Discente e Diretório Acadêmico....174
1.12.8 INTERNACIONALIZAÇÃO E MOBILIDADE ACADÊMICA....174
1.12.9 AÇÕES INOVADORAS....175
1.12.9.1 Projeto de Formação de Líderes e Formação de Empreendedores....175
1.12.9.2 Conecta Mundo....175
1.12.9.3 Workshop de Empregabilidade....177
1.12.9.4 Monitoria....178
1.13 GESTÃO DO CURSO E AS AÇÕES DECORRENTES DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA DO CURSO....178
1.13.1 Objetivos do Processo de Auto Avaliação Institucional e de Curso....180
1.13.2 Planejamento da Avaliação Institucional e do Curso....180
1.13.3 Relatório Analítico do Resultado da Avaliação de Curso....184
1.13.4 Plano de Acadêmico Administrativo de Gestão do Curso....185
1.13.5 Plano de Ação de Melhoria de Gestão Institucional....187
1.13.6 Divulgação dos Resultados para a Comunidade a Acadêmica....188
1.14 ATIVIDADES DE TUTORIA....188
1.14.1 Mediação Pedagógica junto aos Discentes em Momentos Online....190
1.14.2 Mediação Pedagógica em Momento Presencial....191
1.14.3 Domínio de Conteúdo, de Recursos e dos Materiais Didáticos....192
1.14.4 Acompanhamento dos Discentes no Processo Formativo....194
1.14.5 Planejamento de Avaliação Periódica por Estudantes e Equipe Pedagógica do Curso e Ações Corretivas e de Aperfeiçoamento das Atividades Futuras....195
1.14.6 Atividades Presenciais Obrigatórias....196
1.15 CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES NECESSÁRIAS ÀS ATIVIDADES DE TUTORIA....196
1.15.1 Adequação dos Conhecimentos, Habilidades e Atitudes dos Tutores para as Ações Alinhados ao PPC, às Demandas Comunicacionais e às Tecnologias Previstas para o Curso 196
1.15.2 Planejamento de Avaliações Periódicas de Identificação de Necessidade de Capacitação de Tutores....197
1.15.3 Apoio Institucional para Adoção de Práticas Criativas e Inovadoras para Permanência e Êxito dos Discentes....199
1.16 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM 199
1.16.1 TICs Planejadas para o Processo de Ensino Aprendizagem....199
1.16.2 Viabilização Acessibilidade Digital e Comunicacional por meio das TICs....199
1.16.3 Interatividades entre Discente, Docentes e Tutores e Acesso a Materiais e Recursos Didáticos por meio das TICs a quaisquer horas e lugar....200
1.16.4 Experiências Diferenciadas de Aprendizagem Baseadas no uso das TICs....200
1.17 AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM – AVA....201
1.17.1 Materiais, Recursos e Tecnologias do AVA para a Cooperação e Reflexão sobre Conteúdos entre Tutores, Discentes e Docentes....201
1.17.2 Acessibilidade Metodológica, Instrumental e Comunicacional no AVA....202
1.17.3 Avaliação Periódica do AVA documentadas e Ações de Melhoria Contínua....203
1.18 MATERIAL DIDÁTICO INSTITUCIONAL....203
1.18.1 Planejamento da Elaboração e Validação pela Equipe Multidisciplinar do EAD do Material Didático das Disciplinas EAD, em termos de Abrangência, Coerência, Acessibilidade Adequação de Bibliografia, Linguagem Inclusiva e Recursos Inovadores. 203
1.19 PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM....204
1.19.1 Atendimento do Acompanhamento e de Avaliação para a Concepção do Curso....204
1.19.2 Avaliação do Ensino Aprendizagem e Autonomia Discente....206

.

1.19.3 Avaliação Diagnóstica....207
1.19.4 Avaliação Formativa....207
1.19.5 Avaliação Somativa....207
1.19.6 Disponibilização dos Resultados das Avaliações de Ensino Aprendizagem....208
1.19.7 Planejamento de Ações para Melhoria da Aprendizagem....209
1.20 NÚMERO DE VAGAS E FORMAS DE ACESSO AO CURSO....210
1.20.1 Número de Vagas Pleiteado....210
1.20.2 Estudo Qualitativo e Quantitativo de Adequação do Número de Vagas e Adequação à Dimensão do Corpo Docente e à Infraestrutura Física e Tecnológica....210
1.20.3 Formas de Acesso ao Curso....212
1.20.4 Do Processo Seletivo....213
1.20.5 Da Transferência Externa....213
1.20.6 Transferência ex officio....214
1.20.7 Do Portador de Diploma de Curso Superior....215
1.20.8 Da Reopção....215
1.20.9 Do Enem....215
1.20.10 Matrícula....216
1.21 INTEGRAÇÃO COM AS REDES PÚBLICAS DE ENSINO (LICENCIATURAS)....216
1.21.1 Convênios e ações previstas para integração com a rede pública de ensino....216
1.21.2 Ações e uso de tecnologias educacionais de desenvolvimento, testagem, execução e avaliação de estratégias didático-pedagógicas....217
1.21.3 Forma de documentação das experiências na rede pública de ensino....217
1.21.4 Resultados esperados/atingidos para discentes e para rede pública de escolas de educação básica....217
1.21.5 Planejamento/execução de ações inovadoras na integração com a rede pública de escolas de educação básica....217
1.22 INTEGRAÇÃO DO CURSO COM O SISTEMA LOCAL E REGIONAL DE SAÚDE – SUS 217
1.22.1 Convênios e Integração com o Sistema Local e Regional de Saúde....217
1.22.2 Formação Discentes em Serviço e sua Inserção em Equipes Multidisciplinares e Multiprofissionais nos Diferentes Cenários do Sistema e Diferentes Níveis de Complexidade 217
1.23 ATIVIDADES PRÁTICAS DE ENSINO PARA ÁREAS DE SAÚDE....217
1.23.1 Atividades Práticas de Ensino da Saúde em Conformidade com as DCNs....217
1.23.2 Regulação para a Orientação, Supervisão e Responsabilidade Docentes para a Inserção nos Cenários do SUS e Outros Ambientes Profissionais....217
1.23.3 Desenvolvimento de Competências Específicas da Profissão relacionadas ao Contexto de Saúde da Região....217
1.24 ATIVIDADES PRÁTICAS DE ENSINO PARA LICENCIATURAS....218
1.24.1 Relação das atividades práticas de ensino da licenciatura com as DCNs da Educação Básica, da formação de formação de professores e da área de conhecimento da licenciatura....218
1.24.2 Distribuição das Atividades Práticas de Ensino para a Licenciatura Relacionando Teoria e Prática de Forma Reflexiva ao Longo de Todo o Curso....218
DIMENSÃO 2: CORPO DOCENTE E TUTORIAL....218
2.1 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE....218
2.1.1 Composição do NDE....219
2.1.2 Atribuições do NDE....219
2.1.3 Planejamento dos Estudos e Avaliação Periódica o PPC pelo NDE....219
2.2 EQUIPE MULTIDISCIPLINAR....221
2.2.1 Plano de ação da equipe multidisciplinar e processos de trabalho formalizados....224
2.2.2 Atuação da equipe multidisciplinar e processos de trabalho formalizados....225
2.3 ATUAÇÃO DO COORDENADOR....226
2.3.1 Relação do Coordenador com Docentes, Discentes, Tutores....227
2.3.2 Representatividade do Coordenador nos Colegiados Superiores....227
2.3.3 Plano Acadêmico Administrativo de Gestão do Curso sua Documentação e Compartilhamento....227

.

2.3.4 Indicadores de Desempenho do Coordenador e sua Publicização.....230
2.3.5 Planejamento da Administração do Corpo Docente..... 232
2.4 REGIME DE TRABALHO DO COORDENADOR DO CURSO.....232
2.4.1 Atribuições do Coordenador de Curso..... 232
2.4.2 Relação do Coordenador com Docentes, Discentes, Tutores..... 233
2.4.3 Representatividade do Coordenador nos Colegiados Superiores.....234
2.4.4 Plano Acadêmico Administrativo de Gestão do Curso sua Documentação e Compartilhamento.....234
2.4.5 Indicadores de Desempenho do Coordenador e sua Publicização.....237
2.4.6 Planejamento da Administração do Corpo Docente..... 239
2.5 CORPO DOCENTE: TITULAÇÃO.....239
2.5.1 Relação do Corpo com a Respectiva Titulação.....240
2.5.2 Relação da titulação dos docentes com seu desempenho em sala de aula, capacidade de analisar conteúdos curriculares e fomentar o raciocínio crítico e relevância para atuação profissional e acadêmica.....240
2.6 REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE DO CURSO..... 240
2.6.1 Relação do Corpo Docente com o Respectivo Regime de Trabalho.....240
2.6.2 Atribuição dos Docentes e Forma de Registro das Atribuições Individuais Considerando a Carga Horária por Atividade.....241
2.7 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO DOCENTE.....241
2.7.1 Relação do corpo docente com as respectivas experiências profissionais FORA do magistério superior.....241
2.7.2 Relação da experiência do corpo docente previsto e seu desempenho fora do magistério superior.....241
2.8 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA..... 241
2.8.1 Estudo que Demonstra e justifica a Relação entre a Experiência no Exercício da Educação Básica do Corpo Docente..... 241
2.9 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO DOCENTE NA DOCÊNCIA SUPERIOR..... 242
2.9.1 Relação do Corpo Docente com as Respectivas Experiências no Magistério Superior 242
2.10 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA..... 242
2.10.1 Estudo que Demonstra e Justifica a Relação entre a Experiência no Exercício da Docência na Educação a Distância do Corpo Docente e seu Desempenho na Identificação das Dificuldades de Aprendizagem, Contextualização dos Conteúdos, Avaliação diagnóstica, formativa e somativa, Liderança e Produção reconhecida..... 242
2.11 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA TUTORIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.....245
2.11.1 Relação da experiência no exercício da tutoria na educação à distância do corpo tutorial e a capacidade de fornecer suporte às atividades dos docentes, realizar mediação pedagógica, relacionar-se com docentes, incrementar processos de ensino aprendizagem, orientar e sugerir atividades e leituras complementares..... 245
2.12 ATUAÇÃO DO COLEGIADO DE CURSO.....246
2.12.1 Institucionalização do Colegiado com Representatividade dos Segmentos e Periodicidade e Registro das Reuniões..... 247
2.12.2 Fluxo para Encaminhamentos das Decisões, Encaminhamento e Execução..... 248
2.12.3 Avaliação Periódica do Desempenho das Decisões Colegiadas para Implementação ou Ajuste de Práticas de Gestão..... 248
2.13 TITULAÇÃO E FORMAÇÃO DO CORPO DE TUTORES DO CURSO.....248
2.13.1 Demonstração que todos os Tutores são Graduados na Área da Disciplina e da Titulação da sua Maioria.....248
2.14 EXPERIÊNCIA DO CORPO DE TUTORES EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.....249
2.14.1 Estudos que Demonstra e Justifica a Relação entre a Experiência dos Tutores em Educação a Distância e seu Desempenho na Identificação de Dificuldades de Aprendizagem, Exposição do Conteúdo em Linguagem Aderente, Contextualização dos Conteúdos, Adoção de Práticas Exitosas e Inovadoras.....249
2.15 INTERAÇÃO ENTRE TUTORES, DOCENTES E COORDENADOR DE CURSO.....250
2.15.1 Planejamento da Interação entre Tutores, Docentes e Coordenador de Curso 252
2.15.2 Avaliação Periódica para Incremento na Interação entre os Interlocutores..... 252

.

2.16 PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OU TECNOLÓGICA 253
2.16.1 Relação do Corpo Docente Previsto e suas Respectivas Produções 253
DIMENSÃO 3: INFRAESTRUTURA 253
3.1 ESPAÇO DE TRABALHO PARA DOCENTES EM TEMPO INTEGRAL 253
3.2 ESPAÇO DE TRABALHO PARA O COORDENADOR 254
3.3 SALA COLETIVA DE PROFESSORES 254
3.4 SALAS DE AULA 254
3.5 ACESSO DOS ALUNOS AOS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA 254
3.6 BIBLIOGRAFIA BÁSICA POR UNIDADE CURRICULAR 255
3.7 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR POR UNIDADE CURRICULAR 255
3.8 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO BÁSICA 256
3.8.1 Laboratórios Básicos do 1º Ano do Curso (CST) ou 1º e 2º Ano (Bacharelados e Licenciatura) 258
3.8.2 NORMAS DE FUNCIONAMENTO, UTILIZAÇÃO E SEGURANÇA EM CASO DE AULA PRESENCIAL . 258
3.9 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA 264
3.9.1 Laboratórios Especializados do 1º Ano do Curso (CST) ou 1º e 2º Ano (Bacharelados e Licenciatura) 264
3.9.2 Normas de Funcionamento, Utilização e Segurança 264
3.10 LABORATÓRIOS DE ENSINO PARA A ÁREA DE SAÚDE 264
3.10.1 Laboratório Específicos e Multidisciplinares em Conformidade com as DCNs 264
3.11 LABORATÓRIOS DE HABILIDADES 265
3.11.1 Laboratório de Habilidades da Atividade Médica ou de Saúde 265
3.11.2 Capacitação dos Discentes nas Diversas Competências nas Diferentes Fazes do Curso 265
3.12 UNIDADES HOSPITALARES E COMPLEXO ASSISTENCIAL CONVENIADOS 265
3.12.1 Unidades Hospitalares Conveniadas em Condições para a Formação dos Estudantes 265
3.12.2 Sistema de Referência e Contrarreferência 265
3.12.3 Práticas Interdisciplinares e Interprofissionais na Atenção à Saúde 265
3.13 BIOTÉRIOS 265
3.14 PROCESSO DE CONTROLE DE PRODUÇÃO OU DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO 265
3.14.1 MATERIAL DIDÁTICO PARA USO NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA ..... **ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.**
3.14.2 Processo de Validação do Material didático pelo nead 267
3.15 NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS: ATIVIDADES BÁSICAS E ARBITRAGEM, NEGOCIAÇÃO, CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ATIVIDADES JURÍDICAS REAIS 273
3.15.1 Processo de avaliação periódica quanto ao atendimento da demanda do curso pelo NPJ em suas atividades básicas 273
3.15.2 Atividades Jurídicas Reais 273
3.15.3 Visita Orientadas 273
3.15.4 Interdisciplinaridade das Matérias Legais 273
3.15.5 Avaliação Periódica do Atendimento da Demanda 273
3.16 COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP) 273
3.17 COMITÊ DE ÉTICA NA UTILIZAÇÃO DE ANIMAIS (CEUA) 273
3.18 AMBIENTES PROFISSIONAIS VINCULADOS AO CURSO 273
3.18. 1 Atendimentos aos Objetivos do PPC para Complementação de Práticas Laboratoriais e/ou Profissionais 273
3.18.2 Experiências Diferenciadas de Aprendizagem 273
3.18.3 Avaliação Periódica Documentada e Ações de Melhoria 274
3.19 INSTALAÇÕES ADMINISTRATIVAS 274
3.20 SALAS DE AULA 274
3.21 AUDITÓRIO 274
3.22 SALA DE PROFESSORES 275
3.23 ESPAÇOS PARA ATENDIMENTO DOS ALUNOS 275
3.24 ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA E DE ALIMENTAÇÃO 275
3.25 LABORATÓRIOS, AMBIENTES E CENÁRIOS PARA PRÁTICAS DIDÁTICAS 275
3.26 INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA DESTINADA À CPA 276

.

3.27 BIBLIOTECA....276
3.27.1 Biblioteca: Plano de Atualização do Acervo....277
3.27 SALAS DE APOIO DE INFORMÁTICA OU ESTRUTURA EQUIVALENTE....277
3.28 INSTALAÇÕES SANITÁRIAS....277
3.29 ESTRUTURA DOS POLOS EAD....277
3.30 INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA....278
3.31 INFRAESTRUTURA DE EXECUÇÃO E SUPORTE....278
3.32 PLANO DE EXPANSÃO E ATUALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS....278
3.33 RECURSOS DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO....278
3.34 AMBIENTE VIRTUAL DA APRENDIZAGEM AVA....279
APENDICE II....279
APÊNDICE III – PLANILHA DE DOCENTES DO CURSO DE BACHAREL EM ADDMINISTRAÇÃO
APÊNDICE IV – PERFIL DO(A) COORDENADOR (A)....443
APÊNDICE V – NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)....443
APÊNDICE VI – EQUIPE MULTIDISCIPLINAR DO EAD....444

.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA IES

1.1 NOME DA MANTENEDORA

Nome da Mantenedora	Código e-mec da Mantenedora
IME - Instituto Metropolitano de Ensino Ltda.	1416

Base Legal da Mantenedora:

Endereço sede
Av. Constantino Nery, 3204, Chapada, CEP: 69050-001, Manaus/AM

Razão Social
Instituto Metropolitano de Ensino LTDA.

CNPJ
03.817.341/0001-42

Registro na Junta Comercial do Estado do Amazonas, 14/11/2000 sob o NIRE
132003884-53 e protocolo: 00/021448-5 (Por ser empresa limitada não possui registro em cartório, somente na JUCEA)

Categoria Administrativa
pessoa jurídica de direito privado- com fins lucrativos-sociedade civil

Representante legal
Maria do Carmo Seffair Lins de Albuquerque

1.2 NOME E BASE LEGAL DA MANTIDA

Nome da Mantida	Código e-mec da Mantida
Centro Universitário CEUNI-FAMETRO	2147

Base legal da IES

Atos legais
Portaria de Credenciamento como Faculdade: nº 1337 de 02/05/2002, Publicação no D.O.U. nº 84, seção 1, 03/05/2002.
Portaria de Recredenciamento: nº 1416 de 09/11/2017, Publicação no D.O.U. 10/11/2017.
Portaria de Credenciamento como Centro Universitário: nº 1610 de 28/12/2017, Publicação no D.O.U. 29/12/2017.

Endereço da Unidade Acadêmica e de funcionamento dos cursos de graduação
Avenida Constantino Nery, 1.937- Bairro Chapada, município de Manaus, Estado do Amazonas. CEP: 69.050-001
Unidade de produção do material didático do EAD: Avenida Constantino Nery, 3.204 – Bairro Chapada, município de Manaus, Estado do Amazonas. CEP: 69.050-001.

Endereço da Unidade Acadêmica CEUNI FAMETRO ZONA LESTE
Av. Autaz Mirim 8565, Bairro Cidade Nova, CEP: 69088-480

Representante legal
Maria do Carmo Seffair Lins de Albuquerque

.

Endereço da Sede e suas Unidades na Cidade de Manaus (AM)	
Unidades 1 e 2 (Unidade de Produção de Material Didático)	Av. Constantino Nery 3.204, Bairro Chapada, CEP: 69050-001
Anexo 3 (Unidade Acadêmica e de funcionamento dos cursos de Graduação)	Av. Constantino Nery 1937, Bairro Chapada, CEP: 69050-000
Unidade Zona Sul (ZS)	Rua Prof. Ernani Simão 1160, Bairro Cachoeirinha, CEP: 69065-060
Unidade Zona Leste (ZL)	Av. Autaz Mirim 8565, Bairro Cidade Nova, CEP: 69088-480
Unidade Zona Norte (ZN)	Av. Margarita 5, Conj. Nova Cidade, CEP: 69097-207

Endereço do Campus Fora de Sede na cidade de Tabatinga (AM)	
Campus Fora de Sede - Tabatinga	Av. da Amizade s/nº, Bairro: São Francisco, CEP: 69640-000 Tabatinga/AM.

Endereço das mantidas e pólos do interior do Amazonas	
Faculdade Metropolitana de Itacoatiara	Rua Monsenhor Joaquim Pereira, n. 84, Bairro Centro, CEP: 69100-042, Itacoatiara/AM.
Faculdade Metropolitana de Coari	Rua Independência, n. 220, Bairro Centro, CEP: 69460-000, Coari/AM.
Faculdade Metropolitana de Tefé	Rua Otaviano Melo, n. 238, Bairro Centro, CEP: 69550-085, Tefé/AM.
Faculdade Amazonas	Travessa Cristiane Azevedo, n. 2712, Bairro: Morada do Sol, CEP: 69402-093, Manacapuru/AM.
Faculdade Metropolitana de Parintins	Rua Paraíba, n. 3468, Bairro: Itaúna I, CEP: 69100-042

.

1.3 PERFIL E MISSÃO DA MANTIDA

Missão
Formar profissionais no Ensino Superior com valores éticos, humanísticos e ambientais, capazes de contribuir para o desenvolvimento da Região Norte.

Valores
Qualidade no ensino; Ética; Humanização; Profissionalismo.
Perfil
A IES tem um perfil que busca a excelência no ensino superior, e com uma política de inclusão socioeducacional.

A Instituição tem como propósito promover ensino, focado na aprendizagem, que permita o desenvolvimento do indivíduo de modo integral, visando à autorrealização e à formação de profissionais com visão tanto generalista quanto multidisciplinar, conscientes do seu papel social de envolvimento com as mudanças.

1.4 DADOS SOCIOECONÔMICO E SOCIOAMBIENTAIS DA REGIÃO

O GRUPO IME tem a sua sede em Manaus, tendo a maioria dos seus empreendimentos situados em plena Amazônia brasileira, a maior e mais biodiversa floresta tropical do mundo, que enfrenta uma série de ameaças. Dentre elas, figura o desmatamento, que elimina a floresta e sua biodiversidade de maneira direta, sobretudo para formação de pastagens e, em alguns locais, para implantação da cultura da soja (FEARNSIDE, 2010). A essas ameaças somam-se outras como a especulação imobiliária, estabelecimento da posse da terra e abertura de estradas. Este conjunto de circunstâncias poderão dizimar rapidamente a Amazônia, a exemplo da Mata Atlântica, caso medidas efetivas não forem adotadas de maneira emergencial. Atualmente se concentra no “arco de desmatamento” ao longo das bordas sul e leste da floresta, mais estradas planejadas abririam áreas novas e extensas na Amazônia Central (FEARNSIDE, 2010).

Diante desse cenário, a questão ambiental tem crescido nas últimas décadas e ganhado novas dimensões, inclusive em âmbito mundial. Uma determinada indústria cultural, que enxerga com clareza a inserção dessas questões nos diversos segmentos da sociedade, tem transformado as questões ambientais em mercadoria (GUERRA, 2008; LADVOCAT, 2009). Mudanças climáticas, aquecimento global e extinção de espécies, por exemplo, são temas bastantes presentes em nosso cotidiano, veiculados por diferentes mídias em propagandas de diversos produtos que consumimos no dia a dia (PEREIRA et al., 2013).

Em função dessa questão, a sociedade reconhece e preocupa-se com uma crise relacionada à degradação dos ambientes naturais. Entretanto, a questão não é puramente

.

ecológica e não se relaciona exclusivamente aos impactos antrópicos causados aos ecossistemas naturais (PEREIRA et al., 2013). Juntamente com outros temas como poluição, miséria e fome, os problemas que denominamos ambientais resultam da maneira como nos relacionamos com os demais elementos da natureza nas últimas décadas e, em especial, nos dias atuais (PEREIRA et al., 2013). Dar conta da complexidade relacional dessas questões impõe-se como um dos grandes desafios da sociedade.

O desenvolvimento mundial alcançado nas últimas três décadas explicita uma acumulação sem precedentes e um incremento do abismo entre incluídos e excluídos. Nesse contexto, as questões ambientais e o desenvolvimento sustentável na Amazônia são centrais e devem ser debatidas pelas Instituições de Educação. É nesse contexto que se insere a política ambiental da IES. Segundo os dados do IBGE referentes ao ano de 2021, o Amazonas tem uma população estimada de 4.269.995. Dos seus 62 municípios a Capital Manaus é a que possui a maior densidade demográfica, distribuídos em uma área de 11.458 km², estes números apurados indicam que das 11 maiores cidades brasileiras, Manaus foi a que teve o maior crescimento na última década.

A capital Manaus concentra em torno de 60% dessa população, um total de 2.255.903 habitantes (estimado de 2021), distribuídos em uma área de 11.458 km², com 23,7% da população ocupada com um salário médio dos trabalhadores formais de 3,05 salários mínimos e 37,9% da população com renda per capita de ½ salário mínimo (2019), 109.663 matrículas no ensino médio (2020), IDH alto de 0,737 e um PIB per capita de 34.362,71 (2019).

Este contexto faz da cidade de Manaus a 7ª cidade no ranking das cidades mais populosas do país e a 6ª mais rica do país no ranking do PIB das cidades do país. A Zona Franca de Manaus é um modelo de incentivos fiscais que protege a floresta e impede o desmatamento da região, instalada em 1967 e aprovada até 2.073, a ZFM gera 500 mil empregos diretos e indiretos, com mais de 100 mil empregos novos em 2020.

O Amazonas tem 98% de área de floresta preservada, muito disto se deve ao modelo de Zona Franca, que em 2017 completou 50 anos de existência. Este modelo como polo irradiador de desenvolvimento, com oferta de postos de trabalhos alternativos ao extrativismo, por exemplo, contribuiu para manter a nossa Floresta em pé e a nossa biodiversidade preservada.

Dados da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) atestam que em 2021, o Polo Industrial de Manaus- PIM contava com um Setor Industrial consolidado e tecnologicamente avançado, formado por cerca de 600 empresas com projetos incentivados pelos órgãos de desenvolvimento do Estado do Amazonas e do Governo Federal, gerando mais de 100 mil postos de trabalho, sendo que 03 subsetores empregam juntos 60% do total de funcionários do PIM, a área de eletroeletrônicos, duas rodas e de termoplásticos.

Esse crescimento aponta para novos desafios econômicos e sociais que

.

implicamem novas e volumosas demandas por serviços educacionais, com o propósito de formar novas inteligências capazes de promover em diferentes níveis de atual o desenvolvimento econômico e social da região com responsabilidade ambiental, que implicam em novas e volumosas demandas por serviços educacionais, especialmente aquelas localizadas na Amazônia brasileira

2. SÍNTESE DA IES

2.1 BREVE HISTÓRICO DA MANTENEDORA

O Instituto Metropolitano de Ensino (IME) LTDA, cadastrada no CNPJ 03.817.341/0001-42, sede à AV CONSTANTINO NERY, 3204, CHAPADA, CEP: 69050-001, MANAUS/AM (SEDE ADMINISTRATIVA E POLO EAD), com Registro no Cartório Pinheiro 3º Ofício de Notas. Registro na Junta Comercial do Estado do Amazonas, 14/11/2000 sob NIRE: 132003884-53 e protocolo: 00/021448-5. Categoria Administrativa: pessoa jurídica de direito privado com fins lucrativos- sociedade civil. Possui código 1416 junto ao MEC.

2.2 HISTÓRICO, PERFIL E MISSÃO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO

BREVE HISTÓRICO DA MANTIDA

O Centro Universitário CEUNI FAMETRO tem como mantenedora o INSTITUTO METROPOLITANO DE ENSINO - IME, com código e-MEC 1416, cadastrada sob CNPJ 03.817.341/0001-42, sede no Endereço: AV CONSTANTINO NERY, 3204, CHAPADA, CEP: 69050-001, MANAUS/AM (SEDE ADMINISTRATIVA DA IES E POLO EAD) Município de Manaus, Estado do Amazonas. De Natureza Jurídica: Sociedade Empresa Limitada, com Categoria Administrativa: pessoa jurídica de direito privado com fins lucrativos – sociedade civil, Registro na Junta Comercial do Estado do Amazonas: 14/11/2000 sob o NIRE: 132003884-53 e protocolo: 00/021448-5 (por ser empresa limitada não possui registro em cartório, somente na JUCEA). Atividade econômica principal: Educação Superior – graduação e pós-graduação, representada legalmente por Maria do Carmo Seffair Lins de Albuquerque.

O CEUNI FAMETRO iniciou sua atividade credenciada como faculdade em 03/05/2002, conforme Portaria MEC nº 1337 publicada no D.O.U. em 03/05/2002, recredenciada pela Portaria nº 712 de 08/08/2013, publicada no D.O.U. em 08/08/2013 e com transformação organizacional pela Portaria de Credenciamento como Centro Universitário: nº 1610 de 28/12/2017, publicada no D.O.U. em 29/12/2017, válida por 4 anos, com Endereço na Unidade 1/2: Avenida Constantino Nery, 3000 - Chapada, Município de

.

Manaus. Estado do Amazonas. CEP: 69.050-001. E atualmente está presente nas principais zonas da cidade e nos interiores.

A primeira mantida foi o Centro Universitário CEUNI FAMETRO, com código e-MEC 2147, com sede no Endereço da Unidade I e II, Av. Constantino Nery, 3.000, bairro Chapada, no município de Manaus, no Estado do Amazonas, CEP: 69.050-001 trata-se de uma instituição de ensino superior privada amazonense de gestão familiar, atuando a 19 anos no segmento educacional.

No ato do credenciamento da IES, dois cursos foram autorizados: Administração com habilitação em Gestão de Negócios e Administração com habilitação em Gestão de Cidades (Portaria nº 1.338, de 02/05/2002) e Turismo (Portaria nº. 1.339, de 02/05/2002). Em outubro daquele mesmo ano, foi autorizado o curso Normal Superior com habilitação em AnosIniciais do Ensino Fundamental e Educação Infantil (Portaria nº. 3.003, de 24/10/2002). Em março de 2005, foram autorizadas as habilitações para o curso de Administração (Portaria nº. 724, de 03/03/2005), Gestão Imobiliária, Gestão Hospitalar e Gestão de Marketing.

Em março de 2005, foram autorizados os cursos de Ciências Contábeis (Portaria nº 648, de 01/03/2005) e Serviço Social (Portaria nº 647, de 01/03/2005). Em julho de 2006, foram reconhecidos os cursos de Normal Superior habilitação em Magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Magistério da Educação Infantil e Turismo (Portaria nº 405, de 25/07/2006) e Administração, habilitações em Administração de Cidades, Administração Hospitalar, Marketing, Gestão de Negócios e em Gestão Imobiliária (Portaria nº 233, de 07/06/2006).

Entre 2006 e 2014, o portfólio de cursos saltou dos quatro cursos iniciais para um total de 34 cursos de graduação, aumentando significativamente a área de atuação da IES. Há de se destacar a entrada da IES, no âmbito da formação tecnológica com 13 Cursos de Graduação Tecnológica e a adesão ao PRONATEC no ano de 2013.

Em 2015 a IES solicitou o credenciamento para o ensino a distância, obtendo nota 5. Mais tarde em 2017 a IES foi credenciada como Centro Universitário conforme Portaria MEC nº 1.610, de 28/12/2017, e na sequência, teve o curso de Medicina aprovado com a nota máxima do MEC, conforme Portaria MEC nº 1.228 de 28 de novembro de 2017, publicada no D.O.U. em 29/11/2017.

Em 2018 o CEUNI FAMETRO possuía 65 cursos, sendo 62 em funcionamento, nas modalidades licenciatura, bacharelado e graduação tecnológica, nas áreas de exatas, agrárias, sociais e humanas e da saúde, com um corpo de 319 professores (horistas, parciais e integrais) todos pós-graduados, e 238 técnicos administrativos com formação que vai desde o ensino médio ao doutorado (CENSO, 2019).

Em 2020 passou a ofertar 77 cursos de graduação presenciais, 21 cursos de graduação EAD, e 87 cursos de pós-graduação lato sensu distribuídos nas respectivas

.

áreas com pesquisa, extensão e responsabilidade social envolvendo todas as áreas, 382 docentes e 286 técnicos administrativos (CENSO 2020).

O Centro Universitário CeUni FAMETRO, tem 19 anos de existência, com um portfóliocompleto nas três áreas de conhecimento: humanas, exatas, biológicas – incluindo a oferta do Curso de Medicina. Atua nos níveis de graduação (licenciatura; bacharelado e graduaçãotecnológica). Seu corpo docente é formado por quase 400 professores (horistas, parciais e integrais) todos pós-graduados nos níveis de especialização, mestrado e doutorado. Conta com corpo técnico administrativo das mais diversas áreas e com formação desde o ensino médio até o doutorado. Todo esse capital humano tem contribuído para que o Centro Universitário possa atuar nos campos do ensino, da pesquisa e da extensão, nas diversas áreas do conhecimento, apresentando CI 4, CI EAD 5, IGC 4, figurando como 1ª do ranking das IES públicas e privadas no Estado.

A missão institucional tem permitido a democratização do acesso ao Ensino Superior, tem contribuído para a empregabilidade na cidade de Manaus, e influenciado positivamente os índices de desenvolvimento econômico e humano da cidade de Manaus. Portanto, o Centro Universitário oferece o menor preço entre os cursos de graduação presenciais ofertados, haja vista a política de inclusão socioeducacional, como forma de o aluno ter condições de realizar um curso superior, uma vez que uma parcela significativa da população local é excluída do acesso a este nível de ensino.

A Instituição por meio do seu Plano Anual de Gestão vem progressivamente alcançando melhores resultados nos campos acadêmico e administrativo, os quais podem ser observados por intermédio dos índices oficiais da IES, por meio do crescimento na oferta de número e de vagas em seus cursos, pelo incremento do seu portfólio de cursos de graduação a partir de novas autorizações e por fim no aumento gradual e constante no número de matrículas na IES.

O fato de a IES ofertar cursos por meio de Bolsas e outras formas de financiamento estudantil, corroborando com sua política de inclusão socioeducacional e sua colocação em 1º lugar na preferência dos candidatos ao programa de bolsas da Prefeitura, reforça a nossa credibilidade perante a sociedade amazonense, conforme demonstra a tabela a seguir:

Tabela 1 - Programas de bolsas e financiamento estudantil /anual:

Programas	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Bolsa Universidade	714	1599	1496	896	307	96	1287	825
PROUNI (parcial e integral)	836	1970	2584	2264	2255	1372	2943	2679
FIES	370	2094	3712	3855	3424	3243	3343	2896

.

Quero Bolsa	-	-	436	1102	1577			
Educações	-	-	256	351	370			
Bolsa Legal	-	-	-	-	1706			

Fonte: Censo (2020)

Neste sentido, em função das demandas sociais e econômicas da região amazônica e do município de Manaus, a IES vem realizando investimentos contínuos em novos cursos e em sua infraestrutura, como também na qualidade de ensino. Esta qualidade é mantida na evolução do CI e do IGC contínuo, temos CI 4, CI EAD 5 e IGC 4, somos a IES com o maior IGC do Estado do Amazonas, consolidando a IES como instituição de reconhecida qualidade no Estado, conforme observa-se na tabela abaixo:

Tabela 2 - Evolução do IGC Contínuo da IES:

2009		2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016		2017		2018		2019	
IGCCont	IGCFaixa	IGCCont	IGCFaixa	IGCCont	IGCFaixa	IGCCont	IGCFaixa	IGCCont.	IGCFaixa	IGCCont	IGCFaixa	IGCCont	IGCFaixa	IGCCont	IGCFaixa	IGCCont	**IGCFaixa**	IGCCont	**IGCFaixa**	IGCCont	**IGCFaixa**
2,36	3	2,35	3	2,37	3	2,72	3	2,84	3	2,88	3	2.98	4	2,99	4	2,93	**3**	3,02	4	3,07	4

Fonte: MEC (2009-2019)

O CEUNI-FAMETRO em 2015 foi 1ª no ranking do IGC, em 2016 foi a única instituição IGC 4 no Estado do Amazonas dentre as públicas e privadas. E em 2017 com IGC 3 o CEUNI FAMETRO continuou sendo a IES primeiro colocada no ranking do IGC das IES do Estado, em 2018 novamente 1ª do ranking com o IGC 4, e em 2019 pela 5ª vez consecutiva a 1ª do ranking com IGC 4 conforme se observa na tabela a seguir:

Tabela 3- Ranking do IGC 2019

N.	IES	SIGLA	IGC Faixa	IGC Contínuo
1º	Centro Universitário CEUNI FAMETRO	FAMETRO	4	3,0798
2º	Universidade Federal do Amazonas	UFAM	4	3,0481
3º	Universidade do Estado do Amazonas	UEA	3	2,8550
4º	Instituto Fed. de Ed., Ciência e Tec. do AM	IFAM	3	2,8376
5º	Instituto de Ensino Superior Materdei	MATERDEI	3	2,8164
6º	Martha Falcão Wyden	FMF	3	2,7503
7º	Faculdade Boas Novas	FBNCTSB	3	2,7449
8º	Centro Universitário Luterano de Manaus	ULBRA	3	2,6618

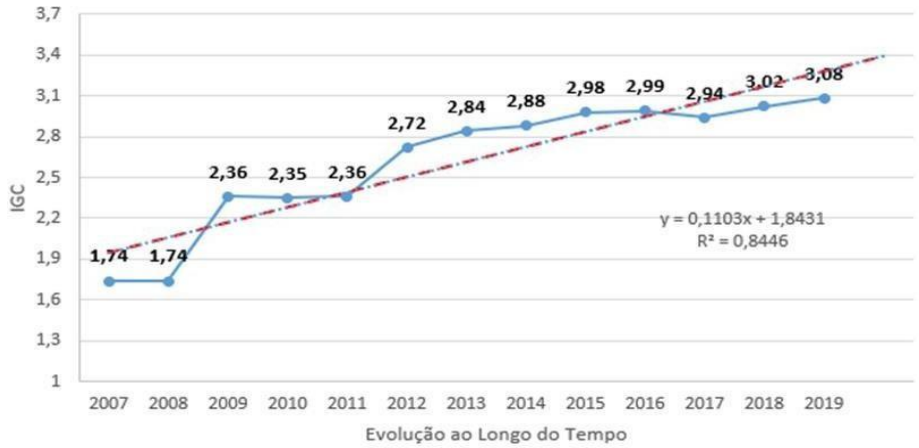
.

9º	Centro Universitário do Norte	UNINORTE	3	2,6032
10º	Instituto de Ensino Superior FUCAPI	FUCAPI	3	2,5281
11º	Faculdade Estácio do Amazonas	ESTÁCIO AMAZONAS	3	2,4879
12º	Faculdade La Salle	LA SALLE	3	2,4676
13º	Centro Un. de Ensino Superior do Amazonas	CIESA	3	2,4491
14º	Universidade Nassau	UNINASSAU	3	2,3849
15º	Escola Superior Batista do Amazonas	ESBAM	3	2,3482
16º	Faculdade SENAC Amazonas	SENAC	3	2,3468
17º	Faculdade Salesiana Dom Bosco	FSDB	3	2,2038
18º	Universidade Nilton Lins	UNINILTONLINS	3	2,1815
19º	Faculdade do Amazonas	IAES	3	2,1565
20º	Faculdade de Odontologia de Manaus	FOM	1	0,9357

Fonte: MEC (2019)

A figura abaixo, representa a evolução do IGC ao longo 12 anos, esta evolução reforça nossa convicção de que estamos caminhando de maneira contínua na direção do ensino de excelência. No gráfico abaixo, a reta linear ascendente representa a tendência de aumento linear do IGC ao longo do tempo. O coeficiente de determinação da regressão é classificado como forte e positivo.

Figura 1 – Evolução do IGC contínuo do CEUNI - FAMETRO de 2007 a 2019



No que compete à avaliação in loco, a IES também vem demonstrando evolução de seus indicadores de qualidade de ensino nos últimos 09 anos, vide a tabela a seguir de Conceito de Cursos (CC):

.

Tabela 4- Conceito das avaliações in loco nos últimos 9 anos:

CÓDIGO DO CURSO	NOME DO CURSO	GRAU	VALOR CC	ANO CC
1351278	Logística EAD	Tecnológico	5	2022
1454539	Direito ZS	Bacharelado	5	2021
1454238	Direito ZL	Bacharelado	5	2021
1497902	Direito EAD	Bacharelado	4	2021
1454540	Enfermagem ZS	Bacharelado	4	2021
1454365	Enfermagem ZL	Bacharelado	5	2021
1497904	Enfermagem EAD	Bacharelado	5	2021
1454541	Psicologia ZS	Bacharelado	5	2021
1454367	Psicologia ZL	Bacharelado	5	2021
1497905	Psicologia EAD	Bacharelado	5	2021
202013628	Credenciamento Campus Tabatinga		5	2021
1532887	Direito Campus Tabatinga	Bacharelado	4	2021
1532888	Enfermagem Campus Tabatinga	Bacharelado	5	2021
1532889	Psicologia Campus Tabatinga	Bacharelado	5	2021
1304677	Farmácia	Bacharelado	4	2019
1285113	Radiologia	Tecnológico	4	2019
1162836	Engenharia de Produção	Bacharelado	4	2019
201601189	Credenciamento EAD		5	2018
1148864	Engenharia Ambiental e Energias Renováveis	Bacharelado	4	2018
1385538	Medicina	Bacharelado	5	2017
1366242	Educação Física	Bacharelado	4	2017
1153405	Fonoaudiologia	Bacharelado	4	2017
1259759	Estética e Cosmética	Tecnológico	4	2017
1156978	Engenharia Elétrica	Bacharelado	4	2017
1259775	Educação Física	Licenciatura	4	2017
1204411	Gestão de Recursos Humanos	Tecnológico	4	2016
1206130	Marketing	Tecnológico	4	2016
102056	Direito	Bacharelado	4	2015
1150707	Gestão da Qualidade	Tecnológico	4	2015
1149905	Logística	Tecnológico	5	2015
1151561	Design Gráfico	Tecnológico	5	2015

.

54605	Turismo	Bacharelado	5	2014
1151741	Gastronomia	Tecnológico	4	2014
1152558	Gestão de Produção Industrial	Tecnológico	4	2014
1204410	Construção de Edifícios	Tecnológico	4	2014
82666	Ciências Contábeis	Bacharelado	4	2014
1155584	Segurança no Trabalho	Tecnológico	4	2014
1158558	Petróleo e Gás	Tecnológico	4	2014
1259764	Medicina Veterinária	Bacharelado	3	2014
1043904	Química	Licenciatura	4	2013

Fonte: MEC (2013-2022)

A IES por meio do reconhecimento da sociedade amazonense e investindo cada vez mais na educação superior, e segue ofertando em 2022, um total de 72 cursos de graduação presencial e 29 cursos na modalidade de ensino à distância, distribuídos na sede do Centro Universitário e em suas unidades (Zona Leste, Zona Sul e Zona Norte), conforme demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 5 - Cursos de graduação presenciais do CEUNI FAMETRO

Nº	UNIDADE	CÓDIGO EMEC	CURSO	MODALIDADE	PORTARIA MEC ATUAL	RESOLUÇÃO IES (AUTONOMIA) ATUAL	ATO 2022/1
1	SEDE	54602	Administração	Bacharelado	PORTARIA Nº 203, DE 25 DE JUNHO DE 2020 DOU 07/07/2020		Renovação de Reconhecimento
2	ZL	1453382	Administração	Bacharelado		Nº 4 de 27/07/2018	Autorização
3	ZS	1484201	Administração	Bacharelado		Nº 10 de 15/04/2019	Autorização
4	SEDE	1458188	Análise e Des. de Sistemas	Tecnológico		Nº 5 de26/10/2018	Autorização
5	SEDE	99519	Arquitetura e Urbanismo	Bacharelado	PORTARIA Nº 109, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2021 DOU 05/02/2021		Renovação de Reconhecimento
6	SEDE	1043865	Biomedicina	Bacharelado	PORTARIA Nº 109, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2021 DOU 05/02/2021		Renovação de Reconhecimento
7	ZL	1453383	Biomedicina	Bacharelado		Nº 4 de 27/07/2018	Autorização
8	ZS	1484215	Biomedicina	Bacharelado		Nº 10 de 15/04/2019	Autorização
9	SEDE	82666	Ciências Contábeis	Bacharelado	PORTARIA Nº 203, DE 25 DE JUNHO DE 2020 DOU 07/07/2020		Renovação de Reconhecimento
10	ZL	1453384	Ciências Contábeis	Bacharelado		Nº 4 de 27/07/2018	Autorização
11	ZS	1484217	Ciências Contábeis	Bacharelado		Nº 10 de 15/04/2019	Autorização
12	SEDE	1151561	Design Gráfico	Tecnológico	PORTARIA Nº 203, DE 25 DE JUNHO DE 2020 DOU 07/07/2020		Renovação de Reconhecimento
13	SEDE	102056	Direito	Bacharelado	PORTARIA Nº 203, DE 25 DE JUNHO DE 2020 DOU 07/07/2020		Renovação de Reconhecimento
14	ZS	1454539	Direito	Bacharelado	PORTARIA Nº 1233, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2021 DOU 01/12/2021		Autorização
15	ZL	1454238	Direito	Bacharelado	PORTARIA Nº 1164, DE 20 DE OUTUBRO DE 2021 DOU 22/10/2021		Autorização
16	SEDE	1259775	Educação Física	Licenciatura	PORTARIA Nº 914 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018 DOU 28/12/18		Renovação de Reconhecimento

.

17	SEDE	1366242	Educação Física	Bacharelado	PORTARIA Nº 1021 DE 27 DE SETEMBRO DE 2017 DOU 28/09/2017		Autorização
18	SEDE	104478	Enfermagem	Bacharelado	PORTARIA Nº 109 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2021 DOU 05/02/2021		Renovação de Reconhecimento
19	ZS	1454540	Enfermagem	Bacharelado	PORTARIA Nº 1164 DE 20 DE OUTUBRO DE 2021 DOU 22/10/2021		Autorização
20	ZL	1454365	Enfermagem	Bacharelado	PORTARIA Nº 1081 DE 24 DE SETEMBRO DE 2021 DOU 18/10/2021		Autorização
21	SEDE	1156975	Engenharia Ambiental e Recursos Renováveis	Bacharelado	PORTARIA Nº 109 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2021 DOU 05/02/2021		Renovação de Reconhecimento
22	SEDE	1148864	Engenharia Civil	Bacharelado	PORTARIA Nº 109 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2021 DOU 05/02/2021		Renovação de Reconhecimento
23	ZS	1484220	Engenharia Civil	Bacharelado		Nº 10 de 15/04/2019	Autorização
24	SEDE	1458139	Engenharia de Computação	Bacharelado		Nº 3 de 26/10/2018	Autorização
25	SEDE	1458137	Engenharia de Controle e Automação	Bacharelado		Nº 3 de 26/10/2018	Autorização
26	SEDE	1162836	Engenharia de	Bacharelado	PORTARIA Nº 109 DE 04 DE FEVEREIRO		Renovação de
			Produção		DE 2021 DOU 05/02/2021		Reconhecimento
27	ZS	1484204	Engenharia de Produção	Bacharelado		Nº 10 de 15/04/2019	Autorização
28	SEDE	1156978	Engenharia Elétrica	Bacharelado	PORTARIA Nº 109 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2021 DOU 05/02/2021		Renovação de Reconhecimento
29	SEDE	1458138	Engenharia Mecânica	Bacharelado		Nº 3 de 26/10/2018	Autorização
30	ZS	1458193	Engenharia Mecânica	Bacharelado		Nº 6 de 29/10/2018	Autorização
31	SEDE	1259759	Estética e Cosmética	Tecnológico	PORTARIA Nº 109 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2021 DOU 05/02/2021		Renovação de Reconhecimento
32	ZL	1453385	Estética e Cosmética	Tecnológico		Nº 4 de 27/07/2018	Autorização
33	ZS	1484221	Estética e Cosmética	Tecnológico		Nº 10 de 15/04/2019	Autorização
34	SEDE	1304677	Farmácia	Bacharelado	PORTARIA Nº 554 DE 08 DE JUNHO DE 2021 DOU 11/06/2021		Autorização
35	ZL	1458195	Farmácia	Bacharelado		Nº 6 de 29/10/2018	Autorização
36	SEDE	98746	Fisioterapia	Bacharelado	PORTARIA Nº 109 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2021 DOU 05/02/2021		Renovação de Reconhecimento
37	ZS	1484206	Fisioterapia	Bacharelado		Nº 10 de 15/04/2019	Autorização
38	SEDE	1153405	Fonoaudiologia	Bacharelado	PORTARIA Nº 109 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2021 DOU 05/02/2021		Renovação de Reconhecimento
39	SEDE	1151741	Gastronomia	Tecnológico	PORTARIA Nº 203, DE 25 DE JUNHO DE 2020 DOU 07/07/2020		Renovação de Reconhecimento
40	SEDE	1458189	Gestão Comercial	Tecnológico		Nº 5 de 26/10/2018	Autorização
41	SEDE	1150707	Gestão da Qualidade	Tecnológico	PORTARIA Nº 203, DE 25 DE JUNHO DE 2020 DOU 07/07/2020		Renovação de Reconhecimento
42	SEDE	1152558	Gestão da Produção Industrial	Tecnológico	PORTARIA Nº 914 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018 DOU 28/12/18		Renovação de Reconhecimento
43	SEDE	1204411	Gestão de Recursos Humanos	Tecnológico	PORTARIA Nº 203, DE 25 DE JUNHO DE 2020 DOU 07/07/2020		Renovação de Reconhecimento
44	ZL	1453386	Gestão de Recursos Humanos	Tecnológico		Nº 4 de 27/07/2018	Autorização
45	ZS	1484234	Gestão de Recursos Humanos	Tecnológico		Nº 10 de 15/04/2019	Autorização
46	SEDE	1458190	Gestão Financeira	Tecnológico		Nº 5 de 26/10/2018	Autorização
47	SEDE	1304682	Jornalismo	Bacharelado	PORTARIA Nº 217 de 13 DE MAIO DE 2019 DOU 14/05/19		Reconhecimento
48	SEDE	1149905	Logística	Tecnológico	PORTARIA Nº 203, DE 25 DE JUNHO DE 2020 DOU 07/07/2020		Renovação de Reconhecimento
49	ZL	1453387	Logística	Tecnológico		Nº 4 de 27/07/2018	Autorização
50	ZS	1484231	Logística	Tecnológico		Nº 10 de 15/04/2019	Autorização
51	SEDE	1206130	Marketing	Tecnológico	PORTARIA Nº 203, DE 25 DE JUNHO DE 2020 DOU 07/07/2020		Renovação de Reconhecimento
52	SEDE	1385538	Medicina	Bacharelado	PORTARIA Nº1228 de 28 DE NOVEMBRO DE 2017 DOU 29/11/2017		Autorização

.

53	SEDE	1259764	Medicina Veterinária	Bacharelado	PORTARIA Nº 1041 de 23 DE DEZEMBRO DE 2015 DOU 23/12/2015		Autorização
54	ZS	1484207	Medicina Veterinária	Bacharelado		Nº 10 de 15/04/2019	Autorização
55	SEDE	104480	Nutrição	Bacharelado	PORTARIA Nº 949 de 30 DE AGOSTO DE 2021 DOU 31/08/2021		Renovação de Reconhecimento
56	SEDE	1158378	Odontologia	Bacharelado	PORTARIA Nº 806 de 16 DE DEZEMBRO DE 2016 DOU 19/12/16		Autorização
57	SEDE	99818	Pedagogia	Licenciatura	PORTARIA Nº 914 de 27 DE DEZEMBRO DE 2018 DOU 28/12/18		Renovação de Reconhecimento
58	ZL	1453388	Pedagogia	Licenciatura		Nº 4 de 27/07/2018	Autorização
59	ZS	1484233	Pedagogia	Licenciatura		Nº 10 de 15/04/2019	Autorização
60	ZN	1486415	Pedagogia	Licenciatura		Nº 4 de 10/06/2019	Autorização
61	SEDE	1158558	Petróleo e Gás	Tecnológico	PORTARIA Nº 65 de 28 DE JANEIRO DE 2015 DOU 30/01/15		Reconhecimento
62	SEDE	99652	Psicologia	Bacharelado	PORTARIA Nº 948 de 30 DE AGOSTO DE 2021 DOU 31/08/2021		Renovação de Reconhecimento
63	ZS	1454541	Psicologia	Bacharelado	PORTARIA Nº 566 de 31 DE MARÇO DE 2022 DOU 01/04/2022		Autorização
64	ZL	1454367	Psicologia	Bacharelado	PORTARIA Nº 520 de 14 DE MARÇO DE 2022 DOU 15/03/2022		Autorização
65	SEDE	1043904	Química	Licenciatura	PORTARIA Nº 914 de 27 DE DEZEMBRO DE 2018 DOU 28/12/18		Renovação de Reconhecimento
66	SEDE	1285113	Radiologia	Tecnológico	PORTARIA Nº 497 de 24 DE NOVEMBRO DE 2020 DOU 27/11/2020		Autorização
67	SEDE	1155584	Segurança no Trabalho	Tecnológico	PORTARIA Nº 109 de 04 DE FEVEREIRO DE 2021 DOU 05/02/2021		Renovação de Reconhecimento
68	SEDE	82664	Serviço Social	Bacharelado	PORTARIA Nº 203, DE 25 DE JUNHO DE 2020 DOU 07/07/2020		Renovação de Reconhecimento
69	SEDE	98595	Sistemas de Informação	Bacharelado	PORTARIA Nº 914 de 27 DE DEZEMBRO DE 2018 DOU 28/12/18		Renovação de Reconhecimento
70	ZL	1453389	Sistemas de Informação	Bacharelado		Nº 4 de 27/07/2018	Autorização
71	ZS	1484236	Sistemas de Informação	Bacharelado		Nº 10 de 15/04/2019	Autorização
72	SEDE	54605	Turismo	Bacharelado	PORTARIA Nº 203, DE 25 DE JUNHO DE 2020 DOU 07/07/2020		Renovação de Reconhecimento

Fonte: MEC (2021)

Na modalidade de Ensino a Distância a Instituição oferta 29 cursos de graduação EAD, incluindo o curso de Bacharelado em Enfermagem EAD. Encontram-se em processo de autorização para os Cursos de Graduação em Psicologia e Direito.

Tabela 6 - Cursos de graduação EAD do CEUNI FAMETRO

Nº	CÓDIGO EMEC	CURSO DE GRADUAÇÃO	MODALIDADE	PORTARIA MEC	RESOLUÇÃO IES (AUTONOMIA)	ATO
1	1478302	Administração	Bacharelado		Res.nº 01 de 12/02/2019	Autorização
2	1597235	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Tecnológico		Res. n° 13 de 01/12/2021	Autorização
3	1517445	Arquitetura	Bacharelado		Res.nº 15 de 20/08/2019	Autorização
4	1487769	Ciências Contábeis	Bacharelado		Res.nº 15 de 20/08/2019	Autorização
5	1597255	Educação Física	Licenciatura		Res. n° 13 de 01/12/2021	Autorização

.

6	1497904	Enfermagem	Bacharelado	Portaria n° 1290 de25/11/2021 DOU 26/11/2021		
7	1487772	Engenharia Civil	Bacharelado		Res.nº 15 de 20/08/2019	Autorização
8	1487771	Eng. Elétrica	Bacharelado		Res.nº 15 de 20/08/2019	Autorização
9	1487776	Estética e Cosmética	Tecnológico		Res.nº 15 de 20/08/2019	Autorização
10	1600333	Farmácia	Bacharelado		Res.nº 02 de 14/02/2022	Autorização
11	1597236	Gestão Ambiental	Tecnológico		Res. n° 13 de 01/12/2021	Autorização
12	1597235	Gestão Comercial	Tecnológico		Res. n° 13 de 01/12/2021	Autorização
13	1597237	Gestão da Qualidade	Tecnológico		Res. n° 13 de 01/12/2021	Autorização
14	1351279	Gestão de Recursos Humanos	Tecnológico	Portaria provisória Nº 370 de 20.04.2018 Portaria definitiva Nº 137 de 21.03.19 D.O.U. 22/03/19		Autorização
15	1597240	Gestão da Tecnologia da Informação	Tecnológico		Res. n° 13 de 01/12/2021	Autorização
16	1597238	Gestão do Agronegócio	Tecnológico		Res. n° 13 de 01/12/2021	Autorização
17	1597251	Gestão de Segurança Privada	Tecnológico		Res. n° 13 de 01/12/2021	Autorização
18	1597243	Gestão de Turismo	Tecnológico		Res. n° 13 de 01/12/2021	Autorização
19	1597247	Gestão Financeira	Tecnológico		Res. n° 13 de 01/12/2021	Autorização
20	1597248	Gestão Hospitalar	Tecnológico		Res. n° 13 de 01/12/2021	Autorização
21	1597249	Gestão Portuária	Tecnológico		Res. n° 13 de 01/12/2021	Autorização
22	1597250	Gestão Pública	Tecnológico		Res. n° 13 de 01/12/2021	Autorização
23	1351278	Logística	Tecnológico	Portaria provisória Nº 370 de 20.04.2018 Portaria definitiva Nº 137 de 21/03/19 D.O.U. 22/03/19		Autorização
24	1597246	Marketing	Tecnológico		Res. n° 13 de 01/12/2021	Autorização
25	1487777	Nutrição	Bacharelado		Res.nº 15 de 20/08/2019	Autorização
26	1487790	Pedagogia	Licenciatura		Res.nº 15 de 20/08/2019	Autorização
27	1597253	Processos Gerenciais	Tecnológico		Res. n° 13 de 01/12/2021	Autorização
28	1487785	Serviço Social	Bacharelado		Res.nº 01 de 12/02/2019	Autorização
29	1597252	Segurança Pública	Tecnológico		Res. n° 13 de 01/12/2021	Autorização

Fonte: MEC (2021)

Ainda para a Modalidade de Ensino à Distância o Centro Universitário conta com um parque tecnológico próprio composto por estúdios, equipe gestora, equipe pedagógica, de suporte em tecnologia da informação e tecnologias educacionais, redatores, revisores e designers que contribuem para a oferta de serviços educacionais de graduação; pós-

.

graduação e cursos livres à distância para 6 polos próprios no interior do Estado do Amazonas e 3 polos na capital (Manaus), em seu plano de expansão conta hoje com 7 polos ativos no interior do Amazonas e mais dois polos em cidades fora do Estado (Boa Vista e Santarém), além de mais 8 polos em fase de implantação. Atualmente o Núcleo de Educação à Distância oferta 29 cursos de graduação em EAD.

A IES também atua no segmento da pós-graduação lato sensu e em 2020 com 87 cursos ofertados nas mais diversas áreas do conhecimento:

Tabela 7- Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu

CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E NEGÓCIOS
Administração Pública e Processo Legislativo
Administração Pública
Auditoria e Perícia contábil
Assistência Social e Família
Contabilidade, Auditoria e Controladoria
Gestão de Negócios com Ênfase em Gerenciamento de Projetos
Gestão Financeira de Negócios e Análise de Risco
Gestão Comercial e Marketing de Negócios
Gestão Organizacional e Recursos Humanos
Gestão de Projetos e Planejamento de Equipes
Gestão de Compras e Suprimentos
Gerontologia e Família
Gestão em Políticas Públicas
Gestão Estratégica de Serviços e Clientes
Gestão de Eventos, Serviços Hoteleiros e Negócios de Turismo
Logística empresarial
Logística Estratégica e Sistemas de Transporte
Logística e Cadeia de Suprimentos
Patrimônio Cultural em Centros Urbanos
Recursos Humanos: Rotinas e Cálculos Trabalhistas
DIREITO
Ciências Criminais
Direito Tributário
Direito Processual Civil
Direito Educacional
Segurança Pública e Direitos Humanos
Psicologia Jurídica
SAÚDE E BEM-ESTAR SOCIAL

.

Audiologia Clínica e Ocupacional
Análises Clínicas
Obesidade e Emagrecimento
Bioquímica

.

Doenças Tropicais e Infecciosas
Enfermagem do Trabalho
Enfermagem em Cardiologia e Hemodinâmica
Enfermagem em Urgência e Emergência
Enfermagem em Urologia
Enfermagem em UTI
Enfermagem Geriátrica-Gerontologia
Enfermagem Obstétrica
Gastronomia Funcional
Gestão em Políticas Públicas de Saúde
Microbiologia e Imunologia
Neuropsicologia
Nutrição Clínica
Parasitologia e Urinálise
Psicologia Hospitalar
Reabilitação Musculoesquelética e Desportiva
Saúde Coletiva
ARQUITETURA, ENGENHARIA, PRODUÇÃO E CONSTRUÇÃO
Arquitetura e Design de Interiores
Engenharia de Petróleo e Gás Natural
Engenharia de Segurança do Trabalho
Engenharia de Produção e Qualidade nos Processos
Gestão da Construção Civil
Gerenciamento de Obras e Empreendimentos na Construção Civil
Gestão Industrial e Processos Produtivos
Gestão da Produção e Qualidade
Gestão de Projetos em Engenharia e Arquitetura
Gestão em Refino de Petróleo, Petroquímica e Biocombustíveis
Perícia, Auditoria e Gestão ambiental
Planejamento e Orçamento de Obras e Serviços de Engenharia
EDUCAÇÃO
Docência Universitária
Docência da Educação Básica
Gestão de Ensino a Distância (EAD)
Gestão, Supervisão Escolar e Orientação Educacional
Metodologia do Ensino à Docência Superior
Psicopedagogia e Educação inclusiva

.

Psicopedagogia Clínica e Institucional
CIÊNCIAS, MATEMÁTICA E COMPUTAÇÃO
Banco de Dados
Desenvolvimento de Sistemas para Ambiente WEB
Redes de Computadores
Segurança e Auditoria em Informática
MBA
MBA em Direito Empresarial
MBA em Engenharia da Produção e Serviços e Gestão da Qualidade
MBA em Gestão de Pessoas e Coaching
MBA em Estratégia do Negócio e Competitividade de Mercado
MBA em Gerenciamento de Projetos e Resultados
MBA em Gestão de Restaurantes e Negócios Alimentícios
MBA em Gestão do Varejo e Inteligência Competitiva
MBA em Estratégica de Finanças, Auditoria e Controladoria
MBA em Gestão Estratégica de Metas e Planejamento Organizacional
MBA em Gestão Hospitalar
MBA em Gestão de Finanças e Tributos da Zona Franca de Manaus
MBA em Licitações e Contratos Administrativos
MBA em Recursos Humanos, Gestão de Equipes, Liderança e Resultados
MBA em Supply Chain e Management
MBA em Gestão de Redes Sociais e Marketing Digital
MBA em Lean Manufacturing e Logística
MBA em Gestão De Comércio Exterior e Negócios Internacionais

No que compete à estrutura física, o Centro Universitário tem a sua sede situada em um amplo complexo educacional formado por 4 prédios, e mais três unidades em Zonas distintas da Cidade de Manaus (Zona Leste, Zona Sul e Zona Norte), em seu complexo educacional, oferta área de convivências, praça de alimentação, auditórios somando 1100 lugares, biblioteca central e setoriais, estacionamento com mais de 2000 vagas, laboratórios para didáticos em todas as áreas de conhecimento, laboratórios de informática com terminais, softwares e acesso à internet para uso de professores e alunos mediante sistema agendado e suporte de um técnico de informática, e 02 unidades móveis com laptops para suporte às atividades acadêmicas. Oferece ainda internet Wi-Fi – disponível em todos os seus prédios e unidades.

Para os docentes oferta ainda salas de reuniões, espaço para atendimento ao aluno, sala de professores e gabinetes para professores integrais nos 03 turnos. Os Coordenadores de Curso possuem espaço de trabalho adequado, atendidos com a infraestrutura física e de pessoal para o eficiente exercício de suas funções. Estão ainda

.

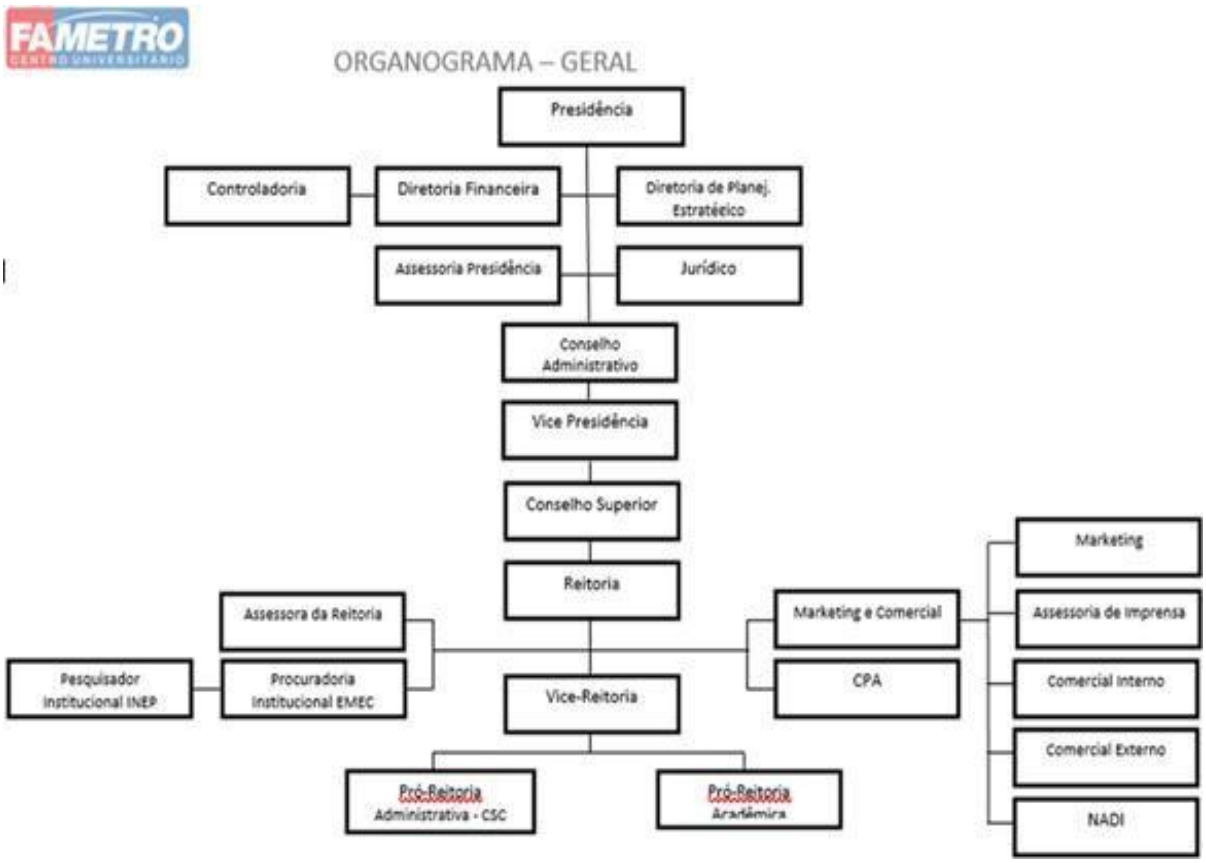
disponíveis para uso sala de reunião de NDE, Sala da Comissão Própria de Avaliação (CPA). Os alunos são atendidos em suas demandas acadêmicas em espaço apropriado que abriga a Secretaria Acadêmica, o Núcleo de Atendimento ao Aluno (NADI); a Ouvidoria e o Setor de Empregabilidade.

Além da sede e unidades na Cidade de Manaus, o CEUNI FAMETRO está em processo de credenciamento do campus fora de sede na cidade de Tabatinga, com processos de autorização vinculados ao credenciamento dos cursos de Direito, Enfermagem e Psicologia.

Tabela 8 – Cursos em processo de autorização do campus fora de sede CEUNI FAMETRO

CURSO	Nº PROCESSO E-MEC	NOTA
Credenciamento	202013628	05
Direito	202013631	04
Enfermagem	202013632	05
Psicologia	202013633	05

3. ORGAOGRAMA



4. CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO

4.1 NOME DO CURSO E MODALIDADE DE OFERTA

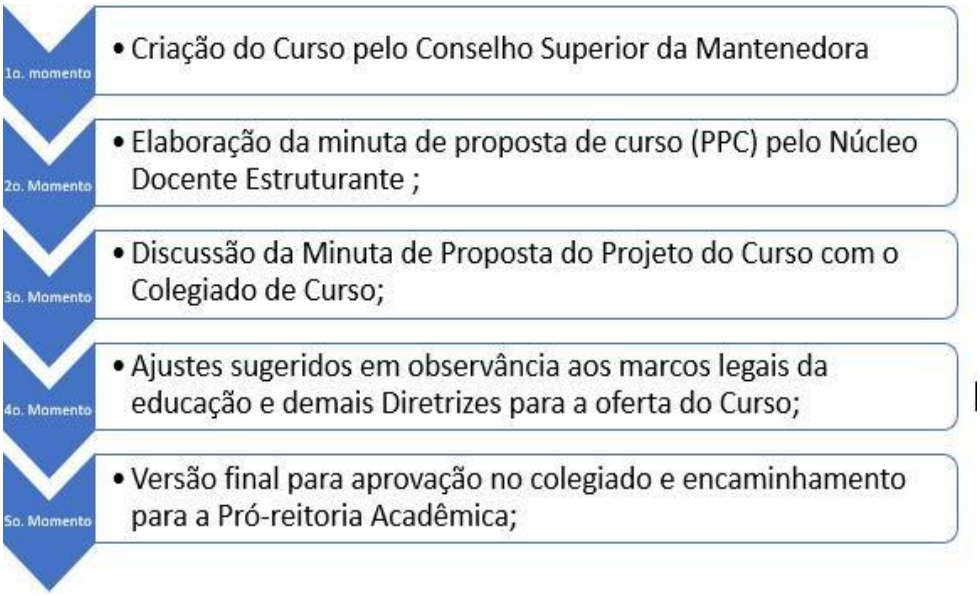
Nome do Curso: Graduação em Administração.
Modalidade de Oferta: Presencial
Centro Universitario CEUNI FAMETRO Unidade Zona Leste

4.2 RELATO DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO/IMPLANTAÇÃO/CONSOLIDAÇÃO DO PPC

O PPC foi elaborado pelo NDE as diretrizes curriculares nacionais do curso de Graduação em Administração instituidas pela RESOLUÇÃO CNE/CES Nº 4, DE 13 DE JULHO DE 2005 demais diretrizes pertinentes ao ensino superior, o PDI da IES, bem como asnecessidades locoregionais para formação do administrador, para atender as exigências do mundo do trabalho no qual esse profissional precisa estar preparado para atender as demandas das organizações.

A implantação ocorreu a partir da primeira turma do curso com o acompanhamento do NDE e do colegiado e a consolidação ocorre na medida em que se buscam melhorias para o curso com base na análise das avaliações internas e externas, e reuniões periódicas do NDE e colegiado, bem como, por meio da elaboração conjunta do Plano acadêmico-administrativo, o qual prevê ações contínuas de melhorias do curso.

Fluxo de Processos de Criação dos Cursos de Graduação



.

4.3 ENDEREÇO DE FUNCIONAMENTO DO CURSO

Avenida Autaz Mirim, 8565, Bairro Novo Aleixo, Manaus/AM, CEP 69099-045 (CEUNI FAMETRO Unidade Zona Leste).

4.4 ATOS LEGAIS DO CURSO E DATA DA PUBLICAÇÃO (Autorização/Reconhecimento/Renovação)

Curso em processo de Reconhecimento
Processo: 202009276

Curso Autorizado
Protocolado em: 03.05.2002

4.5 CONCEITOS DO CURSO (CC, CPC, ENADE)

ENADE 03

4.6 NÚMERO DE VAGAS DO CURSO E TURNOS DE FUNCIONAMENTOS

700 vagas anuais na modalidade presencial
Sendo: 150 vagas no turno matutino e 200 vagas no turno noturno.

4.7 CARGA HORARIA TOTAL DO CURSO E TEMPO MÍNIMO E MÁXIMO DE INTEGRALIZAÇÃO

Carga Horária Total do Curso: 3.066 h
Tempo Mínimo para integralização = 8 semestres
Tempo Máximo para integralização = 16 semestres.

4.8 PROTOCOLO DE COMPROMISSO OU TERMO DE SANEAMENTO DE DEFICIÊNCIA, MEDIDAS CAUTELARES, TERMOS DE SUPERVISÃO

N.S.A

.

4.9 PERFIL DO COORDENADOR

4.9.1 Nome, formação, titulação, tempo de experiência dentro e fora do magistério

a) Nome: Prof. MSc. José Roberto Lira Pinto Júnior

b) Formação: Bacharel em administração

c) Titulação: Mestre

d) Experiência dentro do magistério superior: 08 anos

e) Experiência fora do magistério superior: 05 anos

f) Tempo de gestão de curso de graduação: 01 anos e 02 meses

4.10 TEMPO MÉDIO DE PERMANÊNCIA DO NDE

O Núcleo Docente Estruturante da Instituição, é a instância dedicada a proceder o acompanhamento do Projeto Pedagógico de Curso, seus membros atuam em regime parcial ou integral, preferencialmente com titulação stricto sensu.

Na instituição os Núcleos Docentes Estruturantes participam juntamente com os membros do Colegiado de Curso, do acompanhamento, consolidação e atualização do PPC, promovendo estudos regulares a fim de buscar a melhor integração entre o perfil do egresso, as Diretrizes Curriculares Nacionais e as demandas atuais e futuras do mundo do trabalho.

Cabe ressaltar que existe um Regulamento que orienta a atuação do NDE na instituição, e que a permanência dos membros deve ser vigente até o ato regulatório subsequente. Assim, em caso de autorização é desejável que a maioria dos membros permaneçam até o ato de reconhecimento de curso e no caso de reconhecimento, seja observada a permanência até a renovação de reconhecimento.

A substituição de membros pode ser realizada mediante solicitação do próprio membro ou a partir de sugestão do colegiado de curso, observando sempre, o caráter de continuidade das ações em curso, bem como a possibilidade de renovação parcial dos membros a fim de garantir um maior engajamento do corpo docente na reflexão qualificada acerca do curso.

4.11 TEMPO MÉDIO DE PERMANÊNCIA DO COLEGIADO

O Colegiado da Instituição, é a instância dedicada a proceder o acompanhamento do Projeto Pedagógico de Curso, seus membros são o coordenador de curso, os professores do curso e os um discente eleito por seus pares. Na instituição o Colegiado de Curso participa

.

juntamente com os membros do Núcleo Docente Estruturante, do acompanhamento, consolidação e atualização do PPC, promovendo estudos regulares a fim de buscar a melhor integração entre o perfil do egresso, as Diretrizes Curriculares Nacionais e as demandas atuais e futuras do mundo do trabalho. Cabe ressaltar que existe um Regulamento no PDI, que orienta a atuação do Colegiado na instituição, bem como a permanência dos membros. Assim, em caso de autorização é desejável que a maioria dos membros permaneçam até o ato de reconhecimento de curso e no caso de reconhecimento, seja observada a permanência até a renovação de reconhecimento.

4.12 DISCIPLINAS EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

A matriz do curso possui as disciplinas de English for the Job Market e de Ethics, Sustentability and Human Rights in Brazil que serão ofertadas em língua inglesa, além disso a IES mantém convênio com Centro de idiomas oferecem descontos aos discentes de todos os cursos de graduação e pós-graduação como forma de estimular o aprendizado de diferentes idiomas.

4.13 CONVÊNIO

Para a realização de intercâmbios e mobilidade acadêmica o Centro Universitário está conveniado com as universidades de: Évora em Portugal, Bologna na Itália, Nihon Gakko no Paraguai, com o Santander Universidades que mantém convênio com 85 países. Além disso a IES mantém convênio com o Centro de idiomas oferecem descontos aos discentes de todos os cursos de graduação e pós-graduação como forma de estimular o aprendizado em diferentes idiomas.

4.14 QUANTITATIVO ANUAL DO CORPO DISCENTE, DESDE O ÚLTIMO ATO AUTORIZATIVO (INGRESSANTES MATRICULADOS EM TCC, PARTICIPANTES DE PROJETOS DE PESQUISA POR ANO, PARTICIPANTES EM PROJETOS DE EXTENSÃO POR ANO, PARTICIPANTES DE FINANCIAMENTO POR ANO.

	2018	2019	2020	2021	2022
Ingressantes	17	41	87	55	94
Concluintes	0	0	0	0	(Previsto 12 alunos)
Estrangeiros	0	0	0	0	0
Pesquisa	0	0	0	21	21
Extensão	12	20	0	35	(Previsto 40 alunos)
Financiamento FIES	1	3	5	3	0

.

Financiamento PROUNI	7	11	32	34	18
Financiamento Bolsa Universidade	0	0	0	0	0

4.15 JUSTIFICATIVA PARA A CRIAÇÃO DO CURSO SE JUSTIFICA EM FUNÇÃO DAS DEMANDAS LOCO REGIONAIS DE NATUREZA ECONÔMICA, SOCIAL, POLÍTICA, CULTURAL E AMBIENTAL.

A cidade de Manaus, sede do Centro Universitário - FAMETRO, está localizada em um dos maiores centros industriais do Brasil. A Zona Franca de Manaus (ZFM), de acordo com o Portal da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA (2019) é um modelo de desenvolvimento econômico implantado pelo governo brasileiro objetivando viabilizar uma base econômica na Amazônia Ocidental. Com a intensão também de promover a melhor integração produtiva e social dessa região ao país, garantindo a soberania nacional sobre suas fronteiras.

Neste sentido e pensando na importância da região para o desenvolvimento econômico do Brasil, destaca-se informações sobre as empresas instaladas no ano de 2018 no PIM que faturaram US$ 85 bilhões. O faturamento apresentou um crescimento real de 13,90% totalizando R$ 85 bilhões em 2018 contra R$ 75,2 bilhões em 2017. O resultado foi três vezes maior que o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). (SUFRAMA, 2018).

A esta perspectiva o posicionamento da Cidade de Manaus e da Região Norte no cenário econômico nacional indica que a política de incentivos da Zona Franca de Manaus e o Polo Industrial de Manaus são importantes fontes propulsoras de desenvolvimento econômico para a região. A cidade de Manaus hoje é a 8ª no ranking das cidades mais ricas do país, riqueza advinda em grande parte dos enormes recursos que movimentam a Zona Franca de Manaus e do PIM (Polo Industrial de Manaus).

De acordo com os dados do MEC, atualmente, 82 ofertam cursos de bacharelado em Administração em Manaus, nas modalidades, assim distribuidos na modalidade à distância 55 IES, e na modalidade Presencial 27 IES à saber: Centro Universitário do Norte, Centro Univdrsitário de Ensino Suoerior do Amazonas; Centro Universitário CEUNI – FAMETRO; Centro Universitário Luterano de Manaus; Faculdade Estácio do Amazonas; Faculdade Cosmos de Manaus; Faculdade Martha Falcão Wyden; Escola Superio Batista do Amazonas; Faculdade Salesiana Dom Bosco; Universidade Paulista; Faculdade Uninorte Faculdade IDAAM; Faculdade Boas Novas de Ciência Teológicas, sociais e Biotecnológicas; Universidade Nilton Lins; Faculdade La Salle; Faculdade de Tecnologia da Amazônia, Universidade Estadual do Amazonas e Universidade federal do Amazonas, Instituto de Ensino Superior Brasileiro; Instituto do Esnino Superior Fucapi. (http://emec.mec.gov.br. Acesso em 17 mai 2021).

Dados do próprio Censo/MEC apontam um déficit enorme de IES de ensino superior no Norte do país, haja vista que na distribuição das Instituições de Ensino uperior Privadas no Brasil apenas 6,4% se concentram no Norte, enquanto o Sudeste possui 48,9% das IES, o Sul 16%, o Nordeste com 18% e o Centro-Oeste 9,9%.

.

O mundo globalizado em que vivemos exige cada vez mais não só o avanço da economia e tecnologia, mas também dos processos para que se possam suprir as necessidades sociais, econômicas e culturais da sociedade. As transformações pelas quais vêm passando a nossa sociedade, causadas pela globalização da economia, avanço tecnológico, novas relações de emprego, novas concepções culturais e sociais e a busca de novos mecanismos para melhoria da qualidade de vida, impõem novos desafios aos agentes econômicos e educacionais.

Entretanto com a globalização dos processos, das pessoas e até mesmo da ideia ocorre à contraposição com a realidade local que exige respostas rápidas. Nessepatamar, novas compreensões são alcançadas e observamos a obrigação da criação de novos mecanismos a fim de melhorar a qualidade de vida da população, impondo assim novos desafios a esta instituição no âmbito educacional.

4.15.1 Demandas de Natureza Econômica

O Amazonas, maior extensão territorial do Brasil, possui o maior PIB da região norte e nordeste, atingindo cerca de R$ 98,754 bilhões em 2019. De acordo com os estudos da SEDECTI - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação, o setor da Indústria totalizou um montante de R$ 29 bilhões, o Setor de Serviços totalizou um valor de R$ 48 bilhões, e o setor agropecuário contribuiu com R$ 6,5 bilhões noquarto trimestre de 2019.

A capital do Estado é a cidade de Manaus, que tem uma contribuição expressiva na região com um PIB de R$ 73 bilhões de reais, com participação de 78,54% do PIB do estado em 2019. O município de Manaus corresponde a 94,54% da Indústria do Estado.

O polo agropecuário abriga projetos relacionados à produção de alimentos, piscicultura, beneficiamento, dentre outros. O setor terciário, conhecido por abranger as atividades de comércio de bens e prestação de serviços, demonstra expressiva relevância na economia brasileira é não é diferente em Manaus, onde o setor é composto de: Comércio e serviços de manutenção e reparação; Transportes e armazenagem e correio; Serviços de alojamento e alimentação; Atividades imobiliárias e aluguel; Serviços prestados às empresas; Serviços prestados às famílias e associativos; Serviços de informação; Intermediação financeira, seguros e previdência complementar; Administração, saúde e educação públicas; Saúde e educação mercantis; Serviços domésticos.

O segmento de comércio teve seu grande destaque na década de 80 com o modelo de economia fechada. Atualmente o setor de comércio e serviços possui grande relevância, pois representa 51,92% da participação do PIB da região. E a Câmara dos Dirigentes Lojistas do Amazonas - CDL regulamenta a atividade mercantil realizada pela cidade através da prestação de serviços e comércio. O apoio aos profissionais ativistas no comércio local oportuniza soluções e suporte ao desenvolvimento das atividades comerciais, orientando e defendendo os interesses dos comerciantes e prestadores de serviços.

A Junta Comercial do Estado do Amazonas- JUCEA registrou, no período de 1º de janeiro a 31 de março de 2019, 1.310 novas empresas no Amazonas, um crescimento de

5,3% em comparação a mesma data em 2018. O balanço, ainda, aponta que a maioria das novas constituições, mais precisamente 668 registros, são do tipo Empresa Individual (EI), empreendedor que atua como o único titular de seu negócio, sendo este uma pessoa física e sem a presença de outros sócios, não se enquadrando como Microempreendedor individual (MEI).

Outro dado interessante é que no segundo semestre de 2019, cerca de 90 lojas de diversos segmentos foram inauguradas em todo o Estado. E comparando o resultado estimado para 2019 de alguns segmentos do varejo com o apurado em 2018, os setores de bens duráveis são os que mais se destacaram, com crescimento de 8%; os semi e não duráveis cresceram em um patamar de 5%, em média. As lojas de móveis e decoração, de materiais de construção, de autopeças e acessórios e as farmácias e perfumarias registraram dois dígitos de aumento nas vendas em comparação a 2018.

A indústria é a base da sustentação da Zona Franca de Manaus, modelo de incentivos fiscais que protege a floresta e impede o desmatamento da região, instalada em 1967 e aprovada até 2.073, a ZFM gera 770 mil empregos diretos e indiretos. Dados da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) atestam que em 2019, só o Polo Industrial de Manaus contava com um Setor Industrial consolidado e tecnologicamente avançado, formado por cerca de 450 empresas com projetos incentivados pelos órgãos de desenvolvimento do Estado do Amazonas e do Governo Federal, gerando mais de 92 mil postos de trabalho, sendo que 03 subsetores empregam juntos 60% do total de funcionários do PIM, a área de eletroeletrônicos, duas rodas e de termoplásticos. Esse crescimento aponta para novos desafios econômicos e sociais que implicam em novas e volumosas demandas por serviços educacionais.

Outros dados que corroboram para a oferta do ensino superior são os dados sociais do IDH do Estado do Amazonas que o coloca em 19º. lugar no índice geral. 18º. lugar em Educação. 22º. lugar em longevidade e 16º. lugar em renda. Ainda há muito que ser feito para formar com qualidade e na quantidade necessária para a ocupação das vagas geradas nos diversos segmentos, ofertando profissionais com competências e habilidades alinhados aos desafios sociais contemporâneos e do mundo do trabalho de forma a preencher a necessidade de mão de obra com qualificação apropriada, que incluem também não só a necessária profissionalização, mas também a formação ética e humana, que conecte o futuro egresso do curso aos desafios éticos e socioambientais da região é uma tarefa da mais alta relevância para a instituição.

De acordo com o Conselho Regional de Administração do Amazonas, no ano de 2020 o estado apresentava aproximadamente 15.000. Administradores inscritos de acordo com informação do CRA-AM.

De acordo com dados da Receita Federal publicado pelo Sebrae publicado em 2020, no Brasil, existem 19.228.024 empresas formalizadas, o estado do Amazonas possui 179.216 empresas formalizadas e na cidade de Manaus esse quantitativo é de 127.129

.

empresas formalizadas, o quadro abaixo apresenta o quantitativo das empresas por atividade econômica.

UF	COMÉRCIO	SERVIÇOS	INDÚSTRIA	CONSTRUÇÃO CIVIL	AGROPECUÁRIA	TOTAL
AMAZONAS	80.173	73.911	13.993	10.426	713	179.216
MANAUS	59.428	49.608	9.665	8.188	240	127.129

Fonte: https://datasebrae.com.br/totaldeempresas

O mercado para os Administradores é muito promissor no Amazonas, levantamento pioneiro e nacional do Sebrae o estadodo amazonas possui 179.216 empresas cadastradas, e no município de Manaus esse número chega a 127.129 empresas, ou seja uma demanda muito grande para o profissional da administração. Considerando o contexto apresentado entendemos que há um cenário favorável a implantação de novos cursos de graduação na região.

Ainda considerando a oferta em relação ao mercado local, segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), aproximadamente um terço (1/3) dos empreendimentos não ultrapassam os dois primeiros anos de atividade, sendo que entre as causas de extinção estão como principais:

- Falta de capacitação dos empresários na gestão de negócio;
- Dificuldade de análise e gestão do fluxo financeiro;
- Falta de conhecimento para elaboração de um plano de negócio antes do inicio de um empreendimento; e;
- Visão fragmentada de um negócio sem a interação entre as áreas de uma empresa.

Isto posto, entende-se que uma melhor qualificação propiciará melhores condições de gerenciamento de um negócio, reveste-se de grande relevância a oferta de um curso voltado ao suprimento destas carências. Nesta direção, o esforço da Fametrro se justifica no sentido de envidar os esforços para formar profissionais que possam alavancar o desenvolvimento econômico e social do Estado, elevando a patamares melhores a qualidade de vida da população, para o que o administrador tem um papel de alta relevância.

Neste sentido, em tempo de cenários econômicos e sociais complexos, preparar um profissional capaz de atual nos três níveis da administração - o estratégico, tático e operacional de empresas nos diferentes setores da economia é tarefa que sem duvida contribuirá para o desenvolvimento econômico, gerando emprego e renda, impactando positivamente na melhoria da qualidade de vida da população em geral.

Formar com qualidade e na quantidade necessária para a ocupação dos empregos gerados nos diversos setores da economia, ofertando profissionais com competências e habilidades alinhados a necessidade do mundo do trabalho de forma a preencher a necessidade de mão de obra com qualificação apropriada, que incluem também não só a

necessária profissionalização, mas também a formação ética e humana, que conecte o futuro egresso do curso de administração aos desafios éticos e sócio-ambientais da região é uma tarefa da mais alta relevância para a qual a Fametro busca se apresentar.

Apesar da recessão econômica que o nosso país e o mundo atravessam, o cenário de crise é bem impactante para organizações que vivem em ambientes muito instáveis no campo dos negócios como políticas econômicas e fiscais adotada pelo Brasil e em outros paises que refletem diretamente no desempenho das organizações.

O administrador é um profissional especializado no gerenciamento das organizações, instituições governamentais e não governamentais e empreendedor do seu próprio negócio, possui competências e habilidades para exercer a função de gestor em organizações públicas e ou privadas para elaborar planejamentos, organizar, executar, avaliar e controlar atividades e negócios com objetivos de atender demandas das necessidades do seu público alvo nos diversos segmentos de mercado.

Nesse sentido a Fametro pretende contribuir para o desenvolvimento social e econômico da região ofertando uma graduação fundamentada nas Diretrizes Curriculares Nacionais e nas necessidades locorregionais, com princípios éticos, humanísticos e ambientais.

4.15.2 Demandas de Natureza Social

O Amazonas é um Estado rico em recursos naturais e diversidade cultural. Possui uma

Dados do PIB (Produto Interno Bruto) do Amazonas, no quarto trimestre de 2019 totalizou R$ 26,844 bilhões, deixando o Amazonas como 15º do País, tendo como maior fonte de recursos, àqueles advindos do Polo Industrial de Manaus. O Amazonas tem uma área de 1.559.161.814 km² com população de 3.480.937 habitantes, população estimada de 4.144.597 pessoas em 2019 e a projeção de 4.477.266 para 2020 (IBGE). A capital Manaus concentra em torno de 60% da população do Estado, um total de 2.182.763 habitantes (estimado de 2019), distribuídos em uma área de 11.458 km². A taxa da população ocupada é de 23,7%, o salário médio dos trabalhadores formais é de 3,05 salários mínimos e 37,9% da população possui renda per capita de ½ salário mínimo (2017).

Ao tomarmos como ponto de partida os dados educacionais da região, veremos que as matrículas do ensino fundamental em 2020 (CENSO ESCOLAR) chegaram a 705.007 considerando escolas públicas e privadas. Já os dados do Ensino Médio acusam o total de 205.696 matriculas. Ao analisarmos a série histórica disponibilizada pelo IBGE, veremos que o Ensino Médio pressionado pela universalização progressiva do Ensino Fundamental vem crescendo substancialmente.

No Estado do Amazonas segundo a mesma pesquisa do censo 2020 além da

.

realidade descrita nos níveis fundamentais é de 331.842 e do médios temos 109.663 frequentando o ensino de graduação e por fim 144.851 com ensino Superior Completo no estado do Amazonas entretanto em Manaus apenas 112.230 completaram o ensino superior. Em Manaus, no mesmo levantamento, dos 2.255.903 estimativa IBGE (2021), milhões de habitantes, apenas 7,5% tinham o ensino superior, e 5,7% frequentavam o ensino da graduação, fato que encontra um complicador nos indicadores que apontam para a distribuição do nº de IES por região geográfica. Ainda na composição de um cenário em números, o Mapa do Ensino Superior Brasileiro publicado pelo SEMESP, tendo como fonte os dados oriundos dos Censos Anuais divulgados pelo MEC, afirmam que entre 2014/2015, no Brasil, havia 1.708 Instituições Mantenedoras de Ensino Superior, sendo 1.506 privadas e 202 públicas, responsáveis respectivamente por 2.070 IES privadas e 298 públicas.

.

Destas mantenedoras, 67% são de pequeno porte (com até 2 mil alunos).

Dessa forma o curso de administração se faz necessário, devido a demenda do empresa formalizadas no estado . A relação entre o contingente populacional de Manaus, sua projeção e o contingente de egressos do ensino médio intensificam a demanda pelo ensino

Tabela 9 - Municípios da Região Metropolitana

Município	Legislação[60]	Área territorial (km²)[61]	População (2019)[62]	PIB (2016)[13]	IDH-M (2010)[63]
Autazes	30.04.2009 (LC N.64)	7.652,851	39.565	R$287,7 milhões	0,577 baixo
Careiro	30.04.2009 (LC N.64)	6.096,210	37.869	R$241,6 milhões	0,557 baixo
Careiro da Várzea	30.05.2007 (LC N.52)	2.627,474	30.225	R$295,1 milhões	0,568 baixo
Iranduba	30.05.2007 (LC N.52)	2.216,817	48.296	R$ 636 milhões	0,613 médio
Itacoatiara	30.05.2007 (LC N.52)	8.891,906	101.337	R$ 2 bilhões	0,644 médio
Itapiranga	30.04.2009 (LC N.64)	4.335,075	9.148	R$100,5 milhões	0,654 médio
Manacapuru	27.12.2007 (LC N.59)	7.336,579	97.377	R$ 1,2 bilhão	0,614 médio
Manaquiri	30.04.2009 (LC N.64)	3.973,259	32.105	R$249,8 milhões	0,596 baixo
Manaus	30.05.2007 (LC N.52)	11.401,092	2.182.763	R$ 70,2 bilhões	0,737 alto
Novo Airão	30.05.2007 (LC N.52)	37.805,257	19.454	R$120,5 milhões	0,570 baixo
Presidente Figueiredo	30.05.2007 (LC N.52)	25.412,265	36.279	R$546,2 milhões	0,647 Médio
Rio Preto da Eva	30.05.2007 (LC N.52)	5.815,622	33.347	R$445,1 milhões	0,611 Médio
Silves	30.04.2009 (LC N.64)	3.723,382	9.171	R$97,9 milhões	0,632 Médio
Total		127.287,789	2.676.936	R$ 76,6 bilhões	0,720 Alto

Na área educacional apesar dos números promissores, ainda há muito que ser feito

.

pela educação superior brasileira e principalmente no Amazonas. Relatório publicado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o *"Education at a Glance"* avaliou as 45 nações membros ou parceiras da organização. Segundo o estudo, apenas 21% dos brasileiros de 25 a 34 anos têm ensino superior completo. Enquanto, a média dos países que fazem parte da OCDE é em torno de 44%.Para melhorar este cenário, é preciso fortalecer as instituições de ensino superior no Brasil, ou seja, é necessário investir maciçamente nos professores, na melhoria da qualidade do ensino, no desenvolvimento de pesquisas e em tecnologia.

No campo da Educação Superior , de acordo com dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a região Sudeste domina o ranking. No total, 04 estados (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo) possuem 1.157 instituições de ensino superior no Brasil, segundo indicadores do Inep.

Na segunda colocação está a região Nordeste, com 432. Em seguida, vem o Sul do país que soma 389 instituições de ensino superior no Brasil. O Centro-Oeste com 235 e por último, o Norte com apenas 152 instituições. Dados do Mapa do Ensino Superior (2019) dão conta que o estado do Amazonas possui taxa de escolarização líquida de 15,0%, que estima o percentual de jovens de 18 a 24 anos matriculados no ensino superior em relação ao total da população nessa mesma faixa etária.

A primeira consideração a se fazer diz respeito à história tardia do ensino superior privado no Estado do Amazonas tendo iniciado pelos idos da década de 1990**,** portanto existe uma demanda latente pelo acesso ao ensino superior. O Estado é formado por quatro mesorregiões (totalizando 62 municípios) e concentra, em suas 21 instituições de ensino superior, 2,1% das matrículas em cursos presenciais do país, ou seja, 140,1 mil estudantes.

A mesorregião do Centro Amazonense detém 94,6% dessas matrículas. Em 2017, na rede privada houve um pequeno aumento nas matrículas, que passaram de 89,6 mil para 90,1 mil. Na rede pública, o decréscimo foi de 2,6%, totalizando 50,0 mil contra 51,3 mil de 2016. Com base no dados no e-MEC (2020), estado do Amazonas possui, 82 IES que ofertam o curso de Administração sendo 55 na modalidade à Dstância e 27 Presencial. No estado do Amazonas distribuidas em Faculdades, Universidades e Centros Universitários que ofertam Administração Pública e Privadas.

O estado do Amazonas registrou 26,1 mil matrículas em 2017. Na rede privada, entre 2016 e 2017, ocorreu um acréscimo de 28,7%, chegando a 24,4 mil matrículas. Na rede pública, o crescimento no mesmo período foi ainda mais expressivo, computando 1,7 mil matrículas (contra 765 de 2016). Das quatro mesorregiões do estado, a Centro Amazonense registrou 94,1% do total de matrículas EAD (24,5 mil matrículas).

O número de ingressantes (que iniciam o 1º ano) em cursos presenciais no estado do Amazonas apresentou queda de 5,6%, no período de 2016 a 2017 (44,0 mil para 41,5 mil). Os cursos à distância, no entanto, registraram crescimento de 44,5% no número de

.

ingressantes no mesmo período (de 11,8 mil para 17,0 mil). Já os concluintes (que finalizam o último ano de um curso), em 2017, ultrapassou 20,0 mil, sendo 17,5 mil em cursos presenciais e 2,5 mil em cursos EAD.

As matrículas nas IES privadas em cursos presenciais tiveram um pequeno crescimento de 0,5% (de 89,6 em 2018 para 90,1 mil em 2019). As IES públicas também computaram queda de 2,6% nas matrículas (51,3 mil em 2016 para 49,9 mil em 2019).

O curso presencial mais procurado no estado do Amazonas foi Direito, com 10,5 mil matrículas. Os 10 cursos presenciais mais procurados pelos estudantes no estado do Amazonas em 2017, na rede privada, foram Direito (10,5 mil matrículas), Enfermagem (7,7 mil), Administração (7,1 mil), Engenharia Civil (5mil), Ciências Contábeis (4mil), Pedagogia (3,8 mi), Psicologia (3,6 mil), Licenciatura em Educação Física (3 mil), Odontologia (2,8 mil), Farmácia (2,5 mil). E os 05 cursos a distância mais procurados foram Pedagogia (4,7 mil), Administração (4,1 mil), Gestão Logística (2,4 mil), Ciências Contábeis (2,2 mil), Gestão de Recursos Humanos (1,8 mil). O curso de Pedagogia teve a maior procura em EAD, registrando mais de 4,7 mil alunos matriculados. Direito foi o curso mais pesquisado na internet, de acordo com dados do mês de janeiro de 2019.

As matrículas nas IES privadas em cursos presenciais tiveram um pequeno crescimento de 0,5% (de 89,6 em 2016 para 90,1 mil em 2017). As IES públicas, também computaram queda de 2,6% nas matrículas (51,3 mil em 2016 para 49,9 mil em 2017). A porcentagem de migração entre os cursos presenciais no estado, em 2017, chegou a 19,7%. No mesmo período, o percentual de migração dos cursos a distância chegou a 37,1%.

A procedência de alunos matriculados no ensino superior privado continua predominantemente de alunos do ensino médio público. De acordo com a Secretaria Estadual de Educação A Rede Estadual de Ensino responde por 93,2% da matrícula do Ensino Médio, são 163.682 alunos, sendo 103.777 na capital e 59.905 no interior do Estado. Na modalidade de Educação de Jovens e Adultos encontram-se matriculados 120.171 alunos, sendo 59.935 na esfera municipal, 59.795 estadual e 441 particular.

Porém, os dados críticos são os 23,2% de alunos que interromperam seus estudos na capital, e 20,1% abandonaram os estudos no interior, conforme dados de 2006. A educação brasileira e, em especial a do Amazonas, indica uma questão paradigmática que implica em mudanças e inserções de medidas corretivas ao fluxo escolar se reflete em todas as unidades federadas, qual seja, toda criança e todo jovem aprendendo, e o abandono escolar, que reflete pressões sociais que fazem com que crianças e jovens interrompam seus estudos.

A Educação Profissional representa 11.533 matrículas, sendo 7.282 na capital e 4.251 no interior, dessas 2.064 são na dependência administrativa federal, 5.813 estadual e 3.656 particular. Constata-se um crescente aumento da oferta de profissionalização aos jovens do interior, considerando o aumento da oferta, porém é necessária que esta

.

profissionalização esteja voltada para a especificidade do desenvolvimento sustentável dos municípios do interior.

A educação no Município de Manaus possui uma taxa de analfabetismo de 2,1%, menor que o nível nacional (6,8%). A taxa de analfabetismo no Amazonas foi a 8ª menor dentre as capitais. A maior foi em Rio Branco (7,5%) e a menor foi em Porto Alegre (1,2%), de acordo com os dados do IBGE em 2018. Sua taxa de escolarização de ensino médio de toda a sua população é de 52,7% e de ensino superior é de 14,8%, sendo a média brasileira de 16,5%.

O Amazonas foi a 26ª rede estadual no crescimento da nota da Prova Brasil de Língua Portuguesa e 23ª posição entre as redes estaduais no ranking da Prova Brasil de Matemática em 2017. Os dados educacionais apresentados demonstram a relevância dos investimentos em educação.

O Estado do Amazonas assinou o Compromisso Todos pela Educação que integra o PDE, com o propósito de melhorar a qualidade da educação. As diretrizes do Plano Estadual de Educação do Amazonas- PEE 2015-2025 prevêem:

- erradicação do analfabetismo;
- universalização do atendimento escolar;
- superação das desigualdades educacionais com ênfase na promoção da cidadania e erradicação da discriminação;
- melhoria da qualidade de ensino;
- formação para o trabalho;
- ênfase em valores morais e éticos;
- promoção da gestão democrática;
- promoção humanística, cultural, científica e tecnológica;
- valorização dos profissionais da educação;
- promoção dos Direitos Humanos.

Neste sentido, a Secretaria de Estado de Educação- SEDUC possui os seguintes programas:

- Sistema de Gestão Escolar do Amazonas
- Programas Pró-Engenharias e RH-TI
- Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC
- Programa de Aceleração do Desenvolvimento da Educação do Amazonas (Padeam)-
- Programa Ciência na Escola
- Programa de Reforço Escolar
- Educação Escolar Indígena

O desafio de buscar a qualidade na educação que se oferta é tão grande e complexo quanto é a Região Norte do País. A educação em nosso estado está

necessariamente ligada à diversidade das condições de vida local, de saberes, de valores, de práticas sociais e educativas, bem como de uma variedade de sujeitos, das áreas urbanas, rurais e ribeirinhas destacando ainda a questão da educação indígena e as múltiplas etnias que ocupam o território e o imaginário social. Assim, na direção das estatísticas que tratam da quantidade de professores, da quantidade de turmas e oferta de vagas nas redes públicas e privadas de ensino em nível municipal e estadual.

O Índice de Desenvolvimento Humano- IDH mede o nível de desenvolvimento humano dos países utilizando como critérios indicadores de educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (esperança de vida ao nascer) e renda (PIB per capita). Nesse sentido, observa-se diante de todos os dados apresentados que apesar de Manaus apresentar um IDH considerado alto, a maioria dos municípios da Região Metropolitana ainda carece de investimentos em educação, saúde e economia para que desenvolvam uma menor dependência da capital e melhoria da qualidade de vida para seus habitantes.

Ademais, o Amazonas terá de qualificar 142 mil trabalhadores em ocupações industriais nos níveis superior, técnico, qualificação e aperfeiçoamento entre 2019 e 2023 de acordo com dados do Mapa do Trabalho Industrial.

Em Manaus, apesar de a cidade possuir o maior crescimento populacional brasileiro, ainda enfrenta de forma mais severa o problema da escassez de profissionais, o Estado do Amazonas tem investido em média 25% de sua arrecadação, cumprindo sua obrigação como manda a Constituição, mas no ranking do investimento em educação ocupa as últimas posições quando se observa que estados como o Amapá, Mato Grosso do Sul, Paraná, Espírito Santo, São Paulo, Ceará e Sergipe investem em média 30% de sua arrecadação.

A capital Manaus foi preparada econômica e estruturalmente por meio de incentivos fiscais para receber empresas multinacionais, agora cabe a ela o constrangimento do não oferecimento de mão de obra especializada, variável importante na decisão baseada nos custos e benefícios dos investimentos iniciais no Brasil.

Nesse sentido, o Curso de administração da IES se propõe a desenvolver um ensino de qualidade visando questões ética e humanística com uma matriz curricular voltadapara as necessidade locorregionais e nacionais o que possibilita ao aluno um conhecimentovasto e com qualificação, desenvolvendo novas habilidades para exercer a profissão em qualquer ambiente das organizações, é uma formação generalista, o que possibilita oaluno a ter uma visão macro das organizações no decorrer do curso, no qual, poderá estudar várias áreas a fim de poder fazer uma escolha por afinidade, para escolha de uma especialização no futuro.

4.15.3 Demandas Culturais

.

A diversidade cultural é assim, um ponto central para se entender a Região. O Amazonas representa ainda a maior congregação da diversidade étnica do país e consequentemente a linguística, perfazendo aproximadamente 300 etnias distintas, inclusive com grupos ainda sem contato com a civilização.

Em referência aos aspectos culturais da cidade de Manaus, temos uma grande contribuição de nossa população através da miscigenação dos índios com os nordestinos que migraram para o Amazonas durante o período do Ciclo da Borracha. Além desta herança, o período de extração da Borracha deixou ícones da nossa cultura que são conhecidos mundialmente e que geram um comércio expressivo de suvenires, lembranças e objetos locais que fazem referências aos principais atrativos turísticos como o Teatro Amazonas, Palácio da Justiça, Alfândega, dentre outros.

Observa-se também, outros pontos turísticos que ressaltam a riqueza dos nossos rios como o Encontro das Águas e o Parque Nacional de Anavilhanas e a Floresta Amazônica, considerada o pulmão do mundo e Patrimônio da Humanidade. Outros patrimônios socioculturais do estado do Amazonas também merecem destaque são o Festival de Parintins, mundialmente conhecidos pela rivalidade de dois bois bumbás no município de Parintins, Festival da Canção de Itacoatiara, Festa do Cupuaçu, entre outros.

O Estado conta com as seguintes diretorias ligadas a Secretaria de Cultura: Administrativa e Financeira; Eventos; Teatro Amazonas; Museus; Centros Culturais; Corpos Artísticos; Parques e Praças Culturais; Liceu de Artes e Ofícios Cláudio Santoro de Manaus; Liceu de Artes e Ofícios Claudio Santoro/Unidade Parintins; Patrimônio Histórico; Galeria do Largo; Departamento de Literatura; Bibliotecas.

E o resumo dos projetos/programas/serviços da SEC são: Programas: Liceu Manaus e Parintins - ações artísticas e culturais no ensino das artes: cursos regulares e livres nos segmentos da música popular e erudita, dança, teatro, artes plásticas, artes visuais, audiovisuais, cursos especiais e de aplicação pedagógica (orquestra e corais), Gestão de Educação a Distância: Plataforma Virtual de Arte e Cultura Amazônica, quanto a gestão administrativa, recursos humanos, financeiros, infraestrutura e logística das ações artístico-culturais, da Secretaria de Estado de Cultura.

Espaços públicos e Centros Culturais: Povos da Amazônia, Largo de São Sebastião, Palácio da Justiça, Palácio Rio Negro, Professor Gilberto Mestrinho/Sambódromo, Amazonino Mendes (Parintins), Usina Chaminé, Indígena Ajuricaba, Popular Galeria do Largo de São Sebastião Museus: Seringal Vila Paraíso e Casa Eduardo Ribeiro Palacete Provincial. Parques: Senador Jefferson Peres e Rio Negro. Praças: Antônio Bittencourt, Heliodoro Balbi. Teatros: Amazonas, Instalação. Biblioteca Pública

Corpos Artísticos: Bale Experimental do Corpo de Dança do Amazonas; Balé Folclórico do Amazonas; Coral do Amazonas; Corpo de Dança do Amazonas; Grupo Vocal dos Corpos Artísticos; Madrigal da Casa de Música Ivete Ibiapina; Orquestra Amazonas

.

Band; Orquestra Amazonas Filarmônica; Orquestra de Câmara do Amazonas; Orquestra de Violões do Amazonas; Orquestra Experimental Amazonas Filarmônica. Principais eventos: Carnaval e Carnaboi, Festival de Ópera, Festivais Folclóricos, Multieventos, Ações de Arte e Cultura, Atividades de Cultura Popular.

Quanto às tendências para a cultura do Estado, uma visão sistêmica da cultura é necessária, buscando o diálogo e as parcerias entre as mais diversas secretarias de governo, como SEDUC, SEAS, SEJUSC, SEJEL, etc, com visão intersetorial das ações e desenvolvendo projetos em conjunto. Outro grande desafio de uma nova gestão cultural para o Estado, gira em torno da popularização e interiorização da cultura de uma forma geral.

A necessidade de ampliar os equipamentos e a utilização dos aparelhos culturais nos bairros de Manaus e nos municípios mais distantes da capital, valorizando e incentivando a produção e a divulgação da cultura popular, indígena e afro amazônica. Além de apoio e incentivo para organização de grupos de cultura popular nos bairros e municípios, e respeito ao protagonismo dos grupos e organizações já existentes nessas localidades.

A Zona Leste de Manaus possui um núcleo do Liceu de Artes e Ofícios Cláudio Santoro, localizado no Shopping Grande Circular. O centro cultural atende aos jovens da região e agrega atores a atrizes mirins e juvenis, além de cantores, bailarinos, dançarinos e poetas de baixa renda. Os atores, atrizes e bailarinos do Centro Cultural Cláudio Santoro sempre são escalados para as apresentações natalinas no Teatro Amazonas.

Portanto, o desafio do curso de Administração é ampliarmos o conhecimento sobre as especificidades culturais, das etnias que compõem o nosso país, sobretudo do estado do Amazonas, trazendo o multiculturalismo como tema transversal na formação dos administradores. O administrador possui competências e habilidades na tratativas com as pessoas, diversidades de hábitos, costumes e comportamento no ambiente das organizações.

4.15.4 Demandas Políticas de Saúde

O Estado ocupa em 2019 a 26ª posição no ranking de competitividade, Pilar Infraestrutura, com nota 11, 2 pontos, numa escala que a pontuação vai até 100.

Assim, o Plano Plurianual do Estado do Amazonas- PAA 2020-2023 tem como diretriz a Modernização da Gestão Pública com as seguintes ações por áreas:

- **Saneamento** - acabar com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água e outras doenças transmissíveis; reduzir o número de mortes e doenças por produtos químicos perigosos, contaminação e poluição do ar e água do solo; ampliar a cooperação internacional e o apoio à capacitação para os

.

países em desenvolvimento em atividades relacionadas à água, saneamento, dessalinização, eficiência no uso da água, tratamento de efluentes; alcançar o acesso universal e equitativo a água potável; reduzir a poluição; implantar a gestão integrada dos recursos hídricos.

- **Urbanismo** - administrar e gerenciar recursos públicos destinados as despesas com serviços de energia elétrica, água e esgoto e telefonia.
- **Desburocratização e Governo Digital** - contratar consultorias especializadas; planejar e gerir políticas públicas, modernizar estruturas organizacionais e processos administrativos; fortalecer mecanismos de transparência; modernizar a gestão de informações e integrar sistemas de tecnologia da informação; metrologia e qualidade industrial.
- **Infraestrutura e Logística de Integração** - promover o desenvolvimento sustentável; pavimentar rodovias (07 projetos para execução com meta de 400 km de ramais a serem pavimentados); duplicar a rodovia AM-070; modernizar a rodovia AM 010; disponibilizar casas populares à população de baixa renda; reduzir riscos de desastres; urbanizar as favelas; aumentar a urbanização inclusiva e sustentável; garantir que pobres e vulneráveis tenham direitos iguais aos recursos econômicos, acesso a serviços básicos e micro-finanças.
- **Transportes** - expandir a interligação logística de modais de transporte entre municípios e comunidades do estado para alcançar aumento do escoamento da produção agrícola e promover maior acesso da população à educação e à saúde; melhorar a segurança e a acessibilidade dos transportes; implantar políticas de migração planejadas.
- **Infraestrutura** - proporcionar acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes; facilitar a migração e a mobilidade ordenada, segura, regular e responsável das pessoas.
- **Energia** - modernizar e fortalecer o sistema de iluminação pública; aumentar a participação de energias renováveis na matriz energética global**.**

Quanto à moradia, a Superintendência Estadual de Habitação- SUHAB é responsável pelo planejamento, desenvolvimento e execução da Política Estadual de Habitação – PEH e tem como objetivos elaborar programas e projetos referentes ao setor habitacional de interesse social; construir habitações de interesse social por conta própria ou através de parcerias, intensificar o processo de desfavelamento, mediante o financiamento à construção e aquisição da casa própria, dentre outras.

Entre as ações, a SUAHAB está desenvolvendo o programa Minha Casa Minha Vida Sub 50 no interior do Estado. São 43 municípios do Amazonas, com até 50 mil habitantes, que estão aptos ao programa e trabalhando com a administração da carteira de mutuários,

atualizando e realizando campanhas de regularização, como o Programa Casa Legal.

Programa CASA LEGAL: De acordo com a Lei n. 4.577, de 9 de abril de 2018, instituiu- se os Programas de Recuperação de Crédito – PRC e de Regularização de Titularidade dos Imóveis – PRTI, pertencentes ou incorporados à carteira imobiliária da SUHAB. Posteriormente houve a Portaria n. 89/2018, de 22/05/2018, que estabelece os procedimentos para as devidas regularizações de contratos com mutuários.

Continuação do PROSAMIM na capital e no interior, com as devidas correções das falhas socioambientais do programa, especialmente a insuficiência nas indenizações e a inexistência de tratamento de esgoto. Programa com propósito de ajudar na solução dos problemas ambientais, urbanísticos e sociais que afetam a cidade e seus habitantes, especificamente aqueles que vivem abaixo da cota 30m de inundação, tomando como referência o nível do Rio.

O PROSAIMAUÉS também faz parte do rol de propostas apresentadas no Programa de Governo. O objetivo geral é contribuir para a solução dos problemas de saneamento básico, urbanísticos e socioambientais que afetam a qualidade de vida da população e a sustentabilidade socioeconômica do Município de Maués.

Entretanto, não há uma política clara de habitação para o Amazonas. O estudo dos problemas de habitação de interesse social seguido do planejamento da execução de conjuntos habitacionais deveria proporcionar a elaboração de programas e projetos referentes à Política Estadual de Habitação. Porém isso não ocorre. A alienação de terrenos e glebas deve ser uma das áreas de atuação da Superintendência, pois mediante tal instituto as áreas são reservadas à construção de novas moradias de interesse social, uma vez que os beneficiários são em grande parte retirados de residências em situação crítica, localizadas às margens de igarapés, rios e lagoas. Ademais, o processo de desapropriação, desfavelamento e urbanização propicia a recuperação das áreas anteriormente atingidas por ocupação irregular.

De acordo com dados de 2015 do IBGE, o déficit habitacional em todo o Estado do Amazonas é de 128 mil unidades habitacionais. Sendo formado por quatro categorias: moradia de aluguel, áreas de risco, adensamento habitacional e coabitação familiar.

Já a SEINFRA, setor de infraestrutura no Estado do Amazonas precisa passar por uma reestruturação, de modo a sair do viés somente operacional, mas há grandes obras sendo executadas na região metropolitana de Manaus, cuja execução sofre entraves que ocasionam atrasos e prejuízos diversos, quais sejam dificuldades na desapropriação e realocação da rede elétrica. As obras são as seguintes: Obras do ANEL LESTE de Manaus; Obras do ANEL SUL de Manaus; Obras de Duplicação da Rodovia AM-070; Obras do Sistema Viário no Interior do Estado; Recuperação de Orlas no Interior do Estado.

Principais desafios:

- Implementar um sistema sustentável de pavimentação que inclua os devidos trabalhos de drenagem, sub-base, usando asfalto de qualidade e outros tipos

depiso, a fim de promover em cooperação com os municípios, a manutenção do sistema viário e das estradas vicinais visando o escoamento da produção, bem como a manutenção e recuperação das rodovias estaduais;

- Priorizar os investimentos em pavimentação e recuperação de estradas estaduais e estradas vicinais; Cooperar com o Governo Federal para a recuperação completa da BR 319, auxiliando nas medidas de prevenção na área de meio ambiente e ordenamento fundiário, bem como a implantação de um sistema integrada de controle e monitoramento;
- Cooperar com o Governo Federal e os Municípios no sentido de ampliar e aperfeiçoar o sistema de transporte aéreo regional; Apoio à expansão do Programa Luz para Todos; Apoio à readequação e/ou implantação de um verdadeiro terminal pesqueiro; Apoio, em parceria com os municípios, à revitalização de quadras de esporte e campos de futebol com incentivo à formação esportiva, preferencialmente em áreas de maior vulnerabilidade social;

Promoção de estudos de captação de recursos para criação de mini vilas olímpicas nos municípios, inclusive com Parceria Público-Privada, para a manutenção das vilas.

Em relação à Logística do Estado, a Superintendência Estadual de Navegação, Portos e Hidrovias – SNPH tem como principal atribuição desenvolver as vias navegáveis interiores e da navegação no Estado do Amazonas; implantar, promover, manter, fiscalizar a estrutura Estadual para o transporte aquaviário no interior do Estado do Amazonas, abrangendo a navegação e as vias navegáveis interiores. Entretanto, ainda não há uma política de infraestrutura portuária e de hidrovias no âmbito estadual que seja indutora de desenvolvimento e modernização do setor.

O Amazonas é o maior estado da federação e o que abriga a maior quantidade de rios navegáveis, os quais na maioria das vezes são a única opção às populações mais pobres e distantes dos grandes centros. A quantidade de embarcações regionais para todo tipo de finalidade é muito grande, porém operam sem nenhum apoio ou fiscalização de um órgão estadual. Não há sinalização hidroviária, não há estudos de batimetria e seu monitoramento, não há organização nos portos de abastecimento de produtos do setor primário, não há, enfim, atividade alguma estruturada para disciplinar, desenvolver, modernizar e facilitar o setor com vistas a oferecer serviços de qualidade e benefícios à população que diariamente precisa utilizar os rios do Amazonas.

Quanto a Gestão da Política da Assistência Social no Estado do Amazonas- a SEAS tem como principais programas:

a) Programa Bolsa Família (PBF);
b) Programa BPC na Escola com propósito é criar as condições propícias para o desenvolvimento da autonomia, participação social e emancipação da pessoa com deficiência;

.

c) Programa ACESSUAS para promover o acesso de seus usuários a oportunidades no mundo do trabalho das pessoasem situação de vulnerabilidade social.

d) Programa Primeira Infância: objetivando a promoção dodesenvolvimento integral das crianças na primeira infância, considerando sua família e seu contexto de vida.

e) Ações estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI que visa a proteção de crianças e adolescentes, menores de 16 anos, contra qualquer forma de trabalho, garantindo a frequência na escola e em atividades socioeducativas, consiste em um auxílio financeiro mensal com transferência direta ao beneficiário**.**

O Estado do Amazonas assinou o Compromisso Todos pela Educação que integra o PDE, com o propósito de melhorar a qualidade da educação.

As diretrizes do Plano Estadual de Educação do Amazonas- PEE 2015-2025 prevêem: erradicação do analfabetismo; universalização do atendimento escolar; superação das desigualdades educacionais com ênfase na promoção da cidadania e erradicação da discriminação; melhoria da qualidade de ensino; formação para o trabalho; ênfase em valores morais e éticos; promoção da gestão democrática; promoção humanística, cultural, científica e tecnológica; valorização dos profissionais da educação; promoção dos Direitos Humanos.

Neste sentido, a Secretaria de Estado de Educação- SEDUC possui os seguintes programas:

- Sistema de Gestão Escolar do Amazonas (Sigeam- por meio deste moderno sistema de armazenamento e gerenciamento de dados implantado nas escolas da Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino (SEDUC) da capital e do interior do Amazonas, todas as unidades de ensino publicam suas informações de ordem administrativa e tendo a possibilidade de gerenciá-las em tempo real.
- Programas Pró-Engenharias e RH-TI- com o objetivo de acompanhar os estudantes da rede pública estadual, matriculados no Ensino Médio, e que apresentem aptidão para as áreas de exatas e tendência vocacional para seguir carreira nos vários ramos da Engenharia e também nos de Tecnologia da Informação, o Governo do Amazonas vem desenvolvendo o Programa Estratégico de Indução à Formação de Recursos Humanos em Engenharias (Pró- Engenharias) e também o Programa Estratégico de Indução à Formação de Recursos Humanos em Tecnologia da Informação (RH-TI).
- Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC)- Visando intensificar e aprimorar as ações educacionais direcionadas na rede pública especificamente

.

aos estudantes do 1º ciclo do ensino fundamental, o Governo do Estado aderiu ao Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC).

Em atendimento a uma proposta do Governo Federal, várias iniciativas vêm sendo realizadas pela Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino (SEDUC), com intuito de garantir que todos os estudantes matriculados na rede pública estadual estejam efetivamente alfabetizados até os oito anos de idade, ou seja, ao concluir o 3º ano do ensino fundamental.

Programa de Aceleração do Desenvolvimento da Educação do Amazonas (Padeam)- o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) investirá 273 milhões de dólares objetivando esta ampliação e otimização da rede pública estadual de educação. Além da operação de crédito internacional, somar-se-á aos investimentos do BID outros o incremento de US$ 121,826 milhões por parte do Governo do Amazonas.

Os recursos serão aplicados em ações que, no campo da engenharia, visam ampliar em, pelo menos, 33 mil novas vagas a capacidade de atendimento da rede pública estadual de educação do Amazonas e no campo pedagógico, favorecer a aceleração da aprendizagem por meio da expansão de programas como “Reforço escolar” e projeto “Avançar”. Os recursos também serão empregados na qualificação profissional da rede de ensino e de assistência técnica pedagógica a professores e escolas.

Programa Ciência na Escola- Com o desenvolvimento de projetos de pesquisa no ambiente escolar, as potencialidades dos alunos são desenvolvidas e suas habilidades acadêmicas destacadas, entre outros, pelo desenvolvimento de projetos e da participação em eventos científicos.

Programa de Reforço Escolar- Com o objetivo de reforçar o aprendizado ministrado em sala de aula o programa beneficia alunos matriculados no Ensino Fundamental permitindo a eles o acesso a aulas extras, que são ministradas no contra turno escolar sob a orientação de uma equipe de monitores, previamente capacitados.

Educação Escolar Indígena- São mais de 50 mil alunos indígenas regularmente matriculados nas redes municipais e estaduais de ensino em todo o Amazonas que recebem um atendimento específico. São, pelo menos, 120 mil índios de 72 etnias localizados nos 62 municípios do Estado.

Na área da saúde a Secretaria de Estado da Saúde- SUSAM é responsável pelos programas e ações de saúde do estado, destacando-se:

- **Caderneta de Saúde da Pessoa Idosa** - a caderneta auxilia no acompanhamento da saúde, tanto pelas equipes de saúde quanto pelos idosos, seus familiares e cuidadores.
- **Saúde do homem** - Pré-Natal do Homem- o envolvimento masculino no planejamento reprodutivo e na gestação pode ajudar na criação e no

fortalecimento do vínculo familiar.

- **Pessoa com deficiência** - Centro Especializado em Reabilitação (CER)- Os CER's realizam diagnóstico, tratamento, adaptação e manutenção de tecnologia assistiva para pessoas com diferentes tipos de deficiências.
- **Saúde do adolescente** - Caderneta de Saúde- Material orienta sobre como lidar com as transformações no corpo e a cuidar melhor de si mesmo, além dos direitos dos adolescentes nesta fase.
- **Programa nacional de triagem neonatal** - o diagnóstico precoce, o tratamento adequado e o acompanhamento médico de algumas doenças podem evitar a morte, deficiências e proporcionar melhor qualidade de vida aos recém-nascidos. Saiba mais sobre o fortalecimento do cuidado aos recém-nascidos e as ações desenvolvidas aqui.
- **Saúde da mulher** - Rede Cegonha- Ação orienta mulheres sobre saúde, qualidade de vida e bem-estar durante a gestação, parto, pós-parto e o desenvolvimento da criança.
- **Aleitamento materno** - orientações sobre a importância da amamentação, os principais benefícios para mãe e para o filho, as orientações do Ministério da Saúde para amamentar de forma tranquila e prazerosa e onde encontrar ajuda em caso de dificuldades. Programa nacional de segurança do paciente- criado para contribuir para a qualificação do cuidado em saúde em todos os estabelecimentos de saúde do território nacional. A Segurança do Paciente é um dos seis atributos da qualidade do cuidado e tem adquirido, em todo o mundo, grande importância para os pacientes, famílias, gestores e profissionais de saúde com a finalidade de oferecer uma assistência segura.

Dessa forma Administrador possui competências e habilidades para fazer gestão em qual área das organizações incluindo gestão de saúde, que por sua vez, implica administrar empreendimentos de saúde, tanto na esfera pública como privada, avaliar as necessidades da instituição, criar e aplicar políticas públicas.

O planejamento, é parte fundamental da gestão para conduzir o rumo das organizações assim, auxiliar na elaboração de planos de ação, realizar melhoria contínua dos processos e escolher prioridades que produzirão resultados. A função gerencial nos serviços de saúde, é necessário aptidões para atuar na melhoria da qualidade dos serviços ofertados aos usuários, atendendo três dimensões: a dimensão

.

política que se relaciona com a finalidade do trabalho; a dimensão organizacional que induz a organização do processo gerencial e a técnica que se relaciona a prática com o monitoramento e avaliação deste trabalho.

Outra atribuição fundamental do gestor de saúde é habilidade de negociação, ouseja, toma sobre si o papel de mediador de relações, pois é essencial para promover uma gestão compartilhada dos serviços de saúde além de ser uma relação estritamente formal e burocrática, envolve uma relação que abrange afeto e objetivos pactuados de forma coletiva, no sentido de garantir uma gestão participativa. Dentre as habilidades esperadas para um gestor são a comunicação visto que ela garante a informação, a alimentação dos sistemas de informação em tempo hábil, a elaboração de relatórios e planos de ação para a melhoria da qualidade das informações em saúde.

4.15.5 Demandas de Natureza Ambiental

Manaus está inserida no meio da Floresta Amazônica, a maior e mais biodiversa floresta tropical do país, a Amazônia brasileira enfrenta de maneira histórica e reiterada uma série de ataques que afetam a sobrevivência da maior floresta tropical do mundo. A essas ameaças soma-se às o avanço da especulação imobiliária, o garimpo, o estabelecimento da posse da terra e abertura de estradas. Essas investidas poderão dizimar rapidamente a Amazônia, a exemplo da floresta Atlântica, caso medidas efetivas não forem adotadas em caráter de urgência

Ainda dentre aos riscos apresentados, o desmatamento figura então como o maior desafio a ser enfrentado, neste contexto a Faculdade, entende que as questões ambientais e o desenvolvimento sustentável na Amazônia são cruciais, devendo ser debatidos pelas Instituições de Educação, de maneira a contribuir para formar uma consciência ambiental coletiva. Diante deste cenário, é que se insere a Política Ambiental da IES, o que nos impele a definir políticas acadêmicas e sociais, como forma de se fazer atuante no processo de educação e formação profissional. Nossa intenção é formar profissionais sensíveis aos problemas da comunidade, assumindo a -responsabilidade coletiva pelo desenvolvimento sustentável local e regional do Amazonas**.**

Promover o desenvolvimento da Amazônia sem destruir seu valioso patrimônio ambiental é o desafio que buscamos superar a partir de políticas que sejam economicamente viável e ambientalmente sustentável, considerando das inúmeras potencialidades da região.

Considerando que a proteção ambiental é influenciada por três fatores interligados: legislação ambiental, ética e educação e que cada um desses fatores desempenha o papel em influenciar decisões ambientais a nível nacional e os valores e comportamentos ambientais a nível pessoal. No tocante a educação, o termo Educação Ambiental tem seus

.

primeiros registros em 1948, num encontro da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), contudo as diretrizes daquilo que hoje reconhecemos como Educação Ambiental tem seu inicio na Conferência de Estocolmo, em 1972, momento que marca a ascensão da temática da Educação Ambiental na agenda internacional.

Mais tarde, em 1977, acontece em Tbilisi, na Georgia (ex-União Soviética), a Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, cuja organização ocorreu a partir de uma parceria entre a Unesco e o então recente Programa de Meio Ambiente da ONU (Pnuma). Foi deste encontro – firmado pelo Brasil – que saíram as definições, os objetivos, os princípios e as estratégias para a Educação Ambiental que até hoje são adotados em todo o mundo. Destaca-se ainda no conjunto documental que trata acerca do tema o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global construído em 1992 no Fórum Global, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92).

O Governo Brasileiro não só aderiu aos acordos e tratados internacionais, como também legislou e vem ao longo das últimas duas décadas intensificando ações e criando programas que induzem a permeabilidade da educação ambiental em todos os segmentos sociais, incentivando a adoção de práticas responsáveis com o meio ambiente e estabelecendo punições a quem insiste em não reconhecer o valor inestimável do patrimônio ambiental que temos.

Esse acervo de intenções expressas neste conjunto documental, estabelece princípios fundamentais da educação para sociedades sustentáveis, destacando a necessidade de formação de um pensamento crítico, coletivo e solidário, de interdisciplinaridade, de multiplicidade e diversidade. Assim a questão ambiental é uma discussão de suma importante na formação dos educadores desta e de futuras gerações, os quais devem a partir do conhecimento da história da educação ambiental, da legislação e, sobretudo do comprometimento com a causa. Reconhecer a Educação Ambiental como um processo político dinâmico, em permanente construção, orientado por valores baseados na transformação social, e os educadores como agentes políticos privilegiados deste processo.

A gestão ambiental é tida hoje como uma exigência e diferencial de mercado, e embora seja algo relativamente recente, algumas empresas passaram a aplicar e criar ações baseadas nesse novo elemento estratégico de gestão, tratando também do seu ambiente interno como forma de promover suas idéias e atuações social e ambientalmente responsáveis.

Dessa forma, o objetivo do curso de Administração é formar cidadãos com responsabilidade socioambiental, a qual possui três fatores interligados: legislação ambiental, ética e educação. Cada um desses fatores desempenha o seu papel em influenciar decisões ambientais a nível nacional e os valores e comportamentos ambientaisa nível pessoal. É neste contexto que se insere a Política Ambiental da IES.

.

4. 16 NÚMERO DE IES QUE OFERTAM O CURSO NO MUNICÍPIO

De acordo com os dados do MEC, atualmente, 82 ofertam cursos de bacharelado em Administração em Manaus, nas modalidades, assim distribuidos na modalidade à distância 55 IES, e na modalidade Presencial 27 IES à saber: Centro Universitário do Norte, Centro Univdrsitário de Ensino Suoerior do Amazonas; Centro Universitário CEUNI – FAMETRO; Centro Universitário Luterano de Manaus; Faculdade Estácio do Amazonas; Faculdade Cosmos de Manaus; Faculdade Martha Falcão Wyden; Escola Superior Batista do Amazonas; Faculdade Salesiana Dom Bosco; Universidade Paulista; Faculdade Uninorte; Faculdade IDAAM; Faculdade Boas Novas de Ciência Teológicas, sociais e Biotecnológicas; Universidade Nilton Lins; Faculdade La Salle; Faculdade de Tecnologia da Amazônia, Universidade Estadual do Amazonas e Universidade federal do Amazonas, Instituto de Ensino Superior Brasileiro; Instituto do Esnino Superior Fucapi. (http://emec.mec.gov.br.

DIMENSÃO 1 - ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

1.1 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

Uma política se constitui como um conjunto de princípios e diretrizes norteadoras que garantem a direção de programas, projetos e ações que tem como finalidade executar e garantir o alcance dos objetivos institucionais, neste sentido, uma política deve ser sempre pensada em termos sistêmicos e em articulação com a Missão e os Valores atribuídos.

1.1.1 Política de Ensino

A Política de ensino da IES está fundamentada na construção de relações de ensino/aprendizagem com vistas aos melhores indicadores de qualidade da educação superior, no desenvolvimento de competências do perfil do egresso das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação e no Catálogo Nacional de Cursos Tecnológicos, bem como em uma formação ética e humanística prezando pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão realizada por meio dos programas na graduação e na pós-graduação.

A Política de Ensino da IES considera as diretrizes abaixo:

- atender aos requisitos legais educacionais e as orientações das diretrizes

.

curriculares nacionais para a formação do perfil do egresso, considerando, as demandas da região norte, a missão e visão da IES;

- promover a articulação permanente entre ensino, pesquisa e extensão, por meio do Programa de Articulação Pesquisa, Ensino e Extensão - PAPEERI;
- desenvolver o Ensino para a formação de competências e habilidades prevista na DCN, considerando os aspectos de atualização curricular; utilização e desenvolvimento de material didático; oferta de componentes curriculares semipresenciais e promovendo a formação de profissionais capazes de atender as demandas econômicas, sociais, culturais, políticas e ambientais da região;
- promover a disseminação de valores éticos, humanísticos, ambientais e socialmente responsáveis, por intermédio do Programa de Educação Ambiental e o Programa de Educação para os Direitos Humanos obedecendo ao que determina a legislação pertinente;
- promover a qualidade do ensino e a inovação pedagógica estabelecidos no Programa de Qualidade de Ensino e no Programa de Inovação Pedagógica utilizando-se de metodologias ativas por meio da interação teórico prática, da pedagogia de projetos e acessibilidade pedagógica e atitudinal, ensino interdisciplinar, transversal e flexível com processos de avaliação que tenham como foco a aprendizagem e que se dão de maneira somativa - com base na teoria de resposta ao item e, formativa - visando o desenvolvimento de competências;
- atender os estudantes, ofertando apoio acadêmico, pedagógico e psicopedagógico necessários ao suporte de sua vida acadêmica e estudantil, tendo como meta o acolhimento ao ingressante, o nivelamento, a monitoria, atividades extracurriculares, a acessibilidade e a permanência do mesmo em condições excelentes de aprendizagem, bem como o acompanhamento de egresso, por meio do Programa de Apoio ao Discente; Programa de Acessibilidade e Programa de Acompanhamento do Egresso;
- promover a gestão participativa por meio dos NDE's e colegiados docentes e discentes, garantindo inclusive a representatividade discente em órgãos colegiados;
- desenvolver o Programa de Monitoria, como estímulo à formação de novos quadros docentes.

Focada nessas diretrizes norteadoras, a IES define os seguintes princípios que servirão como base de sua política de ensino:

- Princípio da proximidade: recomenda que o ensino e aprendizagem, sejam quais forem seus métodos e técnicas, inicie pelo conhecimento que seja o mais

.

próximo possível da vida do aluno, partindo dos fatos mais imediatos para os mais remotos, do conhecido para o desconhecido;

- Princípio da direção: recomenda ao professor o planejamento, a previsão, a sequência lógica, estruturada, do conhecimento, a clareza de objetivos e o enfoque de questões essenciais do conteúdo, sem deter-se em questões periféricas;
- Princípio da adequação: recomenda que os métodos e técnicas sejam apropriados ao aluno, à natureza e tipo de conteúdo, ao contexto, às fases evolutivas do desenvolvimento e da aprendizagem;
- Princípio da participação: recomenda que se observem, nos alunos em formação, em todas as áreas, a atividade, o envolvimento, o estudo, a atenção, o trabalho com o conhecimento, a organização, a disposição, a conscientização do valor do estudo, da aprendizagem e seus métodos;
- Princípio da diversidade: recomenda preservar, em qualquer método de ensino-aprendizagem, o valor de condutas que propiciem a livre manifestação de ideias,
- a qualificação e acolhimento das pessoas, a confiança, a iniciativa, a criatividade e criação, o respeito às diferenças e à pluralidade;
- Princípio da vivência: aplica-se à consideração ao conhecimento formado no cotidiano e nas práticas anteriores dos alunos, assim como suas experiências atuais, associando-os aos significados do conhecimento teórico e suas relações com fatos da realidade, da vida;
- Princípio da descoberta: aplica-se ao conhecimento tanto ao teórico e suasfontes, como ao conhecimento pessoal, de si e do outro, incluindo ainda oconhecimento dos fatos da realidade e a vivência do prazer de aprender;
- Princípio da construção do conhecimento: refere-se à sua integração, articulação, irradiação à vida, ao cotidiano, onde se encontram os seus significados concretos;
- Princípio da reflexão: recomenda incorporar aos métodos de ensino-aprendizagem os processos de análise, conclusões e avaliação do conhecimento;
- Princípio da Interdisciplinaridade e da Transversalidade: pretende-se abordar os conteúdos da formação de maneira a garantir o trânsito interdisciplinar e transversal, ou seja, os conteúdos devem ser abordados de maneira a evidenciar as relações interdisciplinares e transversais do conhecimento, superando a abordagem fragmentada e isolada o saber.

Uma política se constitui como um conjunto de princípios e diretrizes norteadoras que garantem a direção de programas, projetos e ações que tem como finalidade executar e garantir o alcance dos objetivos institucionais, neste sentido, uma política deve ser sempre pensada em termos sistêmicos e em articulação com a Missão e os Valores, atribuídos.

.

1.1.2 Núcleos de apoio ao ensino

NIT – Núcleo de Inovação Tecnológica- responsável por assessorar os projetos de inovação tecnológica dos cursos de graduação, com atribuições de:

- analisar e emitir parecer sobre a viabilidade técnica e econômica do licenciamento e da transferência de produtos, processos e serviços oriundos da propriedade intelectual;
- deliberar sobre propostas e indicações, representações ou consultas de interesse da Faculdade em matéria de inovação tecnológica e proteção da propriedade intelectual;
- estabelecer regras e procedimentos para avaliação e classificação de resultados decorrentes de atividades e projetos acadêmicos da IES em atendimento às disposições da Lei nº 10.973/2004, da Lei nº 13.243/2016 e do Decreto nº 9.283/2018;
- estabelecer regras e procedimentos para avaliação de solicitação de inventor independente para adoção de invenção na forma dos artigos 22 e 22-A da Lei nº 10.973/2004;
- estabelecer regras e procedimentos para a execução, acompanhamento de pedidos de proteção e manutenção dos títulos de propriedade intelectual da IES;
- estabelecer regras e procedimentos para a transferência, licenciamento e comercialização de tecnologias da IES.

NAPA - Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Acessibilidade:

O apoio psicopedagógico na IES dar-se-á por meio de uma estrutura pedagógica/administrativa denominada Núcleo e Apoio Psicopedagógico e Acessibilidade. Neste espaço, a partir da intersecção da pedagogia com outras áreas de conhecimento, a IES realiza ações de prevenção e de apoio aos alunos com problemas, distúrbios, dificuldades de aprendizagem e ainda aqueles com necessidades educativas especiais específicas de natureza permanente.

O NAPA tem como objetivo geral promover, por meio do atendimento psicopedagógico e social, a saúde dos relacionamentos interpessoais e institucionais, contribuindo para o processo de aprendizagem e inclusão do aluno para seu pleno desenvolvimento. O Regulamento do Núcleo de Apoio Pedagógico e Acessibilidade encontra- se em pasta anexa.

NADI- Núcleo de Apoio ao Discente:

.

O apoio ao discente do NADI, responsável pela captação de vagas de emprego e estágio não obrigatório, bem como pela promoção de palestras de formação para o mercado de trabalho, e ainda, por ações de reversão, no caso de alunos que eventualmente tenham intenção de desistir dos estudos. O Regulamento do Núcleo de Apoio Pedagógico e Acessibilidade encontra- se em anexo a este.

1.1.3 Programas de Ensino

Uma política se constitui como um conjunto de princípios e diretrizes norteadoras que garantem a direção de programas, projetos e ações que tem como finalidade executar e garantir o alcance dos objetivos institucionais, neste sentido, uma política deve ser sempre pensada em termos sistêmicos e em articulação com a Missão e os Valores, atribuídos. Esta Política de Ensino se realiza por intermédio dos seguintes programas institucionais, em anexos:

- PAPEERI – Programa de Articulação de Pesquisa, Ensino e Extensão e Responsabilidade Social Institucional;
- PEA – Programa de Educação Ambiental;
- PEDH – Programa de Educação para os Direitos Humanos;
- PQE- Programa de Qualidade de Ensino e Inovação Pedagógica;
- PAD – Programa de Apoio ao Discente.

Os referidos programas estão disponíveis nas pastas, apêndices do PPC.

Estes Programas Institucionais por sua vez se desdobram no âmbito dos cursos de graduação nos seguintes Projetos institucionais:

- Projeto de Recepção de Calouros;
- Projeto de Nivelamento (Português; Matemática e Informática);
- Projeto de Monitoria;
- Projeto de Atividades Complementares;
- Projeto de Atividades Extracurriculares (Natal solidário; Workshop de Empregabilidade; Escola de Líderes; Escola de Empreendedores)
- Projeto de Acompanhamento do Desempenho Acadêmico;
- Projeto de Monitoramento da Evasão;
- Projeto de Atividade Interdisciplinar;
- Projeto de Atividade Transversal;
- Projeto Artístico Cultural;
- Projetos de Articulação de Ensino, Pesquisa e Extensão
- Projeto de Responsabilidade Social;

.

- Projeto de Acompanhamento de Egressos.

Os referidos programas estão disponíveis nas pastas, apêndices do PPC.

1.1.4 Ações de Ensino

Desta maneira, a Política de Ensino da IES deve promover ações acadêmico-administrativas no âmbito do ensino que incentivem a produção do conhecimento com qualidade relacionada com o seu contexto regional e sem perder de vista a formação humana, ética e tecnológica integrada a partir das inovações metodológicas, tecnológicas da avaliação continuada, das relações teoria-prática e ensino-serviço, da interdisciplinaridade, transversalidade, da educação para os direitos humanos e do incentivo aos percursos curriculares mais abertos, contemplando as atividades complementares.

Assim o Ensino na Instituição é desenvolvido por meio de atividades acadêmicas curriculares e extracurriculares, que constituem a base da produção de novos conhecimentos, tendo como ponto de partida os saberes já produzidos mediante conhecimento científicos. A proposta de ensino se estrutura a partir do entendimento de que o ato educativo, dentro e fora da sala de aula, é sempre um ato intencional e interessado. Assim, os professores devem desenvolver o papel de mediadores no processo de construção do conhecimento, compreendendo o aluno como protagonista no processo de ensino e aprendizagem.

Nesta perspectiva, se propõe que o ensino deve estar pautado nos princípios de:

- Flexibilização de métodos e concepções pedagógicas;
- Equilíbrio nas dimensões acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão; Respeitoà diversidade étnica ideológica, cultural; e
- Valorização dos profissionais envolvidos com os processos de ensino e aprendizagem.

No que compete a construção do currículo, para a graduação, pensamos que os currículos oferecidos devem ainda demonstrar comprometimento com as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais, tendo em vista princípios norteadores da organização curricular dos cursos de graduação, a saber:

- Flexibilização - sistema integrado e flexível, articulado ao ensino, pesquisa, e ainda possibilidade de o aluno traçar um perfil formativo personalizado podendo cursar disciplinas em outros cursos e aproveitar as mesmas como disciplinas optativas ou atividades complementares. A flexibilidade também é um princípio a ser adotado pela IES, no que diz respeito a acessibilidade pedagógico para os alunos portadores de deficiência ou com dificuldades de aprendizagem, neste

.

sentido são adotados critérios mais flexíveis de tempo para realização de atividades, progressão curricular para que o aluno possa ter seu tempo de aprendizagem considerado no seu percurso formativo.

- Curricularização da extensão - a extensão possibilita ao acadêmico a imersão e de problematização da realidade social devendo este processo ser integrado sempre que possível com a pesquisa e com o próprio ensino.
- Problematização - processo pedagógico desenvolvido por meio de situações problemas, com vistas à elaboração de conhecimentos complexos.
- Contextualização - processo de articulação, diálogo e reflexão entre teoria e prática, incluindo a valorização do conhecimento extraescolar do aluno (práticas sociais e mundo do trabalho).
- Competência- capacidade do docente e do discente de acionar recursos cognitivos, visando resolver situações complexas.
- Interdisciplinaridade e Transversalidade - Processo de intercomunicação entre os saberes e práticas necessários à compreensão da realidade ou objeto de estudo, sustentando-se na análise crítica e na problematização da realidade. Esta se desenvolve a partir de atividades e/ou aulas com conteúdo afins de diferentes disciplinas que se entrecruzam pelo viés da interdisciplinaridade, desta maneira estas ações se constituem com este enfoque. E na transversalidade pela discussão de temas de Educação Ambiental e Educação Étnica Racial por meio da Pedagogia de Projetos.
- Educação para os Direitos Humanos- com objetivo central na formação para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos Direitos Humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural. Baseada nos princípios de: dignidade humana; igualdade de direitos; reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; laicidade do Estado; democracia na educação; transversalidade, vivência e globalidade; e sustentabilidade socioambiental. Esta última, ocorre como conteúdo específico de disciplinas da matriz e também como disciplina optativa.

1.1.5 Sistemática de atualização de currículos e novas competências

Ainda sobre os currículos nossa instituição possui uma sistemática de atualização curricular, como um dos elementos essenciais de sua política de ensino assim, a elaboração, implantação e desenvolvimento de Projetos Pedagógicos de Curso, são pensados a partir de critérios e padrões de qualidade, considerando as diretrizes curriculares nacionais e demais documentos legais pertinentes, tais como o Catálogo Nacional de Cursos Tecnológico, DCN'S dos cursos Bachareis e tambem consideramos também as Normativas

.

dos Conselhos e Entidades de Classe. No Grosso modo o processo de atualização curricular da Instituição prediz que os currículos se orientem por intermédio das seguintes premissas:

- Coerência do currículo com os objetivos do curso;
- Coerência do currículo com o perfil do egresso;
- Coerência do currículo face às Diretrizes Curriculares Nacionais e o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia;
- Adequação da metodologia de ensino à fundamentação teórico-metodológica do curso;
- Inter-relação e integração entre as disciplinas;
- Dimensionamento correta e de acordo com a natureza dos conteúdos da carga horária teórico-prático dos componentes curriculares;
- Adequação e atualização das ementas e programas das disciplinas;
- Adequação, atualização e relevância da bibliografia;
- Currículos baseado na prática interdisciplinar e transversal;
- As necessidades do mundo do trabalho e as emergências do mercado de trabalho;
- A realidade local/nacional e global.

Na construção dos projetos pedagógicos adota-se uma concepção que prioriza não só os conteúdos universais, mas também o desenvolvimento de competências e habilidades, na busca do aperfeiçoamento da formação cultural, técnica e científica do alunado. Os projetos pedagógicos dos cursos devem estar sintonizados com os novos paradigmas da educação e da sociedade, garantindo uma formação global e crítica aos envolvidos no processo, como forma de capacitá-los, para o exercício da cidadania, bem como para se tornarem sujeitos de transformação da realidade, apresentando respostas aos grandes problemas da atualidade.

Assim seguimos a orientação de que mais que a aquisição pura e simples de conhecimento pronto, o currículo deve estar voltado para o desenvolvimento de competências no sentido da orientação do ensino para a formação de competências cabe destacar que os conteúdos são considerados em seu aspecto tridimensional, ou seja, na sua face conceitual, atitudinal e procedimental. É claro que nos passa despercebido que tal divisão só é possível do ponto de vista didático, mas nos cabe ressaltar que compreendemos que ao tempo que um conteúdo é um todo unificado, a complexidade atribuída aos mesmos faz crê que devemos observar em que momento uma dimensão de um conteúdo ressalta e exige do professor uma abordagem metodológica distinta.

Assim um conteúdo de natureza procedimental, que enseja um saber fazer, deve conter uma articulação entre uma atitude e um conceito, sem o que, um procedimento

.

adquire uma faceta mecânica de simples reprodução do que já é feito, retirando assim a possibilidade de invenção ou de reinvenção de um saber fazer. Do mesmo modo um conceito sem um contexto que permita ao aluno localizar a aplicação do mesmo, torna-se um conteúdo desprovido de sentido e de significado. E por fim, a aprendizagem de um conceito e suas possíveis aplicações, a realização de uma prática, sua reelaboração e reinvenção deve pressupor que o aluno adquira um conjunto de atitudes compatíveis com a sua inserção social, compromisso cidadão, aliado ao desenvolvimento pessoal e profissional.

Além do princípio da competência, conforme apontam as diretrizes curriculares nacionais, entende-se que o processo educacional deve estar centrado nos conteúdos relevantes para a formação do cidadão, respeitadas as especificidades das diferentes disciplinas e o acadêmico deverá ser avaliado na mesma direção, ou seja, no sentido de aferir o desenvolvimento de competências e habilidades, por meio da aprendizagem significativa daqueles conteúdos previstos.

Para além dessa dimensão, se entende que o desenvolvimento metodológico dos conteúdos requer estratégias que mobilizem e desenvolvam várias competências cognitivas básicas, como a observação, compreensão, argumentação, organização, análise, síntese, comunicação de ideias, planejamento, memorização etc. Ao selecionar os conteúdos, os professores trabalham conforme suas visões de mundo, suas ideias, suas práticas, suas representações sociais, pois se toda prática educativa apresenta determinado conteúdo, a questão maior é saber quem escolhe os conteúdos, a favor de quem e de como proporá o trabalho sobre estes aos seus estudantes, para fazer a seleção de conteúdo de maneira coerente ao que preconiza estará o seu ensino e, para tanto, nas suas disciplinas os docentes irão:

- Tomar como referência a prática profissional, analisar criticamente as formas de seleção e organização dos objetivos e conteúdo, assim como o seu significado no processo de ensino, identificando qual a concepção de homem, mundo e educação que estão orientando essa prática;
- Discutir a importância da determinação dos objetivos como elementos que orientam o processo, envolvendo a seleção de conteúdo, procedimentos, avaliação, e definindo o tipo de relação pedagógica a ser estabelecida;
- Considerar que o conteúdo só adquire significado quando se constitui em um instrumental teórico-prático para a compreensão da realidade do aluno, tendo em vista a sua transformação;
- Interligar a formação baseada em competências com os princípios do ensino da IES e as necessidades do mercado.

No que compete os parâmetros para seleção de conteúdos e elaboração de currículos nos Projetos Pedagógicos de Curso, a IES considera que a seleção de conteúdo é o resultado de um universo maior de conhecimentos e saberes conforme o objetivo que se

tenha de educação. Para formar um ser humano crítico e participativo na sociedade é necessário selecionar conhecimentos diferentes daqueles que são tradicionalmente escolhidos, priorizando assim a criticidade. Os Conteúdos são ainda considerados em seus aspectos cognitivos e técnicos, ou seja, como já apontamos, tomando como perspectiva a sua característica conceitual, procedimental, e atitudinal, estabelecidas nas diretrizes curriculares pertinentes.

A definição dos conteúdos para elaboração dos currículos a serem desenvolvidos nos diferentes cursos, deve ter em perspectiva:

I. A análise da realidade e o foco nos aspectos da inserção regional da Instituição;
II. As dimensões:
    - Sócio antropológica, que considera os diferentes aspectos da realidade social em que o currículo será aplicado. Visam despertar no aluno a consciência para os problemas brasileiros e mundiais, de modo que possa capacitá-los a exercer uma profissão na sociedade com respostas conscientes e livres para a construção de um mundo onde todos tenham oportunidades iguais, onde todos participem na produção consciente do espaço, exercendo a cidadania e, consequentemente, a democracia plena;
    - Psicológica, que se volta para o desenvolvimento cognitivo do aluno;
    - Epistemológica, que se fixa nas características próprias das diversas áreas do saber tratadas pelo currículo;
    - Orientada para o desenvolvimento de competências, os conteúdos a ser ensinados devem estar orientados para a construção das competências e habilidades que estruturam o perfil do egresso de cada curso.

Nesta perspectiva os Currículos serão ajustados trienalmente considerando o resultado da avaliação interna e externa dos cursos, o resultado do ciclo avaliativo de Avaliações externas, ou sempre que a legislação concernente tiver alteração. São propostas de ações acadêmicas administrativas para a sistemática de atualização curricular são:

- Manter em pleno funcionamento com reuniões periódicas os Núcleos Docentes Estruturantes dos Cursos para acompanhamento e avaliação contínua dos projetos pedagógicos dos cursos, assumindo lugar de protagonista nesse processo conforme determina a Resolução CONAES Nº 01, de 17 de junho de 2010.
- Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;

.

- Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação são as suas principais funções.

No processo de atualização curricular é fundamental a participação dos Colegiados na aprovação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos que são por excelência o espaço de discussão próprio das questões pedagógicas e acadêmicas afetas aos currículos.

Assim, os Currículos serão atualizados em periodicidade trienal, ou quando, alguma alteração de fundo e relevante se fizer necessária, advinda de uma determinação legal, normativa ou ainda por algum novo conteúdo surgido. Estas discussões, orientações e deliberações serão registradas em atas de reunião as quais servirão de documento e registro das alterações pretendidas, estas, por sua vez, doravante propostas pelos Núcleos Docentes Estruturantes dos cursos, e aprovadas em colegiado de curso devem primar por assegurar a qualidade dos currículos e consequentemente do ensino na Instituição e garantir o atendimento às diretrizes pedagógicas estabelecidas, as seguintes atividades são desenvolvidas.

Destaca-se no processo de construção dos Projetos Pedagógicos de Cursos de Graduação, a participação fundamental do Núcleo Docente Estruturante, com a orientação de realização das seguintes ações:

- A revisão contínua dos currículos;
- A atualização de programas ementas, bibliografias e planos de ensino, trienalmente, com a elaboração de Relatório de Estudo
- A Adequação do Perfil docente ao componente curricular, considerando o critério de sinergia entre a formação, a produção acadêmica, a experiência profissional fora do magistério e a experiência profissional como docente, com elaboração de Relatório de Estudo;
- A revisão dos projetos pedagógicos dos cursos trienalmente;
- A auto avaliação visando ao aperfeiçoamento do trabalho desenvolvido.
- Promover a participação dos docentes na elaboração dos projetos pedagógicos é condição primordial para a IES, uma vez que estará proporcionando a integração das equipes; efetivando a responsabilidade e o envolvimento de todos na consecução dos objetivos propostos; e caracterizando tanto o próprio projeto como as ações e metas neles contidas como parâmetro para o direcionamento de todas as atividades, como também para as necessárias avaliações dos respectivos cursos.
- Elaborar os projetos pedagógicos dos cursos prevendo a articulação das atividades acadêmicas da Instituição, direcionando objetivos e metas destinadas a promover o desenvolvimento integral do aluno, de maneira a conter núcleos interdisciplinares e transdisciplinares e de Educação para os Direitos Humanos predispostos à flexibilização e integração, tendo o Núcleo Docente Estruturante,

.

um papel fundamental nesse processo.

- Projetar ações de ensino e extensão em estreita correlação com o ensino, para fortalecimento dos currículos de graduação, articulando programas, integrando professores e alunos e proporcionando dessa forma, o ambiente condutor e desafiador para o desenvolvimento dos conhecimentos e das habilidades, direcionando a qualidade das formações.
- Realizar ações de formação para melhoria dos processos pedagógicos, por meio do Núcleo de Apoio Pedagógico e Experiência Docente.

Por fim, a Política de Ensino da IES pretende realizar os seguintes objetivos:

Objetivo Geral

Promover a construção de relações de ensino/aprendizagem em sala de aula e demais espaços educativos com qualidade socialmente referenciada em índices de avaliações externas e internas, focadas no desenvolvimento de competências expressas no perfil do egresso estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação e no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, na modalidade presencial e a distância, a partir da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Objetivos Específicos

- Elaborar e desenvolver Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos de Graduação, consonantes com as necessidades formativas e do mundo do trabalho para o alcance dos objetivos e da missão institucional, articulados com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação;
- Melhorar continuamente os resultados institucionais no que compete as políticas acadêmicas;
- Ampliar a oferta nos cursos da IES, democratizando o acesso ao ensino superior, por meio da ampliação de vagas e oferta de cursos nos bairros da região.

Outro aspecto que a política de ensino da instituição estimula é o desenvolvimento e a utilização de material didático-pedagógico produzido a partir das necessidades de formação dos estudantes, neste caso consideramos como material didático pode ser definido como instrumento e produto pedagógico utilizado em sala de aula, especificamente como material instrucional que se elabora com finalidade didática. Ou seja, o material didático tem a estrita finalidade de ensinar, fortalecendo o ensino.

De natureza diversa, os materiais didáticos podem ser físicos ou virtuais e, podem se constituir em um número significativo de tipos e modelos. Considerando a complexidade e

.

amplitude deste conceito, serão considerados materiais didáticos na Instituição, em forma impressa e virtual em processo de elaboração:

- Cadernos de Textos
- Cadernos de Exercícios
- Blogs e sites interativos
- Livros
- Manuais
- Revistas Científicas-

O desenvolvimento de material didático-pedagógico é muito importante para a análise e seleção dos conteúdos a serem desenvolvidos dentro dos componentes curriculares, e essa é uma atividade que envolve dedicação do corpo docente e da equipe de apoio técnico da Instituição. A IES, compreende que o desenvolvimento do material didático deve ter critérios estruturados para que os projetos pedagógicos atendam aos requisitos de formação exigidos pelas respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais e no Catálogo Nacional de Cursos Tecnológicos, e que também possam expressar o pensamento da Instituição quanto, à cultura, à ciência e à formação profissional cidadã.

A elaboração de materiais didático-pedagógicos exige uma concepção interdisciplinar, capaz de garantir ao mesmo tempo abrangência, atualização e fundamentação, reunindo conhecimento científico (clássico e contemporâneo) e também valorizar a experiência docente (magistério e profissional). Como perspectiva de atendimento à dinâmica do processo de ensino-aprendizagem, o desenvolvimento de materiais didáticos tem o foco na interdisciplinaridade, na aquisição de competências, habilidades e atitudes profissionais condizentes com as expectativas da sociedade e do mercado de trabalho, balizadas pela proposta curricular do curso.

São diretrizes para o desenvolvimento de material didático-pedagógico da IES:

- Elaboração de referenciais de conhecimentos fundamentais para a compreensão crítica dos problemas e para a intervenção no contexto social, político e cultural aque se referem;
- Desenvolvimento de materiais didáticos pelos autores, a interdisciplinaridade que deve ser alcançada na apresentação de problemas reais enfrentados pelos alunos em seu cotidiano e no desenvolvimento do seu processo de trabalho;
- Fornecer conteúdos mínimos que possibilite a organização do conhecimentoprévio trazido pelo aluno, indicar referências e, principalmente, estimular o próprio aluno a buscar novos conteúdos;
- Propor ferramentas e informações necessárias à pesquisa qualificada de novos conteúdos, a partir das necessidades reais do aluno;Facilitar a aquisição das competências técnicas específicas, como, também, estimular o desenvolvimento de competências necessárias ao trabalho em equipe, à atitude de liderança e à

ética profissional;

- Construir um material que amplie a visão do aluno, que permita o aprofundamento dos assuntos principais, fornecendo sempre uma vasta bibliografia de apoio, sugestões de sites para navegação, textos para complementação dos assuntos abordados etc.;
- Estruturar o material de forma clara, que propicie fácil manuseio e identificação de cada uma de suas partes/elementos;
- Prever a inclusão, no material didático, de seções especiais, como, por exemplo, de questões para reflexão, de dicas, de glossário etc., que se constituem recursos para maior interação do aluno com o material; para dialogar com o texto; e, ainda, para facilitar a navegação (em caso de material virtual) e articulação dos conteúdos. Estas seções, definidas principalmente em função dos objetivos e conteúdo do curso e do público a que ele se destina, devem ser apresentadas de modo a serem claramente identificadas/percebidas pelo aluno quanto ao que elas propõem, devendo estar em perfeita harmonia com o conteúdo e a estrutura do material;
- Observação quanto à linguagem utilizada, privilegiando sempre a linguagemclara, objetiva e coloquial, adequada às características dos alunos, principalmente quanto a sua escolaridade, idade e interesses.

Em relação à estrutura de um material didático indicamos que deve conter:

- Sumário: o geral, abrangendo os grandes itens contemplados no material;
- Apresentação e/ou Introdução: traz considerações gerais dos autores; objetivos do material/curso, importância dos temas tratados, contexto em que a publicação se situa; agradecimentos (se for o caso);
- Unidades de Aprendizagem: cada unidade pode ter uma página especial de abertura (opcional), que traria, no mínimo, os seguintes elementos: título da unidade, seu respectivo número e os títulos dos subitens que ela compreende;
- Mapa Referencial da Unidade – vem logo após a página de abertura da unidade (caso exista), trazendo informações sobre os grandes blocos temáticos da unidade e os principais assuntos tratados em cada um deles. O desenvolvimento da Unidade propriamente dito, com as atividades ao longo e outras ao final, que necessariamente serão enviadas ao tutor para correção e aferição de nota/conceito.
- Referências bibliográficas: podem ser apresentadas para o material como um todo e, nesse caso, devem vir ao final de todos os textos e antes dos anexos; também podem ser específicas para cada Unidade de Aprendizagem do curso, sendo apresentadas ao final delas.

.

- Anexos: ainda em relação à estrutura do material didático, é necessário lembrar que existem critérios editoriais pré-definidos para os elementos que deverão compor as capas e as páginas iniciais do material, que antecedem o sumário.

Em relação ao formato, indicamos que em se tratando de um material didático impresso, o seu formato está diretamente relacionado ao seu feitio, às suas dimensões (largura e altura) expressas em centímetros. O formato é geralmente definido pelos autores em conjunto com o designer, não só em função da estética, mas, principalmente, do objetivo do material, do conteúdo que será veiculado, do público-alvo do curso e da economia de papel, tendo em vista o tipo de corte que será efetuado. São exemplos de formato de material didático impresso:

- Formato A4 – bastante usual, com dimensões de 21 x 29,7cm;
- Formato oblongo – aquele em que a largura da página é maior que a altura;
- Formato almaço – com dimensões de 33 x 44cm, peculiar ao papel almaço, e que, dobrado ao meio, produz o formato ofício;
- Formato tablóide – correspondente à metade do formato corrente de um jornal.

Em relação as fontes, parágrafo e entrelinhas: embora o projeto gráfico de um material didático impresso defina a fonte, o parágrafo e o entrelinhamento que serão adotados nos textos, nos títulos, nas legendas das figuras, nas notas de rodapé etc., é recomendável que o original entregue à empresa encarregada da produção gráfica seja digitalizado segundo alguns critérios, visando normalizar e, assim, facilitar a transposição do texto para o programa de edição apropriado. Dentre os critérios para a digitalização dos originais do material didático, em sua forma final, ressaltamos alguns mais relevantes:

- Editor de texto – Word
- Fonte – Times New Roman, corpo 11
- Parágrafo – justificado
- Entrelinhas – 1,5
- Caixa alta e baixa (Cab) – usar em todo o material, ou seja, nos textos, títulos,
- Legendas de figuras etc.

Com o objetivo de estimular os autores a fazerem uma autoavaliação do material didático produzido, nas suas diferentes etapas de elaboração, sugerimos algumas questões para problematização, são elas:

- Os conteúdos estão dando suporte ao desenvolvimento das competências identificadas;
- A linguagem está clara, compreensível, propiciando entendimentos e reflexões;
- As estratégias pedagógicas propostas (atividades, questões para reflexão, uso

.

de imagens, casos etc.) possibilitam que o aluno realize uma atividade consciente, reflexiva e crítica;

- O material permite partir do contexto do aluno, de suas experiências e vivências para que, a partir delas, ele possa construir o seu próprio conhecimento;
- As atividades de avaliação estão contemplando todo o percurso do processo educativo.

1.1.6 Política de Pesquisa

A Política de pesquisa da IES visa o processo de formação científica, tecnológica, artística e cultural na geração de conhecimentos entre a faculdade e a comunidade externa articulando ensino, pesquisa, extensão e responsabilidade social institucional por meio dos programas e projetos baseada nas DIRETRIZES. A Política de Pesquisa e Iniciação Científica da IES, no nível da graduação e da pós-graduação, com vistas à inovação tecnológica, científica, artístico e cultural, se baseiam nas seguintes diretrizes:

- Indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão - visando a responsabilidade social;
- Interação dialógica - por meio do desenvolvimento de relações entre a faculdade e;
- Setores sociais em uma troca de saberes para superação de desigualdades e exclusão;
- Transformação social - estando voltada aos interesses e necessidades das comunidades e para a implementação do desenvolvimento regional e de políticas públicas;
- Pesquisa como processo educativo - na formação de pessoas e de geração de conhecimento baseado na flexibilização da formação discente para uma formação cidadã em que o discente se reconhece agente da garantia de direitose deveres e ao mesmo tempo técnica onde o aluno obtém competências necessárias e atuação profissional.

1.1.7 Programas de Pesquisa

a) PAPREV

É um programa que visa estimular a produção acadêmica e divulgação de resultados das pesquisas dos projetos de iniciação científica de docentes e discentes da IES. Os docentes que forem participar de apresentação de eventos dessa natureza, receberão uma ajuda de custo por titulação, mediante o atendimento dos seguintes critérios:

- Submissão e aprovação do projeto de pesquisa ou de inscrição em evento

.

científico, tecnológico, artístico ou cultural contemplando as linhas de pesquisa da IES ou eventos relacionados às áreas de formação do PAPEERI conforme edital da coordenação de pesquisa;

- Entrega de relatório com comprovação de participação em anexo;
- Deferimento da direção em Comunicação Interna C.I da Coordenação de Pesquisa de solicitando a inclusão da ajuda de custo no contracheque do docente;
- Parecer analisado pelo setor jurídico para aprovação e em seguida encaminhado para o setor de Recursos Humanos da IES.

O incentivo às publicações científicas, tecnológicas, artísticas e culturais serão estimuladas, com a designação de ajuda de custo, mediante os seguintes critérios:

- Submissão e aprovação da publicação ou de inscrição em evento científico, tecnológico, artístico ou cultural contemplando as linhas de pesquisa ou eventos relacionados às áreas de formação do PAPEERI conforme edital da coordenação de pesquisa;
- Entrega de relatório com comprovação de participação em anexo.

b) PAPEERI

É um programa cujo objetivo é promover a articulação entre o Ensino, Pesquisa, Extensão e Responsabilidade Institucional, para a promoção de práticas de ensino, pesquisa, extensão e responsabilidade social na perspectiva da transversalidade Trata-se de um projeto em que existe a inter-relação entre ensino, pesquisa, extensão, responsabilidade social de será realizado por docentes com titulação de mestres e doutores.

c) PROMICT

Este programa institucional de Iniciação Científica e Tecnológica visa a promoção da indissociabilidade em que se assenta a universidade e as instituições de ensino superior. Para o PROMICT, a IES publica edital semestralmente para projetos de IC e de IT, com recursos próprios originados do setor de Extensão - cursos livres da Extensão, para bolsa para os discentes, e forma de desconto no valor de 15% da mensalidade de seu curso. Os projetos terão duração de 01 ano, podendo ser estendido por mais 01 ano. Dentro do PROMICT, tem-se o convênio da IES com o Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq, em que são disponibilizadas 04 bolsas de PIBIT e 02 bolsas de PIBIC.

Para o discente, que desenvolve projetos de IC ou IT com duração de 12 meses, renovável por mais 12 meses de acordo com a necessidade e justificativa do projeto com acompanhamento do orientador (com nível de doutorado e coorientador com nível de

.

mestrado), recebe bolsas do CNPq.

d) PIBIC

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

e) PIBITI

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

1.1.8 Ações acadêmico administrativas para a pesquisa, iniciação científica, inovaçãotecnológica

As ações previstas para a Pesquisa, Iniciação Científica e Iniciação Tecnológica são:

- Apoio financeiro a discentes e docentes para participação em eventos científicos promovidos por outras instituições ou organizações;
- Apoio financeiro a docentes para publicação de livros e produção de materiais didático pedagógicos;
- Realização do Congresso Científico, aberto a participação da comunidade acadêmica interna e externa, sobre temas emergentes;
- Eventos culturais e artísticos, geridos pela Coordenação de Extensão;
- Realização de Seminário de Iniciação Científica, por meio dos quais os alunos possam divulgar seus trabalhos científicos em anais;
- Portal de Periódicos onde teremos revistas: para a publicação de artigos de docentes e discentes;
- Apoio aos Grupos de Pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica - GPEDI que contribuam para promoção da melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento regional.
- Iniciação científica: Objetivando contribuir para a formação na área de pesquisa, oferecendo programa de iniciação científica com bolsas concedidas mediante a apresentação de projetos de pesquisa orientados por professores da área; (Cf. o manual de pesquisa).

O curso estimula a iniciação científica por meio de:

- Incentivar pesquisadores produtivos a envolverem os alunos de graduação no

.

processo acadêmico, otimizando a capacidade de orientação à pesquisa da instituição;

- Despertar vocação científica e incentivar talentos potenciais entre os alunos mediante suas participações em projetos de pesquisa;
- Aprimorar o processo de formação dos alunos visando sua qualificação profissional para o setor produtivo e empreendedor;
- O estímulo à formação de estudantes do ensino superior ao desenvolvimento e transferência de novas tecnologias e informação;
- Os professores e os alunos dos cursos de graduação vistos como agentes vitais das atividades de Iniciação Científica;
- As atividades de Iniciação Científica desenvolvidas sob a orientação ampla de incentivar o envolvimento de alunos e professores de graduação nas atividades de pesquisa também de natureza extracurricular.

Neste processo a Coordenação de Pesquisa e Inovação é responsável pelo suporte ao desenvolvimento e estímulo de atividades de pesquisa e inovação da IES tendo como objetivo regulamentar a pesquisa institucional e estabelecer definições, critérios de avaliação e instrumentos de apoio à pesquisa. Desta maneira, busca-se promover a pesquisa científica produzida pelo seu corpo acadêmico, baseado no saber local relevante a formação de uma sociedade sustentável com respeito aos princípios éticos e aprimoramento dos processos de ensino, aprendizagem e inovação.

1.1.9 Política de Extensão e Responsabilidade Social

A Extensão da IES é definida como “prática acadêmica que interliga a Universidade nas suas atividades de ensino e pesquisa com as demandas da população”. Isso sugere que a formação profissional só será completa com a aplicação do produto da aprendizagem na sociedade e permite supor que a extensão da IES é fundamental para diminuir as desigualdades sociais existentes, por ser uma associação de processo educativo com as ações culturais e científicas aplicadas à realidade encontrada.

A Política de Extensão da IES visa o processo de formação de pessoas e serviços na geração de conhecimentos entre a faculdade e a comunidade externa articulando ensino, pesquisa, extensão e responsabilidade social institucional por meio dos programas, projetos, cursos, eventos, visitas técnicas e prestação de serviços extensionistas baseada nas diretrizes:

- A indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, visando à responsabilidade social;
- A interação dialógica por meio do desenvolvimento de relações entre a faculdadee

.

setores sociais em uma troca de saberes para superação de desigualdades e exclusão;

- A busca pela transformação social, estando voltada aos interesses e necessidades da comunidade e para a implementação do desenvolvimento regional e de políticas públicas;
- Extensão como processo educativo na formação de pessoas e de geração de conhecimento baseado na flexibilização da formação discente para uma formação cidadã em que o discente se reconhece agente da garantia de direitose deverese ao mesmo tempo técnica onde o aluno obtém competências necessárias e atuação profissional;
- Extensão como componente curricular e processo interdisciplinar;
- Extensão como processo solidário.

1.1.10 A indissociabilidade entre as Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão.

O princípio da indissociabilidade perpassa duas relações:

- Relação ensino/extensão, pela qual se torna viável a democratização do saber acadêmico, propiciando que esse saber retorne à IES reelaborado e enriquecido;
- Relação pesquisa/extensão, através da qual ocorre uma produção do conhecimento capaz de contribuir positivamente para a alterações significativas das relações sociais.

Tais relações integram-se organicamente à formação acadêmica, permitindo que alunos e professores interajam como sujeitos do ato de aprender, de forma que a extensão se transforma dialeticamente num instrumento capaz de articular teoria e prática, dando suporte às mudanças necessárias ao processo pedagógico.

a) Caráter interdisciplinar das ações extensionistas.

A extensão é um dos espaços que propiciam a realização de atividades acadêmicas, possibilitando a interlocução entre as áreas distintas do conhecimento e o desenvolvimento de ações interprofissionais e interinstitucionais. Na medida em que investe numa nova formado fazer científico, a extensão articula e integra conhecimentos, constituindo-se como um dos profícuos caminhos para reverter a tendência de departamentalização do conhecimento sobre a realidade, revelando o compromisso social da IES na busca de solução dos problemas mais urgentes da maioria da população.

A extensão constitui-se assim em canal privilegiado para que a missão social das Instituições de Ensino Superior seja cumprida, visto que, em sendo a Instituição um

espaço aberto às discussões que contribuem para a formação técnica, para o exercício da cidadaniae para a superação das formas de exclusão, ratifica-se que as ações de extensão devem ser desenvolvidas em direção à autonomia das comunidades, evitando-se qualquer forma de dependência, assistencialismo ou paternalismo, compreendendo o:

- Reconhecimento dos saberes tradicionais e da grande relevância das suas interações com o saber acadêmico.
- As interações entre os saberes tradicionais e o saber acadêmico potencializam a produção do conhecimento, estendendo-a, orgânica e continuamente, à recíproca decodificação e sistematização dos resultados alcançados.
- Incentivo ao debate permanente em torno da realidade regional propiciando a implementação de ações correspondentes às demandas das populações locais.

Observa-se que a Extensão possibilita, ainda, o confronto com a realidade e a efetiva participação das comunidades tradicionais em face da atuação institucional. Ou seja, ao articular o ensino e a pesquisa de forma indissociável, a extensão viabiliza uma relação transformadora no seio da sociedade. Desta maneira, o espaço das ações extensionistas oportuniza possibilidades ímpares de reflexão acerca da realidade sócio - ambiental da região, debruçando-se sobre questões que afligem as comunidades atendidas. Possibilita, ainda, a construção de alianças e parcerias em defesa dessas populações, contribuindo para o seu fortalecimento enquanto sujeitos de direitos.

1.1.11 Programas de Extensão

A política de extensão da IES se operacionaliza por meio dos seguintes programas:

- PAPEERI – Programa de Articulação Ensino Pesquisa, Extensão e Responsabilidade Social;
- PAPREV – Programa de Apoio a Participação e Realização de Eventos Internos e Externos e à produção Discente e Docente e da Publicação das revistascientíficas da IES;
- PEFC – Programa de Educação e Formação Continuada de docentes, discentese técnicos administrativos.

a) Projetos de extensão

Poderão ser encaminhados à coordenação de extensão da IES, propostas de

ações de extensão nas modalidades descritas neste Guia de Orientação, em conformidade com as áreas de conhecimento, áreas temáticas e linhas de extensão. Além desses quesitos, cada proponente deverá embasar sua decisão de encaminhamento nos seguintes aspectos:

- Coerência com a missão e valores institucionais;
- Relevância acadêmica, manifestando relação de compromisso com as áreas constantes no projeto pedagógico do curso, bem como aos eixos temáticos de cada disciplina que compõem o currículo, contribuindo para estreitar a relação teoria/prática;
- Relevância social, assegurando ações comprometidas com as expectativas sociais, com o desenvolvimento local e regional e com a consolidação das diferentes manifestações culturais;
- Viabilidade econômica, sendo autossustentáveis ou com custos compatíveis com a disponibilidade de recursos da instituição e, quando possível, gerando receitas através da prestação de serviços;
- Caráter globalizante sistemático (continuidade temporal);
- Articulação com as linhas de pesquisa da graduação e pós-graduação;
- Previsão de parcerias internas e externas de mecanismos de colaboração interinstitucional que assegurem a efetividade das ações, sendo que as parcerias externas devem ser formalizadas através de contrato de risco para ambas as partes;
- Caráter interdisciplinar e/ ou multidisciplinar;
- Relação entre a formação acadêmico-profissional do proponente da ação de extensão e a natureza/área de conhecimento da atividade proposta.

b) Tramitação das Propostas de Extensão

Para efeito de controle interno, as ações de Extensão poderão assumir as seguintes situações:

- Em tramitação (TR);
- Não iniciado (NI);
- Em andamento (AN);
- Interrompido temporariamente (IT);
- Interrompido definitivamente (ID);
- Encerrado (EN);
- Concluído (CO);
- Cancelado (CA).

1.1.12 Política Ambiental

A Política Ambiental da IES, em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Meio Ambiente (BRASIL, 1981), está orientada no disposto no Artigo 225 da Constituição Federal de 1988, segundo o qual todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988).

Nessa perspectiva, a Política Ambiental Institucional e seus diferentes setores e segmentos acadêmicos, quais sejam discentes, docentes e técnicos administrativos, tem porobjetivo a conservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental, necessária à sadia qualidade de vida, visando assegurar condições para o crescimento e desenvolvimento socioeconômico e cultural na região Amazônica, numa perspectiva ética, humanista e preocupada com as questões ambientais atendidas os seguintes princípios:

- Ação institucional visando assegurar o equilíbrio do meio ambiente, necessário à sadia qualidade de vida, tendo em vista o uso coletivo;
- Planejamento e fiscalização do uso de recursos ambientais;
- Controle de atividades com potencial ou efetivamente causadoras de significativa alteração ambiental;
- Incentivo à pesquisa, ensino e extensão orientados para o uso racional dos recursos naturais, bem como compreensão da dinâmica socioambiental relacionada;
- Educação ambiental crítica em todos os segmentos acadêmicos, inclusive numa perspectiva extensionista, tendo a comunidade como alvo.

Para alcançar os princípios norteadores da presente Política Ambiental, a IES e seus diferentes setores e segmentos acadêmicos, quais sejam discentes, docentes e técnicos administrativos visarão, cotidiana e rotineiramente:

- Compatibilizar as atividades institucionais com a manutenção do equilíbrio e da boa qualidade ambiental;
- Estabelecer critérios e padrões, normativos e procedimentais, para utilização de recursos ambientais;
- Estabelecer padrões e critérios, normativos e procedimentais, para o gerenciamento de resíduos sólidos e efluentes líquidos, observado o disposto no texto da Lei nº 12.305/10 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- Desenvolver pesquisa, ensino e extensão orientados para uso racional dos recursos naturais e resolução ou mitigação de questões e conflitos

socioambientais;

- Desenvolver programas e projetos de educação ambiental, numa perspectiva crítica e participativa, transversal e interdisciplinar, contínua e permanente, observado o disposto no texto da Lei no 9.795/99 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental.

a) Serão Instrumentos da Política Ambiental da IES:

- O Dia Mundial do Meio Ambiente;
- A Semana da Responsabilidade Social;
- Cadastro institucional de programas e projetos de educação ambiental;
- Cursos e oficinas de educação ambiental para a comunidade;
- Pesquisas sobre uso racional de recursos, energias renováveis e dinâmicassocioambiental;
- A publicação e a divulgação científica de pesquisas sobre uso racional derecursos, energias renováveis e dinâmicas socioambiental;
- Incentivo ao uso racional de água nos diferentes setores da instituição;
- Incentivo ao uso racional de energia nos diferentes setores da instituição;
- Uso racional da impressão em papel;
- Reutilização de papel para rascunho de documentos extraoficiais;
- A coleta seletiva dos resíduos;
- A utilização de lixeiras para coleta seletiva;
- A criação de postos de coleta de pilhas e baterias;
- A destinação e disposição final adequadas de resíduos sólidos e efluenteslíquidos;
- O estabelecimento de critérios e padrões, normativos e procedimentais, deatividades institucionais causadoras de dano ambiental;
- O tratamento e, quando compatível, o reuso da água.

A preocupação da sociedade com o meio ambiente passou a ser uma questão de sobrevivência para as empresas que estão inseridas nesse ambiente e depende dele para se manter competitiva no mercado em que atual. Com isso a IES por meio do curso irá desenvolver os seguintes projetos transversais de educação ambiental.

Tabela 10 - Temas Transversais de Educação Ambiental

SEMESTRE	ATIVIDADE TRANSVERSAL	AÇÕES DESENVOLVIDAS	TURMAS ENVOLVIDAS
2018.2	Dramatização sobre: Lixo Orgânico.	Para o desenvolvimento das atividades transversal no eixo de educação ambiental, os alunos	
2019.1	Banner sobre: Poluição Ambiental		

.

2019.2	Sala Temática: O desmatamento e suas consequencias	receberam os projetos e foram orientados pelos professores para elaboração e apresentação das atividades..	Turmas dos períodos vigentes
2020.1	Pesquisa: O impacto dos Resíduos Líquidos no Ambiente	Em decorrência do evento da Pandemia as atividades voltadas a educação Ambiental foram realizadas via meet por meio de Pesquisa, Debates, Discussão, Fórum	
2020.2	Debate sobre: A Biodiversidade da Amazônia.		
2021.1	Palestra: Meio Ambiente e Sustentabilidade		
2021.2	Painel integrado: Poluição dos Igarapés	Para o desenvolvimento das atividades transversal no eixo de educação ambiental, os alunos receram os projetos e foram orientados pelos professores para elaboração e apresentação das atividades, com de exposição de banners sobre Logística Reversa.	
2022.1	Logística Reversa: 1ª Mostra de Educação, Negócios e Sustentabilidade;		

1.1.13 Política de Direitos Humanos

Vivemos em uma sociedade profundamente desigual que apresenta indicadores alarmantes de violência e violação de direitos. Os Mapas da Violência (2013, 2015 e 2016) apresentam dados de evolução dos homicídios por armas de fogo no país, dos homicídios de mulheres e revela indicadores gravíssimos de assassinatos de jovens negros.

Vários estudos brasileiros vêm sistematicamente denunciando essa situação, onde alguns elementos são persistentes: além das elevadas taxas de homicídios por armas de fogo e por violência de gênero (quase sempre doméstica, intrafamiliar e sexual) e racial, temos ainda elevadíssimos índices de mortes por acidentes de trânsito e as ocorrências continuadas de abusos, violências e maus tratos de crianças, jovens e idosos, travestis e transexuais, a violência agrária e contra indígenas, entre outras. Essa situação dramática, todavia, ocorre a partir de padrões históricos de opressão que revela a efetiva concentração destes eventos: na população jovem, negra e do sexo masculino, nas mulheres e nos

pobres.

Sabemos também da complexidade e multideterminada que envolve esses fenômenos. Entre os principais fatores que caracterizam a violação de direitos no Brasil encontramos aspectos relacionados a fatores socioeconômicos, conjunturais e estruturais, a fraqueza e descrédito das instituições e a carência do Estado (que deveria ser o maior protetor da vida das pessoas e de seus direitos, mas é com frequência um dos maiores violadores e promotores de mais violência) para administrar a repressão e propiciar aprevenção.

Na dimensão microssocial e da vida cotidiana, é importante destacar a presença de uma cultura naturalizada da violação de direitos em nosso país que se reproduz por meiodas formas arraigadas de opressão de populações e segmentos socialmente e historicamente estigmatizados.

Uma forma de intervir nessa situação se encontra nas políticas educacionais, no investimento ostensivo e efetivo em educação, o que exige a restauração da autoridade do Estado para, no mínimo, atenuar essa realidade.

O Estado, além de se constituir como protetor legítimo e como árbitro entre os conflitos que dividem os cidadãos ou os grupos privados têm a competência de fomentar e construir um sistema educacional capaz de disseminar uma cultura dos direitos humanos, dessa forma, fará parte da matriz curricular do curso a disciplina de Direitos Humanos, assim como o tema será trabalhado em Projetos Transversais previstos para os primeiros anos do curso.

1.1.14 Política de Internacionalização e Mobilidade Acadêmica

A Política de Internacionalização da IES consiste na inserção da IES no contexto internacional por meio da realização de convênios com instituições de ensino estrangeiras a fim de promover o intercâmbio e a troca de experiências entre diferentes culturas. A IES conta com convênio com o Santander Universidades, com a Universidade de Évora em Portugal, com a Universidade de Bologna na Itália e com a Universidade Nihonn Gakko paraintercâmbio docente e discente.

O intercâmbio para a internacionalização será coordenado por uma comissão nomeada e regulamentada, responsável por sistematizar acordos e convênios internacionaise de atividades realizadas durante a mobilidade docente e discente.

A política de internacionalização da IES também consiste na oferta de disciplinas ministradas em língua estrangeira, a saber: disciplina de Inglês e disciplina de Direitos Humanos ofertadas em todas as matrizes curriculares da IES.

As ações para a internacionalização consistem na divulgação dos convênios com as universidades estrangeiras para docentes e discentes por meio de edital, e controle por meio dos formulários nos apêndices do PDI no regulamento de Internacionalização.

E compete à coordenação de ensino junto a Secretaria Acadêmica a responsabilidade de certificar que todas as matrizes constem a oferta das disciplinas em língua estrangeira.

1.1.15 Programa de Internacionalização e Mobilidade Acadêmica

A Política de Internacionalização e Mobilização Acadêmica da IES ocorre por

meio do PROGRAMA DE MOBILIDADE E O INTERCÂMBIO ACADÊMICO INTERNACIONAIS

DA IES tem como objetivo oferecer oportunidade de estudo a discentes em universidades do exterior, permitir a atualização de conhecimento, interagindo com outras culturas e povos além de estimular iniciativas de internacionalização na IES.

A participação do aluno em atividades de mobilidade e intercâmbio acadêmico internacionais terá a duração de um semestre letivo, podendo ser prorrogado por mais um semestre consecutivo.

O IME – INSTITUTO METROPOLITANO DE ENSINO LTDA, com sede na AVENIDA CONSTANTINO NERY, 3.000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.817.341/0001-42,

doravante denominada Instituição de Ensino Superior (IES), firmou convênio com o BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A, instituição financeira com sede na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2235, Bloco A, Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP 04543-011, inscrita no CNPJ/MJ sob o nº 90.400.888/0001-42.

O referido Convênio tem como objetivo a viabilização da participação das IES mantidas pelo IME, no Programa de Bolsas Ibero-Americanas para Estudantes de Graduação Santander Universidades, doravante PROGRAMA, de acordo com a fundamentação contida nos “Princípios Gerais do Programa de Bolsas Ibero-Americanas para Estudantes de Graduação Santander Universidades”, devidamente registrados sob nº 5.314.648, junto ao 4º Oficial de Registro de Títulos e Documentos de São Paulo/SP, que seregerá, ainda, pelas seguintes cláusulas e condições.

Liberar a realização no(s) campus (i) da IES de ao menos 04 (quatro) vezes ao ano, de ações de divulgação e apresentação de produtos e serviços bancários, inclusive distribuição de material proporcional, em local de grande fluxo de alunos, professores e funcionários, de acordo com o seguinte procedimento:

- O SANTANDER enviará comunicado à IES informando a data em que a ação de divulgação será realizada;
- A IES terá o prazo de 02 (dois) dias, contados do envio do comunicado pelo SANTANDER, para manifestar sua ciência e liberação quanto a realização da ação de divulgação no(s) campus(i).
- Ao aderir a este PROGRAMA a IES se compromete a divulgar a logomarca do SANTANDER UNIVERSIDADES em espaço de destaque de sua homepage, durante a vigência deste contrato, com direcionamento automático (link) ao sitewww.santanderuniversidades.com.br.
- Cumprir, rigorosamente, com o cronograma das atividades relativas ao PROGRAMA, em especial aos prazos estabelecidos no Edital deste convênio, sob pena de rescisão do presente instrumento e consequente

.

cancelamento das bolsas ora concedidas.

Para acessar a plataforma disponibilizada pelo SANTANDER, mediante o uso de login e senha, e cumprir o disposto nos Princípios Gerais do Programa e no presente Convênio, a IES deverá indicar em até 5 (cinco) dias úteis após a data de assinatura do convênio, a pessoa que será responsável pelo PROGRAMA, encaminhando os dados (nome completo, CPF e e-mail) para a caixa universidades@santander.com.br. Após envio dos dados a pessoa indicada receberá via e-mail a notificação para acessar a plataforma e criar a senha.

A IES assegura o bom uso da senha e login de acesso e compromete-se a não divulgar ou emprestar a senha a terceiros, se responsabilizando por todos os dados inseridos no sistema e a devida adequação aos Princípios Gerais do Programa. O presente instrumento fornece 02 (duas) bolsas-auxílio no valor em Reais equivalente a €3.000 (três mil euros).

1.1.16 Políticas Institucionais e Ações de Estímulo Relacionadas à Difusão das Produções Acadêmicas: Científica, Didático-Pedagógico, Tecnológica, Artística e Cultural.

A Política Institucional de estímulo à difusão das produções acadêmicas tais como: produções científicas, didático pedagógicas, tecnológicas, artísticas e culturais envolve ações que serão executadas por meio de ações, o qual prevê auxílio financeiro em forma de ajuda de custo e bolsas a docente dos grupos de pesquisa institucionalizados, alunos e professores ligados ao PAPEERI - Programa de Articulação Ensino, Pesquisa e Extensão e Responsabilidade Institucional mediante submissão e aprovação em editais anuais da coordenação de pesquisa e extensão.

O principal objetivo desta é ofertar ações de estímulo à difusão das produções acadêmicas tais como:

- as produções científicas,
- didático pedagógicas,
- tecnológicas, artísticas e culturais que são executadas pela IES por meio Programa de apoio a participação e realização de eventos internos e externos;
- produção discente e docente, no qual preveem ações de auxílio financeiro, apoio institucional, patrocínio e subvenções a grupo de pesquisa, a publicação de alunos e professores, a participação de sujeitos da comunidade acadêmica em eventos relevantes em âmbito local, nacional e internacional.

A Política de estímulo à difusão das produções acadêmicas será divulgada para a comunidade acadêmica.

.

1.1.17 Políticas de Estímulo à Participação em Eventos

A IES prevê na vigência desde PDI, a implantação do Programa de apoio a realização de eventos, com o objetivo de apoiar a realização de eventos científicos no Estado do Distrito Federal, sob a responsabilidade de professores e pesquisadores da nossa IES. O Programa será coordenado pela Coordenação de Pesquisa e Extensão mediante a publicação de um Edital anual interno para a seleção de propostas. O apoio previsto é destinado a pesquisadores e professores dos Cursos da IES, responsáveis pela organização de eventos científicos, de abrangência local, regional, nacional, ou internacional, a serem realizados no período especificado em edital. O apoio prevê a cobertura de despesas com aquisição de passagens aéreas nacionais, hospedagem, inscrição do evento, material de consumo e pagamento de pró-labore a professores convidados e aos discentes como forma de incentivo à produção científica.

Serão destinados às propostas selecionadas no âmbito da IES, valores a serem definidos posteriormente, mas que sejam adequados e suficientes para a realização de eventos de médio porte. E a apresentação de proposta deverá seguir rigorosamente as condições descritas por ocasião da publicação dos editais.

Poderão candidatar-se ao auxílio previsto no edital, pesquisadores e professores e coordenadores de curso em nível de graduação e pós-graduação, não sendo apoiados eventos que se configurem como reuniões, eventos profissionais, ou eventos de outra natureza, que não possuam as características de eventos científicos.

A avaliação das propostas será realizada por comissão designada pela Direção Geral, em fases que compreendem. A análise técnica da proposta, observando-se a compatibilidade com as exigências do Edital, bem como a suficiência da documentação apresentada, compreendendo: a abrangência do evento, duração e público estimado e a relevância da Temática do Evento para o Desenvolvimento Científico e Cultural da Região.

1.1.18 Política de Acompanhamento de Egressos

A Política de acompanhamento de egressos consiste em uma pesquisa de acompanhamento de egressos dividida em duas etapas: a primeira levanta dados sobre a condição dos alunos no mercado de trabalho ao ingressar na faculdade, e na segunda etapa, levanta dados sobre a condição dos alunos no mercado de trabalho na situação de egressos. Ao comparar os dados levantados poderemos avaliar de que forma os cursos de graduação da IES estão contribuindo para a empregabilidade, ascensão de carreira e remuneração de nossos egressos.

O PROAE – Programa de Acompanhamento do Egresso tem como objetivo geral o acompanhamento da condição do egresso dos cursos de bacharelado, licenciaturas e tecnológicos da IES

como forma de demonstrar a importância da IES para a sociedade amazonense na qualificação da mão de obra para o desenvolvimento da região.

Tendo ainda como objetivos institucionais e educacionais: proporcionar sólida fundamentação humanística, técnica e científica, orientada à compreensão dos conceitos inerentes a cada profissão, o programa de acompanhamento dos egressos dos respectivos cursos de graduação, licenciaturas e tecnológicos da IES será relevante uma vez que atenderá aos interesses da própria Instituição, pois está é uma maneira de verificar o impacto da formação recebida na vida dos nossos egressos, ofertando indicadores que contribuam para qualificar cada vez mais a oferta do ensino.

Considere-se ainda que para a Instituição este acompanhamento trará dados para avaliar seus cursos, tendo em vista a aproximação desses às demandas do mundo do trabalho. Já para os próprios acadêmicos, ainda cursistas, os benefícios serão traduzidos por meio do acesso a informações dos egressos que subsidiarão a melhoria contínua dos cursos oferecidos.

O Acompanhamento do egresso, se traduz pela responsabilidade social institucional, para a contribuição com o desenvolvimento da região por meio não somente com a qualificação de mão de obra, mas com sua empregabilidade.

Atuação dos Egressos da IES no Ambiente Socioeconômico:

A partir do acompanhamento do trabalho realizado com o acompanhamento doegresso, esperamos que os alunos formados por nossa instituição possam se inserir no mundo do trabalho de maneira crítica e consciente com dentro de princípios éticos e humanístico, com responsabilidade social, reconhecendo o valor das entidades de classe que lhe representarão.

Espera-se igualmente que a formação ofertada possa formar egressos com competências éticas, pessoais, profissionais, sócio afetivas, cognitivas e de comunicação que possibilitem a compreensão de si mesmo e do mundo em que vive, através da formaçãoadquirida, agir de forma crítica contribuindo para a vida

.

em sociedade.

Portanto, é Requerida ao Egresso a Capacidade de:

- Dominar conhecimentos que lhe favoreçam maior flexibilidade na sua atuação profissional; possuir capacidade de trabalhar em equipe;
- Desenvolver e praticar atitudes que possibilite aprender a aprender aprendendo;
- Exercer com ética e proficiência as atribuições que lhes são prescritas através de legislação específica de acordo com sua área de atuação;
- Ter atitudes inovadoras e criativas;
- Utilizar diferentes fontes de informações e recursos tecnológicos para construir/reconstruir conhecimento, em seu setor e, na medida do possível, em seu meio;
- Saber intervir na realidade com consciência, espírito crítico positivo e autonomia, como indivíduo e como integrante de uma coletividade;
- Integrar conhecimentos amplos e especializados, para aplicá-los em situações concretas;
- Atuar para além dos preconceitos culturalmente herdados e/ou impostos pelas formas de organização estabelecidas;
- Compreender a diversidade cultural para inserir-se no mundo internacionalizado, inclusive nas relações de trabalho;
- Compreender a importância de ampliar e atualizar o conhecimento e a prática da vida, do mundo e da profissão, de forma permanente e desenvolver meios ou integrar-se nos que lhe são oferecidos para aprender ao longo de toda vida;
- Desenvolver técnicas apropriadas à área de formação, visando ao acompanhamento e à avaliação constante, buscando interagir com o mercado de trabalho na perspectiva de continuidade de sua formação;
- Atuar como empreendedor de ações inovadoras que promovam o desenvolvimento econômico, político, social e cultural, no contexto local, regional e nacional.

1.1.19 PAPEERI – Programa de Articulação, Ensino, Pesquisa, Extensão eResponsabilidade Social

De acordo com a legislação, o tripé formado pelo ensino, pela pesquisa e pela extensão constitui o eixo fundamental da Universidade brasileira e não pode ser compartimentado. O artigo 207 da Constituição Brasileira de 1988 dispõe que “as universidades [...] obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Equiparadas, essas funções básicas merecem igualdade em tratamento por parte das instituições de ensino superior, que, do contrário, violarão o preceito legal.

Este programa dedica-se a promover a indissociabilidade em que se assenta a universidade e as instituições de ensino superior em geral, o que exige, no nível mais abrangente de análise, sempre uma perspectiva ternária que inclua as atividades de ensino, pesquisa e extensão, com igual importância e íntima unidade.

A indissociabilidade é um princípio orientador da qualidade da produção universitária, porque afirma

.

como necessária a tridimensionalidade do fazer universitário autônomo, competente e ético. Ora, a universidade tem sido palco de análises e debates que têm dado destaque seja ao ensino, seja à pesquisa, seja ainda à extensão.

Assim, se considerados apenas em relações duais, a articulação entre o ensino e a extensão aponta para uma formação que se preocupa com os problemas da sociedade contemporânea, mas carece dapesquisa, responsável pela produção do conhecimento científico. Por sua vez, se associados o ensino e a pesquisa, se ganha terreno em frentes como a tecnologia, por exemplo, mas se incorre no risco de perder a compreensão ético- político-social conferida quando se pensa no destinatário final desse saber científico (a sociedade).

Enfim, quando a - com frequência esquecida - articulação entre extensão e pesquisa exclui o ensino, perde-se a dimensão formativa que dá sentido à universidade. Embora se reconheça a importância dessas articulações duais, o que aqui se defende é um princípio que, se posto em ação, impede os reducionismos que se verificam na prática universitária: ou se enfatiza a produção do novo saber, ou a intervenção nos processos sociais, ou aindaa transmissão de conhecimentos na formação profissional.

Envolvidos nessa experiência, podemos refletir um pouco acerca das práticas universitárias, muitas delas isoladas ou, no máximo, duais. Defendemos assim, duas ideias centrais: a primeira delas é de que a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão ainda não é levada em conta na prática de muitos docentes, seja porque na graduação a ênfase recai sobre o ensino ou porque na pós-graduação acentuasse a pesquisa. A segunda ideia, decorrente de nossa experiência é de que o estágio de docência na pós-graduação é uma excelente forma de investigação do conhecimento abordado em sala deaula.

A perspectiva de um conhecimento plural não beneficia apenas as comunidades que têm seus saberes levados em conta. Como bem mostram os autores citados, particularmente, Santos (2004), a própria universidade renova-se nesse processo. O ensino é, provavelmente, o melhor exemplo dessa renovação, à medida que, integrado ao conhecimento produzido através da pesquisa e aos anseios da sociedade considerados nas atividades de extensão, ganha em relevância e significado para a comunidade universitária.

Desse modo, ensinar termina por ser uma atividade que, ao mediar a pesquisa e a extensão, enriquece e amadurece nesse processo: o professor universitário, ao integrar seu ensino à pesquisa e à extensão, mantém-se atualizado e conectado com as transformações mais recentes que o conhecimento científico provoca ou mesmo sofre na sua relação com a sociedade, além de formar novos pesquisadores, críticos e comprometidos com a intervenção social. Logo, não há pesquisa nem extensão universitária que não desemboquem no ensino.

a) Objetivos do PAPEERI

Objetivo geral

- Promover a articulação entre o Ensino; Pesquisa e Extensão, na perspectiva de promover práticas de ensino, pesquisa e extensão na perspectiva da interatividade, por meio do desenvolvimento de projetos que tenham atividades nas três dimensões (Ensino, Pesquisa e Extensão)

.

b) Metodologia do PAPEERI

Os projetos desenvolvidos pelo PAPEERI atendem a um edital anual específico e devem ter como princípio:

- Indissociabilidade entre as Atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão e Responsabilidade Social: O princípio da indissociabilidade perpassa duas relações:
- Relação ensino/extensão, pela qual se torna viável a democratização do saber acadêmico, propiciando que esse saber retorne à IES reelaborado e enriquecido;
- Relação pesquisa/extensão, através da qual ocorre uma produção do conhecimento capaz de contribuir positivamente para a alterações significativas das relações sociais.

Tais relações integram-se organicamente à formação acadêmica, permitindo que alunos e professores interajam como sujeitos do ato de aprender, de forma que a extensão se transforme dialeticamente num instrumento capaz de articular teoria e prática, dando suporte às mudanças necessárias ao processo.

1.1.20 Projeto do PAPEERI do curso

Tendo como princípio os objetivos do PAPEERI da IES, o curso desenvolverá seus projetos com a seguinte temática:

NOME DO PROJETO DO PAPEERI DO CURSO	EMPREENDEDORISMO: ORIENTAÇÃO AOS MICROS E PEQUENOS NEGÓCIOS NAS ADJACENTES DA FACULDADE

a) Metodologia de Desenvolvimento do PAPEERI:

Utilizará metodologia ativa com base na pedagogia de projetos e no paradigma epistemológico socioconstrutivista com desenvolvimento de ações de intervenção na comunidade mediante a realidade local.

b) Etapas:

- **Etapa 1 Ensino -** diagnóstico da situação da comunidade a priori utilizando como base conteúdos curriculares aprendidos em sala de aula e laboratórios;
- **Etapa 2 Extensão** - intervenção na comunidade com aplicação de ferramentas e metodologias de melhoria;
- **Etapa 3 Pesquisa -** resumo expandido com fundamentação teórica e análise dos dados comparativos do antes e do depois da ação de intervenção na comunidade.

O projeto abordará inclusive as providências tomadas em âmbito institucional curricular, visando atender as Diretrizes Nacionais de Educação Étnico-raciais e de Educação Ambiental. Atendendo o que

determina as Diretrizes Curriculares Nacionais da lei nº 10.639/03 de 09 de janeiro de 2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana na Educação Básica, alterando a LDB nº 9.394/96 nos seus artigos 26A e 79B, que reconhece a temática como uma política curricular fundada em dimensões históricas, sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira, e por isso se propõem a introduzir a temática nos estabelecimentos de ensino afins, de maneira a sensibilizar educadores e educandos da importância social e dos fundamentos da lei, pautados na reeducação das relações étnico-raciais.

Acrescido ainda a Educação Ambiental que é um processo participativo, onde o educando assume o papel de elemento central do processo de ensino e aprendizagem pretendido. Participando ativamente dos problemas ambientais em busca de soluções, através de uma conduta ética, condizente ao exercício da cidadania.

Para formalizar e institucionalizar tais ações a Coordenação e os professores do curso desenvolverá atividades que contemplem o espaço para o desenvolvimento dastemáticas transversais nos dois temas em EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAIS E DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, envolvendo todos os períodos em suas disciplinas que precisam de aprofundamento e de abordagem Inter conceitual.

Estes projetos terão como objetivos geral desenvolver por meio de exposição de banners, trabalho em equipes de forma prática, desenvolvendo a comunicação e reflexão dispensando o plenário e a centralização do encontro em uma só pessoa de acordo com os temas de investigação e interpretação do estudo.

O projeto irá proporcionar inclusive aos acadêmicos do Curso, atividades interdisciplinares que promovam o diálogo entre as disciplinas, áreas de conhecimento e conteúdos curriculares, na perspectiva de garantir a formação integral para compreensão sistêmica e holística das relações entre diferentes conhecimentos que se comunicam na teoria e na prática.

1.1.21 Projetos Interdisciplinares do Curso

O desenvolvimento dos Projetos Interdisciplinares adotará a metodologia ativa.

Metodologia Ativa com base na pedagogia de projetos - Requisitos de leituras einterpretação de livros clássicos, textos, artigos e atividades integrando todas as disciplinas do período. Requisitos: leitura individual e participação em oficinas de leitura e interpretação.O processo de ensino e aprendizagem se dará por meio do envolvimento de cada docente na elaboração das estratégias específicas e inerentes ao tema e material designado para leitura.

Na tabela 10 a seguir constam as atividades interdisciplinares do curso:

SEMESTRE	ATIVIDADE INTERDISCIPLINAR	AÇÕES DESENVOLVIDAS	TURMAS ENVOLVIDAS

.

2018.2	Gincana do Conhecimento - Jogo de Perguntas e Respostas do Livro Fundamentos de Administração abordagem sobre: Antecedentes históricos da administração. Abordagem das teorias da administração: Científica; Clássica.	Para o desenvolvimento das atividades interdisciplinar, os alunos do curso de Administração receberam projetos com todas as informações para elaboração e apresentação das atividades, com apoio dos professores de seus respectivos períodos. Além dos projetos foram disponibilizados, material didático livros, artigos cases para leitura sobre cada tema de seus respectivos semestres	Todos os períodos vigentes
2019.1	Resenha Crítica: Sobre a Abordagem Humanística da Administração e a teoria das Relações Humanos.		
2019.2	Seminário: Abordagem sobre Teorias Estruturalista e Comportamental.		
2020.1	Aprendizagem Baseada e Equipe (TBL); Abordagem Teoria Neoclássica da Administração	Para o desenvolvimento das atividades foi utilizado os meios digitais via meet para apresentações das atividades realizadospelos alunos, tendo em vista o evento da pandemia.	Todos os períodos vigentes
2020.2	Debate: Sobre Abordagem Contingencial Administração		
2021.1	Fórum: O Futuro da TGA		
2021.2	Produção Infográfico: Teoriada Administração	Para o desenvolvimento das atividades interdisciplinar, os alunos do curso de Administração receberam projetos com todas as informações para elaboração e apresentação das atividades, com apoio dos professores de seus respectivos períodos.	
2022.1	Gincana do Conhecimento Jogo de Perguntas e Respostas do Livro: Fundamentos de Administração.		

1.1.22 Projetos Transversais do Curso

A Instituição intenta proporcionar aos acadêmicos do Curso, atividades transversais que promovam o a sensibilização para temáticas de Educação Ambiental e Educação Étnico racial como parte importante da formação do acadêmico. O desenvolvimento dos projetos transversais adotará a metodologia ativa.

a. Metodologia: Uso de metodologias ativas com base na pedagogia de projetos. Requisitos de leituras de livros, textos e artigos científicos de subtemas dos temas geradores Étnico racial e Educação Ambiental e atividades integrando todas as disciplinas do período. Para fins de desenvolvimento deste projeto, algumas disciplinas estão diretamente envolvidas, assim como seus respectivos professores.

a) Projetos transversais sobre educação étnico racial e educação ambiental.

Tabela 11 - Atividades Transversais do Curso: Educação Ambiental

.

SEMESTRE	ATIVIDADE TRANSVERSAL	AÇÕES DESENVOLVIDAS	TURMAS ENVOLVIDAS
2018.2	Projeto de educação ambiental sobre a tratativa do Lixo Orgânico.	Para o desenvolvimento das atividades transversal no eixo de educação ambiental, os alunos receberam os projetos e foram orientados pelos professores para elaboração e apresentação das atividades.	Turmas dos períodos vigentes
2019.1	Banner sobre: Poluição Ambiental		
2019.2	Projeto de educação ambiental sobre a Coleta Seletiva e seu descarte no meio ambiente.		
2020.1	Pesquisa: O impacto dosResíduos Líquidos no Ambiente	Em decorrência do evento da Pandemia as atividades voltadas a educação Ambiental foram realizadas via meet por meio de Pesquisa, Debates, Discussão, Fórum.	
2020.2	Debate sobre: A Biodiversidade da Amazônia.		
2021.1	Palestra: Meio Ambiente e Sustentabilidade		
2021.2	Projeto de educação ambiental sobre os resíduos sólidos e os impactos no meio ambiente	Para o desenvolvimento das atividades transversal no eixo de educação ambiental, os alunos receberam os projetos e foram orientados pelos professores para elaboração e apresentação das atividades, com de exposição de banners sobre Logística Reversa.	
2022.1	1ª Mostra de Educação, Negócios e Sustentabilidade. Logística Reversa		

Tabela 12 – Atividades Transversais do Curso: Educação Étnico-Racial

SEMESTRE	ATIVIDADE TRANSVERSAL	AÇÕES DESENVOLVIDAS	TURMAS ENVOLVIDAS
2018.2	Dramatização sobre: Assédio no Ambiente Organizacional	Para o desenvolvimento das atividades transversal no eixo Educação Étnico Raciais os alunos receberam os projetos e foram orientados pelos professores para elaboração e apresentação das atividades,.	Todos os períodos vigentes
2019.1	Banner: Gênero e Sexualidade no ambiente Organizacional		
2019.2	Sala Temática: O Racismo nas Organizações.		
2020.1	Palestra sobre: Direitos Humanos.	Em decorrência do evento da Pandemia as atividades voltadas a educação aÉtnico Raciais foram realizadas via meet por meio de Pesquisa, Debates, e Fórum	
2020.2	Debate: Mulher Negra Nas organizações		
2021.1	Fórum; Redução da Desigualdade Social e Políticas de Cotas.		
2021.2	Palestra: Ética Profissional no ambiente das organizações.	Para o desenvolvimento das atividades transversal no eixo Educação Étnico Raciais os alunos receberam os projetos e foram orientados pelos professores para elaboração e apresentação das atividades.	
2022.1	Sala Tematica: Questão do Feminicídio.		

1.1.23 Projetos de Iniciação Científica e Tecnológica

.

O aluno será incentivado a realizar trabalhos científicos à medida que for ampliando o seu conhecimento teórico. O professor será corresponsável por este objetivo, inserindo artigos científicos e discussão de trabalhos e estando a disposição para orientar os alunos interessados a desenvolverem projetos acadêmicos.

Tabela 13 - Atividades de I.C/I.T. Realizadas

ANO	ATIVIDADE I.C./I.T.	AÇÕES DESENVOLVIDAS	ALUNO
2018 **2019**	Iniciação ao Planejamento da Pesquisa e Orientação de Elaboração de Artigo/Paper	Serão realizada pesquisa bibliográfica sobre orientação do professor(a) de metodologia do Trabalho Científico, Estimulando a desenvolver o interesse de estudantes de graduação pelas atividades de pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e especialidades.	Todos períodos vigentes
2020 **2021**	Participação do CONCIFA - Congresso Científico d Fametro	Atividade foram realizadas remotamente com a elaboração e envio de artigos para o CONCIFA. dos alunos	6º e 7º períodos
2022	Artigos Científico, como TCC dos concluintes do curso, para submissão em congressos, revista com objetivo editoração de e-books (previsto).	Essa atividade esta prevista a produção de artigos para publicação em revista. Produto final: E-book.	Egressos do curso

1.1.24 Projeto de Inovação Pedagógica do Curso

Tabela 14 – Atividades de Inovação Pedagógica do Curso

ANO	INOVAÇÃO PEDAGÓGICA	AÇÕES DESENVOLVIDAS	TURMAS ENVOLVIDAS
2019	Mesa redonda: Café com Ética	Atividade que envolverá profissionais de diferentes áreas do conhecimento, para uma discussão acerca da Ética nas suas mais variadas dimensões, com a participação de professores e alunos.	Todos oe Períodos vigentes

.

2020 2021 2022	Utilização de Softwares para o desenvolvimento do Site de Colagem ao Website – Uma abordagem Global pela B2B ao B2C (eCommerce) para auxiliar o processo formativo dos alunos, evidenciando a prática e o aprendizado das teorias com a prática.	As atividades serão realizadas por docentes com orientação os discentes quanto aos acesso a internet e a técnica do site de colagem até o desenvolvimento de um website	

1.1.25 Projetos de Extensão

A coordenação do curso junto com professores e alunos devem apresentar e desenvolver projetos de Extensão baseados nas premissas da Política de Extensão eResponsabilidade Social.

Tabela 15 - Atividades de Extensão realizadas

1.1.26

ANO	ATIVIDADE DE EXTENSÃO	AÇÕES DESENVOLVIDAS	TURMAS ENVOLVIDAS
2018.2	Palestra: Como se Comportar numa entrevista	As atividades foram realizadas com orientação de docentes aos discentes e aplicadas junto a comunidade em torno da IES	Todos os períodos vigentes
2019.1	Oficina de Cálculos Trabalhista.		
2019.2	Oficina sobre Orçamento Familiar.		
2020.1	Palestra sobre Atendimento ao cliente.	As atividades foram planejadas para serem realizadas na comunidades nas adjacencias da IES, mas em decorrência a pandemia, essas atividade foram realizada para comunidade acadêmica de forma remota via meet.	
2020.2	Palestra sobre as Vantagens de Formalização do Negócio		
2021.1	Mini Curso de Fluxo de Caixa		
2021.2	Orientação sobre Plano de Negócio.	As atividades foram realizadas com orientação de docentes aos discentes e aplicadas junto a comunidade em torno da IES	
2022.1	Oficina sobre Obrigações Tributárias (Prevista).		

Projetos de Atividades Complementares do Curso

A atividade complementar visa proporcionar a construção de um conhecimento globalizante, rompendo com as fronteiras das disciplinas, conteúdo obrigatório e complementar dor do perfil de egresso pretendido. Para isso, integrar conteúdos através de uma atitude que leve a postura interdisciplinar, atitude de busca, envolvimento, compromisso, reciprocidade diante do conhecimento é que se procura com estas atividades. Atividades dinâmicas e voltadas a realidade em que o discente está inserido e com aderência ao curso, devem ser estimuladas a fim de que o acadêmico possa expandir as capacidades de formação.

Tabela 16 - Atividades Complementares do Curso

ANO	ATIVIDADES COMPLEMENTARES	AÇÕES DESENVOLVIDAS	TURMAS ENVOLVIDAS
2018.2	I Semana Acadêmica doCurso: Encontro com CRA.	Atividades de formação complementar destinada a atualização de conteúdos e temas	
2019.1	I Encontro de administração & Negócio		

.

2019.2	II Semana Acadêmica do Curso : Tema Desafios e Perspectivas do Administrador do mundo dos Negócios"	emergentes com os alunos.	Todos os Períodos vigentes
2020.1	Ciclo de Palestras: Habilidades do profissional de Administração	Atividades foram desenvolvidas on line via meet em decorrencia a pandemia.	
2020.2	Palestra Tema: Ansiedade, Manejo e Controle.		
2021.1	Palestra: Como Administrar em tempos de crise.		
2021.2	III Semana Acadêmica do Curso: Tema - " Gestão Estratégica" - Criatividade, Inovação e Carreira	Atividades de formação complementar destinada a atualização de conteúdos e temas emergentes com os alunos.	
2022.1	Palestra: Modelo de Desenvolvimento Sustentável a Educação Socioambiental Corporativa (prevista).		

* O Regulamento de Atividades Complementares encontra-se em anexo

1.1.27 Projetos de Atividades Extracurriculares do Curso

Tabela 17 – Projetos de atividades Extracurriculares do Curso

SEMESTRE	ATIVIDADES EXTRACURRICULARES	AÇÕES DESENVOLVIDAS	TURMAS ENVOLVIDAS
2018/2 2019/1 2019/2 2020/1 2020/2 2021/1 2021/2 2022/1	▪ Workshop de Empregabilidade ▪ Palestras do NAPA ▪ Natal Solidário ▪ Escola de Líderes e ▪ Empreendedores	Serão desenvolvidas as seguintes atividades semestralmente: - Workshop de empregabilidade: palestras de diferentes profissionais renomados e professores da área, mostrando as principais tendências do mercado; - Palestras NAPA: por meio da equipe pedagógica e professores psicólogos diversos temas serão - abordados como acessibilidade, depressão, ansiedade, dentre outros; - Natal Solidário: por meio de uma palestra de um tema atual, os - alimentos arrecadados serão doados para uma Instituição de Caridade selecionada semestralmente, com a entrega por meio dos alunos e coordenadores. - A escola de Líderes e Empreendedores visa preparar lideranças e empreendedores na área	Todos os períodos vigentes

1.1.28 Projeto de

Atividades Artísticas Culturais do Curso

Tabela 18 – Projetos de Atividades Artísticas Culturais do Curso

ANO	ATIVIDADES ARTÍSTICAS CULTURAIS	AÇÕES DESENVOLVIDAS	TURMAS ENVOLVIDAS

.

1.1.29

2018.2	Pesquisa sobre os Aspectos Sociocultural da Zona Leste	As atividades foram realizadas com a participação de alunos e professores por meio de pesquisa bibliográfica, e in loco para conhecer a historia da nossa cultura visitando teatro, mercados trazendo conhecimento para os nossos alunos que oportunizou a associação da teoria à prática. .	Todos os períodos vigentes
2019.1	Narrativas Artísticas e Cultural do Estado: Comidas Típicas Regionais, Cantores e Compositores do Estado.		
2019.2	Exposição de valorização da CulturaLocal: Prédios Históricos de Manaus		
2020.1	Live Fametro FEST - 1a e 2a edição.	Em decorrência ao Evento da Pandemia os Projetos Artísticos Culturais, alguns projetos foram a realizados por meio de palestras e lives : os eventos ressaltaram elementos da cultura local, especialmente as tradições locais que refletem as manifestações culturais do estado do amazonas. Assim, a FAMETRO ofertou por meio das suas plataformas digitais e canal do YouTube, o acesso às atividades culturais, promovidas levadas aos nossos alunos, favorecendo a interatividade, os quais permitam maior nível de inclusão e de difusão de informações e conhecimento acerca do acervo cultural da Amazônia.	
2020.2	Atividade online: palestra de abertura projeto: Histórias – a cidade de Manaus.		
2021.1	Palestra sobre: A cultura e a Arte em tempos de pandemia e adoecimento.		
2021.2	Narrativa Culturais do Folclore e Lendas do Estado do Amazonas..	As atividades foram realizadas com a participação de alunos e professores por meio de pesquisa bibliográfica, e in loco para conhecer a historia da nossa cultura conhecimento para os nossos alunos que oportunizou a associação da teoria à prática.	
2022.1	Banner “Valorização da Cultura Local “ “Hábitos, Costumes e Cultura de Manaus**”** (Prevista).		

Práticas Exitosas ou Inovadora do Curso

Tabela 19 – Práticas Exitosas ou Inovadoras do Curso

ANO	PRÁTICAS EXITOSAS E INOVADORA DO CURSO	AÇÕES DESENVOLVIDAS	TURMAS ENVOLVIDAS
2018	Projeto de Iniciação Científica	Serão realizada pesquisa bibliográfica sobre orientação do professor(a) de metodologia do Trabalho Científico, Estimulando a desenvolver o interesse de estudantes de graduação pelas atividades de pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e especialidades.	Todos os períodos vigentes
2019	I Feira Multicultural de Imigrantes	Atividade realizadas com objetivo de apresentar a cultura empresarial existentes em economias mundiais relacionando-as com a Economia Brasileira.	
2020	Metodologias virtuais para acesso ao ensino aprendizagem.	Aula remotas em decorrências a Pandemia	

.

2021	II Feira Multicultural de Imigrantes	Atividade realizadas com objetivo de apresentar a cultura empresarial existentes em economias mundiais relacionando-as com a Economia Brasileira.	
2022	Visitas Técnicas guiadas em pelos professores para associação da teoria a prática.	(Prevista)	

1.1.30 Projetos de Responsabilidade Social do Curso

A proposta do Curso em promover as atividades de Extensão e Responsabilidade social é de integrar as atividades acadêmicas com a comunidade nas adjacências da Instituição na qual o aluno recebe orientações do docente para realizar as atividades extra-institucionais e os atendimentos a comunidade.Ações de responsabilidade social do curso:

Tabela 20 – Projetos de Responsabilidade Social do Curso

ANO	ATIVIDADE DERESP. SOCIAL	AÇÕES DESENVOLVIDAS	TURMAS ENVOLVIDAS
2018.2	Ação social: Casa Mamãe Margarida	Atividade realizados pelos discentes em uma ONGS para sensibilização dos alunos quanto a necessidades das pessoas com necessidades especiais.	Todos os períodos vigentes.
2019.1	Ação Social: Abrigo Infantil Monte Salém		
2019.2	Ação Social: Lar São Vicente de Paula		
2020.1	Ação Social: Doe esperança – Hospital João Lucio.	Atividade foi realizada remotamente em decorrência ao evento da pandemia como forma de Conscientização	
2020.2	Palestra Sobre: Os cuidados para evitar a contaminção do COVID 19		
2021.1	Ação Social: Doe esperança – Hospital Platão Araújo.		
2021.2	AdministrAÇÃO move o mundo – Ação social para um mundo melhor	A atividade foi realizada por docentes e alunos com arrecadação de alimentos, materiais de limpezas para oferecer as entidas carentes, para estimular a solidariedade e a melhoria da qualidade de vidas entre as pessoas das comunidades.	
2022.1	Ação solidária:Dia das Crianças Abrigo Moacyr Alves	Atividade realizados pelos discentes em umaONGS para sensibilização dos alunos quanto a necessidades das pessoas com necessidades especiais. (prevista)	

1.2 OBJETIVOS DO CURSO

Os objetivos de um curso devem ser sempre pensados de maneira a considerar o perfil do egresso articulados a estrutura curricular, sem perder de vista o contexto educacional, a fim de que os acadêmicos possam ter sempre presente o diálogo e a percepção crítica da realidade em que está inserido à luz dos conhecimentos que irão se apresentando no seu percurso de formação.

.

Assim, a prática pedagógica se revela a partir de uma proposta intencional e organizada na perspectiva de formar os profissionais com o perfil desejado e prospectadono perfil do egresso.

Desta forma as práticas de ensino no campo de conhecimento relacionado ao Curso considera o que está previsto na Resolução N° 4, de 13 de Julho de 2005, instituidora das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, bacharelado, que tem por objetivo formar o administrador com competências e habilidades para atuar com desenvoltura em ambientes caracterizados pela incerteza, imprevisibilidade e instabilidade, sendo capazes de implementar, gerenciar, manter e desenvolver continuamente organizações, que sejam comprometidas com o pensamento sustentável das atividades empresariais em âmbito locorregional e nacional de forma qualitativa e que estejam preparados para atender asdemandas do mundo do trabalho com postura ética, crítica reflexiva frente aos desafios da sociedade tendo sempre no horizonte as especificidades locorregionais dos saberes e da cultura local.

No que diz respeito ainda aos objetivos de um curso de graduação há de se pensar que estes objetivos não só guardam uma relação indissociável com o perfil do egresso, como também apontam para outros elementos que necessitam se apresentar articulados, são eles: matriz, contexto educacional, características locoregionais e as práticas emergentes na área do conhecimento, neste último item a própria formação mediada por tecnologias, no momento atual configuram-se como práticas emergentes na área. Estas relações se apresentam representadas no diagrama abaixo:

OBJETIVO GERAL

Com base na Em consonância com a **Resolução N° 4, de 13 de Julho de 2005**, instituidora das **Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, bacharelado**, o curso de Administração da FAMETRO tem por objetivo:

- formar o administrador com competências e habilidades para atuar com desenvoltura em ambientes caracterizados pela incerteza, imprevisibilidade e instabilidade, sendo

.

capazes deimplementar, gerenciar, manter e desenvolver continuamente organizações, que sejam comprometidas com o desenvolvimento sustentável local, regional e nacional qualitativo e que estejam preparados para o mercado de trabalho e com postura ética, crítica reflexiva frente aos desafios da sociedade tendo sempre no horizonte as especificidades regionais dos saberes e dacultura local.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

O curso de Administração visa habilitar o profissional para atuar ética e competentemente no mercado de trabalho nas áreas que se propõe. Assim, propiciará ao graduando conhecimentos que o permitirão:

- Explorar e criar novas possibilidades para a ação do administrador, dentrodos novos conceitos de produtividade, qualidade e competitividade;
- Relacionar o conhecimento das regras da linguagem prática com a linguagem específica da profissão, relacionando os conhecimentos das tecnologias da informação e comunicação com a eficácia das tomadas de decisões nos processos administrativos e de gestão do conhecimento;
- Desenvolver uma postura gerencial voltada para a preservação do meio ambiente, propiciando o desenvolvimento de uma consciência ético – social, visando ao bem-estar da sociedade;
- Propiciar o desenvolvimento de habilidades voltadas para as áreas mercadológica, financeira e de produção;
- Desenvolver habilidades voltadas para o gerenciamento de pessoas.
- Propiciar o desenvolvimento de uma visão sistêmica das organizações e da relação do ambiente interno e externo;
- Propiciar o desenvolvimento do raciocínio crítico e a capacidade analítica do aluno, habilitando-o aimplementar soluções gerenciais em diferentes tipos de organizações e em diferentes cenários;

1.3 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

1.3.1 Perfil do egresso em consonância com a DCNs

Em consonância com a Resolução N° 4, de 13 de Julho de 2005, instituidora das Diretrizes CurricularesNacionais do Curso de Graduação em Administração, bacharelado no Art. 3º O Curso de Graduação em Administração deve ensejar, como perfil desejado do formando, capacitação e

.

aptidão para compreender as questões científicas, técnicas, sociais e econômicas da produção e de seu gerenciamento, observados níveis graduais do processo de tomada de decisão, bem como para desenvolver gerenciamento qualitativo e adequado, revelando a assimilação de novas informações e apresentando flexibilidade intelectual e adaptabilidade contextualizada no trato de situações diversas, presentes ou emergentes, nos vários segmentos do campo de atuação do administrador.

O perfil do egresso além de prevê as competências e habilidades que serão desenvolvidas para atender a diretriz do curso, o egresso de Administração deverá conhecer as especificidades locorregional e sua relação

ao contexto econômico, sociais, culturais, político e ambientais da amazônia, para identificar a necessidade de combinar o desenvolvimento sustentável do estado com a diversificação da matriz economica integrando a Biodiversidade (Fámocos, Cosmesticos, Alimentos, etc) a Indústria de Turismo, Piscultura, Exploração de Recursos Minerais e PIM (Polo Industrial de Manaus), a principal fonte de sustentabilidade do estado.

1.3.2 Competências e Habilidades Gerais

De acordo com a Diretriz Curricular Nacional do Curso de Graduação em Administração, Resolução N° 4, de 13 de julho de 2005. O Art. 4º O Curso de Graduação em Administração deve possibilitar a formação profissional que revele, pelo menos, as seguintes competências e habilidades:

I. reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações no processo produtivo, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimentos e exercer, em diferentes graus de complexidade, o processo da tomada de decisão;
II. desenvolver expressão e comunicação compatíveis com o exercício profissional, inclusive nos processos de negociação e nas comunicações interpessoais ou intergrupais;
III. refletir e atuar criticamente sobre a esfera da produção, compreendendo sua posição e função na estrutura produtiva sob seu controle e gerenciamento;
IV. desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com valores e formulações matemáticas presentes nas relações formais e causais entre fenômenos produtivos, administrativos e de controle, bem assim expressando-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e sociais;
V. ter iniciativa, criatividade, determinação, vontade política e administrativa, vontade de aprender, abertura às mudanças e consciência da qualidade e das implicações éticas do seu exercício profissional;
VI. desenvolver capacidade de transferir conhecimentos da vida e da experiência cotidianas para o ambiente de trabalho e do seu campo de atuação profissional, em diferentes modelos organizacionais, revelando-se profissional adaptável;
VII. desenvolver capacidade para elaborar, implementar e consolidar projetos em organizações; e

.

VIII. desenvolver capacidade para realizar consultoria em gestão e administração, pareceres e perícias

administrativas, gerenciais, organizacionais, estratégicos e operacionais.

1.3.1 Competências e Habilidades Específicas

Concebemos uma competência como uma articulação de diferentes saberes (conceitos, atitudes e procedimentos) que convergem para uma atuação responsável, éticae com resolutividade frente às situações que se apresentam no cotidiano da sua profissão, admitimos a organização das competência e habilidades específicas, a partir da sua organização em torno dos núcleos de estudo que funcionam como grandes eixos temáticos, os quais abordam macro competências, tornando mais evidente, quais os saberes indispensáveis para formação do futuro egresso, frente a proposta pedagógica que o curso enseja.

Assim, entendemos que, a partir das unidades de estudos, o conjunto de disciplinas promovem a aprendizagem na direção do saber; do saber fazer e do saber ter atitudes compatíveis ao excelente exercício profissional, de acordo com os conteúdos Curriculares do DCNs do Curso de Graduação em Administração, a Resolução N° 4, de 13 de julho de 2005, preconiza que o egresso desenvolver competências e habilidades específicas que segundo a autora Manfredi (1998) o perfil profissional do administrador envolve o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes:

- **saber fazer** – recobre dimensões práticas, técnicas e científicas adquiridas formalmente através de cursos e treinamento e/ou por meio da experiência profissional;
- **saber ser** – inclui traços da personalidade e caráter, que ditam os comportamentos nas relações sociais no trabalho, como capacidade de iniciativa, expressão e comunicação compatíveis com o exercício profissional, inclusive nas comunicações, disponibilidade para a inovação e mudança, assimilação de novos valores de qualidade, produtividade e competitividade;
- **saber agir** – saber trabalhar em equipe, ser capaz de resolver problemas e realizar trabalhos novos ediversificados.

Será ainda necessário que o acadêmico tenha:

- Visão generalista das organizações;
- Compreender o contexto locorregional e global e suas peculiaridadesde forma sistêmica;
- Tomar decisões e solucionar problemas no âmbito organizacional;
- Gerenciar recursos, processos e pessoas;
- Atuar com proatividade, adaptabilidade e criatividade para solução dos problemas organizacionais.

1.3.2 Planejamento para Ampliação do Perfil do Egresso para o Mundo do Trabalho

.

Nunca presenciamos em tão pouco tempo mudanças tão significativas na produção da vida material. Os modos de viver, de se comunicar, de estabelecer relações sociais, afetivas modificou-se de maneira substancial, com o advento de novas tecnologias que nos permitiram vencer distâncias sem sair do lugar.

Especialmente nas últimas duas décadas, toda essa mudança tem também alteraram de maneira bastante significativa as relações de trabalho e por consequentemente as maneiras de empregar a força de trabalho – o que chamamos de emprego ou empregabilidade foi aos poucos sendo substituído por uma nova terminologia, a saber - a trabalhabilidade. Estas mudanças contribuíram para alterar o mundo do trabalho, deslocando o foco do emprego para o trabalho, e os dados estatísticos não nos deixam fugira essa realidade, cada vez mais observamos a diminuição dos índices de emprego em escala mundial.

Assim, o que temos visto é uma nova configuração do mercado de trabalho, onde o mesmo se torna cada vez mais competitivo, exigente, flexível, adotando critérios e padrões cada vez mais altos para a seleção de pessoas, este novo momento testemunhado por todos, traz inúmeros desafios às instituições de Ensino Superior, pois se duas décadas atrás bastava quase que um diploma de graduação para que o emprego

estivesse garantido, hoje,o porte de um diploma não é suficiente para a estabilidade de um posto de trabalho.

Nesta nova onda de mudanças também conhecida como a “terceira revolução industrial”, outras capacidades além do conhecimento técnico são necessárias para o ingressar e permanecer empregado, são estas competências novas e habilidades diversificadas que devemos observar no processo de formação dos nossos futuros egressosem todas as áreas do conhecimento.

O acompanhamento do egresso e sua condição de inserção no mundo do trabalho deve ser planejado prevendo a aceitação do nosso egresso a partir da oferta de cursos de graduação orientados para a formação de competências, de processos de avaliação da aprendizagem que sejam de captar a progressiva consolidação das mesmas na consolidação do Perfil do Egresso.

Todo esse esforço deve está aliado com um projeto de formação continuada queseja capaz de oferecer constantes formas de aprimoramento profissional, por meio dos cursos de aperfeiçoamento profissionais disponibilizados, além é claro de oportunidades de participar de oportunidade de novas graduações (segunda graduação) além de obter titulação em modernos cursos de pós-graduação, os quais deve estar alinhado às exigências formativas do mundo do trabalho.

Desta maneira se estabelece um cenário onde a formação teve necessariamente articular conceitos, habilidades e atitudes numa perspectiva prospectiva, ou seja, que o processo de formação inicial seja capaz de criar perspectiva de criação e de autonomia paracenários cada vez mais mutáveis e incertos.

Assim para o planejamento institucional que visa uma coerência entre o perfil do egresso e

.

as necessidades do mundo do trabalho em uma perspectiva de ampliação do mesmo em vista de novas necessidades emergentes, a instituição orienta que as atividades propostas no curso busquem:

- Tratar de atributos futuros do formando de um curso de graduação, ou seja – os perfis correntesreferem-se a características de pessoas existentes em cujo desempenho se deseja espelhar;
- Observem os critérios de concretude, factibilidade e relevância, estabelecidos por MCCLELLAND(1973) para que os descritores de comportamentos fossem realmente úteis ao mundo do trabalho;
- Relacionar-se com as atividades pedagógicas formativas, mormente comunicar- se com ataxonomia dos objetivos instrucionais de Bloom; e
- Descrever atributos complexos e flexíveis, exigência da competência intelectual da economia doconhecimento.
- A partir destas orientações as atividades que serão planejadas deverão considerar:
- Projetos de formação continuada que permitam o contínuo aperfeiçoamento e ajuste do perfil do egresso com as necessidades emergentes do mundo dotrabalho;
- Realização de pesquisas acerca da aderência dos nossos profissionais formados para identificar possíveis pontos de ajuste e/ou melhoria no perfil do egresso;
- Promover a contínua interação entre os profissionais atuantes e referência em suas áreas, assim como conselhos fiscais e reguladores da profissão para que tenhamos uma maior integração entre as temáticas abordadas e as projeções profissionais que estes realizam.

1.4 ESTRUTURA CURRICULAR

.

Fundamentado em uma perspectiva mais abrangente e dinâmica de currículo, o Curso Superior pretende uma estrutura curricular onde em uma análise sistêmica e global estejam presentes os aspectos flexibilidade, interdisciplinaridade, acessibilidade pedagógica e atitudinal, compatibilidade da carga horária total (em horas), articulação da teoria com a prática.

A organização curricular dos cursos superiores contemplará o desenvolvimento de competências profissionais e será formulada em consonância com o perfil profissional de conclusão do curso, o qual define a identidade do mesmo e caracteriza o compromisso ético. Em aspectos gerais os indicadores apontados aqui podem ser assim apontados:

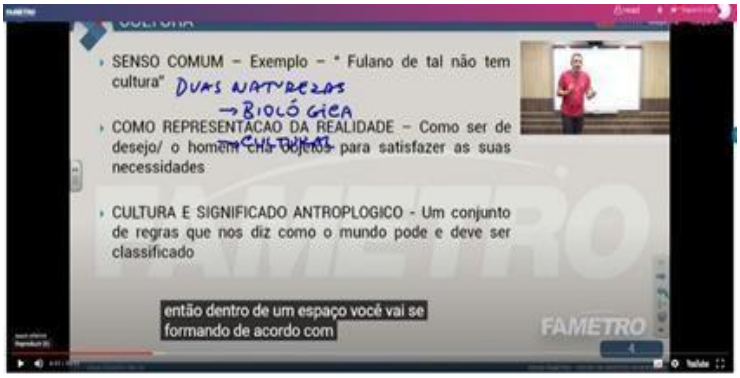
- **Flexibilidade**: Todas as matrizes dos cursos da IES possuem disciplinas optativas ofertadas periodicamente, tendo em vista, flexibilizar o perfil de formação proporcionando ao aluno a construção de um processo formativo diferenciado. Bem como ele pode cursar as disciplinas optativas de outros cursos.
- **Interdisciplinaridade:** Todos os cursos da IES desenvolverão projetos interdisciplinares promovendo a integração das disciplinas de um mesmo período por meio da pedagogia de projetos. Esta metodologia de projeto se encontra no Regulamento Institucional de Interdisciplinaridade anexo a este documento.
- **Transversalidade**: Todos os cursos da IES desenvolverão projetos transversais promovendo a integração das disciplinas discutindo as temáticas de Educação Étnicas racial e Educação Ambiental em um mesmo período em todo o curso por meio da pedagogia de projetos. Esta metodologia de projeto se encontra no Regulamento Institucional de Transversalidade anexo a este documento.

Acessibilidade Metodológica, Pedagógica e Atitudinal:

A acessibilidade metodológica já faz parte das políticas acadêmicas, especificamente das ações de ensino. A IES promoverá a acessibilidade pedagógica e atitudinal por meio da utilização de metodologias e técnicas de estudo que favoreçam o aprendizado e o desenvolvimento de competências objetivando que todos possam aprender e se desenvolver, para tanto são planejadas e utilizadas metodologias de ensino com o uso de recursos tecnológicos que favoreçam a remoção de qualquer barreira ao ato de aprender. Estes processos metodológicos encontram-se normatizados em regulamentação própria e no manual de metodologia de ensino e avaliação da IES.

A exemplo dessa acessibilidade estão as disciplinas ofertadas em EAD ora implantadas no Ambiente Virtual com recursos de acessibilidade para alunos de baixa visão,permitindo a ampliação do tamanho de fonte e luminosidade da tela, legenda automática para alunos com surdez, tradução automática dos vídeos aulas e demais processos que incluem áudio na oferta de libras.

.



Compatibilidade de Carga Horária: a estrutura curricular é organizada mediante a disposição de disciplinas no semestre. As disciplinas tem a sua carga horária calculada, considerando a complexidade dos objetos de estudo. A Estrutura Curricular dos Cursos considera disciplinas contabilizadas em hora relógio. Na Matriz Curricular estão dispostas ascargas horárias destinadas as tipologias de atividades propostas.

Articulação entre os Componentes Curriculares: Os componentes curriculares previstos para o Curso, se apresentam articulados em Núcleos de Estudos dos quais ensejam um conjunto de competências esperadas.

1.4.1 Elementos Inovadores da Estrutura Curricular

Quando falamos de elementos inovadores da estrutura curricular, estamos tratando sobretudo de currículo, e o currículo, na dimensão que assumimos, não representa apenasa sequência dos componentes curriculares, mas comumente chamados de disciplinas, dentro de uma organização hierarquizada que atende ao modelo disciplinar. Para falar de inovação ou de elementos inovadores da estrutura curricular é preciso falarde currículo como uma articulação de

conhecimentos, saberes e competências que incluem também as experiências, vivências e valores apresentados de maneira integrada, orientada para a formação de competências previstas no perfil do egresso.

Nesta perspectiva um fator fundamental nesta dimensão de inovação curricular, é a construção de uma prática curricular, onde professores especialistas saiam de dentro dos muros da sala de aula e comecem a incluir em seus programas temáticas de estudo que estejam articuladas com a realidade do seu entorno, como por exemplo: as mudanças que estão se operando, as necessidades atuais da população, o mercado de trabalho e as novasexigências das carreiras profissionais, bem como as representações e os contatos com a realidade, principalmente por meio da curricularização da extensão e por meio da inserção de carga horária específica para o desenvolvimento dos estudos interdisciplinares ao final de cada ciclo de disciplinas semestrais.

Alguns avanços já foram produzidos em termos de inovação na estrutura curricular dos cursos de graduação do CEUNI FAMETRO, assim algumas propostas já estão sendo implantadas no âmbito de todos os cursos de graduação.

Inserção de Novas Tecnologias de Informação e Comunicação, como mediadora do processo ensino- aprendizagem, por meio do ambiente: digital@fametro.edu.bHYPERLINK "mailto:digital@fametro.edu.br"r e Inserção de disciplinas ministradas a distância, além disso temos ofertado algumas disciplina que abordam temáticas instrumentais e transversais na grade curricular, como por exemplo:

- Ethics, Sustentability and RigthsHuman
- English of the Market Job
- Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS
- Tópicos Especiais
- Empreendedorismo e Inovação
- Responsabilidade Socioambiental e Sustentabilidade

Outros processos têm sido incluídos como estratégias inovadoras na estrutura Curriculardentre elas podemos citar ainda novas e diversificadas formas de aproveitamento de competências desenvolvidas em contexto externos à academia, além da presença cada vez maior de elementos virtualizados de ensino, o que confere maior flexibilidade de tempo além de conferir a possibilidade de ampliação das oportunidades educacionais com inúmeraspossibilidades de ampliação das maneirasde se construir conhecimento.

Figura 1 – Princípios para a inovação curricular

.

Tomando como referência os estudos de Daniel Romão da Silva, em seu texto Currículos Inovadores no Ensino Superior (2019), a figura acima inspira os movimentos de inovação curricular por nós adotados, a saber:

Nesta perspectiva, no CEUNI FAMETRO, algumas iniciativas de organização e trato da estrutura curricular vem sendo praticada, dentre elas destacamos:

- A Interdisciplinaridade e a Transversalidade como proposta epistemológica a partir d
- A inserção cada vez maior da interlocução dos conteúdos curriculares com o contextoprofissional, de maneira precoce e permanente;
- A pesquisa como princípio educativo, articulada ao ensino e a extensão ´
- A articulação constante entre teoria e prática
- A flexibilização curricular por meio da assimilação e novas formas de aproveitamento de competências adquiridas fora da instituição e também a articulação entre presencialidade e virtualização por meio de componentes curriculares a distância ou incorporação de atividades virtuais no currículo presencial.

1.4.2 Políticas de ensino de pós-graduação lato sensu

Sendo a pós-graduação que subsidia mais proximamente o desenvolvimento daspesquisas, que devem ser ampliadas, qualificadas e internacionalizadas, assim, é fundamental a ampliação do financiamento de suas atividades. Outro desafio é aumentar a inserção docente nos programas ofertados.

Os projetos pedagógicos dos cursos de pós-graduação Lato Sensu devem ser aprovados pelo Colegiado de Curso, e homologado pelo Conselho Maior da Instituição, garantindo aos Coordenadores de Curso e corpo docente a participação no planejamento daoferta de cursos de pós-graduação.

No CEUNI FAMETRO os cursos de pós-graduação apresentam-se articulados ao ensino de graduação,tendo em vista estabelecer a possibilidade de aprofundamento de estudos dos nossos alunos em diferentes níveis (especialização, mestrado e doutorado).

Depois de implantados os Cursos de pós-graduação são acompanhados e avaliados sistematicamente pela Coordenação de pós-graduação, a qual promoverá a avaliação dos currículos e a atualização da proposta pedagógica dos mesmos, para o alcance de padrões excelentes de qualidade.

A relação de Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu, bem como a programação de oferta na vigência deste PDI, se encontra nos quadros apresentados a seguir, e seguirá a nota técnica 509/2015 e a resolução n.

.

1/2007.

A Política de Pós-Graduação Lato Sensu, deve ser executada por meio dos seguintes Programas:

- PEFC/CEUNI - FAMETRO: Programa de estímulo à formação contínua, por meio de bolsas e descontos: Funcionários, egresso (10%), ENADE (50% a 100%), mérito acadêmico (50%, 75% e 100% por curso e semestre), consanguíneo (10%), grupo IME (10%).
- Programa de Qualidade de Ensino e Inovação Pedagógica: planejamento, atualização curricular, elaboração de material didático, avaliação formativa esomativa, acompanhamento e avaliação dos cursos, oferta de componentes curriculares à distância, oferta de pós-EAD.
- Programa de Acompanhamento ao Egresso da Pós-graduação: Onde serão acompanhados os egressos da pós-graduação nas suas conquistas no mercadoa partir de reuniões anuais, bem como incentivar na formação continuada em busca do mestrado e doutorado.
- Programa de Apoio ao Discente da Pós-graduação: psicopedagógico, atividade extraclasse, representatividade discentes, apoio financeiro por meios de programas e descontos, internacionalização e mobilidade acadêmica, ouvidoria, portal acadêmico.

É objetivo da Pós-graduação Lato Sensu:

Aprofundar o conhecimento em áreas determinadas ou em áreas afins do saber, proporcionando o desenvolvimento de competências e habilidades que venham a contribuir para a adequação profissional às necessidades do mercado de trabalho, consolidandoassim os estudos realizados em nível de graduação.

1.4.3 Políticas de ensino de pós-graduação stricto sensu

No que compete à modalidade stricto sensu o CEUNI FAMETRO pretende passar a ofertar primeiro por meio de convênio interinstitucional e depois por processos próprios, cursos de Mestrado e Doutorado nas áreas de:

- Saúde;
- Educação;
- Gestão;
- Tecnologia;
- Humanas;
- Biológicas;
- Exatas.

Em acordo com o que determina a CAPES os Programas de Mestrado e Doutorado tem a sua importância apresentam como finalidades dos Programas de Pós-Graduação “stricto sensu”:

- Proporcionar o aprimoramento em diferentes áreas do saber, visando a oferecer ao aluno elevado padrão técnico, científico e profissional;

.

- Desenvolver um ambiente de incentivo à produção de conhecimento, através do ensino e da pesquisa no CEUNI - FAMETRO;
- Formar recursos humanos que atendam às exigências de qualificação e expansão do ensino superior e da pesquisa.

Estes Programas devem ainda se apresentar articulados a graduação, tendo em vista a verticalização e o aprofundamento das áreas de conhecimento onde a IES atua. Os cursos de mestrado e doutorado do CEUNI - FAMETRO buscarão ser uma alternativa de aperfeiçoamento e de acadêmico do recém-graduado e dos próprios profissionais do CEUNI
- FAMETRO, haja vista a histórica escassez desse tipo de formação no norte do país.

Esta busca de ampliação de oportunidades de pós-graduação está, no nosso do Amazonas, ligada a criação de novos cursos stricto sensu para profissionais que demandamrequalificação de alto nível, porque dela depende a manutenção do profissional no mercado, o desenvolvimento de todo um setor empresarial ou a prestação de melhores serviços ao segmento social correspondente à área do conhecimento.

O desafio de ter que atender ou buscar atender a uma demanda muito grande, que procura qualificação em Instituição de alto nível, envolve não apenas o profissional recém- formado, mas também o profissional que está atuando num mercado cada vez mais exigente. Esses profissionais sabem que precisam se qualificar para poder acompanhar as vertiginosas transformações da ciência e da tecnologia, o que nos faz acreditar que estaríamos dando uma grande contribuição para a nossa região ao nos lançarmos ao desafio de propor e ofertar este nível de formação.

Assim a Pós-Graduação Stricto Sensu da IES, tem como política, o fortalecimento da formação continuada por meio da pesquisa e aperfeiçoamento profissional, conforme as linhas de pesquisas institucionais, devendo ser operacionalizada mediante os seguintes programas:

Projeto:

PEFC/CEUNI - FAMETRO: Projeto de Estímulo à Formação Continuada, por meio de bolsas e descontos: Funcionários, egressos, consanguíneos, Grupo IME.

É objetivo da Política de Ensino para Pós-Graduação Stricto Sensu:

Promover a formação continuada em nível de mestrado e doutorado acadêmico e profissional, para atuar na pesquisa e no ensino superior com finalidade didática, científica ou tecnológica, tendo em vista a produção, ampliação e difusão de conhecimentos por meio de parcerias acadêmicas e científicas com programas congêneres oferecidos porinstituições de ensino superior brasileira e estrangeiras.

1.4.4 Matriz Curricular com Quadro de Optativas e Quadro Resumo do Curso

No que compete à construção do currículo, para a graduação, pensamos que as propostas curriculares oferecidas devem demonstrar comprometimento com as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais, tendo em vista princípios norteadores da organização do trabalho pedagógico nos cursos de

.

graduação. Institucionalmente a IES, admite algumas premissas que devem balizar a construção de bons itinerários de formação, são elas:

- Coerência do currículo com os objetivos do curso;
- Coerência do currículo com o perfil do egresso;
- Coerência do currículo face às Diretrizes Curriculares Nacionais e o CatálogoNacional de Cursos Tecnológicos (quando for o caso);

Outros princípios também concorrem para que os currículos ofereçam experiências qualitativas de aprendizagem, dentre os quais devemos destacar a acessibilidade pedagógica, a flexibilidade (processo inerente à educação à distância), a constante articulação entre teoria e prática, a possibilidade de inserir e promover processos de ambiência com os espaços profissionais futuros, e por fim, a articulação entre os componentes curriculares que devem promover uma perspectiva menos fragmentada do conhecimento.

Observando os destaques acima, a proposta de itinerário de formação que será executada por meio da matriz curricular apresentada, prevê que os acadêmicos possam experimentar a articulação entre teoria e prática no interior dos componentes curriculares, assim como possam também compreender a interpelação entre diferentes saberes com o fito de compreender realidades complexas, neste sentido, o currículo se organiza por meio de núcleos de estudos, onde as disciplinas promovem trocas de saberes que se concretizam em estudos interdisciplinares, os quais irão se construindo no decorrer da formação, no interior dos núcleos, sendo finalizados quando o núcleo de estudos completa o seu ciclo.

As unidades curriculares da matriz apresentam, em sua maioria, conteúdos que implicam em abordagens metodológicas teóricas e práticas. Visando alcançar os objetivos propostos no Plano de Ensino de cada disciplina, serão utilizados instrumentos pedagógicos diversificados, com o intuito de estreitar a relação entre a teoria e a prática, estimulando o aprendizado. A aquisição de conhecimentos e habilidades necessárias ao profissional acontecerá de maneira gradativa e com grau de complexidade progressiva, permitindo o desenvolvimento do perfil profissional.

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO

ADMINISTRAÇÃO	
1° PERÍODO	**CARGA HORÁRIA**
	DISCIPLINA
COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL	88
CONTABILIDADE BÁSICA	66
FUNDAMENTOS DE ADMINISTRAÇÃO	66
FUNDAMENTOS DE ECONOMIA (EAD)	88
INTRODUÇÃO AO DIREITO	66
SUBTOTAL	**374**
2° PERÍODO	**CARGA HORÁRIA**
	DISCIPLINA
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA	66

.

DIREITO TRIBUTÁRIO	66
ESTATÍSTICA	88
MATEMÁTICA FINANCEIRA	66
SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA (EAD)	88
SUBTOTAL	**374**
3° PERÍODO	**CARGA HORÁRIA**
	DISCIPLINA
ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	66
DIREITO TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIO	66
FILOSOFIA E ÉTICA (EAD)	66
MERCADO DE CAPITAL	66
PSICOLOGIA SOCIAL (EAD)	88
SUBTOTAL	**374**
4° PERÍODO	**CARGA HORÁRIA**
	DISCIPLINA
CONTABILIDADE DE CUSTOS	66
CONTROLADORIA	66
EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO (EAD)	88
RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE (EAD)	88
TÉCNICA DE PESQUISA	66
SUBTOTAL	**374**
5° PERÍODO	**CARGA HORÁRIA**
	DISCIPLINA
ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO E OPERAÇÃO	66
ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	66
CULTURA, CLIMA E COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL	88
GESTÃO DE PROCESSOS	66
MARKETING EMPRESARIAL (EAD)	88
SUBTOTAL	**374**
6° PERÍODO	**CARGA HORÁRIA**
	DISCIPLINA
ADMINISTRAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS	66
GESTÃO DE PROJETOS E CONSULTORIA (EAD)	88
GOVERNANÇA CORPORATIVA	66
LOGÍSTICA E MATERIAIS	66
PLLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA	66
SUBTOTAL	**352**
7° PERÍODO	**CARGA HORÁRIA**
	DISCIPLINA
GESTÃO DA QUALIDADE E SERVIÇOS	66
JOGOS DE EMPRESAS	66
OPTATIVA I	66
PRÁTICA I - DIAGNÓSTICO ORGANIZACIONAL	66

.

SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADO - SGI	66
SUBTOTAL	**352**
8° PERÍODO	**CARGA HORÁRIA**
	DISCIPLINA
NEGOCIAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO	66
NEGÓCIOS INTERNACIONAIS	66
OPTATIVA II	66
PRÁTICA II - PROJETO DE INTERVENÇÃO	66
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO GERENCIAL	88
SUBTOTAL	**352**
OPTATIVAS	**CARGA HORÁRIA**
	DISCIPLINA
ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PROJETOS	66
AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO, CARGOS E SALÁRIOS	66
CUSTOS LOGÍSTICOS	66
ETHICS, SUSTENTABILITY AND HUMAN RIGGTHS IN BRAZIL	66
GESTÃO DA CADEIA DE SUPRIMENTOS, DISTRIBUIÇÃO FÍSICA E TRANSPORTE	66
GESTÃO DE CONHECIMENTOS, POR CARREIRA E POR COMPETÊNCIAS	66
INGLES	66
LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS	66
LOGÍSTICA INTERNACIONAL E LEGISLAÇÃO ADUANEIRA	66
NORMAS, AUDITORIA E CERTIFICAÇÃO	66
ROTINAS DE DEPARTAMENTO PESSOAL E CÁLCULOS TRABALHISTAS	66
SUBSISTEMAS DE RECURSOS HUMANOS	66
RESUMO DO CURSO	
DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS	2.926
DISCIPLINAS EAD	
ATIVIDADES COMPLEMENTARES	140
CARGA HORÁRIA TOTAL	3066
E STÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO	NÃO SE APLICA
TRABALHO DE CONCLUSÇAO DE CURSO	NÃO SE APLICA

1.4.5

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO COM EXTENSÃO

.

1. Período	TEÓRICO	PRÁTICA	EXTENSÃO	TOTAL
COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL	76	12	-	88
CONTABILIDADE BÁSICA	66	-	-	66
FUNDAMENTOS DE ADMINISTRAÇÃO	41	-	25	66
FUNDAMENTOS DE ECONOMIA (EAD)	88	-	-	88
INTRODUÇÃO AO DIREITO	41	-	25	66
	312	**12**	**50**	**374**
2. Período	**TEÓRICO**	**PRÁTICA**	**EXTENSÃO**	**TOTAL**
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA	46	-	20	66
DIREITO TRIBUTÁRIO	54	12	-	66
ESTATÍSTICA	88	-	-	88
MATEMÁTICA FINANCEIRA	46	-	20	66
SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA (EAD)	88	-	-	88
	322	**12**	**40**	**374**
3. Período	**TEÓRICO**	**PRÁTICA**	**EXTENSÃO**	**TOTAL**
ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	66	-	-	66
DIREITO TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIO	29	12	25	66
FILOSOFIA E ÉTICA - EAD	88	-	-	88
MERCADO DE CAPITAL	66	-	-	66
PSICOLOGIA SOCIAL	51	12	25	88
	300	**24**	**50**	**374**
4. Período	**TEÓRICO**	**PRÁTICA**	**EXTENSÃO**	**TOTAL**
CONTABILIDADE DE CUSTOS	54	12	-	66
CONTROLADORIA	29	12	25	66
EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO	63	-	25	88
RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE	88	-	-	88
TÉCNICA DE PESQUISA	66	-	-	66
	300	**24**	**50**	**374**
5. Período	**TEÓRICO**	**PRÁTICA**	**EXTENSÃO**	**TOTAL**
ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO E OPERAÇÃO	66	-	-	66
ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	44	-	22	66
CULTURA, CLIMA E COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL	88	-	-	88
GESTÃO DE PROCESSOS	34	12	20	66
MARKETING EMPRESARIAL	88	-	-	88
	320	**12**	**42**	**374**
6. Período	**TEÓRICO**	**PRÁTICA**	**EXTENSÃO**	**TOTAL**
ADMINISTRAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS	66	-	-	66
GESTÃO DE PROJETOS E CONSULTORIA - EAD	88	-	-	88
GOVERNANÇA CORPORATIVA	66	-	-	66
LOGÍSTICA E MATERIAIS	32	12	22	66
PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA	46	-	20	66
	298	**12**	**42**	**352**
7. Período	**TEÓRICO**	**PRÁTICA**	**EXTENSÃO**	**TOTAL**
GESTÃO DA QUALIDADE E SERVIÇOS	54	12	-	66
JOGOS DE EMPRESAS	66	-	-	66
OPTATIVA I	66	-	-	66
PRÁTICA I – DIAGNÓSTICO ORGANIZACIONAL	66	-	-	66
SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADO - EAD	88	-	-	88
	340	**12**	**-**	**352**
8. Período	**TEÓRICO**	**PRÁTICA**	**EXTENSÃO**	**TOTAL**
NEGOCIAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO	66	-	-	66
NEGÓCIOS INTERNACIONAIS	54	12	-	66

.

Ementário e Bibliografias das Disciplinas Obrigatórias e Optativas

1º PERÍODO

COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL

EMENTÁRIO: Evolução do Processo de comunicação interna e externa das organizações. A comunicação como estratégia orientada para o fortalecimento organizacional. Requisitos necessários para a construção de textos no ambiente empresarial.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BUENO, Wilson da Costa. Comunicação empresarial: alinhamento, teoria e prática. São Paulo: Manole,2014
2. PIMENTA, Maria Alzira. Comunicação empresarial. 8.ed. São Paulo: Alínea, 2015
3. TOMASI, Bosco. Comunicação empresarial. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BAHIA, Benito Juarez. Introdução à comunicação empresarial. Rio de Janeiro: Mauad, 2006
2. FRANÇA, Ana Shirley. Comunicação empresarial. São Paulo: Atlas, 2014
3. MCQUAIL, Denis. Teorias de comunicação de massa. 4.ed. Porto Alegre: Penso, 2013
4. MEUNIER, Daniel. Introdução às teorias de comunicação. Rio de Janeiro: Vozes, 2008
5. TAVARES, Maurício. Comunicação empresarial: integrando teoria e prática. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2010

CONTABILIDADE BÁSICA:

EMENTÁRIO: Noções sobre contabilidade, patrimônio, ativo e passivo, despesa, receita e resultado. Qual a de aplicação da Contabilidade. A teoria de Frei Lucca Paccioli. O método de partidas dobradas. Classificação. Função e natureza das contas. Plano de contas. Atos e fatos administrativos. Escrituração. Técnicas de correção de erros de escrituração. Operação com mercadorias.

BIBLIOGRÁFIA BÁSICA

1. VICECONTI, Paulo Eduardo V.; NEVES, Silvério das. Contabilidade básica. 16.ed. São Paulo: Saraiva,2013.
2. IUDÍCIBUS, Sérgio de. Teoria da contabilidade. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2010.
3. VELLANI, Cássio Luiz. Introdução à contabilidade: uma visão integrada e conectada. São Paulo: Atlas, 2013

BIBLIOGRAFIA COMPLEMETAR

1. GONÇALVES, Eugênio; BAPTISTA, Antonio Eustáquio. Contabilidade geral 7.ed. São Paulo: Atlas, 2011
2. MARION, José Carlos. Introdução à contabilidade com ênfase em teoria. 2.ed. São Paulo: Alínea, 2013
3. RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade básica fácil. 28.ed. São Paulo: Saraiva, 2012

.

4. SÁ, Antônio Lopes da. Teoria da contabilidade. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010
5. SANTOS, José Luiz dos; SCHMIDT, Paulo; GOMES, José Mario M.; FERNANDES, Luciane Alves.Contabilidade geral. São Paulo: Atlas, 2003

FUNDAMENTOS DE ADMINISTRAÇÃO

EMENTÁRIO: A Administração e suas perspectivas; A Administração e as Organizações; O Ambiente Organizacional; Processo Administrativo; Estabelecimento de relações entre as funções administrativas e as áreas funcionais da Administração. Percepção do papel do Administrador e reflexão sobre o ambiente organizacional; As escolas do pensamento administrativo e seus desdobramentos; Escola Clássica e Administração Científica e suas decorrências; Escola das Relações Humanas ao comportamento organizacional, Estruturalismo e Burocracia; Escola de Sistemas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. CHIAVENATO, Idalberto. Administração: teoria, processo e prática. 5.ed. São Paulo: Manole, 2014
2. CHIAVENATO, Idalberto. Princípios de administração: o essencial em teoria geral da administração. 2.ed.São Paulo: Manole, 2012
3. OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. História da administração: como entender as origens, as aplicaçõese as evoluções da administração. São Paulo: Atlas, 2012

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. LUSSIER, Robert N.; REIS, Ana Carla Fonseca; FERREIRA, Ademir Antonio. Fundamentos de administração. São Paulo: Cengage Learning, 2009
2. MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Introdução à administração. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2011.
3. CLEGG, Stewart; KORNBERGER, Martin; PITSIS, Tyrone. Administração e organizações: uma introdução àteoria e à prática. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2011
4. GURGEL, Claudio; RODRIGUEZ Y RODRIGUEZ, Martins Vicente. Administração: elementos essenciaispara a gestão das organizações. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2014.
5. SOBRAL, Felipi; PECI, Alketa. Administração: teoria e prática no contexto brasileiro. 2.ed. São Paulo:Pearson, 2013.

FUNDAMENTOS DE ECONOMIA

EMENTÁRIO: Microeconomia: Definição dos agentes econômicos: Demanda e oferta; Equilíbrio de mercado; Curva de possibilidade de produção; Teorias da produção e custos; Estruturas de mercado; Caracterização dos conceitos de Excedente e Equilíbrio do Consumidor; Comportamento do produtor a partir das teorias de produção e custos; Excedente do produtor; Estruturas de organização de empresas em concorrência perfeita, monopólio, oligopólio e concorrência monopolística; Variáveis microeconômicas: Crescimento e Desenvolvimento econômico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. VAN, Carlos Eduardo de Freitas; PELLEGRINO, Anderson César Gomes Teixeira; PAIVA, Claúdio Cesar de.Economia: fundamentos e práticas aplicados à realidade brasileira. 2.ed. São Paulo:

Alínea, 2013
2. VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; GARCIA, Manuel Eriquez. Fundamentos de economia. 5.ed.São Paulo: Saraiva, 2014
3. VICECONTI, Paulo; NEVES, Silvério das. Introdução à economia. 12.ed. São Paulo: Saraiva, 2013

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ALBERGONI, Leide. Introdução à econômica: aplicações no cotidiano. São Paulo: Atlas, 2015
2. BACHA, Carlos José Caetano. Entendendo a economia brasileira. 4.ed. São Paulo: Alínea, 2017
3. BRUSTEIN, Israel. Economia de empresas: gestão econômica de negócios. São Paulo: Atlas, 2014
4. ROSSETI, José Pascoal. Introdução à economia. 20.ed. São Paulo: Atlas, 2017
5. VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; OLIVEIRA, Roberto Guena de; BARBIERI, Fábio. Manual de microeconomia. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

INTRODUÇÃO AO DIREITO

EMENTÁRIO: Conceitos Básicos de Direito, Direito Objetivo e Direito Subjetivo. Fontes de Direito. Leis: Tipos, conceitos e classificação. Obrigatoriedade. Direito Internacional Público: conceito e importância. Direito Constitucional: tipos de ordenamento jurídico Diferença entre direito Público e Privado. Estado e seus fundamentos. Formas do direito civil – pessoa natural e pessoa jurídica. Atos e fatos jurídicos. Direito da Família. Direito das Causas. Direito das obrigações e sucessões.

BIBLIOTECA BÁSICA:

1. NADER, Paulo. Introdução ao estudo do direito. 40.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.
2. PALAIA, Nelson. Noções essenciais de direito. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
3. REALE, Miguel. Lições preliminares de direito. 27.ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BRANCATO, Ricardo Teixeira. Instituições de direito e de direito público privado. 14.ed. São Paulo: Saraiva,2011
2. MASCARO, Alysson Leandro. Introdução ao estudo do direito. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2015
3. COTRIM, Gilberto. Direito fundamental: instituições de direito público e privado. 23.ed. São Paulo: Saraiva,2009.
4. MAZZA, Alexandre. Manual de direito administrativo. 8.ed. São Paulo: Saraiva, 2018.
5. MENDONÇA, Jacy de Souza. Introdução ao estudo do direito. 3.ed. São Paulo: Rideel, 2010.

2º PERÍODO

MATEMÁTICA FINANCEIRA

EMENTÁRIO: Potenciação e Juros Simples. Capitalização Simples e Composta; Taxas de Juros; Taxas Efetivas; Taxas Nominal; Taxa Real e os efeitos da Inflação; Equivalência de Capitais; Séries Uniformes de Pagamentos; Sistemas de Amortização: Sistema de Amortização Constante, Sistemas e Amortização Francês; Sistema de Amortização Misto e Sistema de Amortização Americano.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

.

1. NASCIMENTO, Marco Aurélio. Introdução à matemática financeira. São Paulo: Saraiva, 2012.
2. PUCCINI, Abelardo de Lima. Matemática financeira: objetiva e aplicada. 9.ed. São Paulo: Elsevier, 2011.
3. SICSÚ, Bernardo. Fundamentos de matemática financeira. 2.ed. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ROSS, Stephen; WESTERFIELD, Randolph W.; JORDAN, Bradford D.; LAMB, Roberto. Fundamentos deadministração financeira. 9.ed. Porto Alegre: AMGH, 2013
2. GIMENEZ, Cristiano March. Matemática financeira com HP 12C e Excel: uma abordagem descomplicada.2.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2009.
3. SILVA, André Luiz Carvalhal da. Matemática financeira aplicada. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2010

.

4. LAPPONI, Juan Carlos. Matemática financeira. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014
TOSI, Armando José. Matemática financeira com utilização do excel 2010. São Paulo: Atlas, 2012.

SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA:

EMENTÁRIO: O Dialogo Teórico entre Antropologia e da Sociologia. Seus idealizadores e principais teóricos para a análise das organizações. O homem e a organização da sociedade. Diversidade Cultural e Multiculturalismo; A Cultura e Realidade Social: relações do trabalho, racismo, discriminação, preconceito, as questões de gêneros e étnico raciais. Direitos, cidadania, meio ambiente e movimentos sociais. A perspectivas da Antropologia e da Sociologia na contemporaneidade mundial e brasileira. Procedimentos administrativos e das teias simbólicas nos ambientes organizacionais. Comportamento organizacional, relações de poder e grupos de pressão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA.

1. AQUINO, R.; VIEIRA, Fernando; AGOSTINHO, Gilberyto; ROEDEL, Hiran. Sociedade brasileira: uma história através dos movimentos sociais. 9.ed. Rio de Janeiro: Record, 2015
2. MERCIER, Paul. História da antropologia. 2.ed. São Paulo: Centauro, 2012
3. PLUMMER, Ken. Sociologia. São Paulo: Saraiva, 2015 (Coleção Homem, Cultura e Sociedade)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMETAR

1. BERGER, Peter L. Perspectivas sociológicas: uma visão humanística. 30.ed. Rio de Janeiro: Vozes, s.d.
2. GIL, Antonio Carlos. Sociologia geral. São Paulo: Atlas, 2011
3. SANTOS, Pedro Antônio dos. Fundamentos de sociologia geral. São Paulo: Atlas, 2013
4. KESSING, Roger M.; STRATHERN, Andrew J. Antropologia cultural: uma perspectiva contemporânea. Riode Janeiro: Vozes, 2014.
5. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Sociologia geral. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2014.

DIREITO TRIBUTÁRIO:

EMENTÁRIO: Política fiscal e tributária. Noções gerais de tributação. Fontes do direito tributário. Sistema tributário nacional. Impostos: federais, estaduais e municipais. Autuações fiscais. Planejamento tributário e sua importância para a empresa. Legislação Tributária Local/Regional. Direito constitucional e a gestão de tributos. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

1. BELTRÃO, Irapuã. Curso de Direito Tributário. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2014
2. BECHO, Renato Lopes. Lições de direito tributário. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2015
3. MARTINS, Sérgio Pinto. Manual de direito tributário. 14.ed. São Paulo: Atlas, 2015

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. PAULSEN, Leandro. Curso de Direito tributário completo. 7.ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015
2. AMARO, Luciano. Direito tributário brasileiro. 20.ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
3. BRITO, Hugo; SEGUNDO, Machado. Código Tributário Nacional. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2014
4. CHAVES, Francisco Coutinho. Retenção de tributos (IR. PIS. COFINS. CSLL. INSS e ISS). São Paulo: Atlas,2014

.

5. REZENDE, Amaury José; PEREIRA, Carlos Alberto; ALENCAR, Roberta Carvalho de. Contabilidade tributária: entendendo a lógica dos tributos e seus reflexos sobre os resultados das empresas. São Paulo: Atlas, 2010.

ESTATÍSTICA

EMENTÁRIO: O universo da Ciência Estatística e suas aplicações no contexto do mundo dos negócios; estudo dos principais conceitos e medidas de estatística descritiva; construção e análise de gráficos e tabelas com ferramentas computacionais; números índices; parâmetro e estimador; distribuições de probabilidade; amostragem.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. DOANE, David P.; SEWARD, Lori E. Estatística aplicada à administração e economia. 4.ed. Porto Alegre: AMGH, 2014
2. VIEIRA, Sônia. Estatística básica. 2.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.
3. LARSON, Ron. Estatística aplicada. 4.ed. São Paulo: Pearson, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. AKAMINE, Carlos Takeo; YAMAMOTO, Roberto Katsuhiro. Estatística descritiva. 5.ed. São Paulo: Érica, 2013
2. DOWNING, Douglas; CLARK, Jeffrey. Estatística aplicada. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2011
3. MARTINS, Gilberto de Andrade; DOMINGUES, Osmar. Estatística geral e aplicada. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2011.
4. KAZMIER, Leonard J. Estatística aplicada à administração e economia. 4.ed. Rio de Janeiro: Bookman, 2007.
5. MOORE, David S.; NOTZ, William I.; FLIGNER, Michael A. A estatística básica e sua prática. 6.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2014.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

EMENTÁRIO: O papel da administração financeira e do administrador financeiro. Conceitos financeiros básicos. O capital de terceiros e o capital próprio. Alavancagem financeira. Custos de empréstimos. Custo de capital próprio. A estrutura ótima de capital. Demonstrações de Origens e Aplicações de recursos. Capital de Giro. Ativo circulante. Finanças empresariais em momentos de incertezas. Análise das demonstrações financeiras. Orçamento: princípios, tipos, processo e sistema orçamentário.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. GITMAN, Lawrence J.; ZUTTER, Chad J. Princípios de administração financeira. 14.ed. São Paulo: Pearson, 2018.
2. ASSAF NETO, Alexandre; SILVA, César Augusto Tibúrcio. Administração do capital de giro. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2012.
3. ASSAF NETO, Alexandre; LIMA, Fabiano Guasti. Curso de Administração Financeira. 4.ed. São Paulo: Atlas; 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

.

1. MASAKAZU, Hoji. Administração financeira na prática: educação financeira corporativa e gestão financeira pessoal. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
2. SILVA, José Pereira da. Análise financeira das empresas. 13.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2017.
3. BRUNI, Adriano Leal. Avaliação de investimentos. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2018.
4. CHEROBIM, Ana Paula. Administração financeira. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2016.
5. CASAROTTO FILHO, Nelson; KOPITTKE, Bruno Hartmut. Análise de investimentos: manual para solução de problemas e tomadas de decisão. 12.ed. São Paulo: Atlas, 2020.

3º PERÍODO

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EMENTÁRIO: Função Financeira na Empresa e o ambiente operacional da empresa; Noções de Governança Corporativa; análise das Demonstrações Financeiras; Fontes de Financiamentos de Longo Prazo; Estrutura de Capital; Valuation: Orçamento de Capital e Técnicas de Avaliação de Projetos e Administração do Capital de Giro;

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ASSAF NETO, Alexandre. Valuation: métricas de valor & avaliação de empresas. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2014.
2. _____. Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2012
3. HIGGINS, Robert C. Análise para administração financeira. 10.ed. Porto Alegre: AMGH, 2014

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CHIAVENATO, Idalberto. Gestão financeira: uma abordagem introdutória. 3.ed. São Paulo: Manole, 2014.
2. COSTA, Luiz Guilherme Tinoco Aboim; COSTA, Luiz Rodolfo Tinoco Aboim; ALVIM, Marcelo Arantes. Valuation: manual de avaliação e reestruturação econômica de empresas. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2011
3. GROPPELLI, A. A.; NIKBAKHT, Ehsan. Administração financeira. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2010 (Série Essencial)
4. IUDÍCIBUS, Sérgio de; MELLO, Gilmar Ribeiro de. Análise de custos: uma abordagem quantitativa. São Paulo: Atlas, 2013.
5. SANTOS, Cleônimo dos; BARROS, Sidney Ferro. Estrutura e análise de balanço. São Paulo: IOB, 2013

MERCADO DE CAPITAL

EMENTÁRIO: Macroeconomia: Fundamentos e equilíbrio geral: Demanda e oferta agregada; Cenário para negócios; Contabilidade nacional; Economia fechada e aberta; Impactos da conjuntura econômica e política econômica sobre as empresas: Moeda, juros, câmbio, inflação e seu impacto na economia e de balanço de pagamentos; PIB; concorrência e competitividade; Sistema Financeiro de capitais e de ações; Sistema Monetário Internacional; Mercado de ações e renda fixa. Risco e retorno de aplicação de ativos. Títulos Privados e Públicos; Fundos de Investimentos. Noções e Derivativos.

.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. CARRETE, Liliam Sanchez; TAVARES, Rosana. Cálculo no mercado financeiro: conceitos, ferramentas e exercícios. São Paulo: Atlas, 2015.
2. CASAROTTO FILHO, Nelson; KOPITTKE, Bruno Hartmut. Análise de investimentos: matemática financeira, engenharia econômica, tomada de decisão, estratégia empresarial. 11.ed. São Paulo: Atlas, 2017
3. SILVA, César Roberto Leite; LUIZ, Sinclayr. Economia e mercados: introdução à economia. 19.ed. São Paulo: Saraiva, 2010

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ALÉM, Ana Cláudia. Macroeconomia: teoria e prátia no Brasil (análise do ambiente econômico com casos brasileiros). São Paulo: Elsevier, 2010
2. KUSTER, Edison. Custos e formação de preços. 2.ed. Curitiba: Juruá, 2012.
3. CARVALHO, Pedro Carlos de; MORAES, Wagner Fróes de. Administração mercadológica. 3.ed. São Paulo: Alínea, 2010
4. SOUZA JUNIOR, Francisco Satiro de (Coord.) Mercado de capitais. São Paulo: Saraiva, 2013.
5. .HOJI, Masakazu. Administração financeira e orçamentária. 11.ed. São Paulo: Atlas, 2014.

PSICOLOGIA SOCIAL

EMENTÁRIO: Introdução ao estudo da Psicologia Geral; O indivíduo e a organização; comportamento do indivíduo nas organizações; Processos Intrapsíquicos individuais; Grupos e estilos de liderança; principais teorias motivacionais; Cultura, Clima e valores organizacionais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. MORIN, Estelle M.; AUBÉ, Caroline. Psicologia e gestão. São Paulo: Atlas, 2009
2. BRAGHIROLLI, Elaine Maria; BISI, Guy Paulo; RIZZON, Luiz Antonio. Psicologia geral. 36.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2015
3. SCHULTZ, Duane P.; SCHULTZ, Sydney Ellen. História da psicologia moderna. 10.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2015

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. GOULART, Iris Barbosa (Org.) Psicologia organizacional e do trabalho: teoria, pesquisa e temas correlatos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013
2. LACOMBE, Francisco José Masset. Comportamento organizacional fácil. São Paulo: Saraiva, 2012
3. ROTHMANN, Ian; COOPER, Cary. Fundamentos de psicologia organizacional e do trabalho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009
4. BERGAMINI, Cecília Whitaker. Psicologia aplicada à administração de empresas: psicologia do comportamento organizacional. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2015
5. ZANELLI, José Carlos; BORGES-ANDRADE, Jairo Eduardo; BASTOS, Antonio Virgílio Bittencourt (Orgs.). Psicologia, organizações e trabalho no Brasil. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

DIREITO TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIO

.

EMENTÁRIO: História do Direito do Trabalho. História do Direito do Trabalho no Brasil. Surgimento da Legislação Trabalhista. Natureza Jurídica do Direito do Trabalho e Previdenciário. Hierarquia das Normas Jurídicas Trabalhistas e Previdenciárias. Eficácia da Lei Trabalhista no Tempo e no Espaço. Introdução ao Direito do Trabalho e do Direito Previdenciário. Relações Individuais e Coletivas de Trabalho. Benefícios Sociais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. PISTORI, Gerson Lacerda. História do direito do trabalho: um breve olhar sobre a idade média. São Paulo: LTr, 2007
2. TSUTIYA, Augusto Massayuri. Curso de Direito da seguridade social. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
3. MARTINS, Sérgio Pinto. Direito do trabalho. 35.ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. AGOSTINHO, Theodoro. Manual de direito previdenciário. São Paulo: Saraiva Jur, 2020.
2. DELGADO, Maurício Godinho. Curso de direito do trabalho. 19.ed. São Paulo: LTR, 2020.
3. GARCIA, Roni Genicola. Manual de rotinas trabalhistas: problemas, práticas na atuação diária. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2018.
4. SANTOS, Marisa Ferreira dos; LENZA, Pedro. Direito previdenciário: esquematizado. 10.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2020.
5. NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Iniciação ao direito do trabalho. 42.ed. São Paulo: LTR, 2019.

FILOSÓFIA E ÉTICA

EMENTÁRIO: Fundamentos da Filosofia: Filosofia, Ética e Moral; A questão do conhecimento e da argumentação. Fundamentos filosóficos da moral. Teorias morais. Ética aplicada: A questões da ética aplicada nos negócios empresariais; A crise moral nas organizações. A argumentação moral nas organizações; Responsabilidade Social e Moral. Ética profissional e o código de ética do administrador.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. SÁ, Antônio Lopes de. Ética profissional. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2015.
2. NALINI, José Renato. Ética geral e profissional. 13.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016
3. FORTI, Valeria; GUERRA, Yolanda. Ética e direitos: ensaios críticos. 4.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ARANHA, Maria Lucia Arruda. Filosofando: introdução à filosofia. 4.ed. São Paulo: Moderna, 2015.
2. ASHLEY, Patricia Almeida (Coord.) Ética e responsabilidade social nos negócios. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
3. DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. O que é a filosofia? 3.ed. São Paulo: 34, 2010.
4. MARCONDES, Danilo. Iniciação à história da filosofia. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
5. GALLO, Sílvio. Ética e cidadania: caminhos da filosofia. 20.ed. São Paulo: Papirus, 2012.

.

4º PERÍODO

TÉCNICA DE PESQUISA

EMENTÁRIO: Natureza e objetivo da pesquisa de mercado. Métodos estatísticos aplicados à pesquisa de mercado. Métodos e execução de pesquisas quantitativas e qualitativas. Projetos de pesquisa de mercado. Propostas de estudos experimentais e estatísticos. Aplicações da pesquisa metodológica. Técnica amostral. A comunicação científica: linguagem e normas técnicas; observância das normas da ABNT.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 2010.
2. MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de Pesquisa: Planejamento e execução de pesquisa, amostragens, análise e interpretação de dados. 7ª Ed. São Paulo. Atlas, 2010.
3. GIL, Antônio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 5ª ed. São Paulo. Atlas, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CARVALHO, Maria Cecília Maringoni de. Construindo o saber: Metodologia Científica – Fundamentos e Técnicas. 22 ed. Campinas, SP: Papirus, 2010.

2. ALMEIDA, Mário de Souza. Elaboração de projetos, TCC, dissertação e teses: uma abordagem simples, práticas e objetiva. 2ª ed. São Paulo. Atlas, 2014.

3. ALYRIO, Rovigati Danilo. Métodos e técnicas de pesquisa em administração. volume único. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009

4. CRESWELL, Jhon W. Investigação qualitativa & projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens. 3ª ed. Porto alegre. Penso, 2014.

5. SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23.ed. São Paulo. Cortez, 2007.

CONTABILIDADE DE CUSTOS

EMENTÁRIO: A contabilidade de custos; a Contabilidade de Custos. Contabilidade Financeira e a Gerencial; Terminologia e Implantação de Sistemas de Custos; Princípios Contábeis aplicados a Custos; Classificação de Custos e Análise de custos para tomada de decisão; Critérios de rateio; Custos Indiretos de Fabricação; Materiais Diretos e Mão de Obra Direta; Métodos de Custeio; Formação de Preços; Métodos de Controle de Estoques.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ALVES, Revson Vasconcelos. Contabilidade gerencial (Livro-texto com exemplos, estudos de caso e atividades prática). São Paulo: Atlas, 2013
2. CREPALDI, Silvio Aparecido; CREPALDI, Guilherme Simões. Contabilidade gerencial: teoria e prática. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2014.

.

3. PAGLIATO, Wagner. Contabilidade e gestão estratégica de custos. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. GARRISON, Ray H.; NOREEN, Eric W.; BREWER, Peter. Contabilidade gerencial. 14.ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.
2. IUDÍCIBUS, Sérgio de; MELLO, Gilmar Ribeiro de. Análise de custos: uma abordagem quantitativa. São Paulo: Atlas, 2013
3. MEGLIORINI, Evandir. Custos: análise e gestão. 2.ed. São Paulo: Pearson, 2007
4. PEREZ JR., José Hernandez; OLIVEIRA, Luís Martins de; COSTA, Rogério Guedes. Gestão estratégica de custos: textos, casos práticos e testes com respostas. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2012
5. SARDINHA, José Carlos. Formação de preço: uma abordagem prática por meio da análise custo-volume-lucro. São Paulo: Atlas, 2013

EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO

EMENTÁRIO: Perspectiva teórica para análise do empreendedorismo. O papel econômico e social dos novos negócios. Inovação e o processo de empreender. Vínculos sociais e empreendedorismo. Arranjos produtivos, inovação e competitividade. Temas emergente em empreendedorismo: redes, aprendizagem e expansão de negócios, empresa familiar, empresas de base tecnológica. O papel do empreendedor na criação e desenvolvimento de pequenas organizações.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. DORNELAS, José. Empreendedorismo na prática: mitos e verdades do empreendedor de sucesso. 3.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.
2. KURATKO, Donald F. Empreendedorismo: teoria, processo e prática. São Paulo: Cengage Learning, 2017.
3. TIDD, Joe; BESSANT, John. Gestão da inovação. 5.ed. São Paulo: Artmed, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. SEIFFERT, Peter Quadros. Empreendendo novos negócios em corporações: estratégias, processo e melhores práticas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
2. DRUCKER, Peter Ferdnand. Inovação e espírito empreendedor (entrepreneurship): prática e princípios. São Paulo: Cengage Learning, 2011.
3. DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo: transformando Ideias em negócios. 5.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2014.
4. SCHERER, Felipe; CARLOMAGNO, Maximiliano. Gestão da inovação na prática. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2016.
5. TIGRE, Paulo. Gestão da inovação: uma abordagem estratégica, organizacional e de gestão do conhecimento. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2019.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

EMENTÁRIO: Visão histórica e os conceitos ambientais. O paradigma do Desenvolvimento Sustentável. Mudanças climáticas e biodiversidade. A questão ambiental no ambiente dos negócios. A responsabilidade

.

socioambiental e o ambiente empresarial. Sistema de Gestão Ambiental e a série ISO 14000. Modelos de gestão ambiental. Responsabilidade social corporativa. Terceiro setor. O papel das políticas públicas no Desenvolvimento sustentável. Educação ambiental. A integração estratégica nas organizações Socialmente Responsáveis. Administração estratégica nas organizações do Terceiro Setor.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. TACHIZAWA, Takeshy. Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2019.
2. BARBIERI, José Carlos. Gestão Ambiental Empresarial: conceitos, modelos e instrumentos. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
3. DIAS, Reinaldo. Gestão Ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. GODOY, Sandro Marcos. O meio ambiente e a função socioambiental da empresa. São Paulo: Boreal, 2017.
2. LINS, Luiz dos Santos. Introdução à gestão ambiental empresarial: abordando economia, direito, contabilidade e auditoria. São Paulo: Atlas, 2015.
3. ALVES, Ricardo Ribeiro. Sustentabilidade empresarial e mercado verde: a transformação do mundo em que vivemos. Rio de Janeiro: Vozes, 2019.
4. DONAIRE, Denis; OLIVEIRA, Edenis Cesar de. Gestão ambiental na empresa. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2018.
5. ALVES, Ricardo Ribeiro. Administração verde: o caminho sem volta da sustentabilidade ambiental nas organizações. São Paulo: Atlas, 2016.

CONTROLADORIA

EMENTÁRIO Conceitos básicos. Normas e procedimentos de auditoria no contexto público e privado. Teoria da prova auditorial. Técnicas básicas. Papéis de trabalho. Controle interno. Auditorias interna e externa. Pareceres e relatório de auditoria. Origem e papel da Controladoria. Organização da Controladoria. Sistemas: empresa, contábil e de gestão (aspectos comportamentais). Planejamento e Controle (econômico e financeiro). Avaliação de desempenho.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. SA, Carlos Alexandre. Fluxo de caixa: a visão da tesouraria e da controladoria. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2014.
2. PADOVEZE, Clóvis Luís. Controladoria estratégica aplicada: conceitos, estrutura e sistema de informações. São Paulo: Cengage Learning, 2017.
3. OLIVEIRA, Antonio Benedito Silva. Controladoria: fundamentos do controle empresarial. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. PADOVEZE, Clovis Luis. Controladoria estratégica e operacional. 3.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.
2. FIGUEIREDO, Sandra; CAGGIANO, Paulo Cesar. Controladoria: teoria e prática. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2017.
3. NASCIMENTO, Auster Moreira; REGINATO, Luciane. Controladoria: instrumento de apoio ao processo decisório. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2015.

4. PADOVEZE, Clóvis Luís. Controladoria básica. 3.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.
5. BORNIA, Antonio Cezar. Análise gerencial de custos: aplicação em empresas modernas. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

5º PERÍODO

ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO E OPERAÇÕES

EMENTÁRIO: Conceitos Históricos da Administração de Produção; Gerência de operações em manufatura e serviços; Produtividade e competitividade; Conexão entre gerência de operações e outras áreas; Prioridades competitivas e gerencia de operações; Instrumentos de melhoria de qualidade e produtividade; Decisões qualitativas para localização de negócios; Tipos de Layout produtivos; Gestão da eficiência de mão de obra; Planejamento e controle da produção; Escolha dos processos produtivos; Integração vertical, flexibilidade, intensidade de capital e economia de escala; Tecnologia e estratégia; Manufatura integrada por computador. KPI'S de Produção.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. KRAJEWSKI, Lee; RITZMAN, Larry; MALHOTRA, Manoj. Administração da produção e operações. 11.ed. São Paulo: Pearson, 2017.
2. SLACK, Nigel; BRANDON-JONES, Alistair; JOHNSTON, Robert. Administração da Produção. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2018.
3. MARTINS, Petrônio Garcia, LAUGENI, Fernando Piero. Administração da Produção. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BATALHA, Mário Otávio. Gestão da produção e operações. São Paulo: Atlas, 2019.
2. CORRÊA, Henrique L.; CORRÊA, Carlos A. Administração de produção e operações. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2017.
3. CORRÊA, Henrique Luiz; GIANESE, Irineu Gustavo; CAON, Mauro. Planejamento, programação e controle da produção: MRP II / ERP. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2019.
4. TUBINO, Dalvio Ferrari. Planejamento e controle da produção: prática e teoria. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2017.
5. CHIAVENATO, Idalberto. Gestão da produção: uma abordagem introdutória. 3.ed. São Paulo: Manole, 2014.

ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

EMENTÁRIO: Postura do Administrador de Recursos Humanos. Analise da relação entre a empresa e seus recursos humanos; políticas de Recursos Humanos, Gestão de Conflito. Subsistemas de Recursos Humanos: Recrutamento e Seleção; Treinamento e desenvolvimento; Plano de Cargos e Salários; Avaliação de Desempenho; Rotatividade e Absenteísmo; Benefícios sociais; Qualidade de Vida no Trabalho; Higiene e Segurança no trabalho, Admissão e Demissão, Folha de Pagamento; Planejamento Estratégico de Recursos Humanos e sua influência no clima organizacional, Cálculos Trabalhistas, Encargos Sociais, E-Social, Sistemas de Folha de Pagamento.

.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. CHIAVENATO, Idalberto. Recursos humanos: o capital humano nas organizações. 11.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2020.
2. CARVALHO, Antônio Vieira de; NASCIMENTO, Luiz Paulo do. Administração de recursos humanos. 2.ed. São Paulo: Cengage Learning. 2012. Vol.I
3. NASCIMENTO, Luiz Paulo do. Administração de recursos humanos. 2.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014. Vol. II.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Recursos humanos: estratégia e gestão de pessoas na sociedade. Rio de Janeiro: LTC, 2014.
2. DUTRA, Joel Souza; FISCHER, André Luiz. Gestão de Pessoas: Desafios estratégicos das organizações contemporâneas. São Paulo: Atlas, 2009.
3. MARRAS, Jean Pierre. Gestão de Pessoas: em empresas inovadoras. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
4. BOHLANDER, George; SNELL, Scott. Administração de recursos humanos. São Paulo: Cengage Learning, 2016.
5. CHIAVENATO, Idalberto. Planejamento, recrutamento e seleção de pessoal: como agregar talentos à empresa. 8. ed. São Paulo: Manole, 2015.

MARKETING EMPRESARIAL

EMENTÁRIO: Conceitos Fundamentais de Marketing, Elementos do Macro e Micro Ambientes relacionados ao Marketing; Composto mercadológico – 4P´s; Sistema de Informação de Marketing e Pesquisa de Marketing; Segmentação e Posicionamento de Mercado; Comportamento do Consumidor; Planejamento Estratégico e Plano de Marketing., Demanda de Mercado: Marketing Digital, Marketing de serviços e marketing de Guerrilha, Marketing de Relacionamento. Aspectos éticos e legais. Responsabilidade social do marketing.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. KOTLER, Philip; KELLER, Kevin. L. Administração marketing. 15. ed. São Paulo: Pearson, 2018.
2. KOTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary. Princípios de Marketing. 15. ed. São Paulo: Pearson, 2015.
3. LAS CASAS, Alexandre. Administração de marketing. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2019.

BIBLIOGRADIA COMPLEMENTAR

1. TURCHI, Sandra. Estratégia de marketing digital e e-commerce. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2018.
2. SOLOMON, Michael R. O comportamento do consumidor: comprando, possuindo e sendo, 11.ed. Porto Alegre: Bookman, 2016.
3. LAS CASAS, Alexandre; LAS CASAS, Jéssica. Marketing de serviços: como criar valores e experiências positivas aos clientes.
4. LUPETTI, Marcélia. Gestão estratégica da comunicação mercadológica: planejamento. 2.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.
5. IRIGARAY, Hélio Arthur Reis; LOURENÇO, Carlos Eduardo. Gestão e desenvolvimento de produtos e marcas. Rio de Janeiro: FGV, 2019.

.

GESTÃO DE PROCESSOS

EMENTÁRIO: Conceituação de processos; Visão funcional x Gestão de processos; Tipos de Processos; Integração de Processos; Metodologias, Técnicas e Ferramentas para racionalização de processos organizacionais; Processos e a Estrutura Organizacional; Técnicas de Modelagem; Ferramentas de Modelagem; Análise e redesenho de processos; Proposição de mudanças e melhorias que apoiem os negócios das organizações; Importância da Gestão de Processos para a eficácia das empresas. Fluxogramas, Funcionogramas, Organogramas, Formulários.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. PAVANI JÚNIOR, Orlando; SCUCUGLIA, Rafael. Mapeamento e gestão por processos – BPM (Business Process Management) São Paulo: M. Books do Brasil, 2011.
2. SALGADO, Tarcísio Tito. Logística: práticas, técnicas e processos de melhorias. São Paulo: Senac, 2014
3. SORDI, José Osvaldo de. Gestão por processos: uma abordagem da moderna administração. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ARAÚJO, Luis César G. de. Organização, sistemas e métodos e as tecnologias de gestão organizacional. v.2 4.ed. São Paulo: Atlas, 2012.
2. CHIAVENATO, Idalberto. Iniciação a Sistemas, Organização e Métodos: SO & M. São Paulo: Manole, 2010
3. LATTAS, Maria Virginia. OSM – Organização, Sistemas e Métodos: uma visão contemporânea. São Paulo: Pearson, 2011
4. OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. Sistemas, organização & métodos: uma abordagem gerencial. 21.ed. São Paulo: Atlas, 2013.
5. PAIM, Rafael; CARDOSO, Vinícius; CAULLIRAUX, Heitor; CLEMENTE, Rafael. Gestão de processos: pensar, agir e aprender. Porto Alegre: Bookman, 2009.

CULTURA, CLIMA E COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL

EMENTÁRIO:Estudo de Cultura organizacional e identidade cultural. Reflexão sobre Personalidade e valores individuais. Análise de Clima organizacional: diagnóstico e ferramentas de clima e cultura organizacional. Discussão sobre Conflito: conceito, níveis de intensidade, tipos e efeitos. Estudo de Fontes e estratégias de gestão de conflitos nas empresas. Desenvolvimento de Habilidades comportamentais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ROBBINS, Stephen Paul; JUDGE, Timothy; SOBRAL, Felipe. **Comportamento organizacional**: teoria e prática no contexto brasileiro. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010 .
2. SIQUEIRA, Mirlene Maria Matias (Org.) **Novas medidas do comportamento organizacional**: ferramentas de diagnóstico e de gestão. Porto Alegre: Artmed, 2014
3. FERREIRA, Patrícia Ítala. **Clima organizacional e qualidade de vida no trabalho**. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENRTAR

1. HITT, Michael; MILLER, C. Chett; COLELLA, Adriene. **Comportamento organizacional**. 3.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015
2. MCSHANE, Steven L; Conflito e negociação no local de trabalho. .*In:*___. **Comportamento organizacional:** conhecimento emergente e realidade global. 6.ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.p 88-116.
3. TAMAYO, A.; PORTO, J. B. (Orgs.). **Valores e comportamento nas organizações.** Petrópolis: Vozes, 2005.
4. OLIVEIRA, Sílvio Luiz de. Sociologia das organizações: uma análise do homem das empresas no ambiente corporativo. São Paulo: *Cengage Learning*, 2009
5. ROBBINS, Stephen P. **Fundamentos do comportamento organizacional**. 8.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

6º PERÍODO

LOGÍSTICA E MATERIAIS

EMETÁRIO: Fundamentos da logística empresarial. Composto logístico. Planejamento e controle logístico. Ferramentas de gestão logística. Cadeia de Suprimentos. Operadores Logísticos. Previsão de Demanda. Gestão de Estoques; Gerenciamento da Logística Empresarial; Planejamento de sistemas de distribuição. Escopo da logística; Canais de Distribuição, Armazenagem. Logística Reversa", lead time, gerenciamento da cadeia de suprimentos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BALLOU, Ronald, H. Logística empresarial: transporte, administração de materiais e distribuição física. São Paulo, 1993.
2. NOVAES, Antonio Galvão. Logística e gerenciamento da cadeia de distribuição. 4.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.
3. SIMCHI-LEVI, David; KAMINSKI, Phillip; SIMCHI-LEVI, Edith. Cadeia de suprimentos: projeto e gestão. Porto Alegre: Bookman, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ARNOLD, J.R. Tony. Administração de materiais: uma introdução. São Paulo: Atlas, 1999.
2. DIAS, Marco Aurélio Pereira. Administração de materiais: uma abordagem logística. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2019.
3. NOGUEIRA, Amarildo de Souza. Logística empresarial. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2018.
4. GONÇALVES, Paulo Sérgio. Administração de materiais. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2020.
5. DIAS, Marco Aurélio. Introdução à logística: fundamentos, prática e integração. São Paulo: Atlas, 2017.

PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA

EMENTÁRIO: O planejamento e a administração estratégica: políticas, objetivos e metas. Técnicas de planejamento. O processo estratégico: planejamento, controle e avaliação. Os sistemas de informações gerenciais e o controle para o planejamento: o processo decisório. Conceitos, níveis de decisão e o ciclo

.

decisório. A estratégia de negociação: envolvimento e comprometimento. Vantagem competitiva; Técnicas analíticas para definição de estratégias competitivas; Tipologias de estratégias; e Planejamento estratégico, Cenários e Tendências. Princípios Estratégicos: Missão, Visão, Valores.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. CRUZ, Tadeu. Manual de planejamento estratégico. São Paulo: Atlas, 2017.
2. ALMEIDA, Martinho Isnard Ribeiro de; FISCHMANN, Adalberto A. Planejamento estratégico na prática. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2018.
3. OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. O planejamento estratégico: conceitos, metodologia, práticas. 34.ed. São Paulo: Atlas, 2018.

BIBLIOGRFIA COMPLEMENTAR

1. ABDALLA, Márcio Moutinho; CONEJERO, Marco Antonio; OLIVEIRA, Murilo Alvarenga de. Administração estratégica. São Paulo: Atlas, 2019.
2. HITT, Michael A.; IRELAND, R. Duane; HOSKISSON, Robert E. Administração estratégica: competitividade e globalização. São Paulo: Cengage Learning, 2019.
3. CHIAVENATO, Idalberto; SAPIRO, Arão. Planejamento estratégico: da intensão aos resultados. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2020.
4. ANDRADE, Arnaldo Rosa de. Planejamento estratégico: formulação, implementação e controle. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2016.
5. BELMIRO, Luiz Alberto Gravina. Administração estratégica. 3.ed. Rio de Janeiro: 2014

GESTÃO DE PROJETOS E CONSULTORIA

EMENTARIO: - Conceituação e apresentação de métodos do gerenciamento de projetos com base nas práticas recomendadas pelo PMI (Project Management Institute); a importância e os benefícios do gerenciamento de projetos; A natureza de um projeto, ciclo de vida e concepção. Gerenciamento de projeto: objetivos; planejamento estratégico e gestão de projetos; organizações e projetos; estrutura e metodologias de gerenciamento de projetos; monitoramento e controle; escritório de projetos; práticas de gerenciamento de projetos no Brasil. Características do trabalho de Consultoria Organizacional. Mudança organizacional e consultoria empresarial. Perfil do consultor empresarial. Processo de consultoria organizacional: diagnóstico, abordagens, etapas. Características do projeto de consultoria.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. Consultoria empresarial. 14.ed. São Paulo: Altas, 2019
2. MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Administração de projetos: como transformar ideias em resultados. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2014.
3. MENEZES, Luiz César de Mour. Gestão de projetos. 4.ed. São Pualo: Atlas, 2018

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. PEDERNEIRAS, M.; FEITOSA, G. G. Consultoria organizacional: teorias e práticas. São Paulo: Atlas, 2010.
2. VARGAS, Ricardo Viana. Manual Prático do Plano de Projeto: utilizando o PMBOK Guide, 6.ed. São Paulo: Brasoft, 2017

.

3. CAMARGO, Marta Rocha. Gerenciamento de projetos: fundamentos e prática integrada. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
4. JUGEND, Daniel. Gestão de projetos: teoria, prática e tendências. Rio de Janeiro: Campus, 2014.
5. OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. Administração de projetos: melhores práticas para otimizar resultados. São Paulo: Atlas, 2013.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

EMENTÁRIO: A empresa moderna e a separação entre propriedade e gestão; O problema de agência; O governo da organização; As origens da governança corporativa; Principais modelos de governança corporativa; Estruturas de governança corporativa e sistemas de controle externo e interno; Risco e gestão da informação; Resultados empíricos das boas práticas de governança; Estrutura de propriedade e estratégia empresarial; Governança corporativa no Brasil; Estrutura e funcionamento dos mercados financeiros e de capitais; O papel dos investidores e demais stakeholders; Organização e dinâmica dos Conselhos; Ambiente regulatório; Modelos teóricos associados à governança; Fusões e aquisições como mecanismos de governança; Cultura empresarial, accountability, ética e responsabilidade sócio-ambiental; Papel da governança corporativa na empresa familiar.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ROSSETTI, José Paschoal; ANDRADE, Adriana. Governança corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2014
2. OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Governança corporativa na prática. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2015
3. BREALEY, Richard; MYERS, Stewart; ALLEN, Franklin. Princípios de finanças corporativas. 12.ed. Porto Alegre: AMGH, 2018

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. MAZZALI, Rubens; ERCOLIN, Carlos Alberto. Governança corporativa. Rio de Janeiro: FGV, 2018 (FGV Management)
2. LARRATE, Marco Antônio Rodrigues. Governança corporativa e remuneração dos gestores. São Paulo: Atlas, 2012
3. CANDELORO, Ana Paula Pinho; CAMARGO, André; MORENO, Fábio Padro [et.al.] Governança corporativa em foco: inovações e tendências para a sustentabilidade das organizações. São Paulo: Saint Paul, s.d.
4. HILB, Martin. A nova governança corporativa: ferramentas bem sucedidas para conselho de administração. São Paulo: Saint Paul, s.d.
5. LEITE, Roberto Cintra. Governança 2.0: como tornar uma organização eficiente. São Paulo: Trevisan, 2017.

ADMINISTRAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

EMENTÁRIO: Teoria da Administração Pública: Conceitos de Administração Pública. O significado público e privado. Serviço Público. A visão da Administração Pública. Estado, Sociedade, Governo e Administração.

Relações Intergovernamentais. Organização Governamental Brasileira. As esferas administrativas; os poderes, as relações intergovernamentais no Brasil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. MATIAS-PEREIRA, José. Administração pública. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2018.
2. GASPARINI, Diogenes. Direito administrativo. 17.ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
3. OLIVEIRA, Djalma de pinho Rebouças de. Administração pública: foco na otimização do modelo administrativo. São Paulo: Atlas, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. SANTOS, Clezio Saldanha dos. Introdução à gestão pública. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
2. CHIAVENATO, Idalberto. Administração geral e pública: provas e concursos. 5.ed. São Paulo. Manole, 2018.
3. FALCÃO, Joaquim; GUERRA, Sérgio; ALMEIDA, Rafael. Administração púbica gerencial. São Paulo: FGV, 2013.
4. PEREIRA, Luiz Carlos Bresser Gonçalves; SPINK, Peter Kevin. Reforma do Estado e administração pública gerencial. 7.ed. Rio de janeiro: FGV, 2007.
5. MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru; NOHANA, Irene Patrícia. Gestão pública. São Paulo: Atlas, 2018.

7º PERÍODO

PRÁTICA I – DIAGNÓSTICO ORGANIZACIONAL

EMENTÁRIO: A disciplina correlacionará a prática com os conteúdos teóricos até então estudados em sala de aula propiciando aos acadêmicos, vivências reais e pontuais no ambiente organizacionais envolvendo diversas disciplinas para diagnosticar problemas organizacionais observando os procedimentos metodológicos a serem adotados.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. VERGARA, Sylvia Constant. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016.
2. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina. Metodologia do trabalho cientifico. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2017.
3. SEVERINO, Antonio Jose. Metodologia do trabalho científico. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. GIL, Antonio Carlos. Metodologia do ensino superior. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2020.
2. FACHIN, Odilia. Fundamentos de metodologia: noções básicas em pesquisa científica. 6.ed. São Paulo: Saraiva Uni, 2017.
3. KOCHE, José Carlos. Fundamentos de metodologia científica. 34.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.
4. ISKANDAR, Jamil Ibrahim. Normas da ABNT: comentadas para trabalhos científicos. 7.ed. Curitiba: Juruá, 2019.
5. SILVA, Anielson Barbosa; GODOY, Arilda Schmidt; BLIKSTEIN, Izidoro. Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais. São Paulo: Saraiva, 2010.

.

JOGOS DE EMPRESAS

EMENTÁRIO: Jogos através dos tempos. Aprendizado dos Jogos. Aplicando jogos nas empresas. Mudando os jogos. Métodos, técnicas e desenvolvimento de jogos. Utilização de Softwares para simulação do ambiente competitivo organizacional. Simulação de situações diversas em ambientes organizacionais através das dinâmicas grupais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ALVES, Paulo Vicente. Jogos e simulações de empresas. Rio de Janeiro: Alta Books, 2015.
2. GRAY, Dave; BROWN, Sunni; MACANUFO, James. Gamestorming: jogos corporativos para mudar, inovar e quebrar regras. Rio de Janeiro: Alta Books, 2012.
3. SAUAIA, Antonio Carlos Aidar. Laboratório de gestão: simulador organizacional, jogo de empresas e pesquisa aplicada. São Paulo: Manole, 2010

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. SHAFRANSKI, Luiz Erley; TUBINO, Dalvo Ferrari. Simulação empresarial em gestão da produção: desenvolvendo um laboratório de planejamento e controle da produção através de jogos empresariais. São Paulo: Atlas, 2013
2. MARINHO, R. Prática na teoria: aplicações da teoria dos jogos e da evolução aos negócios. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
3. VICENTE, P. Jogos de empresas: a fronteira do conhecimento em administração de negócios. São Paulo: Makron Books, 2001.
4. GRAMIGNA, M. R. M. Jogos de empresas e técnicas vivenciais. 2. ed. São Paulo: Makron Books, 2007.
5. TAVARES, Jean. Teoria dos jogos aplicada à estratégia empresarial. São Paulo: LTC, 2009

GESTÃO DA QUALIDADE E SERVIÇOS

EMENTÁRIO: Conceito e histórico da qualidade. O significado de gestão pela qualidade total. Referenciais técnicos, político e cultural da qualidade. Processos-chave focalizados na qualidade: os clientes em seus vários segmentos. Desenvolvimento e implantação de sistemas de qualidade. O papel do gestor nas estratégias de qualidade. Introdução às normas da série ISO 9000. Conceito de serviços. Natureza e tipos de serviços. Características de Serviços, Gestão de serviços Terceirização, quarteirização e gestão do nível de serviço. Qualidade em serviços. clientes e relacionamentos, processos de serviços – as pessoas e os serviços. Administrando a operação de serviços. Estratégias e crescimentos. Cenários futuros em gestão de serviços.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. CARPINETTI, Luiz Cesar Ribeiro. Gestão da qualidade. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2016.
2. BALLESTERO-ALVAREZ, Maria Esmeralda. Gestão da qualidade, produção e operações. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2019.
3. PALADINI, Edson Pacheco. Gestão e avaliação da qualidade: uma abordagem estratégica. São Paulo: Atlas, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

.

1. JURAN, J.M. A qualidade desde o projeto. São Paulo: Cengage Learning, 2009.
2. CARPINETTI, Luiz Cesar Ribeiro; GEROLAMO, Mateus Cecílio. Gestão da qualidade ISO 9001:2015. São Paulo: Atlas, 2016.
3. PALADINI, Edson. Gestão da qualidade: teoria e prática. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2019.
4. CORREA, Henrique L.; CAON, Mauro. Gestão de serviços: lucratividade por meio de operações e de satisfação dos clientes. São Paulo: Atlas, 2010.
5. TOLEDO, José Carlos de. Qualidade: gestão e métodos. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADA

EMENTÁRIO: Administração por objetivo - conceitos; teoria dos sistemas; abordagem de processos. Sistemas de gestão da qualidade (ISO 9001 e QS 9000 / ISO TS 16949). Sistema de gestão ambiental (ISO 14001). Sistemas de saúde ocupacional e segurança do trabalho (OHSAS 18000 e BS 8800). Qualidade no projeto de processos. Processos de gerenciamento para a qualidade: planejamento garantia e controle da qualidade. Melhoria da qualidade. Programa seis sigma. Métodos para identificar as necessidades dos clientes, para produtos e serviços. Medição da satisfação do cliente, para produtos e serviços. Gerenciamento das relações com o cliente. Introdução ao SGI. Comparação entre as normas ISO 9001, 14001 e 18001 e campos de aplicação das normas. Integração dos sistemas de gestão e ações para desenvolver em relação a integração dos sistemas de gestão. Implementação de um SGI, benefícios da integração dos três sistemas de gestão. PAS – Publicly Available Specification (PAS 99:2006).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ASSUMPÇÃO, Luiz Fernando Joly. Sistema de gestão ambiental: manual prático para a implementação de SGA e certificação ISO 14001/2015. 5.ed. Curitiba: Juruá, 2018
2. SEIFFERT, Maria Elizabete Bernardini. ISO 14001 – Sistema de gestão ambiental: implantação objetiva e econômica. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2017
3. CARPINETTI, Luiz Cesar Ribeiro; GEROLAMO, Mateus Cecílio. NBR ISO 9001:2015 - Gestão da qualidade: requisitos e integração com a ISO 14001. São Paulo: Atlas, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. NBR ISO 9004:2019 - Gestão da qualidade – Qualidade de uma organização – Orientação para alcançar o sucesso sustentável. Rio de Janeiro: ABNT, 2019
2. HEIL, Gary; BENNIS, Warren; STEPHENS, Deborah C. Douglas McGregor. Gerenciando o lado humano na empresa. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2011.
3. PALADINI, Edson Pacheco. Gestão da qualidade: teoria e prática. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2019.
4. DONAIRE, Denis; OLIVEIRA, César de. Gestão ambiental na empresa. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2018.
5. BERTOLINO, Marco Túlio; COUTTO, Marcelo. Sistemas de gestão integrados: ISO 9001, ISO 14001 e ISO 45001. Rio de Janeiro: QualityMark, s.d.

8º PERÍODO

NEGOCIAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

.

EMENTÁRIO: Situações de conflito. Administração e superação do conflito. Estrutura e processo das negociações. Habilidades do negociador. Tipos de negociações. Estratégia nas negociações. Táticas nas negociações O conhecimento através dos tempos. A gestão conhecimento a teria das organizações. Conhecimento Organizacional como objeto e processo, implicações e estratégias. Tipos de conhecimento. Criação e manutenção do conhecimento. Ferramentas para gestão do conhecimento. Capital intelectual. Transformando conhecimento em valor. Inteligência competitiva Modelos e usos da informação. Modelo de desenvolvimento de organizações e Gestão de Conhecimento.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. FERREIRA, Eduardo Guerra Murad; FERREIRA, Luis Fernando Filardi. Negociação empresarial. São Paulo: Saraiva Uni, 2015.
2. MARTINELLI, Dante Pinheiro. Negociação empresarial: engoque sistêmico e visão estratégica 2ª ed. São Paulo: Manole, 2015.
3. VIEIRA, Ronaldo. Gestão do conhecimento: introdução e áreas afins. Rio de Janeiro: Interciência, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. DUZERT, Yann; SPINOLA, Ana Tereza Schlaepfer. Negociação e administração de conflitos. Rio de Janeiro: FGV, 2018.
2. ZENARO, Marcelo. Técnicas de negociação: como melhorar seu desempenho pessoal e profissional nos negócios. São Paulo: Atlas, 2014.
3. MATOS, Francisco Gomes de. Negociação e conflito. São Paulo: Saraiva, 2014.
4. ALMEIDA, Alivinio [Et al.]. Inovação e gestão do conhecimento. Rio de Janeiro: FGV, 2016.
5. SENGE, Peter M. A quinta disciplina: arte e prática da organização de aprendizagem. 33. ed. São Paulo: Best Seller, 2013

PRÁTICA II – PROJETO DE INTERVENÇÃO

EMENTÁRIO: O estágio curricular e sua importância para o administrador: Por meio de estudo, vivências e aplicação de temas da Administração oriundos de pesquisa realizadas em organizações objeto de estudo, para elaboração de proposta para soluções de problemas identificados por meio do diagnóstico organizacional que culmina com um artigo científico de tal forma proporcionar aos alunos a aproximação dos conhecimentos adquiridos ao longo do curso com a realidade profissional e ao aperfeiçoamento de sua formação acadêmica, no sentindo de prepará-lo para o exercício da profissão e cidadania. Além de abordar: código de ética. Produção científica. TCC – Projeto: conceito – tipos e estrutura técnica. Revisão de literária – Citações Referências (ABNT).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. VERGARA, Sylvia Constant. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016.
2. CASA NOVA, Silvia Pereira de Castro [Et al.].TCC – trabalho de conclusão de curso: uma abordagem leve, criativa e prática. São Paulo: Saraiva, 2019.
3. SEVERINO, Antonio Jose. Metodologia do trabalho científico. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. GIL, Antonio Carlos. Metodologia do ensino superior. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2020.
2. ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. Projeto de estágio e de pesquisa em administração: estágios, TCC, dissertações e estudos de casos. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2005.
3. ESTRELA, Carlos. Metodologia científica: ciência, ensino, pesquisa. 3.ed. São Paulo: Artes Médicas, 2018.
4. ISKANDAR, Jamil Ibrahim. Normas da ABNT: comentadas para trabalhos científicos. 7.ed. Curitiba: Juruá, 2019.
5. ALMEIDA, Mário de Souza. Elaboração de projeto, TCC, dissertação e tese: uma abordagem simples, prática e objetiva. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2014.

NEGÓCIOS INTERNACIONAIS

EMENTÁRIO: Conceitos Básicos de Comércio Internacional, Comércio Exterior, Classificação das Exportações, Território Aduaneiro, Registro do Exportador. Roteiro Básico de Exportação pela visão do Exportador. Sistema Integrado de Comércio Exterior – SISCOMEX. Marketing Internacional. Blocos Econômicos. Documentos do Comércio Exterior do Brasil e Internacional. Regimes Aduaneiros Especiais e Correlatos. Formas de Pagamentos no Comércio Exterior.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. DAVID, Pierre A. Logística internacional: gestão de operações de comércio internacional. 4.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2017
2. SEGRE, German. Manual prático de comércio exterior. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2018
3. MURTA, Roberto de Oliveira. Princípios e contratos em comércio exterior. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. MAIA, Jayme de Mariz. Economia internacional e comércio exterior. 16.ed. São Paulo: Atlas, 2014
2. CAPARROZ, Roberto. Comércio internacional e legislação aduaneira esquematizado. 6.ed. São Paulo: Saraiva, 2019
3. WERNECK, Paulo. Comércio exterior e despacho aduaneiro. 5.ed. São Paulo: Jurua, 2015.
4. VAZQUEZ, José Lopes. Comércio exterior brasileiro. 11.ed. São Paulo: Atlas, 2015
5. DIAS, Reinaldo. Comércio exterior: teoria e gestão. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO GERENCIAL

EMENTÁRIO: Conceitos Gerais dos Sistemas de informações Gerenciais: Sistema Empresa. Sistemas de Informação. Informação Empresarial. Projeto de Sistemas. Planejamento Estratégico de Informações. Sistemas de Informações Executivos. Tecnologias Aplicadas a Sistemas de Informação. Marketing da Informação. Sistemas do Conhecimento. Projeto de SIG - Sistema de Informação Gerencial. Tecnologia pode ser eficiente na integração entre os diversos processos de negócios, envolvendo as diversas áreas funcionais da empresa, bem como na formulação de plano estratégico da empresa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. CRUZ, Tadeu. Sistemas de informações gerenciais e operacionais: tecnologias da informação e as

.

organizações do século 21. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
2. LAUDON, Kenneth C., LAODON, Jane P. Sistemas de informação gerenciais. 11. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2014.
3. STAIR, Ralph M.; REYNOLDS, George W. Princípios de sistemas de informação. 11.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CORRÊA, Henrique L., GIANESI, Irineu G. N. e CAON, Mauro. Planejamento, Programação e Controle da Produção: MRP II / ERP. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2019.
2. KROENKE, David M. Sistemas de informação gerencial. São Paulo: Saraiva, 2012. (Série Saraiva TEC).
3. RAINER, R. Kelly; CEGIELSKY. Introdução à sistema de informação. 5.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.
4. CASSARRO, A. Carlos. Sistemas de informações para tomadas de decisões. São Paulo: Cengage Learning, 2010.
5. REZENDE, Alcides D., ABREU, Aline F. Tecnologia da informação aplicadas a sistemas de informação empresariais. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2013.

DISCIPLINAS OPTATIVAS

CUSTOS LOGÍSTICOS

EMENTÁRIO**:** Conceitos e princípios de custos. distinção entre custos e despesas; Formação de preços. Sistemas de custos; distinção entre custos e despesas; Métodos de avaliação do estoque PEPS, UEPS, MÉDIO. Custos para a tomada de decisão. Custos associados aos processos logísticos (custos de pedidos, armazenagem, materiais, transportes, tributação etc.). Impacto dos tributos nos custos logísticos.Apropriação e rateio de custos diretos e indiretos; sistema de custeio por atividade (ABC):, custos para tomadas de decisão; margem de contribuição. Gerencimento do sistema logístico e sua vibilidade financeira.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. CRUZ, June Alisson Westarb; REIS, Júlio Adriano Ferreira dos; PROHMANN, José Ivan de Paula; MIGUEL, Paulo Sérgio. Formação de preços: mercado e estrutura de custos. Curitiba: Intersaberes, 2013 (Biblioteca virtual)
2. JORGE, Roberto Kupper (Org.) Gestão de custos, riscos e perdas. São Paulo: Pearson, 2016 (Biblioteca virtual)
3. LUCHESI, Celso (Org.) Gestão de armazenamento, estoque e distribuição. São Paulo: Pearson, 2017 (Biblioteca virtual)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. FRANCISCO FILHO, Valter Pereira. **Gestão de custos**. Curitiba: Contentus, 2020. ***(Biblioteca virtual)***
2. JORGE, Roberto Kupper. **Gestão de custos, riscos e perdas**. São Paulo: Pearson, 2016. ***(Biblioteca virtual)***
3. CORRÊA, Michael Dias. **Contabilidade de custos**. Curitiba: Intersaberes, 2019. ***(Biblioteca virtual)***
4. MARTINS, Ricardo Silveira. **Gestão da logística e das redes de suprimentos**. Curitiba: Intersaberes, 2019.

(Biblioteca virtual)

5. EDITORA INTERSABERES (org.). **Gestão em logísitica**. Curitiba: Intersaberes, 2014. ***(Biblioteca virtual)***

GESTÃO DA CADEIA DE SUPRIMENTOS, DISTRIBUIÇÃO FÍSICA E TRANSPORTES

EMENTARIO: Conceito e papel da cadeia de suprimentos. Relacionamento com fornecedores. Compras. Fluxos. Logística integrada. Cadeias de suprimentos. Redes de suprimentos. Logística e valor para o cliente; Parcerias e integração de processos. Logística nas cadeias de suprimentos envolvendo fornecedores e demais agentes. Distribuição física. Operadores logísticos. Benchmarking. Just-in-time. Supply chain management. Evolução do conceito de SCM. Multimodalidade, intermodalidade e transbordo. Logística internacional. Gestão de Transportes Papel e importância da função de transportes. Fatores de influência no custo e no preço. Aspectos característicos do sistema de transportes. Classificação dos modais de transporte (Rodoviário, Ferroviário, Aéreo, Dutoviário, Aquaviário: Marítimo de Cabotagem e de Longocurso, Lacustre e Fluvial. Estrutura e definição de rotas logística para diferentes modais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BOWERSOX, Donald J. [et al.] **Gestão logística da cadeia de suprimento.** 4.ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.
2. GRANT, David B. **Gestão de logística e cadeia de suprimentos**. São Paulo: Saraiva, 2013.
3. DIAS, Marco Aurélio. **Logística, transporte e infraestrutura**: armazenagem, operador logístico, gestão via TI e mulimodal. São Paulo: Atlas, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. TAYLOR, David A. **Logística na cadeia de suprimentos**: uma perspectiva gerencial. São Paulo: Pearson, 2005. ***(Biblioteca virtual)***

2. CHOPRA, Sunil; MEINDL, Peter. **Gestão da cadeia de suprimentos**: estratégia, planejamento e operação. 6.ed. São Paulo: Pearson, 2016. ***(Biblioteca virtual)***

3. RUSSO, Clovis Pires. **Armazenagem, controle e distribuição**. Curitiba: Intersaberes, 2013. ***(Biblioteca virtual)***

4. SHIGUNOV NETO, Alexandre; GOMES, Renata Messias. **Introdução ao estudo da distribuição física**. Curitiba: Intersaberes, 2016. ***(Biblioteca virtual)***

5. PONTES, Heráclito Lopes Jaguaribe; ALBERTIN, Marcos Ronaldo. **Logística e distribuição física**. Curitiba: Intersaberes, 2017. ***(Biblioteca virtual)***

LOGÍSTICA INTERNACIONAL E LEGISLAÇÃO ADUANEIRA

EMENTARIO: A logística internacional, Sistemas logísticos internacionais, Função tecnologia no comércio exterior, Aplicação do Siscomex no processo de exportação, Ciclo de importação e logística internacional, Importação: procedimentos e cuidados, Estágios de negociação de importação, Exportação: procedimentos e particularidades, Procedimentos específicos da exportação, Aduana e legislação aduaneira, Constituição de uma aduana, Legislação aduaneira no Brasil, Determinação de custos na importação, Incidência de impostos na importação, Determinação de custos na exportação , Procedimentos de custos para a exportação ,Impostos

.

incidentes na exportação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. MORINI, Cristiano; LEOCE, Gustavo. **Logística internacional segura:** operador econômico autorizado (OEA) e a gestão de fronteiras no século XXI. São Paulo: Atlas, 2011.
2. LUZ, Rodrigo. **Comércio internacional e legislação aduaneira**. 5.ed. São Paulo: Elsevier, 2012.
3. SOUZA, José Meireles de. **Gestão do comércio exterior**: exportação/importação. Vol.4. São Paulo: Saraiva, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ANDRADE, João Marcos. **Sistemática de importação**. Curitiba: Contentus, 2020. ***(Biblioteca virtual)***

2. TRIPOLI, Angela Cristina Kochinski; PRATES, Rodolfo Coelho. **Comércio internacional**: teoria e prática. Curitiba: Intersaberes, 2016. ***(Biblioteca virtual)***

3. SZABO, Viviane (org.). **Logística internacional**. São Paulo: Pearson, 2016. ***(Biblioteca virtual)***

4. ROBLES, Léo Tadeu; NOBRE, Marisa. **Logística internacional**: uma abordagem para a integração de negócios. Curitiba: Intersaberes, 2016. ***(Biblioteca virtual)***

5. NYEGREY, João Alfredo Lopes. **Legislação aduaneira**: comércio exterior e negócios internacionais. Curitiba: Intersaberes, 2016. ***(Biblioteca virtual)***

ROTINAS DE DEPARTAMENTO PESSOAL E CÁLCULOS TRABALHISTAS

EMENTARIO: Rotinas de manutenção, admissão e dispensa de empregados. Departamento Pessoal: conceitos, Convenção Coletiva de Trabalho, jornada de trabalho e intervalos, regimes de contratação, tipos de contratos; Admissão, salário e remuneração, piso salarial, salário mínimo (regional e profissional), adicionais de insalubridade, periculosidade, noturno e por tempo de serviço, horário de trabalho, horas extras, banco de horas, horas faltas, repouso semanal remunerado, horário noturno, benefícios da empresa e benefícios da Previdência Social; Folha de Pagamento: proventos e descontos; INSS, FGTS, IRRF; Contribuição Assistencial; Férias, período aquisitivo, concessivo, férias coletivas, comunicação de férias, cálculo, abono pecuniário, 1/3 de férias, férias em dobro, adicionais sobre férias; 13º salário: 1ª e 2ª parcelas, adicionais, auxílio-doença, auxilio-acidente, Serviço Militar; Aviso-Prévio e Rescisão de Contrato: Aviso Prévio Proporcional, redução da jornada, cálculos, adicionais, anotações na CTPS, prazos e homologações; Rescisão Indireta e Rescisão por Justa Causa: Lei 10.101; PPR: Periodicidade, cálculos, descontos legais, pagamento; Avaliação da necessidade de contratação de novos colaboradores Arquivo e guarda de documentos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BANOV, Márcia Regina. **Recrutamento, seleção e competências**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2015.
2. FRANÇA, Ana Cristina Limongi. **Práticas de Recursos Humanos - PRH**: conceitos, ferramentas e procedimentos. São Paulo: Atlas, 2012.
3. VIANNA, Cláudia Salles Vilela. **Manual prático das relações trabalhistas**. 12.ed. São Paulo: LTr, 2014

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ALCANTARA, Silvano Alves. **Legislação trabalhista e rotinas trabalhistas**. 4.ed. Curitiba: Intersaberes, 2020 **(Biblioteca virtual)**

.

2. CARRADORE, Enir Antonio. **Nova CLT comparada e anotada**. São Paulo: JH Mizuno, 2018 **(Biblioteca virtual)**

3. CARNEIRO, Marcos Antonio. **Gestão de departamento pessoal**. Curitiba: Contentus, 2020 (Biblioteca virtual)

4. KNIHS, Karla Kariny. **Legislação trabalhista e previdenciária em gestão financeira.** Curitiba: Contentus, 2021 **(Biblioteca virtual)**

5. LOTZ, Erika Gisele; BURDA, Jocely Aparecida. **Recrutamento e seleção de talentos**. Curitiba: Intersaberes, 2015 ***(Biblioteca virtual)***

NORMAS, AUDITORIA E CERTIFICAÇÃO

EMENTARIO: Introdução norma ISO 9001:2000 (Recursos Humanos), Administração de Pessoas; Documentação necessária para uma auditoria em RH; Papeis e competências da auditoria; Atividade prática de auditoria em RH. Visão geral de sistemas de gestão; Os principais itens que fazem parte de uma auditoria para o RH Análise e descrição de cargos; Recrutamento e Seleção; Treinamento; Promoções e transferências; Saúde e segurança; Controle de pessoal; Administração de salários; Acordos coletivos; Os requisitos estabelecidos na descrição de competência de cada cargo, e as comprovações individuais; carteira de trabalho, certificados, avaliações individuais, entre outras; O planejamento da auditoria interna; Os objetivos do planejamento do trabalho de auditoria para o RH; beneficio da empresa com a auditoria para o RH; Vantagens ofertadas pela auditoria de RH, para as organizações.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. CARPINETTI, Luiz Cesar Ribeiro; GEROLAMO, Mateus Cecílio; MIGUEL, Paulo Augusto Cauchick. **Gestão da qualidade ISO 9001:2008:** princípios e requisitos. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2010
2. RIBEIRO NETO, João Batista M; TAVARES, José da Cunha; HOFFMANN, Silvana Carvalho. **Sistemas de gestão integrados**: qualidade, meio ambiente, responsabilidade social, segurança e saúde no trabalho. 4.ed. São Paulo: Senac, 2013
3. SEIFFERT, Mari Elizabete Bernardini. **Auditoria de sistemas de gestão:** princípios, procedimentos e práticas com ênase nas normas ISO (9001, 14001, 22000) e OHSAS 18001. São Paulo: Atlas, 2013

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BOND, Maria Thereza; BUSSE, Angela; PUSTILNICK, Renato. **Qualidade total:** o que é e como alcançar. Curitiba: Intersaberes, 2012 **(Biblioteca virtual)**

2. INTERSABERES (Org.) **Gestão integrada.** Curitiba: Intersaberes, 2017 **(Biblioteca virtual)**

3. CARDOSO, Afonso (Org.) **Auditoria de sistema de gestão integrada**. São Paulo: Pearson, 2016 **(Biblioteca virtual)**

4. LU, Liu Shih; PAVANELLI, Luciana (Orgs.) **Interpretação das normas ISO 9001/ ISO 14001 / ISO45001.** 2.ed. São Paulo: Pearson, 2020 **(Biblioteca virtual)**

5. SILVA, Rosa Olga da. **Sistemas ISO 9000 e auditorias da qualidade**. Curitiba: Contentus, 2020 **(Biblioteca virtual)**

.

DISCIPLINA: SUBSISTEMAS DE RECURSOS HUMANOS

EMENTARIO: Subsistemas de RH: Recrutamento de pessoal; Mercado de trabalho e de recursos humanos; Tipos de Recrutamento; Técnicas de recrutamento; Programas de Trainees Seleção de pessoal: Conceitos; Técnicas de seleção; Tendências em processos de seleção; Seleção por competências Socialização; Programas e métodos de integração organizacional. Treinamento e Desenvolvimento; Métodos e técnicas de treinamento eficazes no meio empresarial; papel do gestor de treinamento como facilitador no desenvolvimento de pessoas. Estratégias de treinamento e o ciclo de vida dos negócios. Processo de controle do treinamento e seus benefícios para a empresa. Abordagem Sistêmica de Treinamento; Levantamento das necessidade de treinamento (LNT); Elaboração de programas de treinamento; Implementação do programa de treinamento. Definir políticas de RH alinhadas às estratégias organizacionais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. MARRAS, Jean Pierre. **Administração de recursos humanos**: do operacional aoestratégico. 14.ed. São Paulo: Saraiva, 2012
2. CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas:** o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 4.ed. São Paulo: Elsevier, 2014
3. VERGARA, Sylvia Constant. **Gestão de pessoas**. 16.ed. São Paulo: Atlas, 2016

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BECKER, Jackeline. **Seleção estratégica de talentos e de indicadores**. Curitiba: Contentus, 2020 ***(Biblioteca virtual)***
2. BOOG, Gustavo; BOOG, Magdalena (Coords.) **Manual de treinamento e desenvolvimento**: gestão e estratégias. 6.ed. São Paulo: Pearson, 2013 ***(Biblioteca virtual)***
3. FREIRE, Denilson A. L. **Treinamento e desenvolvimento em recursos humanos**: encenando e efetivando resultados. Curitiba: Intersaberes, 2014 ***(Biblioteca virtual)***
4. KOPS, Lucia Maria Horn; SILVA, Selma França da Costa; ROMERO, Sonia Maria Thater. **Gestão de pessoas**: conceitos e estratégias. Curitiba: Intersaberes, 2012 ***(Biblioteca virtual)***
5. LOTZ, Erika Gisele; BURDA, Jocely Aparecida. **Recrutamento e seleção de talentos.** Curitiba: Intersaberes, 2015 ***(Biblioteca virtual)***

GESTÃO DO CONHECIMENTO POR CARREIRA E POR COMPETÊNCIAS

EMENTARIO: Conceitos de gestão do conhecimento nas Organizações. Mapeamento do Conhecimento, A valorização e a evolução do capital humano, Gestão de Talentos. Capital intelectual. Carreiras, conceitos e tendências: a evolução do conceito de carreira e sua aplicação para pessoas e organizações. A gestão estratégica de carreiras. Trajetórias de carreira nas organizações. Orientação profissional. Projeto de Vida. Conceitos de Gestão por Competências. Transição do CHA para Competências. A Gestão de Competências nos subsistemas de Recursos Humanos: recrutamento e seleção por Competências; treinamento e desenvolvimento por Competências e Avaliação de Desempenho por Competências.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. PONTES, Benedito Rodrigues. **Planejamento, recrutamento e seleção de pessoal**. 8.ed. São Paulo: LTr,

.

2015.
2. MILKOVICH, George T.; BOUDREAU, John W. **Administração de recursos humanos.** São Paulo: Atlas, 2011
3. SALICIO, Celso Furniel. Sistemas de remuneração, incentivos e carreira. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015. ***(Biblioteca virtual)***

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. DAHER JR., Elias. **DiGestão de competências**: uma dieta saudável para sua carreira. São Paulo: Vetor, 2012 ***(Biblioteca virtual)***
2. JARDEWESKI, Cley Jonir Foster; JARDEWESKI, Gustavo Luiz Foster. **Técnicas e métodos de avaliação de desempenho**. Curitiba: Intersaberes, 2014 ***(Biblioteca virtual)***
3. GRAMIGNA, Maria Rita Miranda. **Modelo de competências e gestão de talentos**. 2.ed. São Paulo: Pearson, s.d. ***(Biblioteca virtual)***
4. NERI, Aguinaldo. **Gestão de RH por competências e a empregabilidade**. São Paulo: Papirus, 2013 ***(Biblioteca virtual)***
5. TAKAHASHI, Adriana Roseli Wünsch. **Competências, aprendizagem organizacional e gestão do conhecimento**. Curitiba: Intersaberes, 2015 ***(Biblioteca virtual)***

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO, CARGOS E SALÁRIOS

EMENTARIO: Introdução à Gestão do desempenho, conceitos, processos, técnicas, modelos e métodos sobre a Gestão do Desempenho de Recursos Humanos. Promoção e progressão tendo como requisito a avaliação do desempenho individual; Avaliação de desempenho como base para a remuneração variável; Avaliação de desempenho no estágio probatório; Alinhamento da política de desenvolvimento dos servidores públicos com a avaliação de desempenho; Avaliação de desempenho institucional; Integração entre o resultado organizacional e a avaliação de desempenho. Salário e Motivação. Conceitos. Definições. Desenho de cargo. Enriquecimento de cargo. Descrição e análise de cargo. Gestão do plano de Cargos e Salários. Estudo sobre as fases para elaboração da pesquisa salarial, desde a coleta de dados, preparo do manual e tabulação dos dados. Elaboração de uma Política de Remuneração.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Recursos Humanos**: estratégia e gestão de pessoas a sociedade global. Rio de Janeiro: LTC, 2014.
2. MILKOVICH, George T.; BOUDREAU, John W. **Administração de recursos humanos.** São Paulo: Atlas, 2011
3. ORSI, Ademar. Remuneração de pessoas nas organizações. Curitiba: Intersaberes, 2015 ***(Biblioteca virtual)***

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. JARDEWESKI, Cley Janir Foster; JARDEWESKI, Gustavo Luiz Foster. **Técnicas e métodos de avaliação de desempenho.** Curitiba: Intersaberes, 2014 ***(Biblioteca virtual)***
2. MORENO, Amanda Izabelle. **Administração de cargos e salários**. Curitiba: Intersaberes, 2014 ***(Biblioteca virtual)***

.

3. SALÍCIO, Celso Funiel. Sistemas de remuneração, incentivos e carreira. São Paulo: Pearson, 2016 ***(Biblioteca virtual)***

4. SCHMIDMEIER, Janete. **Remuneração estratégica.** Curitiba: Contentus, 2020 ***(Biblioteca virtual)***

5. ALMEIDA, Aiyrton Vieira de. **Planejamento estratégico em RH**. São Paulo: Pearson, 2015 (Coleção Biblioteca Universitária) ***(Biblioteca virtual)***

LIBRAS – LINGUAGEM BRASILEIRA DE SINAIS

DESCRIÇÃO: Manifestações linguísticas no contexto histórico da Língua de Sinais; Teoria que embasa a educação de surdos no Brasil e seus aspectos filosóficos; Política da Educação Inclusiva – Pessoas com surdez; Atendimento Educacional Especializado às pessoas com surdez; Aspectos intrínsecos e extrínsecos ao ensino da Libras; Libras – diferentes gêneros e estruturas, explorando a diversidade de temas e contexto em que se enquadram; Relações entre informações linguísticas do ensinde LIBRAS; Didática e dinâmica na aula com surdos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. GESSER, Audrei. **Libras? que língua é essa?**: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola editorial, 2009.
2. PEREIRA, Maria Cristina da Cunha [et al.]. **Libras:** conhecimento além dos sinais. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.
3. QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais:** instrumentos de avaliação. Porto Alegre: Artmed, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. SILVA, Rafael Dias (org.). **Língua brasileira de sinais – Libras**. São Paulo: Pearson, 2015. ***(Biblioteca virtual)***

2. BAGGIO, Maria Auxiliadora; CASA NOVA, Maria da Graça. **Libras**. Curitiba: Intersaberes, 2017. ***(Biblioteca virtual)***

3. SANTANA, Ana Paula. **Surdez e linguagem**: aspectos e implicações neurolinguísticas. 5.ed. São Paulo: Summus, 2015. ***(Biblioteca virtual)***

4. LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; SANTOS, Lara Ferreira dos; MARTINS, Vanessa Regina de Oliveira (orgs.). **Libras**: aspectos fundamentais. Curitiba: Contetus, 2019. ***(Biblioteca virtual)***

5. SARNICK, Mariana Victoria Todeschini. **Libras**. Curitiba: Contentus, 2015. ***(Biblioteca virtual)***

ETHICS, SUSTENTABILITY AND RIGHTS HUMAN IN BRAASIL

Content: Principles of classical ethics. Models of ethics. Applied ethics and Interdisciplinarity. Bioethics, Health and Environment. Ethics in research. Globalization and sustainability. Power and the new technologies. Ethics, Education and Culture. Human rights and Human dignity. Economic and politics ethics. Management and entrepreneurship.

BASIC BIBLIOGRAPHY

1. ANHEIER, Helmut K.; KRLEV, Gorgi; MILDENBERGER, Georg. **Social innovation:** comparative

.

perspectives. New York: Routledge, 2018
https://www.taylorfrancis.com/books/oa-edit/10.4324/9781315158020/social-innovation-helmut-anheier-gorgi-krlev-georg-mildenberger
2. PHILIPS, Jos. **Actualizing human rights.** London: Routledge, 2020
https://www.taylorfrancis.com/books/oa-mono/10.4324/9781003011569/actualizing-human-rights-jos-philips
3. SWILLING, Mark. **The age of sustainability.** London: Routledge, 2019
https://www.taylorfrancis.com/books/oa-mono/10.4324/9780429057823/age-sustainability-mark-swilling

COMPLEMENTARY BIBLIOGRAPHY

1. BLACK, Stewart J.; BRIGHT, David S.; GARDNER, Donald G. **Organizational Behavior.**Houston: Rice University, 2019
https://openresearchlibrary.org/content/2f5ca409-d0af-4758-b9b5-74cb015570cd
2. BRIGHT, David S.; CORTES, Anastasia H.; HARTMANN, Eva. **Principles of management.** Houston: Rice University, 2019
https://openresearchlibrary.org/content/2ed89b57-a6ff-4ce3-b4ff-0289574397a2
3. CRASY, Sophie. **Globalization and "minority" cultures:** the role of "minor" cultural groups in shaping our global future. Boston: Brill Nijhoff, s.d.
https://openresearchlibrary.org/content/b7181998-1e24-4a63-82ac-402ba9c627d5
4. GREBEL, Thomas. **Entrepreneurship:** a new perspective. London: Routledge, 2004
https://www.taylorfrancis.com/books/oa-mono/10.4324/9780203478745/entrepreneurship-thomas-grebel
5. NAPIER, Stephen. **Uncertain bioethics:** moral risk and human dignity. New York: Taylor & Francis, 2020
https://openresearchlibrary.org/content/3fee7c06-a65c-49ce-ae5b-f62679b925bd

ENGLISH OF THE JOB MARKET

Content: Development of communication skills in English with emphasis on disciplines focused on the work market. Focus on the vocabulary of the area. Coaching activities.

BASIC BIBLIOGRAPHY

1. LARSON, Anthony; TEIGLAND, Robin. The digital transformation of labor: automation, the gig economy ando welfare. London: Routledge, 2019
https://doi.org/10.4324/9780429317866
2. McLEAN, Scott. **Writing for sucess**. Minnesota: University of Minnesota/Libraries Publishing, 2015
https://openresearchlibrary.org/content/283c8d1c-b84e-49d3-b0d6-5409beabff53
3. NOVIARISTANTI, Siska. Contemporary research on business and management. London: CRC Press, 2021
https://www.taylorfrancis.com/books/oa-edit/10.1201/9781003196013/contemporary-research-business-management-siska-noviaristanti

COMPLEMENTARY BIBLIOGRAPHY

1. EAST, Martin. Foundational principles of task-based language teaching. New York: Routledge, 2021
https://www.taylorfrancis.com/books/oa-mono/10.4324/9781003039709/foundational-principles-oftask-based-language-teaching-martin-east?context=ubx&refId=2de564ce-7049-45cf-99f2-e79705660682

.

2. KUHN, Timothy; ASHCRAFT, Lee; COOREN, François. The work of communication: relational perspectives on working and organizing in contemporany capitalism. New York: Routledge, 2019
https://openresearchlibrary.org/content/595f0aa6-5f0b-440e-b6e0-ba31f764b96f
3. TAJINO, Akira; STEWART, Tim; DALSKY, David. **Team teaching and team learning in the language classroom**. London: Routledge, 2015
https://www.taylorfrancis.com/books/oa-edit/10.4324/9781315718507/team-teaching-team-learning-language-classroom-akira-tajino-tim-stewart-david-dalsky
4. JOHANNESSEN, Jon-Arild. **The workplace of the future**: the fourth industrial revolution, the precariat ande the death of hierarchies. London: Routledge, 2018
taylorfrancis.com/books/oa-mono/10.4324/9780429441219/workplace-future-jon-arild-johannessen?context=ubx&refId=946907ba-546a-4df3-b7ed-6a7beb9918fb
5. LIBRARIES PUBLISHING. **Writing for success**. Minessota: University of Minnesota, 2011
https://openresearchlibrary.org/content/283c8d1c-b84e-49d3-b0d6-5409beabff53

1.5 CONTEÚDO CURRICULARES

Os conteúdos curriculares dos cursos de graduação da IES obedecem no que compete aos conteúdos curriculares aquilo que determinam suas respectivas diretrizes curriculares do Curso de Administração. Estes por sua vez apresentam estreita relação entre o desenvolvimento do perfil profissional do egresso, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: atualização, acessibilidade, adequação das cargas horárias (em horas), adequação da bibliografia abordagem de conteúdos pertinentes às políticas de educação ambiental, de educação em direitos humanos e de educação das relações étnico-raciais e para o ensinode história e cultura afro-brasileira, africana e indígena.

De acordo com o que estabelece a Resolução Nº 4 de 13 de Julho de 2005 do CNE que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de Administração se organiza estruturado em núcleos de formação, send: Formação básica, profissional, Estudos Quantitativos e suas Tecnologias e de formação complementar.

1.5.1 Relação das Disciplinas da Matriz com os Conteúdos Curriculares Exigidos nasDCNs.

No que compete à construção do currículo, para a graduação, pensamos que as propostas curriculares oferecidas devem demonstrar comprometimento com as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais, tendo em vista princípios norteadores da organização do trabalho pedagógico nos cursos de graduação. Institucionalmente a IES, admite algumas premissas que devem balizar a construção de bons itinerários de formação, são elas:

- Coerência do currículo com os objetivos do curso;
- Coerência do currículo com o perfil do egresso;

.

- Coerência do currículo face às Diretrizes Curriculares Nacionais e o Catálogo Nacional de Cursos Tecnológicos (quando for o caso);

Outros princípios também concorrem para que os currículos ofereçam experiências qualitativas de aprendizagem, dentre os quais devemos destacar a acessibilidade pedagógica, a flexibilidade, a constante articulação entre teoria e prática, a possibilidade de inserir e promover processos de ambiência com os espaços profissionais futuros, e por fim,a articulação entre os componentes curriculares que devem promover uma perspectiva menos fragmentada do conhecimento.

A formação em Administração requer conhecimentos e o desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes, relacionadas a gestão no que refere-se as funções de administrador como: planejar, organizar, executar e controlar objetivos e metas das organizações bem como ser empreendedor, além de pesquisa de forma integrada e interdisciplinar:

I. **Conteúdos de Formação Básica** - Os componentes curriculares da matriz que contemplarão os Conteúdos: Sociologia e Antropologia, Filosofia e Ética, Psicologia Social; Fundamentos de Economia; Contabilidade básica; Contabilidade de Custos; Introdução ao Direito; Direito Tributário; Controladoria; Mercado de Capital.

II. **Conteúdos de Formação Profissional** - Os componentes curriculares da matriz que contemplarão os Conteúdos de: Fundamentos de Administração; Administração da produção e Operação; Administração de Recursos Humanos ; Administração Financeira e Orçamentária; Marketing Empresarial; Logística e Materiais; Planejamento e Gestão Estratégica; Análise das Demonstrações Financeiras; Gestão de Processos; Gestão de Projetos e Consultoria; Negociação e Gestão do Conhecimento; Empreendedorismo e Inovação; Gestão da Qualidade e Serviços; Negócios Internacionais; Administração e Políticas Públicas;. Prática I – Diagnostico Organizacional; Prática II – Projeto de Intervenção.

III. **Conteúdos de Estudos Quantitativos e suas Tecnologias** - Os componentes curriculares da matriz que contemplarão os Conteúdos de: Matemática Financeira; Estatística; Sistema de Informação Gerencial; Jogos de Empres; Técnica de Pesquisa; Sistema de Gestão Integrada.

IV. **Conteúdos de Formação Complementar** - Os componentes curriculares da matriz que contemplarão os Conteúdos de: Governança Corporativa Comunicação Empresarial; Responsabilidade Sócio Ambiental e Sustentabilidade; Cultura, Clima e Comportamento organizacioal; interdisciplinar e Transversal e as optativas.

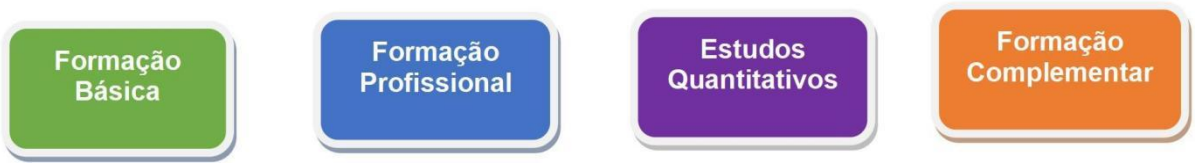
Adotando o regime de semestralidade, a estrutura curricular compreendida como uma matriz de conhecimentos, aponta para quatro eixos articulados entre si:

I. Conteúdos de Formação Básica;
II. Conteúdos de Formação Profissional;
III. Conteúdos de Estudos Quantitativos e suas Tecnologias;
IV. Conteúdos de Formação Complementar

Vale ressaltar que esses quatro eixos e os conteúdos curriculares que os mesmos ensejam estão

.

organizados na perspectiva da formação de uma unidade que se consolida ao final no perfil do egresso.



1º período	2º período	3º período	4º período	5º Período	6º período	7º período	8º Período
Contabilidade Básica	Administração Financeira e orçamentária	Análise das Demonstrações. Financeiras	Contabilidade Custos	Administração da Produção e Operações	Logística e Materiais	Jogos de Empresas	Optativa
Fundamento da Administração	Estatística	Psicologia e Social	Resp. Socio Ambiental e Sustentabilidade	Marketing Empresarial	Governança Corporativa	Sistema de Gestão Integrada	Negociaçãoi e Gestão do Conheciment o
Fundamentos de Economia	Matemática Financeira	Mercado de Capital	Técnica de Pesquisa	Administração de Recursos Humanos	Planejamento e Gestão Estratégica	Prática I Diagnóstico Organizacional	Prática II Projeto de Intervenção
Introdução ao Direito	Direito Tributário	Direito Trabalhista e Previdenciário	Controladoria	Cultura Clima e Comportamento organizacional	Gestão de Projetos e Consultorias	Gestão da Quallidade	Negócios Internacional
Comunicação Empresarial	Sociologia e Antropologia	Filosofia e ética	Empreendedorismo e Inovação	Gestão de Processos	Administração e Políticas Públicas	Optativa	Sistema de Informação Gerencial

Todos os elementos presentes foram organizados observando a correta proposição em carga horária teórica e prática e ainda com bibliografia atualizada privilegiando títulos com edições dos últimos três anos, sempre que possível.

A bibliografia básica e complementar presente no ementário do curso foi indicada pelos professores das respectivas disciplinas – especialistas da área, observando a pertinência da mesma e a adequada relação entre o que indica a ementa das unidades curriculares.

Ressaltamos que os conteúdos curriculares de educação ambiental, educação étnico-racial, de direitos humanos, artístico cultural, memória cultural e patrimônio cultural serão abordados de maneira transversal e interdisciplinar a partir de projetos de trabalhos organizados e desenvolvidos a partir da integração das disciplinas.

Além dos componentes curriculares obrigatórios (disciplinas, atividades complementares e práticas profissionais), são ofertadas disciplinas optativas, atendendo à parte flexível do currículo, com o objetivo de possibilitar ao estudante selecionar disciplinas que atendam a seus interesses e ampliem os conhecimentos, contribuindo para o desenvolvimento de sua autonomia.

Todos os elementos presentes foram organizados observando a correta proposição em carga horária teórica e prática e ainda com bibliografia atualizada privilegiando títulos com edições dos últimos três anos, sempre que possível.

.

Perfil do egresso (Eixos de formação e os conteúdos curriculares da diretriz)	Estrutura curricular (disciplinas da matriz que atendem os conteúdos curriculares da diretriz)	Contexto educacional (demandas do curso)
Conteúdos de Formação Básica	Sociologia e Antropologia, Psicologia Social (, Fundamentos de Economia, Filosofia e Ética, Introdução ao Direito, Direito Tributário, Análise das Demonstrações Financeiras , Contabilidade Básica, Comunicação Empresarial; Contabilidade Gerencial; Controladoria,.	Conjunto de disciplinas que será a base do conhecimento e compreensão da ciência da Administração . para o forma a base de conhecimento do futuro egresso.
Conteúdos de Formação Profissional	Fundamentos de administração, Administração Financeira e Orçamentária, Administração da Produção e Operações , Marketing Empresarial, Administração de Recursos Humanos; Gestão de Processos , Mercado de Capital; Empreendedorismo e Inovação , Logística e materiais, Planejamento e Gestão Estratégica, Gestão de Projetos e Consultoria; Gestão da Qualidade e Serviços, Negociação e Gestão do Conhecimento , Pratica I – Diagnóstico; Prática II – Projeto de Intervenção , Administração e Políticas Públicas.	Conjunto organizado de conhecimento especifíco para o desenvolvimento das competencias e habilidades necessarias para formação do perfil do egresso.
Conteúdos de Estudos Quantitativos e suas Tecnologias:	Matemática Financeira , Estatística , Sistema de Informações Gerencial , Técnica de Pesquisa; Jogos de Empresas Sistema de Gestão Integrado.	Conjunto de conhecimento matemático e tecnologico que servem de aparato para a formação do egresso.
Conteúdos de Formação Complementar:	Governança Corporativa, Cultura, Clima e Comportamento Organizacional, .Responsabilidade Socioambiental e Sustentabilidade, Transversal e Interdisciplinar e as disciplinas optativas.	Conhecimento complementares, relacionados a interdisciplinaridade e transversalidade na formaçãp do egresso.

1.6 METODOLOGIA

1.6.1 Metodologia de Ensino de Educação a Distância e sua Acessibilidade

A IES busca desenvolver os talentos e competências de seus estudantes para que se tornem profissionais éticos, críticos, empreendedores e comprometidos com o desenvolvimento social e ambiental. Para que esse objetivo seja atingido, incorpora as premissas apontadas pela Unesco como norteadoras da educação: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver e aprender a ser e apoia-se no referencial cognitivista das teorias de aprendizagem para fundamentar suas ações pedagógicas. Os novos conhecimentos são, pois, construídos por meio da relação estabelecida entre o novo conhecimento e o pré-existente.

É esse movimento que torna a aprendizagem significativa. Quanto mais os novos conceitos se relacionam, de maneira substancial e não arbitrária, com aqueles que já estão na estrutura cognitiva do

indivíduo, mais significativa é a aprendizagem. O que torna necessária a atenção do docente em relação ao levantamento de conhecimentos prévios, que são sempre o ponto de partida para a aprendizagem, já que as informações a que o estudante é exposto devem sempre adquirir significado para serem incorporadas a um repertório já existente.

Nesse contexto, a Educação a Distância – EaD surgiu como uma experiência de aprendizagem flexível, dinâmica e conectada, que permite utilizar multimeios de aprendizagem e recursos de interação, tratando-se de um aprendizado colaborativo e conectado com o conhecimento em rede. A concepção para modalidade EaD adotada pela Instituição é coerente com as bases legais, e encontra-se em conformidade com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Projeto Pedagógico Institucional (PPI), resultando da construção de um processo educativo fortemente baseado em novas tecnologias e metodologias apoiadas na modalidade web-based.

No modelo web-based o processo educativo é realizado com base na aprendizagem colaborativa e significativa mediada por docentes e tutores, por meio das TICs. O objetivo é proporcionar uma relação de aprendizagem que supere as dimensões de espaço/tempo e que desenvolva competências, habilidades e atitudes necessárias para a formação dos futuros profissionais. Com base nessa concepção foram estruturadas as metodologias de planejamento, design e acompanhamento de atividades de aprendizagem, tendo como valores essenciais a autonomia do estudante para estudar e o exercício constante de articulação entre teoria e prática, currículo e vida profissional. [1] O Curso Administração apresenta Carga Horária referente a 20% e Componentes Curriculares na modalidade Educação à Distância.

É entendimento institucional que a melhor forma de garantir a qualidade dos processos pedagógicos depende de uma metodologia que sirva de referência para a construção paulatina de recursos de ensino e de aprendizagem. Alinhada com esse pressuposto, na Instituição a modalidade a distância está alicerçada nos seguintes pilares pedagógicos:

- Estudo Individualizado: apoiado no conjunto de materiais didáticos que permitem ao estudante ter acesso aos fundamentos necessários para pesquisar, estudar e resolver problemas com autonomia, tendo seu ritmo de aprendizagem respeitado;
- Estudo Mediado: a interação entre estudantes, docentes e tutores auxilia no processo de aprendizagem com trocas síncronas e assíncronas; Estudo Colaborativo: a interação e socialização de conhecimentos construídos nas disciplinas permitem uma troca constante entre estudantes, docentes e tutores;
- Estudo Mobile: dispositivos móveis ampliam as oportunidades de participação e interação na construção do conhecimento e, consequentemente, melhores resultados de aprendizagem e de pesquisa. .

A metodologia apresentada ao estudante tem por característica principal a proximidade estrutural das disciplinas ofertadas no cotidiano presencial. Dessa feita, não há diversificação ou diferenças substanciais que possam causar estranheza por parte do estudante ao cursar tais disciplinas. O planejamento das atividades e experiências deaprendizagem que coloca o estudante no centro do processo de aprendizagem e

.

utiliza a aprendizagem ativa não pode prescindir do uso de tecnologias.

Nessa perspectiva são utilizadas inúmeras estratégias, adequadas ao desenvolvimento de profissionais das mais diferentes áreas, propiciando uma experiência segura e sobretudo, mais próxima da realidade. A aprendizagem ativa implica ainda o desenvolvimento de atividades práticas realizadas nos laboratórios, oficinas, cozinhas e outros ambientes de experimentação, totalmente equipados com o que há de mais atual para cada curso. Neles os estudantes, com supervisão dos docentes especialistas, poderão desenvolver atividades práticas que garantam que os objetivos de aprendizagem sejam alcançados.

Essas perspectivas teóricas sobre aprendizagem se concretizam a partir do desenho do currículo de cada curso, que começam sempre a partir de um conjunto de competências que os profissionais egressos devem apresentar. Uma vez definidos os objetivos de aprendizagem do curso, passa-se a desenvolver os objetivos de cada disciplina, alinhando-os sempre com as competências finais e exprimindo-os em comportamentos, habilidades e atitudes observáveis e mensuráveis.

Tendo-se clareza de onde se quer chegar, o momento seguinte é desenvolver as avaliações necessárias para verificar o domínio de conhecimentos e habilidades. As metodologias ativas combinadas a diferentes esforços de diferentes áreas e setores da Instituição, permitem que se garanta a acessibilidade em sua magnitude, compreendendo a eliminação de barreiras arquitetônicas, pedagógicas/metodológicas, atitudinais,comunicações e digitais.

Dentre as principais metodologias de ensino adotadas pela instituição destacamos:

- Estudo dirigido e exercícios de fixação;
- Mapas mentais e conceituais;
- Estudos de casos;
- Treino de Habilidades;
- Simulação;
- Práticas laboratoriais ativas com uso de estações de aprendizagem;
- Problematização;
- Aprendizagem baseada em problemas (ABP), dentre outras.

Tendo em vista a necessidade de atender aos requisitos da formação acadêmica, os estudantes participarão de experiências de articulação entre teoria e prática referentes aos conhecimentos específicos da área em atividades laboratoriais desenvolvidas internamente e estendem-se para as atividades de visitas técnicas e oficinas pedagógicas, além de estágio curricular supervisionado em campo de atividade profissional.

- As aulas práticas de laboratório, as visitas técnicas, as oficinas pedagógicas,serão realizadas no pólo EAD sob tutoria e o estágio supervisionado, monitorado em campo por docentes e/ou supervisores que realizam o acompanhamento dos estudantes na realização das atividades e as orientações de Estágio e TCCocorrerão no pólo EAD sob tutoria. Sendo, portanto, assim definidas:
- Aulas Práticas de Laboratório: realizam-se preferencialmente nos laboratórios, nas instalações da IES e atendem a diferentes componentes curriculares, sobretudo das disciplinas específicas do curso;

.

- Visitas Técnicas: consistem no propósito de levar o estudante ao local de uma atividade profissional relacionada à sua formação, para que o mesmo possaaprofundar sua percepção sobre as rotinas profissionais a partir do conhecimento teórico obtido em sala de aula, desenvolvendo estudos, análises e avaliações;
- Oficinas Pedagógicas: são atividades de ensino e aprendizagem realizadas em ambientes destinados ao desenvolvimento das aptidões e habilidades, mediante atividades orientadas por docentes capacitados ou profissionais convidados. Nestas oficinas deverão estar disponíveis diferentes tipos de equipamentos e materiais para o ensino ou aprendizagem, nas diversas modalidades do desempenho profissional, podendo ocorrer em espaços da instituição ou fora dela.
- Estágio Supervisionado: é considerado o momento em que as teorias aprendidas pelos acadêmicos são aliadas à prática bem como o momento em que o futuro profissional experimenta e atua efetivamente em seu campo de formação; TCC:um trabalho acadêmico para a avaliação final para contemplar os aspectos daformação universitária.

Acessibilidade Metodológica

Outro aspecto relevante no campo metodológico está a acessibilidade pedagógica e atitudinal, acerca desta questão vale a pena destacar é o da Acessibilidade. O aumento crescente de estudantes com necessidades educativas especiais e de atendimento pedagógico diferenciado, tem demandando das instituições de ensino superior a implantação e a consolidação de políticas de inclusão e de acessibilidade, que estão para além de garantir o acesso as instalações físicas das IES, mas que sejam ofertadas todo um conjunto de ações que garantam que estes alunos estejam inclusos em condições excelentes de aprendizagem e desenvolvimento.

Neste sentido, o conceito de acessibilidade exige a formulação de políticas institucionais, das quais emergem ações articuladas no âmbito pedagógico e da gestão. Sendo assim a acessibilidade e a inclusão passam a ser integrante de outro conceito fundamental que é o da Responsabilidade Social, conforme preconiza o documento REFERENCIAIS DE ACESSIBILIDADE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR E A AVALIAÇÃO IN LOCO DO SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SINAES),

publicado em 2013. Como indicado neste documento especificamente a responsabilidade social ultrapassa a perspectiva do compromisso para se tornar um dever constituindo a essência de ser das instituições de ensino superior.

Citando a Lei do SINAES, a finalidade de uma instituição de educação superior deve ser a de promover:

> […] a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional. (Lei nº 10.861/04 – SINAES).

É neste sentido que a IES, concebeu o seu Programa Institucional de Acessibilidade e Inclusão,

observando Decreto nº 5.296/2004, onde as Barreiras de Acessibilidade no campo das edificações, na dimensão urbanística, de transportes, de comunicação e de informações devem ser retiradas e ainda no campo da acessibilidade atitudinal/pedagógica para onde devem convergir todos os esforços para garantir acesso ao currículo onde haja:

- Adequação nos materiais didáticos e pedagógicos;
- Adequação nos mobiliários e equipamentos;
- Adequação de objetivos;Adequação de conteúdos;
- Adequação de métodos e didática;
- Adequação nas avaliações;
- Adequação de tempo.

Estas adequações, por sua vez encontram respaldo legal principalmente no Decreto n° 3.298/1999, o qual afirma que as instituições de ensino superior deverão oferecer adaptações de provas e os apoios necessários, previamente solicitados pelo aluno portador de deficiência, inclusive tempo adicional para realização das provas, conforme as características da deficiência. E também no conceito de acessibilidade como a condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida presente no Decreto nº 5.296/2004.

Para a IES, a acessibilidade pedagógica entende que a comunidade acadêmica deve desenvolver medidas pedagógicas diferenciadas, compreendendo que as necessidades educacionais são específicas, podendo ser permanentes ou temporárias, a ser consideradas as seguintes características dos/as alunos/as com:

- Altas habilidades e superdotação;
- Deficientes físicos, intelectuais, sensoriais e múltiplos;
- Transtornos mentais, distúrbios de humor e outras situações classificadas peloCID ou DSMV-TR;
- Transtornos globais;
- Alterações orgânicas como insuficiências.

Neste sentido, nosso programa defende acessibilidade integral enquanto práticainstitucional entendendo como um dos fundamentos das práticas pedagógicas e de gestão no ensino superior, considerando,

- Mapeamento das necessidades dos estudantes: preenchimento de ficha cadastral; registro de observação em sala de aula; registro de impressões dos professores; registro das impressões dos próprios acadêmicos; mapeamento de estudos e rotina realizados;
- Orientação pedagógica aos coordenadores de cursos e professores;
- Encaminhamento/solicitação de adequações didático-pedagógicas;
- Encaminhamento de adequações de materiais didáticos;
- Promoção de cursos, palestras e eventos de capacitação de funcionários e docentes;

.

- Trabalho colaborativo com outros profissionais por meio de convênio com entidades e/ou associações que possam contribuir com o desenvolvimento de práticas deacessibilidade;
- Os estudantes e funcionários surdos são acompanhados por profissional intérpretede LIBRAS;
- Empréstimos de materiais para estudantes e servidores: notebooks, gravadores,lupas e ampliadores eletrônicos, bengala;
- Formação em Libras para funcionários, alunos e professores.
- Sala de Multimeios.

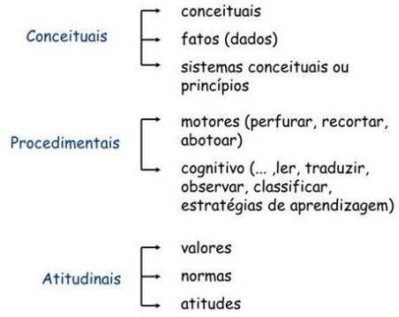
1.6.2 Metodologia das Atividades Presenciais Obrigatórias

Para FAMETRO a aprendizagem está relacionada com a atividade de pesquisa tanto do aluno quanto do professor, e a aprendizagem universitária está associada ao aprender a pensar e ao aprender a aprender. Acreditamos que o ensino universitário precisahoje ajudar o aluno a desenvolver habilidades de pensamento e identificar procedimentos necessários para aprender.

Mais do que isto, pensamos que o ensino superior deve adotar outra lógica epistemológica que favoreça a ruptura com modelos disciplinares e fechados em si mesmos. Assim as metodologias de ensino, entendidas, como o caminho da mediação entre o sujeito cognoscente e o objeto do conhecimento, devem favorecer a aproximação desses dois polos, a partir de mediações qualitativas que permitam ao aluno a construção do conhecimento, tendo em vista a formação das competências que se deseja no perfil de cada curso de graduação.

Nesta lógica os conteúdos da aprendizagem assumem um caráter tridimensional queavança e busca superar o entendimento unidimensional dos conteúdos centrados na maioriadas vezes no conceito. Admitimos assim que para a formação das competências um conteúdo curricular deve proporcionar ao acadêmico saber o que fazer e porque fazer, sabercomo fazer e querer fazer. A competência seria então um campo de intersecção que se forma a partir do contato com diferentes aspectos de um conteúdo

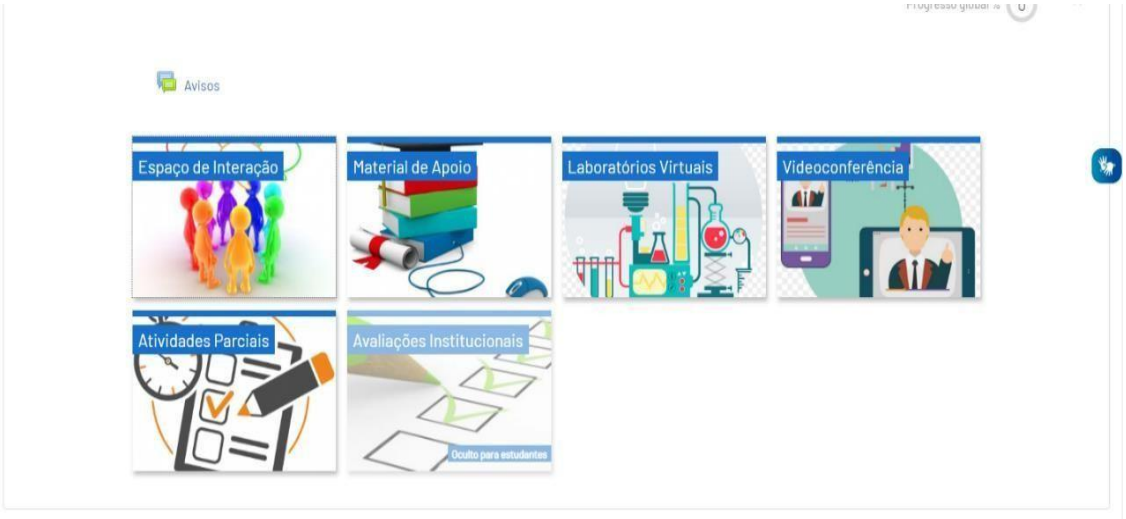
.

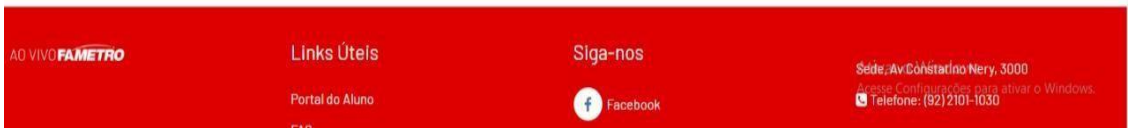


Neste contexto, considerando que os métodos de ensino se constituem em um ponto fundamental do planejamento da disciplina/aulas, propomos que os mesmos devem conter uma visão dialógica do processo de construção do conhecimento. Para garantir esse tipo de dinâmica, propomos a interdisciplinaridade e a transversalidade como modos de integração do conhecimento a partir de uma pedagogia de projetos.

A metodologia de ensino aprendizagem assim delineada deve buscar:

- Superar as aulas meramente expositivas por aulas dialógicas, seminários, debates e mesas-redondas, onde se procurará estimular o aluno a atividades individuais e coletivas de construção do conhecimento, e não a assimilar um conjunto de saberes, como usualmente acontece;
- Conferir maior ênfase aos trabalhos de pesquisa para as diversas disciplinas do curso, sendo sugerido que os docentes possam exigir, sempre que possível, a realização de trabalhos e artigos de conclusão das disciplinas;
- Recorrer à utilização de recursos multimídias postos à disposição dos professores na Instituição, através de mecanismos que, preferencialmente, o aproximem da atividade profissional a ser futuramente desempenhada;
- Valer-se das Tecnologias da Informação como ferramenta de multiplicação do saber. Os Cursos presenciais possuem como apoio um ambiente virtual de aprendizagem denominado digital Fametro, onde o professor e o aluno podem estender a experiência pedagógica a partir do repositório para estudo dos conteúdos ministrados, indicação de estudos complementares, fóruns, chats, exercícios online e videoconferência permitindo a interação dos alunos entre turmas, cursos e unidades





diferentes. Possui ainda acesso à bibliotecavirtual e laboratórios virtuais, por meio do convênio coma Algetech.

- Realizar a problematização para a elaboração dos projetos tendo em vista as temáticas de interessedo aluno e que estejam pertinentes ao momento da formação dos mesmos.

Há ainda que se considerar o trabalho com as temáticas voltadas para as questões étnico-raciais e aquelas relativas à educação ambiental, que devem ser incorporadas ao dia a dia da sala de aula de modo permanente e contínuo como apregoa a legislação. Neste sentido é previsto que a abordagem desses temas serealize de maneira transversal nos currículos da graduação promovendo discussões que ressaltem a importância da compreensão de tais temáticas no contexto geral da formação dos alunos.

Isto significa afirmar que tais abordagens dar-se-ão na oportunidade do desenvolvimento das disciplinas do curso, sendocontemplada, como mecanismo de reflexão e de sensibilização para asdiscussões sociais que essas implicam.

Neste sentido, como já afirmamos a opção pela Pedagogia deProjetos deve-se à orientação metodológica para o desenvolvimento das atividades de ensino/aprendizagem, que coloquem o aluno como sujeito ativo do seu processo de ensino-aprendizagem, tendo em vista a necessidade de desenvolver o perfil do egresso do curso.

Assim, outras técnicas de ensino devem ser incorporadas para que os objetivos, as competências e ashabilidades previstas no Projeto Político Pedagógico possam se consolidar. Neste contexto, está indicado que o professor assuma o conhecimento dentro de uma perspectiva interdisciplinar e transdisciplinar, que incorpore técnicas e atividades variadas no dia a dia da sala de aula, que realize o planejamento de projetos que contenham situações didáticas que privilegiem o aluno como protagonista da construção dosaber e que por fim demonstre a importância do papel social de todos na construção de umasociedade mais justa a partir de uma inserção consciente e cidadã no mundo do trabalho.

Como técnicas de ensino, indicamos, dentre outros, o uso de:

- Aulas Expositivas Dialogadas: a aula expositiva dialogada deve permitir que a partir da exposição realizada o aluno possa interagir com o conteúdo sendo provocado, a partir das questões apresentadas pelo professor, mais do que expor um assunto numa perspectiva definida e acabada, o professor deve a partir do que apresenta indagar o aluno, para que a partir do que este já sabe, avançar na construção de um novo conhecimento. Neste sentido o professor deve sempre iniciar sua exposição a partir de uma pergunta problematizadora que tenha o poder de mobilizar o já sabido em direção ao não-sabido
- <u>Aulas Expositivas dialogadas com uso de recursos audiovisuais:</u> semelhante ao processo

da aula expositiva está diferencia-se da primeira por incluir recursos audiovisuais na dinâmica da exposição. Esses recursos audiovisuais podem serdesde o uso do Datashow com projeções de imagens ou textos, até a apresentação de pequenos vídeos, ou trechos de filmes, músicas,

manchetesde jornais, trechos de programas de televisão, telejornais, ou seja, as possibilidades do trabalho pedagógico são ampliadas pela -quantidade significativa de informações que os professores podem acessar e apresentar, encontrando neste recurso os elementos problematizadores para a partir de então inserir os elementos teóricos necessários a reflexão.

- Atividades em grupo tais como seminário; painel integrado; grupos de observação e de verbalização: estas atividades além de favorecerem a construção do conhecimento e o aprendizado de conteúdos conceituais, são também excelentes fontes para o desenvolvimento de competências e conteúdos atitudinais, para que isso aconteça, estas devem ser muito bem preparadas, devendo ter seus objetivos e procedimentos claros e compartilhados com os alunos. Estas atividades conferem bastante dinamismo à sala de aula, além de serem excelente fonte de construção coletiva de conhecimento.
- Estudos Dirigidos: os estudos dirigidos privilegiam as habilidades destinadas fundamentalmente a capacidade de leitura e escrita, devendo também ser objeto de planejamento do professor, onde a partir de um texto ou conjuntode textos, localiza as informações pertentes ao estudo, sinalizando onde deseja que os alunos realizem o devido aprofundamento.
- Exercícios de Fixação de Conteúdos: realização de exercícios teóricos para a fixação de conteúdos, ou treino de habilidades específicas.
- Estudos de Caso: realização de estudoscomo um problema que reproduz osquestionamentos, as incertezas e as possibilidades de um determinado contexto mobilizando conhecimentos para a tomada de decisão. O processo de chegar a uma decisão, por meio da análise e discussão individual e coletiva das informações expostas no estudo de caso, promove o raciocínio crítico e argumentativo dos alunos. Em função dessas características, o caso é considerado um valioso instrumento pedagógico, que desafia o aluno a raciocinar, argumentar, negociar e refletir – habilidades bastante demandantes do ponto de vista cognitivo e social.

- Elaboração de projetos de ação ou de investigação: elaboração, desenvolvimento e aplicação de ações ou ainda realização de pesquisas acerca de

temas relativos as disciplinas do currículo que por sua relevância mereçam aprofundamento.

- Atividades de extensão: atividades que proporcionem a execução de atividades na comunidade externa a partir de conteúdos aprendidos e produzidos no transcurso da graduação, favorece a integração de conhecimentos em caráter interdisciplinar e transversa, além de proporcionar excelente articulação entre teoria e prática
- Atividades Práticas Supervisionadas em Laboratórios ou Espaços Externos: atividades de aplicação de conhecimentos ou de treinos de habilidades no sentido da integração entre teoria e prática que podem ser simuladas quando realizadas em laboratório, ou reais quando realizadas

em espaços externos à instituição.

- Workshops ou oficinas pedagógicas: a partir de um conceito ou um problema, o professor proporciona a interação e a troca de experiências em sala de aula, tendo em vista aelaboração de um produto. Este produto pode ser desde um produto material, quando um produto conceitual. O sentido do Workshop e das Oficinas pedagógicas e o aprender fazendo, ou seja, integrando teoria e prática mediadas pelo professor com vista a alcançar um objetivo comum.
- Jogos; Gincanas; Feiras e Exposições Temáticas: realização das atividades em grupo que tenhamcomo objetivo o exercício de algum conhecimento específico, o treino de uma habilidade ou a exposição do produto final de uma aprendizagem consolidada pelos alunos.

M

inipalestras: integração dos alunos com profissionais da área no sentido de atualização doconhecimento a partirda abordagem de temas atuaispertinentes ao exercício da profissão. As mini palestras devem ser realizadas em sala de aula; deve priorizar conhecimentosatuais e inovadores.

.

- Círculo de debates ou discussões: atividade,orientadas e mediadas pelo professor que deve organizá-la de modo a favorecer a participação de todos os envolvidos. Estas atividades podem ser realizadas como forma de socialização do conhecimento a partir da leitura de textos, oude qualquer outra atividade que tenham os conceitos teóricos como fundamento. Nestasatividades os professores tem a excelente oportunidade de promover o desenvolvimento da autonomia do pensamento, da capacidade de argumentação e de negociação para a criação de consensos.

- Elaboração de paper /artigos científicos; resumos, resenhas e textos escritos argumentativos ou dissertativos, participar de eventos científicos: atividades que devem considerara a capacidade de integração conceitual dos alunos, além de excelentes oportunidades para o exercício da capacidade de articulação de conceitos e de treino das capacidades de leitura e escrita dos alunos.

- Aulas Práticas em Laboratórios e/ou ambientes externos: tendo em vista a necessidade de atender aos requisitos da formação proporciona experiências acadêmicas de articulação entre teoria e prática referentes aos conhecimentos específicos da química, até aqueles

referentes aos conhecimentos pertinentes ao exercício da docência, estas atividades aulas práticas são proporcionadas em espaços internos que são nossos laboratórios e estende-as as atividades de visita técnicas e oficinas pedagógicas além de estágio curricular utilizando instituições públicas e privadas conveniadas. As aulas práticas, as visitas técnicas, as oficinas pedagógicas, assim como os estágios, são atividades acadêmicas monitorada em campo por professores e/ou preceptores que realizam o acompanhamento dos alunos na realização das atividades em diferentes disciplinas do currículo. Sendo, portanto, assimdefinidas:

- As Visitas Técnicas: consiste no propósito de

levar o aluno ao local de uma atividade profissional relacionada a sua formação, para que o mesmo possa a partir do conhecimento teórico obtido em sala de aula, aprofundar o mesmo através de estudo,análise e avaliação. A mesma não deve ser encarada como um passeio, mas sim, com uma atividade formal, a qual precisa de planejamento prévio. Durante a Visita, o registro e as anotações devem ser atividades prioritários. As visitas devem ser realizadas com objetivos didáticos, sendo orientada e operacionalizada com técnica e discutida previamente. Os professores, na oportunidade, estarão avaliando: postura, pontualidade, conhecimento técnico e respeito com os colegas. O relatório final deverá ser elaborado e entregue para que o professor possa avaliar a efetividade da atividade na aprendizagem dos alunos.

- Oficinas Pedagógicas: são atividades de ensino e aprendizagem realizadas em ambientes destinados ao desenvolvimento das aptidões e habilidades, mediante atividades orientadas por professores capacitados. Nestas oficinas deverão estar disponíveis diferentes tipos de equipamentos e materiais para o ensino ou aprendizagem, nas diversas modalidades do desempenho profissional, podendo ocorrer em espaços da instituição ou fora dela.

Tanto as Aulas Práticas como os Estágios, ocorrem em instituições que possuam convênio ou termode cooperação com a IES.

1.6.3 Metodologia das Atividades Interdisciplinares

No âmbito da IES, entendemos Interdisciplinaridade por uma abordagem de tratamento do conhecimento em que duas ou mais disciplinas/unidades curriculares ofertadas simultaneamente estabelecem relações de análise e interpretação de conteúdo, com o fim de propiciar condições de apropriação, pelo discente, de um conhecimento mais abrangente e contextualizado. Na Fametro, a interdisciplinaridade será uma estratégia paraa abordagem e tratamento do conhecimento de caráter obrigatório, a ser desenvolvida por meio de projetos interdisciplinares, os quais serão realizados em todos os períodos letivos, em todos os cursos, a partir da integração horizontal dos componentes curriculares de um determinado período.

Assim, o Projeto Interdisciplinar tem como objetivo geral a aplicação dos conhecimentos adquiridos

pelos alunos em situações ou problemas teórico-práticos, selecionados de maneira a permitir a integração entre disciplinas, aprofundamento da socialização dos alunos, contextualização dos conhecimentos adquiridos em sala de aula, organização, pontualidade e desenvolvimento de

.

habilidades. Além de promover e incentivar atividades de pesquisa e trabalho em equipe, identificar habilidades e aplicar conceitos.

O Projeto Interdisciplinar deve também contribuir para:

a) Desenvolver uma proposta de intercomunicação entre disciplinas;
b) Promover atividade extraclasse, para que se possa investigar e colherinformações;
c) Despertar nos discentes o gosto pela investigação científica;
d) Orientar o desenvolvimento de trabalhos seguindo normas específicas;
e) Oportunizar aos alunos atividades práticas nas quais possam vivenciar osconteúdos trabalhadosem sala de aula;
f) Registrar as conclusões dos participantes do projeto expondo-as aos demaisintegrantes dasérie.

A interdisciplinaridade será desenvolvida por meio da pedagogia de projetos, onde a partir de um tema gerador, de uma situação problema, de necessidades de intervenção práticas, do desenvolvimento de novas técnicas, de soluções inovadoras para problemas pertinentes as disciplinas, os alunos desenvolverão atividades de teórico e práticas, utilizando como referência os conteúdos curriculares das disciplinas com a finalidade de compreender e analisar o tema, resolver o problema, ou desenvolver novas técnicas que os remetam a compreensão da interligação e da intercomunicação do conhecimento numa perspectiva integradora.Este tema gerador, a situação problema, ou atividade teórico-prática a ser realizada deve necessariamente concorrer para a integração das disciplinas de um mesmo período letivo, prevendo a utilização dos conteúdos previstos para as mesmas em acordo com as suas ementas, sempre com foco na articulação temática com as necessidades do mundo dotrabalho.

Os projetos interdisciplinares fazem parte da pedagogia de projetos, a qual pretende proporcionar ao aluno uma aprendizagem ativa para a construção de conhecimento, por meio de ações executadas pelos alunos e acompanhadas pelos professores envolvidos no projeto, sendo planejados ao início de cada semestre letivo a partir da contribuição dos professores de um mesmo período letivo, visando a integração horizontal das disciplinas de um mesmo período.

Já as atividades que serão realizadas no decorrer do projeto e o seu produto final, deve obedecer ao nível de maturidade intelectual dos alunos no período em que estes estãocursando, devendo também guardar coerência como as competências e habilidade previstas no Projeto Político Pedagógico do Curso, com a finalidade de fortalecer o perfil do egresso, para seu pleno desenvolvimento O projeto interdisciplinar é de caráter obrigatório e para a sua realização será destinado até 20% da carga horária total de cada disciplina envolvida, com EMENTA da atividade a ser realizada como projeto interdisciplinar deverá estar contido obrigatoriamente no plano de aprendizagem em espaço reservado para este fim.

1.6.4 Metodologia das Atividades Transversais de Educação Ambiental e EducaçãoÉtnico Racial

.

Por Transversalidade a FAMETRO entende ser à possibilidade de se estabelecer, na prática educativa, uma relação entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real e de sua transformação (aprender na realidade e da realidade). Assim, a Transversalidade será uma estratégia para a abordagem e tratamento do conhecimento de caráter obrigatório, a ser desenvolvida por meio de Projetos Transversais, os quais serão realizados em todos os períodos letivos, em todos os cursos, a partir da integração vertical e horizontal dos componentes curriculares de um determinado período em duas áreas temáticas específicas,a saber:

a) Educação Ambiental

b) Relações Étnico-Raciais

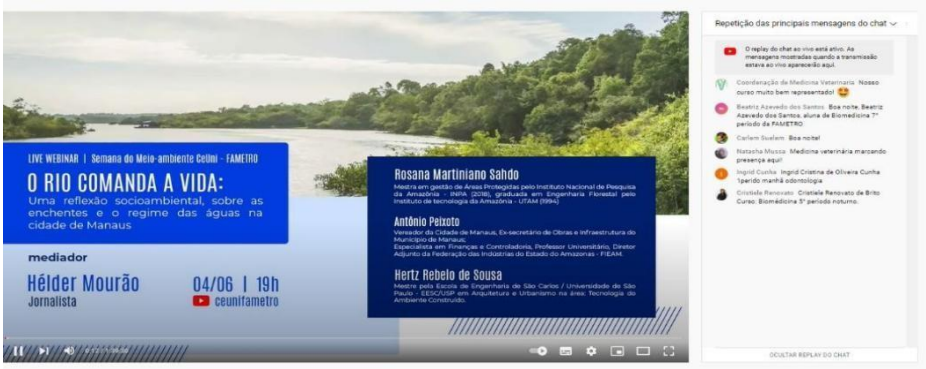
O Projeto Transversal tem como finalidade proporcionar aos alunos a compreensãoda importância de debater esses temas para a melhoria da qualidade de vida da

comunidade onde atuam e vivem, e para uma atuação cidadã dos futuros profissionais formados pela instituição.

O Projeto Transversal deve também contribuir para:

- Promover atividade extraclasse, para que se possa investigar e colher informações; debater e obter conhecimento acerca de temas contemporâneos relativos as áreastemáticas identificadas;
- Despertar nos discentes o gosto pelo debate, pela troca de experiência, pela intercomunicação de conhecimentos e vivência e pela tolerância na perspectiva da acessibilidade atitudinal e da consciência ambiental.

Neste escopo a Transversalidade será desenvolvida por meio da pedagogia de projetos, onde a partir de um tema gerador, os alunos desenvolverão atividades teóricas e/ou práticas, utilizando como referência temáticas pertinentes a Educação Ambiental e as Relações Étnico-raciais, com destaque para as temáticas culturais locais.



https://www.youtube.com/watch?v=udp1WrAHrW0&t=10s

Este tema gerador, por sua vez, deve necessariamente concorrer para a integração da realidade refletida a luz de conhecimentos adquiridos e desenvolvidos no percursoformativo dos alunos, nesta direção os projetos Transversais fazem parte da pedagogia de projetos, a qual pretende proporcionar ao aluno uma reflexão acerca das questões ambientais e étnico-raciais, proporcionando aos alunos uma aprendizagem ativa para a construção de conhecimento, por meio de ações executadas pelos alunos e acompanhadas pelos

.

professores envolvidos no projeto.

Os projetos serão planejados ao início de cada semestre letivo a partir da contribuição dos professores de um mesmo período letivo, visando à integração transversal dos conteúdos relacionados à Educação Ambiental e Relações Étnico-Raciais, e terão caráter permanente e contínuo, devem conter ainda, a indicação de quais professores, e de quais disciplinas, estarão envolvidas no projeto, trazendo também, a indicação de quais temas serão abordados referentes às áreas temáticas indicadas neste regulamento. De caráter curricular o projeto transversal terá para sua realização será destinado até 20% da carga horária total de cadadisciplina envolvida.

As atividades que serão realizadas no decorrer do projeto e o seuproduto final, devem obedecer ao nível de maturidade intelectual dos alunos no período em que estes estão cursando, devendo também guardar coerência como as competências e habilidade previstas no Projeto Político Pedagógico do Curso.

1.6.5 Metodologia da Educação para os Direitos Humanos

Esta ocorre como conteúdo específico de disciplinas da grade e também como disciplina optativa, cujo ementário trata dos princípios de: dignidade humana; igualdade de direitos; reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; laicidade do Estado; democracia na educação; transversalidade, vivência e globalidade; e sustentabilidade socioambiental.

Direitos Humanos são modernamente, entendidos como aqueles direitos fundamentais que o homem possui pelo fato de ser homem, por sua própria natureza humana, pela dignidade que a ela é inerente. São direitos que não resultam de umaconcessão da sociedade política. Pelo contrário, são direitos que a sociedade política tem o dever de consagrar e garantir. O conceito de “Direitos Humanos” resultou de uma evolução do pensamento filosófico, jurídico e político da Humanidade. O retrospecto dessa evolução permite visualizar a posição que o homem desfrutou, aqui e ali, dentro da sociedade, atravésdos tempos.

Mas a ressalva maior está no que condiz ao sistema de ensino. Este deve ter uma responsabilidade deenquadrar-se na formação do Estado Democrático, pois o sistema de ensino deve contemplar a formação do cidadão, desenvolvendo uma visão moderna e bem fundamentada dos direitos civis, políticos e sociais, e também uma consciência mais abrangente dos direitos humanos.

.

Frente a pergunta de como abarcar o ensino e aprendizagem dos Direitos Humanos no sistema educativo, alinham-se diversas respostas, pois por um lado estão todas aquelas que podem denominar-se de incorporação dos conteúdos. Estas consideram que é suficiente a inclusão desta temática em alguma das disciplinas existentes, ou, no máximo, o

estudo de uma disciplina específica, para que os acadêmicos logrem os objetivos que, sobre este aspecto, orientam a ação do sistema educativo.

Duas objeções podem ser formuladas a esta postura. Uma delas consiste em que atrás desta posição, existe uma concepção meramente declaratória, nominalista, dos Direitos Humanos, que os reduz a um conjunto de informações cuja formulação é suficiente para assegurar sua existência real. Por outro lado, se fundamenta na difundida crítica que se faz dos sistemas educativos em relação ao enciclopedismo curricular. O conjunto de temas ou disciplinas reforça este enciclopedismo e torna mais questionável a ação das instituições de ensino.

O tema direito humanos e cidadania assume papel importante em nossa sociedade, principalmente através das transformações ocorridas nos últimos séculos. A noção de cidadania foi fortalecida, e ganhou novo significado a partir da Constituição Federativa de 1988 que reforçou a ideia de cidadãos como sujeitos sociais ativos que contribuem para o desenvolvimento de um Estado Democrático Social de Direito.

A educação está intimamente ligada à cidadania, desde o ensino primário até o superior, pois é neste cenário imbuído de significação que são apresentados aos estudantes o real valor em ser cidadão. Desta maneira trabalha-se para despertar no aluno este anseio em se tornar um ser partícipe das transformações sociais. A educação torna-se o pilar parao desenvolvimento e crescimento do sujeito como cidadão, assim:

A educação para a cidadania e os programas educacionais voltados para esse fim pressupõem a crença na tolerância, a marca do bom senso, da razão e da civilidade que faz com que os homens possam se relacionar entre si. Pressupõem também a crença na possibilidade de formar este homem, ensinando a tolerância e a civilidade dentro do espaço e do tempo da escola (SANTOS, 2001).

Os Direitos Humanos e Fundamentais constituem o pilar para a organização de um sistema constitucional e do próprio Estado. As normas constitucionais elaboradas pelo Estado para a organização da sociedade têm como alguns de seus fundamentos a cidadania e a dignidade da pessoa humana. A consolidação de tais direitos eleva a condição do cidadão que vive em uma sociedade e zela pelo respeito mútuo. É de grande importânciao reconhecimento, pelos cidadãos de seus direitos visto que desta maneira os mesmos podem lutar por melhorias na qualidade de vida.

Ao exercer o papel de cidadão na sociedade, o sujeito visa participar da efetivação dos direitos que o tutelam e da afirmação dos Direitos Humanos e Fundamentais. Desta forma a educação passa a ter um papel essencial no conhecimento e construção de tais Direitos.

Assim, se o conhecimento dos Direitos Humanos deve ser divulgado na sociedade,tanto

.

mais se deve exigi-lo quando se trata de estudantes do ensino superior pois estes, em

face de sua posição privilegiada na sociedade brasileira, devem conhecer a fundo seus direitos e buscar seu reconhecimento na sociedade. Tratar da questão dos Direitos Humanos significa não apenas defender os direitos próprios, é também buscar a defesa dos direitos que envolvem a sociedade como um todo.

Certos desse propósito a IES, atendendo ao chamado de sua vocação institucional expressa na sua missão institucional, a Educação para os Direitos Humanos será ofertada como prevê os termos legais, conforme dispõe as Diretrizes Nacionais em Direitos Humanos CNE/CP No. 08 de06/03/2012, em formato de uma disciplina “Educação e Direitos Humanos” em todas asmatrizes curriculares dos cursos.

.

Ademais, a IES já vem desde 2017, trabalhará com a Temática das Relações étnico-raciais e indígenas no formato dos projetos transversais, fato que reafirma o compromisso institucional da IES com o desenvolvimentode competências atitudinais em nossos alunos como nosso contributo para a formação de uma sociedade mais justa, igualitária e tolerante para com as diferenças.

1.6.6 Metodologia da Articulação do Ensino, Pesquisa e Extensão

O Artigo 3º. da Resolução N 7/2018: “A Extensão na Educação Superior Brasileira éa atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa”.

Assim as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento)do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos, conforme o estabelecido nos Artigos acima, devem ser inseridas nas matrizes dos cursos 10% do total da carga horária de cadadisciplina para desenvolvimento de atividades do Projeto PAPEERI.

A articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico, estruturam a sua concepção e a prática das Diretrizes da Extensão na Educação Superior:

I. A contribuição na formação integral do estudante, estimulando sua formação como cidadão crítico e responsável;
II. A promoção de iniciativas que expressem o compromisso social das instituições de ensino superior com todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena;
III. A promoção da reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa;
IV. O incentivo à atuação da comunidade acadêmica e técnica na contribuição ao enfrentamento das questões da sociedade brasileira, inclusive por meio do desenvolvimento econômico, social e cultural;

As atividades extensionistas, segundo sua caracterização nos projetos políticos pedagógicos dos cursos, se inserem nas seguintes modalidades:

Os Projetos Políticos Pedagógicos (PPC’s) dos cursos de graduação devem ressaltar o valor das atividades de extensão, caracterizando-as adequadamente quanto à participação dos estudantes, permitindo-lhes, dessa forma, a obtenção de créditos curriculares ou carga horária equivalente após a devida avaliação, e as atividades de Extensão nos projetos devem ser informadas ao discente (NOTA E CARGA HORÁRIA) no

.

início do período.

Devem também, ter sua proposta, desenvolvimento e conclusão, devidamente registrados, documentados e analisados, de forma que seja possível organizar os planos de trabalho, as metodologias, os instrumentos e os conhecimentos gerados, estando sistematizadas e acompanhadas, com o adequado assentamento, além de registradas, fomentadas e avaliadas por instâncias administrativas institucionais, devidamente estabelecidas, em regimento próprio.

As atividades de extensão podem ainda ser realizadas com parceria entre instituições de ensino superior, de modo que estimule a mobilidade interinstitucional de estudantes e docentes. Os cursos podem fazer parcerias com outras IES e empresas paradesenvolvimento das atividades de Extensão. A partir de 2023, a IES passará adotar oprocesso de Curricularização da Extensão.

1.6.7 Metodologia de Avaliação do ensino Aprendizagem

As avaliações são consideradas nesse documento a partir de três dimensões:diagnósticas; formativas e somativas. Essas dimensões se apresentam articuladas em torno de obter, ao fim e ao cabo, um perfil do desempenho acadêmico, que não se restringe unicamente a obtenção de notas. O que se espera é que por meio das mesmas, possamos encontrar uma maneira de monitorar e impulsionar o desempenho dos nossos acadêmicos, com vista ao alcance pleno do perfil do egresso. Neste sentido no Projeto Pedagógico assimestão metodologicamente assim designadas:

- **As diagnósticas:** as avaliações diagnósticas constituem mais do que instrumentos avaliativos, elas formam uma dimensão da avaliação, adentrando inclusive nos instrumentos das avaliações formativas e somativas, podendo também se constituir como instrumento específico que pode ser aplicado com esse propósito. E quanto ao instrumento avaliativo diagnóstico específico, no primeiro contato com a disciplina, os discentes terão a oportunidade de realização de uma avaliação diagnóstica que servirá como subsídio para as abordagens das introduções teóricas das aulas. Ainda, quanto à dimensão da avaliação diagnóstica nos instrumentos das avaliações formativas e somativas, essa subsistirá na ponderação dos resultados de desempenhos dos discentes nos referidos instrumentos para a correção de rumos e aperfeiçoamento do curso. Será realizada no início de cada disciplina uma avaliação diagnóstica com cinco questões sem atribuição de nota.
- **As formativas:** serão realizadas após as aulas em cada unidade da disciplina, quando os discentes responderão a questionário contendo itens de múltipla escolha sobre os conteúdos estudados na respectiva unidade e em abordageminterdisciplinar. Bem como, serão realizadas pela elaboração de produtos dos estudos autoinstrucionais dirigidos que serão apresentados pelos discentes ao final de cada unidade didática e corrigidos pelo professor da disciplina.
- **As somativas**: serão realizadas ao final da disciplina considerando os conteúdos específicos desenvolvidos no percurso da mesma.

A nota atribuída ao aluno ao final de cada disciplina será assim composta:

.

- **Formativa:** somatória de até oito pontos atribuídos aos exercícios realizadas ao final das unidades referentes as disciplinas específicas. Serão realizados para cada disciplina quatro exercícios no valor de até dois pontos. Compõeainda, a nota dos exercícios o produto final apresentado nos estudos interdisciplinares previstos para cada núcleo de estudo.
- **Somativa**: Avaliação Institucional presencial de até dez pontos atribuídos referentes aos conteúdo específicos desenvolvidos no conjunto das unidadesde uma disciplina.

Para ser aprovado o aluno deverá obter cinco pontos de média, observando a seguinte norma:

Caso o aluno não obtenha média 5,0, estando em patamar de Média Final igual ou superior a 4,0, este poderá realizar o Exame Final Presencial.

Exame Final (EF): os discentes aptos à realização do EF, conforme calendário acadêmico, realizarão uma avaliação somativa individual composta por 10 questões de múltipla escolha com 5 alternativas cada, sendo apenas 1 correta, e com valor de 1 ponto cada. A média final ser composta na seguinte razão:

Assim, somam-se a média obtida anteriormente à nota do Exame Final Presencial e divide-se por 2

$$Média\ Final = (Média + EFP) \div 2$$

para obter a média final. Os discentes que obtiverem nessa média aritmética nota igual ou superior a 5,0 serão considerados aprovados (se preenchidas as demais condições). Os acadêmicos que obtiverem nessa média aritmética nota inferior a 5,0 serão considerados reprovados.

A 2ª Chamada será realizada da seguinte maneira: as provas de 2ª chamada seguirão os mesmo formatos e valores das avaliações de 1ª chamada e deverão serrealizadas conforme calendário institucional e mediante prévio requerimento na forma dos regulamentos internos da IES. Não haverá 2ª chamada de Exame Final Presencial. As atividades presenciais, tal qual previstas na legislação são desenvolvidas respeitando o percentual apontado em lei, e se apresentam evidenciadas nos documentos apensados pelocurso. Ao final do período de avaliações é aplicado um questionário de resposta por adesão para identificar a percepção do aluno acerca do seu percurso de aprendizagem até a avaliação e acerca da própria avaliação.

1.7 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADON.S.A

1.7.1 Determinação das DCNS para o estágio supervisionado N.S.A

.

1.7.2 Áreas de Estágio, Período, Forma de Integralização da Carga Horária, Critériosde Avaliação e Produto de Estágio

N.S.A

1.7.3 Convênios Para Estágio Supervisionado

N.S.A

1.7.4 Forma de Orientação e Planejamento para Acompanhamento pelo DocenteOrientador do Estágio Supervisionado

N.S.A

1.7.5 Forma de Supervisão do Estágio Supervisionado

N.S.A

1.7.6 Forma de Coordenação do Estágio Supervisionado

N.S.A

1.7.7 Práticas do Estágio e Estratégias para a Gestão da Integração entre o Ensino e oMundo do Trabalho

N.S.A

1.7.8 Gestão de Insumos para Atualização das Práticas do Estágio

N.S.A

1.8 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO – RELAÇÃO COM A REDE DEESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

N.S.A

1.9 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO – RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICAN.S.A

1.10 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

1.10.1 Carga Horária das Atividades Complementares do Curso

As atividades complementares são componente curricular obrigatório e terão por objetivo propiciar ao aluno a oportunidade de realizar, em prolongamento ao Currículo Pleno,uma trajetória diversificada,

autônoma e particular, com conteúdos extracurriculares que lhe permitam enriquecer o conhecimento propiciado pelo Curso. Elas serão sempre ajustadas entre o corpo discente e a Coordenação do Curso, a qual tornará público às modalidades admitidas, de sorte a permitir a sua livre escolha pelo aluno. O estudante deve apresentar

100 horas de atividades complementares como requisito para a conclusão do curso degraduação.

As atividades complementares devem se converter em oportunidades de atualização e de enriquecimento complementando o perfil do formando, possibilitando o reconhecimento, por avaliação de habilidades, conhecimento e competência do aluno, inclusive adquirida fora do ambiente acadêmico, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mercado do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

1.10.2 Forma de Aproveitamento das Atividades Complementares

A realização de atividades complementares, vem se tornado cada vez mais comum entre os estudantes de graduação, por permitir o desenvolvimento de habilidade específicas, em muitos casos não trabalhadas em sala de aula e que não pelo mercado de trabalho, em recintos escolares que são exigidas pelo mercado de trabalho, tais como comunicação, criatividade, pro atividade, trabalho em equipe etc. Dentre essas atividades, as semanas acadêmicas possibilitam o crescimento profissional e pessoal de todas as partes envolvidas,desde a idealização até a sua concretização.

Atividade	DocumentoRequerido	Certificação Mínima	Certificação Máxima	Total Acumulado
Palestras relacionada ao curso	Cerficado de participação	2h	20h	40h
Certificado de participação	Certificado de participação	2h	20h	40h
Minicursos onlin e	Certificado de	2h	20h	40h
presenciais relacionados ao curso	Participação			
Monitoria em disci plina do Curso	Certificado Participação	2 h	60h	60h
Participação em Pesquisas Institucionais	Declaração certificado participação	2 h	80h	80h

.

Atividades	Declaração certificado participação	2 h	20h	40h
Artigos relacionados ao curso publicados em revistas acadêmicas indexadas ou como capítulos de livros	Artigo ou o capítulo publicado	10h	40h	40h
Apresentação em Eventos Científicos de Trabal hosrelacionados ao Curso	Certificado de participação	2h	30h	30h
Membro de Diretoria de Associações E formatura)	Declaração, contendoo tipo de atividade e a carga horária desenvolvida, expedida, Instituição e ou Organização.	4h	4h	8h
Participação em Atividades Socioculturais, Artísticas e Esportivas (coral, curriculares)).	Declaração, contendoo tipo de atividade e a carga horária desenvolvida, expedida, Instituição e ou Organização.	2h	8h	8h
Participação em Projetos Sociais, trabalho voluntário em entidades vinculadas a compromissos sóciopolíticos (OSIPS, ONGS, Projetos comunitários, Creches, Asilos etc).	Declaração, contendoo tipo de atividade e a carga horária desenvolvida, expedida, Instituição e ou Organização.	2h	12h	12h

.

Realização de Estágios não computados na carga horária relativa ao Estágio Curricular	Declaração da realização ou termo	20h	100h	60h

Supervisionado nem nas Atividades Práticas vinculadas às disciplinas da matriz curricular do PPC.	de compromisso ou contrato			
Atividades realizadas como Agente Cívico.	Certificado de Participação	30h	30h	30h
Disciplinas optativas e Estudos Dirigidos que constam nos Planos de Ensino realizadas de forma complementar.	Aprovação na disciplina	40h	80h	80h
Concursos de Monografias com trabalhos sobre temas da área de cada curso orientados por professores do curso.	Monografia elaborada e aprovada	4h	12h	12h
Cursos ou atividades de extensão.	Certificado de Participação	2h	20h	40h
Seminários, Semana Acadêmica e Congressos.	Certificado de participação	2h	20h	40h
Realização de Estágios não computados na carga horária relativa ao Estágio Curricular Supervisionado nem nas Atividades Práticas vinculadas às disciplinas da matriz curricular do PPC.	Certificado de participação	20H	100H	60H
Outras atividades previamente autorizadas pelo Colegiado do Curso como AC. Comprovante determinado pelo Colegiado do Curso. Cursos on-line.	Certificado de participação	2	20	40

Outras atividades previamente autorizadas pelo Colegiado do Curso como AC. Comprovante determinado pelo Colegiado do Curso. Cursos on-line limitados a 40 h.

.

1.10.3 Aderência das Atividades Complementares à Formação Geral e Específica do Discente

O Mundo no seu atual estágio de desenvolvimento nunca experimentou mudanças de maneira tão aceleradas, e de tanto impacto na vida das pessoas e das organizações. Novas abordagens técnicas, mídias e inovadoras formas de comunicação forçam o espírito humano a repensar suas práticas enquanto indivíduos membros da sociedade e como partícipes do mundo do trabalho. Nesta perspectiva, assim como mudam as relações humanas, se alteram também as relações organizacionais, tornando o mercado de trabalho um espaço muito mais dinâmico e flexível. O que outrora era mais duradouro, e podia se dá a partir de modelos fixos de formação, está sendo substituído por formas mais flexíveis de caráter interdisciplinar e transversal.

Assim, embora as unidades curriculares de um curso ofereçam as bases teóricas e conceituais de uma formação e habilitem para o exercício da profissão, as atividades complementares ocupam uma significativa importância na direção de favorecer também a construção de itinerários próprios de formação que atendam os interesses, às necessidades e às vocações inerentes a cada aluno. Elas permitem a diversificação e ampliação do currículo formal por meio de experiências integradoras no âmbito da pesquisa, da extensão e formação cultural. Desse modo, considerando as habilidades previstas ao perfil do egresso dispostas no dispositivo legal das Diretrizes Curriculares, é fundamental ofertar este espaço ampliado de formação para além da sala de aula.Os projetos pedagógicos dos Cursos de Graduação contemplarão atividades complementares criando diversos mecanismos de aproveitamento de conhecimentos, adquiridos pelo estudante, mediante estudos e práticas independentes, presenciais e/ou a distância, a saber: monitorias e estágios; programas de iniciação científica; programas de extensão; estudos complementares e cursos realizados em outras áreas afins. A instituição fornecerá um conjunto significativo de oportunidades formativas, que ajude no conjunto do currículo a fortalecer o objetivo do curso e as competências e habilidades também previstas nas Diretrizes Curriculares, às quais estão detalhadas no Projeto Político Pedagógico do Curso. Trata-se, assim, de um esforço para oferecer as condições mais favoráveis para o desenvolvimento de competências, quer sejam aquelas necessárias hoje quer sejam aquelas que nasceram no futuro próximo, o domínio destas no contexto da trabalhabilidade futura.

1.10.4 Mecanismos Inovadores na Regulação, Gestão e Aproveitamento das Atividades Complementares.

As Atividades Complementares se constituem em parte integrante o currículo dos cursos de Graduação da Instituição, e devem ser desenvolvidas dentro do prazo de conclusão do curso, conforme definido em seu Projeto Pedagógico carga horária e ao longo

.

dos semestres letivos, cabendo ao aluno participar de Atividades Complementares que privilegiem a construção de comportamentos sociais, humanos, culturais e profissionais.

Ressaltamos que estas poderão ser desenvolvidas na própria Instituição ou em organizações públicas e privadas, que propiciem a complementação da formação do aluno, assegurando a diversidade de enfoque e de espaços formativos para os alunos, quando ofertadas pela Instituição, devem ser ofertadas de modo a não comprometer a carga horária das atividades acadêmicas curriculares, não sendo, portanto, justificativa para faltas em outras disciplinas/componentes curriculares. Neste sentido, para melhor organização delas, o Coordenador de Curso, o Colegiado de Curso e o Núcleo docente estruturante, possuem papel fundamental na identificação daquelas atividades promovidas pela instituição que contribuirão para o fortalecimento do perfil do egresso do curso.

Neste sentido, para melhor organização delas, o Coordenador de Curso, o Colegiado de Curso e o Núcleo docente estruturante, possuem papel fundamental na identificação daquelas atividades promovidas pela instituição que contribuirão para o fortalecimento do perfil do egresso do curso.

Ao Coordenador do Curso compete:

I. coordenar a oferta e a divulgação das atividades complementares no âmbito de seucurso;
II. avaliar e realizar o registro de horas complementares dos alunos no âmbito do seu cursovalidando as mesmas;
III. supervisionar o desenvolvimento das atividades complementares quando organizadaspelo seu curso;
IV. definir, ouvido o Colegiado de Curso, as atividades complementares que poderão serofertadas em calendário acadêmico do respectivo ano letivo.
V. encaminhar à Secretaria Acadêmica – SECAD, o resultado da avaliação das AtividadesComplementares, quando for o caso;
VI. informar sobre o Regulamento e as atividades oferecidas dentro ou fora da Instituiçãoque propiciem pontuações para atividades Complementares;
VII. participar das reuniões necessárias para a operacionalização das ações referentes àsAtividades Complementares.

Na avaliação das Atividades Complementares, desenvolvidas pelos alunos, serão considerados:

A compatibilidade e a relevância das atividades desenvolvidas, de acordo com o Regulamento, e os objetivos do curso em que o aluno estiver matriculado;

O total de horas dedicadas à atividade. As Atividades Complementares deverão possuir um importante portfólio de habilidades e competências que serão conquistadas pelos alunos do Curso de Graduação em consonância com as Diretrizes Curriculares no que compete ao perfil do egresso a ser construído.

.

1.10.5 Regulamento das Atividades Complementares

Art. 1º. As atividades complementares constituem atividades extracurriculares dos Cursos e compreendem uma carga horária de acordo com cada matriz curricular aprovada pelo Ministério da Educação, sendo desenvolvida no decorrer do curso.

Art. 2º. Os alunos podem realizar atividades complementares desde o 1º semestre do curso até o último semestre. Em virtude do sistema do e-mec não disponibilizar um processo para as atividades complementares à parte, a carga do curso foram distribuídas nos semestres sem a obrigatoriedade do aluno cursar as horas estabelecidas naquele semestre, mas durante o curso.

Art. 3º. Os alunos deverão cursar no mínimo 4 atividades diversificadas;

Art. 4º. As atividades complementares só serão contabilizadas a partir da entrada do aluno na IES.

Art. 5º. As atividades complementares têm como objetivos específicos: adquirir conhecimentos extracurriculares; participar ativamente, na qualidade de auxiliar, monitor ou estagiário, de atividades de pesquisa, extensão e ensino; produz e/ou apresentar trabalhos acadêmicos próprios. Desenvolver atividades relacionadas com responsabilidade social, cultural, artística e esportiva.

Art. 6º. O aluno pode escolher quaisquer atividades complementares dentre as listadas no artigo abaixo.

Art. 7º. Ficam estabelecidas as seguintes exigências para o aproveitamento das atividades complementares:

Art. 8º. Os casos omissos e as interpretações deste regulamento devem ser resolvidos pelo Colegiado de Curso, com recurso, em instância final, da FAMETRO.

Art. 9º. Este regulamento entra em vigor na data de sua aprovação.

CAPÍTULO I - DAS FINALIDADES

Art. 1º - As Atividades Complementares se constituem em parte integrante o currículo dos cursos de Graduação.

§1º - As Atividades Complementares são desenvolvidas dentro do prazo de conclusão do curso, conforme definido em seu Projeto Pedagógico, sendo componente curricular obrigatório para a graduação do aluno.

§2º - Caberá ao aluno participar de Atividades Complementares que privilegiem a construção de comportamentos sociais, humanos, culturais e profissionais. Tais atividades serão adicionais às demais atividades acadêmicas e deverão contemplar os grupos de atividades descritos neste Regulamento.

Art. 2º - As Atividades Complementares têm por objetivo enriquecer o processo de

.

ensino-aprendizagem, privilegiando:

I. atividades de complementação da formação social, humana e cultural;

II. atividades de cunho comunitário e de interesse coletivo;

III. atividades de iniciação científica, tecnológica e de formação profissional.

CAPÍTULO II - DO LOCAL E DA REALIZAÇÃO

Art. 3º - As Atividades Complementares poderão ser desenvolvidas na própria IES ou em organizações públicas e privadas, que propiciem a complementação da formação do aluno, assegurando o alcance dos objetivos previstos nos Artigos 1º e 2º deste Regulamento.

Parágrafo único - As Atividades Complementares deverão ser realizadas preferencialmente aos sábados ou no contra turno do aluno, não sendo justificativa para faltas em outras disciplinas/unidades curriculares.

CAPÍTULO III - DAS ATRIBUIÇÕES

SEÇÃO I - DO COORDENADOR DO CURSO

Art. 4º - Ao Coordenador do Curso compete:

I. indicar à Gerência de Ensino e Pesquisa o professor responsável por coordenar as ações das Atividades Complementares no âmbito de seu curso;

II. propiciar condições para o processo de avaliação e acompanhamento das Atividades Complementares;

III. supervisionar o desenvolvimento das Atividades Complementares;

IV. definir, ouvido o Colegiado de Curso, para as atividades relacionadas no artigo 13, procedimentos de avaliação e pontuação para avaliação de Atividades Complementares em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso;

V. validar, ouvido o Colegiado de Curso, as disciplinas/unidades curriculares de enriquecimento curricular que poderão ser consideradas Atividades Complementares, em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso;

VI. julgar, ouvido o Colegiado de Curso, a avaliação das Atividades Complementares não previstas neste Regulamento.

SEÇÃO II - DO COLEGIADO DO CURSO

Art. 5º - Ao Colegiado do Curso compete:

I. propor ao Coordenador do Curso, para as atividades relacionadas no artigo 13, procedimentos de avaliação e pontuação para avaliação de Atividades Complementares, em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso;

II. propor ao Coordenador do Curso as disciplinas/unidades curriculares de

.

enriquecimento curricular que poderão ser consideradas Atividades Complementares, em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso;

III. propor ao Coordenador do Curso a avaliação das Atividades Complementares não previstas neste Regulamento.

SEÇÃO III - DO PROFESSOR RESPONSÁVEL

Art. 6º - Ao professor responsável pelas Atividades Complementares compete:

I. analisar e validar a documentação das Atividades Complementares apresentadas pelo aluno, levando em consideração este Regulamento;

II. avaliar e pontuar as Atividades Complementares desenvolvidas pelo aluno, de acordo com os critérios estabelecidos, levando em consideração a documentação apresentada;

III. orientar o aluno quanto à pontuação e aos procedimentos relativos às Atividades Complementares;

IV. fixar e divulgar locais, datas e horários para atendimento aos alunos;

V. controlar e registrar as Atividades Complementares desenvolvidas pelo aluno, bem como os procedimentos administrativos inerentes a essa atividade;

VI. encaminhar à Secretaria Acadêmica – SECAD, o resultado da matrícula e da avaliação das Atividades Complementares;

VII. participar das reuniões necessárias para a operacionalização das ações referentes às Atividades Complementares.

SEÇÃO IV - DO ALUNO

Art. 7º - Aos alunos da IES, matriculados nos cursos de Graduação, compete:

I. informar-se sobre o Regulamento e as atividades oferecidas dentro ou fora da IES que propiciem pontuações para Atividades Complementares;

II. inscrever-se e participar efetivamente das atividades;

III. solicitar a matrícula e a avaliação em Atividades Complementares, conforme prevê este Regulamento;

IV. providenciar a documentação comprobatória, relativa à sua participação efetiva nas atividades realizadas;

V. entregar a documentação necessária para a pontuação e a avaliação das Atividades Complementares, até a data limite estabelecida no Calendário Acadêmico; VI. arquivar a documentação comprobatória das Atividades Complementares e apresentá-la sempre que solicitada;

VII. retirar a documentação apresentada junto ao professor responsável em até 60 dias corridos após a publicação do resultado.

.

§1º - A documentação a ser apresentada deverá ser devidamente legitimada pela Instituição emitente, contendo carimbo e assinatura ou outra forma de avaliação e especificação de carga horária, período de execução e EMENTA da atividade.

§2º - A documentação não retirada no prazo estabelecido neste Regulamento será destruída.

CAPÍTULO IV - DO PROCESSO DE MATRÍCULA

Art. 8º - O aluno deverá protocolar junto ao professor responsável a entrega da documentação comprobatória para avaliação em Atividades Complementares, no momento que julgar ter os pontos necessários para avaliação.

§1º - A documentação comprobatória deverá ser entregue até a data limite prevista em Calendário Acadêmico.

§2º - Caso o aluno complete o número mínimo de pontos exigido para aprovação em Atividades Complementares, a matrícula será realizada, sendo o aluno considerado aprovado. §3º - Caso o aluno não complete o número mínimo de pontos exigido para aprovação em Atividades Complementares, a matrícula não será realizada.

§4º - Caso o aluno tenha como único requisito faltante para conclusão do curso as Atividades Complementares e não complete o número mínimo de pontos exigido para aprovação, a matrícula será realizada e o aluno será considerado reprovado.

Art. 9º - A matrícula e a avaliação em Atividades Complementares deverão ser realizados até a data limite para lançamento de notas estabelecida no Calendário Acadêmico.

Art. 10 - Não será aceita matrícula em enriquecimento curricular em Atividades Complementares.

Art. 11 - Não haverá dispensa ou convalidação das Atividades Complementares.

CAPÍTULO V - DA AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 12 - Na avaliação das Atividades Complementares, desenvolvidas pelo aluno, serão considerados:

I. a compatibilidade e a relevância das atividades desenvolvidas, de acordo com o Regulamento, e os objetivos do curso em que o aluno estiver matriculado;

II. o total de horas dedicadas à atividade.

Parágrafo único - Somente será considerada, para efeito de pontuação, a participação em atividades desenvolvidas a partir do ingresso do aluno no Curso.

Art. 13 - Poderão ser validadas como Atividades Complementares:

Grupo 1 - Atividades de complementação da formação social, humana e cultural, estando inclusas:

.

Atividades esportivas - participação nas atividades esportivas;

Cursos de língua estrangeira – participação com aproveitamento em cursos de língua estrangeira;

Participação em atividades artísticas e culturais, tais como: banda marcial, camerata de sopro, teatro, coral, radioamadorismo e outras;

Participação efetiva na organização de exposições e seminários de caráter artístico ou cultural;

Participação como expositor em exposição artística ou cultural.

Grupo 2 - Atividades de cunho comunitário e de interesse coletivo, estando Inclusas:

I. participação efetiva em Diretórios e Centros Acadêmicos, Entidades de Classe, Conselhos e Colegiados internos à Instituição;

II. participação efetiva em trabalho voluntário, atividades comunitárias, CIPAS, associações de bairros, brigadas de incêndio e associações escolares;

III. participação em atividades beneficentes;

IV. atuação como instrutor em palestras técnicas, seminários, cursos da área específica, desde que não remunerados e de interesse da sociedade;

V. engajamento como docente não remunerado em curso s preparatórios e de reforço escolar;

VI. participação em projetos de extensão, não remunerados, e de interesse social.

Grupo 3 - Atividades de iniciação científica, tecnológica e de formação profissional, estando inclusas:

participação em cursos extraordinários da sua área de formação, de fundamento científico ou de gestão;

participação em palestras, congressos e seminários técnico-científicos;

participação como apresentador de trabalhos em palestras, congressos e seminários técnico-científicos;

participação em projetos de iniciação científica e tecnológica, relacionados com o objetivo do Curso;

participação como expositor em exposições técnico-científicas;

participação efetiva na organização de exposições e seminários de caráter acadêmico;

publicações em revistas técnicas;

publicações em anais de eventos técnico-científicos ou em periódicos científicos de abrangência local, regional, nacional ou internacional;

estágio não obrigatório na área do curso;

trabalho com vínculo empregatício, desde que na área do curso;

trabalho como empreendedor na área do curso;

estágio acadêmico;

.

participação em visitas técnicas organizadas pela IES;

participação e aprovação em disciplinas/unidades curriculares de enriquecimento curricular de interesse do Curso, desde que tais disciplinas/unidades curriculares tenham sido aprovadas pelo Colegiado de Curso e estejam de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso.

participação em Empresa Júnior, Hotel Tecnológico, Incubadora Tecnológica;

participação em projetos multidisciplinares ou interdisciplinares.

§1º - Os estágios previstos referem-se a estágios de característica opcional por parte do discente (estágio não obrigatório). O Estágio Curricular Obrigatório não poderá ser pontuado em Atividades Complementares, por já possuir carga

horária e registro de nota próprios.

§2º - Os projetos multidisciplinares ou interdisciplinares referem-se àqueles de característica opcional por parte do discente, não previstos no currículo do curso do aluno. O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) não poderá ser pontuado em Atividades Complementares, por já possuir carga horária e registro de nota próprios.

CAPÍTULO VI - DA PONTUAÇÃO

Art. 14 - As Atividades Complementares serão avaliadas, segundo a carga horária ou por participação efetiva nas atividades, atendendo ao disposto no parágrafo 1º do Art. 7º deste Regulamento.

Parágrafo único - As atividades que se enquadram em mais de um item serão pontuadas por aquele que propiciar maior pontuação.

Art. 15 - O aluno deverá participar de atividades que contemplem os Grupos listados no Artigo 13 deste Regulamento, completando no mínimo 20 pontos em cada um dos grupos.

Art. 16 - O aluno poderá integralizar:

I. no grupo 1 o máximo de 30 pontos;

II.no grupo 2 o máximo de 30 pontos;

III. no grupo 3 o máximo de 40 pontos.

Art. 17 - Caberá ao Colegiado de Curso propor ao Coordenador do Curso a pontuação dos itens de cada Grupo, respeitados os Artigos 15 e 16.

Parágrafo único - O Anexo 1 deste Regulamento será utilizado como referência para definição dos pontos em cada item.

Parágrafo único - O Anexo 1 deste Regulamento será utilizado como referência para definição dos pontos em cada item.

CAPÍTULO VII - DAS FORMAS INOVADORAS DE APROVEITAMENTO

.

Art. 15. As atividades classificadas como pertencentes ao grupo 3, tratado no Art. 13, terão tramitação distinta, podendo obter aproveitamento duplicado em dois grupos a saber:

I. atribuição de aproveitamento no grupo 2 (Atividades de cunho comunitário e de interesse coletivo, estando inclusas atividades de extensão) e grupo 3 (Atividades de iniciação científica, inovação tecnológica e de formação profissional).

CAPÍTULO VIII - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 18 - Os casos omissos neste Regulamento serão tratados pela Coordenação do Curso.

.

1.11 TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

N.S.A

1.12 APOIO AO DISCENTE

POLÍTICA

A Política de atendimento aos estudantes consiste no suporte acadêmico que a IES oferece por meio de uma gama de serviços como: acolhimento ao ingressante; atendimento extraclasse; nivelamento; monitoria; estímulo à representatividade discente; diretório acadêmico; ouvidoria; portal acadêmico; formação de escola de líderes; formação de empreendedores; apoio psicopedagógico e de acessibilidade; acompanhamento de egressos; internacionalização; e apoio financeiro. Todos os serviços ofertados pelo Programa de Apoio ao Discente, serão disponibilizados aos alunos da modalidade presencial e na modalidade à distância. Para tanto far-se-á uso das tecnologias da informação e da comunicação disponíveis e do Ambiente Virtual de Aprendizagem.

E por meio do atendimento proporcionado aos discentes pelos núcleos: NAPA- Núcleo de apoio psicopedagógico e de acessibilidade responsável pelo atendimento de demandas espontâneas e dirigidas de alunos com dificuldade de aprendizagem, relacionamento ou psicológica na qual o NAPA atende, orienta e acompanha, e ainda promove palestras sobre temáticas ligadas a questões como: suicídio, drogadição, respeito à diversidade, gênero entre outros, e do NADI- Núcleo de atendimento ao discente responsável por captação de vagas de emprego e estágio não obrigatório, bem como pela promoção de palestras de formação para o mercado de trabalho, e ainda, por ações de reversão, no caso de alunos que eventualmente tenham intenção de desistir dos estudos.

PROGRAMA

A política de atendimento aos estudantes se dá por meio dos programas (regulamento em anexo):

- PAD – Programa de Apoio ao Discente,
- PROACESSO – Programa de Acessibilidade e Inclusão Social

AÇÕES:

Tais programas ofertam melhores condições de continuidade acadêmica aos alunos de nossa instituição, a saber:

Programas de Bolsas e Financiamento Estudantil (NADI)

Serão concedidas bolsas de estudos aos alunos que desenvolverem projetos de iniciação científica/pesquisa/extensão, sob a orientação docente. Atualmente, a IES

.

disponibiliza bolsas na forma de desconto nas mensalidades.

a. Bolsa Desconto de Iniciação Científica: A IES, por meio do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica –oferece bolsas de iniciação científica, como forma de estimular e apoiar a participação dos estudantes nos projetos de pesquisa desenvolvidos pela Instituição. É um instrumento que proporciona a melhor forma de trabalho com o aluno, incentivando-o a novas iniciativas e valorizando o seu espírito de empreendimento, de curiosidade, de interesse e gosto pela investigação.
b. Política de desconto: A IES mantém uma política de desconto de 10% para o vencimento e 10% para convênios. E para os colaboradores há um desconto de 50%. Convênios Empresa por Contratos.
   - Financiamento Estudantil:
   - Programas Governo Federal: FIES E PROUNI;
   - Programa Municipal: Bolsa Universidade
   - Participação nos Programas: Quero Bolsa e Educa mais Brasil

Para a chegada dos novos alunos, propomos ações de acolhida aos calouros, que vão desde as visitas guiadas às instalações da IES, palestras de esclarecimento sobre a vida acadêmica e serviços da IES, minicursos para orientação aos estudos, distribuição do manual do aluno e programa de nivelamento e atendimento psicopedagógico.

1.12.1 Acolhimento ao Ingressante

Para a chegada dos novos alunos, propomos ações de acolhida aos calouros, que vão desde as visitas guiadas às instalações da IES, palestras de esclarecimento sobre a vida acadêmica e serviços da IES, minicursos para orientação aos estudos, distribuição do manual do aluno e programa de nivelamento e atendimento psicopedagógico.

1.12.2 Controle de Evasão

O NADI - Núcleo de Apoio ao discente é o setor responsável por captação de vagas de emprego e estágio não obrigatório, bem como pela promoção de palestras de formação para o mercado de trabalho, e ainda, por ações de reversão, no caso de alunos que eventualmente tenham intenção de desistir dos estudos, como forma de controlar a evasão. O Regulamento do Núcleo de Apoio Pedagógico e Acessibilidade se encontra apensado a este documento.

As coordenações de curso também fazem acompanhamento da evasão e encaminham alunos para o NADI quando levantadas questões como necessidade de apoio

.

financeiro ou de falta de adaptação ao curso para que o discente seja encaminhado para vagas de emprego ou estágio, setor de bolsa, ou para teste vocacional possibilitando a transferência interna para outro curso, e ainda, se tratando de alguma questão como conflitos interpessoais com colegas de classe ou docente a intervenção é feita via NAPA-Núcleo de Apoio Psicopedagógico.

1.12.3 Acessibilidade Metodológica e Instrumental

Outro aspecto relevante no campo metodológico está a acessibilidade pedagógica e atitudinal, acerca desta questão vale a pena destacar é o da Acessibilidade. O aumento crescente de estudantes com necessidades educativas especiais e de atendimento pedagógico diferenciado, tem demandando das instituições de ensino superior a implantação e a consolidação de políticas de inclusão e de acessibilidade, que estão para além de garantir o acesso as instalações físicas das IES, mas que sejam ofertadas todo um conjunto de ações que garantam que estes alunos estejam inclusos em condições excelentes de aprendizagem e desenvolvimento.

Neste sentido, o conceito de acessibilidade exige a formulação de políticas institucionais, das quais emergem ações articuladas no âmbito pedagógico e da gestão. Sendo assim a acessibilidade e a inclusão passam a ser integrante de outro conceito fundamental que é o da Responsabilidade Social, conforme preconiza o documento REFERENCIAIS DE ACESSIBILIDADE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR E A AVALIAÇÃO IN LOCO DO SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SINAES), publicado em 2013. Como indicado neste documento especificamente a responsabilidade social ultrapassa a perspectiva do compromisso para se tornar um dever constituindo a essência de ser das instituições de ensino superior.

Citando a Lei do SINAES, a finalidade de uma instituição de educação superior deve ser a de promover:

> […] a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional. (Lei nº 10.861/04 – SINAES).

É neste sentido que a IES, concebeu o seu Programa Institucional de Acessibilidade e Inclusão, observando Decreto nº 5.296/2004, onde as Barreiras de Acessibilidade no campo das edificações, na dimensão urbanística, de transportes, de comunicação e de informações devem ser retiradas e ainda no campo da acessibilidade atitudinal/pedagógica

.

para onde devem convergir todos os esforços para garantir acesso ao currículo onde haja:

- Adequação nos materiais didáticos e pedagógicos;
- Adequação nos mobiliários e equipamentos;
- Adequação de objetivos;
- Adequação de conteúdos;
- Adequação de métodos e didática;
- Adequação nas avaliações;
- Adequação de tempo.

Estas adequações, por sua vez encontram respaldo legal principalmente no Decreto n° 3.298/1999, o qual afirma que as instituições de ensino superior deverão oferecer adaptações de provas e os apoios necessários, previamente solicitados pelo aluno portador de deficiência, inclusive tempo adicional para realização das provas, conforme as características da deficiência. E também no conceito de acessibilidade como a condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida presente no Decreto nº 5.296/2004.

Para a IES, a acessibilidade pedagógica entende que a comunidade acadêmica deve desenvolver medidas pedagógicas diferenciadas, compreendendo que as necessidades educacionais são específicas, podendo ser permanentes ou temporárias, a ser consideradas as seguintes características dos/as alunos/as com:

- Altas habilidades e superdotação;
- Deficientes físicos, intelectuais, sensoriais e múltiplos;
- Transtornos mentais, distúrbios de humor e outras situações classificadas pelo CID ou DSMV-TR;
- Transtornos globais;
- Alterações orgânicas como insuficiências.

Neste sentido, nosso programa defende acessibilidade integral enquanto prática institucional entendendo como um dos fundamentos das práticas pedagógicas e de gestão no ensino superior, considerando:

- Mapeamento das necessidades dos estudantes: preenchimento de ficha cadastral; registro de observação em sala de aula; registro de impressões dos professores; registro das impressões dos próprios acadêmicos; mapeamento de estudos e rotina realizados;
- Orientação pedagógica aos coordenadores de cursos e professores;
- Encaminhamento/solicitação de adequações didático-pedagógicas;

.

- Encaminhamento de adequações de materiais didáticos;
- Promoção de cursos, palestras e eventos de capacitação de funcionários e docentes;
- Trabalho colaborativo com outros profissionais por meio de convênio com entidades e/ou associações que possam contribuir com o desenvolvimento de práticas de acessibilidade;
- Os estudantes e funcionários surdos são acompanhados por profissional intérpretede LIBRAS;
- Empréstimos de materiais para estudantes e servidores: notebooks, gravadores, lupas e ampliadores eletrônicos, bengala;
- Formação em Libras para funcionários, alunos e professores.

1.12.4 Intermediação e Acompanhamento do Estágio Não Obrigatório

O NADI- é o setor responsável pela intermediação e acompanhamento do estágio não obrigatório para os alunos dos cursos da IES. O NADI faz a captação das vagas, prepara os alunos para o processo seletivo e acompanha estatisticamente os alunos com estágio não obrigatório.

1.12.5 Apoio psicopedagógico e de acessibilidade- NAPA

O apoio psicopedagógico na IES dar-se-á por meio de uma estrutura pedagógico-administrativa denominada Núcleo e Apoio Psicopedagógico e Acessibilidade. Neste espaço a partir da intersecção da pedagogia com outras áreas de conhecimento, a IES realiza ações de prevenção e de apoio aos alunos com problemas, distúrbios, dificuldades de aprendizagem e ainda aqueles com necessidades educativas especiais específicas de natureza permanente.

O NAPA tem como objetivo geral de promover, por meio do atendimento psicopedagógico e social, a saúde dos relacionamentos interpessoais e institucionais, contribuindo para o processo de aprendizagem e inclusão do aluno para seu pleno desenvolvimento. O Regulamento do Núcleo de Apoio Pedagógico e Acessibilidade se encontra apensado a este.

1.12.6 Nivelamento

Com o objetivo de recuperar as deficiências de formação dos ingressantes da IES oferece aos seus alunos cursos de nivelamento. Considerando a importância do uso correto da língua portuguesa e dos fundamentos de matemática são ministrados cursos de

.

gramática e redação e também matemática básica. Estes cursos visam suprir as deficiências básicas dos alunos que não conseguem acompanhar adequadamente o aprendizado. Dessa maneira, acredita-se estar atendendo os alunos que estavam temporariamente afastados da vida escolar e aqueles que necessitam de reforço das bases de ensino médio. As aulas são realizadas aos sábados, transmitidas via web no ambiente virtual de aprendizagem, nas áreas de Português, Matemática e Informática, sem nenhum custo adicional aos alunos.

1.12.7 Representatividade Discente e Diretório Acadêmico

A IES compreende que a representatividade discente é um dos pilares do funcionamento de uma gestão democrática, neste sentido estimulamos a organização dos alunos valorizando a participação dos mesmos a partir do Colegiado Discente, formado pelo conjunto de representantes discentes escolhidos de maneira livre por seus pares. Este Colegiado possui um calendário de reuniões semestrais, além disso, os representantes discentes possuem assento no Colegiado de Curso com direito a voz e voto.

A IES oferece infraestrutura para o funcionamento de seu Diretório Acadêmico e incentiva a organização estudantil, conforme prevê o seu Regimento Interno.

1.12.8 Internacionalização e Mobilidade Acadêmica

A IES mantém convênio com instituições de ensino estrangeiras a fim de disponibilizar o intercâmbio e a troca de experiências entre diferentes culturas, bem como a oferta de disciplinas em língua estrangeira.

1.12.9 Ações Inovadoras

1.12.9.1 Projeto de Formação de Líderes e Formação de Empreendedores

Escola de Líderes: Oficinas de formação ofertadas gratuitamente e vinculadas à extensão para a formação de lideranças em especial para a qualificação da representatividade discente.

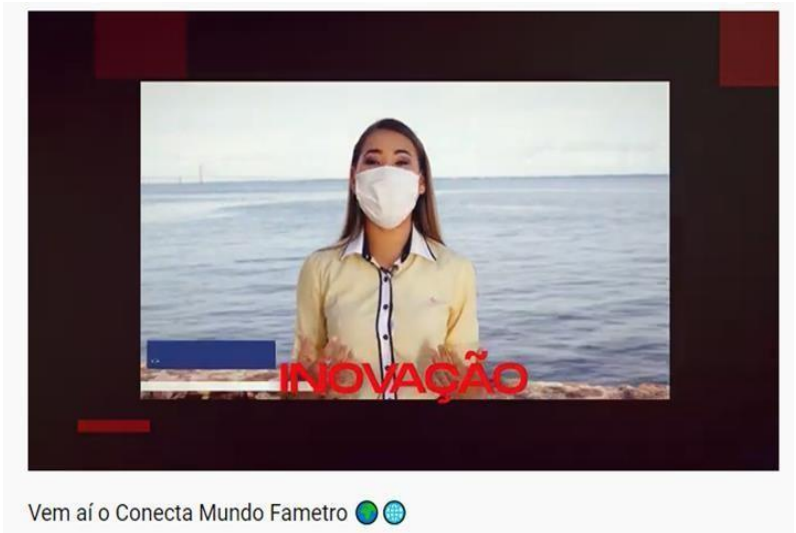
Formação de Empreendedores: Oficinas de formação ofertadas gratuitamente e vinculadas à extensão para a formação de empreendedores em especial para a qualificação da representatividade discente.

1.12.9.2 Conecta Mundo

.

Programa multimídia, com a gravação de vídeos para as redes sociais com a intenção de demonstrar a comunidade externa o trabalho pedagógico realizado nas salas de aulas e demais espaços institucionais, valorizando boas práticas pedagógicas, atuando como ação de estímulo a adoção de práticas inovadoras e articuladoras entre teoria e prática, ressaltando as ações de extensão, pesquisa e inovação no âmbito da IES. Projeto de fluxo contínuo voltado para os cursos na modalidade presencial e a distância.

Posicione a câmera do seu celular para assistir o vídeo na íntegra.



Aponte a câmera do seu celular para o código QR Code para assistir o vídeo na íntegra.

.

#Conectafametro #Fametro

Conecta Mundo Educação Física

Aponte a câmera do seu celular para o código QR Code para assistir o vídeo na íntegra.

ECOTURISMO - UMA OPÇÃO SUSTENTÁVEL | CONECTA MUNDO FAMETRO

Aponte a câmera do seu celular para o código QR Code para assistir o vídeo na íntegra.

.

1.12.9.3 Workshop de Empregabilidade

A Instituição é rica também em virtude de seus paradoxos, que a fazem ao mesmo tempo criar o espírito de mudança. Por outro lado, pode assumir um papel importante na nova realidade econômica mundial em que empresas de conhecimento se transformam em uma das principais forças do desenvolvimento econômico (DOLABELA, 1999c).

O Programa da Escola de Empreendedor, que tem como objetivo incentivar o empreendedorismo no âmbito do Ensino Superior da IES, o Programa será oferecido a todos os alunos dos cursos de graduação e tecnológicos, beneficiando muitos alunos que têm o interesse em abrir seu próprio negócio.

O Programa visa à educação empreendedora na universidade que surge em um momento muito importante tanto para a empregabilidade quanto para o desenvolvimento do Estado e municípios. As universidades estão diante de um desafio que é a adoção de uma nova postura pedagógica para formar empreendedores. “Esse projeto é grandioso, porque atingirá alunos de todos os cursos de graduação e tecnológicos ofertados pela IES.

A IES, através do ensino do empreendedorismo, busca a geração de riquezas por meio da capacitação dos seus alunos para a aquisição do conhecimento, da comunicação e da criatividade, podendo conscientizar os seus alunos sobre a riqueza na forma de bens e na forma de capital (humano, social, intelectual, monetário, entre outros). Essa construção passa, evidentemente, pelos processos de produção, concentração, distribuição e ampliação dessas capitais (VOLKER, 2001).

O papel da universidade na formação de empreendedores ganha cada vez mais relevância no contexto do ensino formal. É necessário preparar o estudante para participar de um novo mundo do trabalho no qual a capacidade de iniciativa, flexibilidade e adaptação às mudanças são fundamentais para o êxito profissional.

Além disso, o conhecimento produzido na instituição se transforma mais rapidamente em benefício para a sociedade se empreendedores o transformam em serviços e bens disponíveis.

O desafio é inserir o empreendedorismo como conteúdo complementar da maioria dos cursos superiores oferecidos. Diante dele, o Programa da Escola de Empreendedores da IES pretende adotar no ensino superior de modo permanente, o ensino do empreendedorismo em suas práticas pedagógicas.

1.12.9.4 Monitoria

Para o estímulo da atividade acadêmica e docente a IES, oferece o programa de Monitoria, como parte integrante de sua política de Ensino. Após a abertura do edital há uma seleção dos discentes interessados e os selecionados realizam a monitoria semestral

.

tutoriados pelos docentes. O Manual de Monitoria se encontra apensado a este documento.

1.13 GESTÃO DO CURSO E AS AÇÕES DECORRENTES DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA DO CURSO

Obedecendo ao que se encontra estabelecido como Diretrizes para os cursos de saúde a partir das recomendações do Conselho Nacional de Saúde, a instituição possui canais direto de comunicação diversos, que proporcionam uma constante participação de diferentes segmentos da sociedade civil e comunidade acadêmica com o Curso. Está comunicação se dá principalmente por meio dos nossos canais institucionais que são abertos e estão à disposição de todos plataforma digital, nesse sentindo haverá disposição dos parceiros institucionais um ambiente de troca de experiências por meio de uso de plataformas de comunicação já integradas ao curso.

Ademais os estudantes, por meio de suas representatividades participarão das participar das reuniões do NDE contribuindo para a melhoria do curso a partir da apresentação de suas necessidades acadêmicas, trazendo o ponto de vista estudantil, a fim de integrar melhorias no Projeto Pedagógico do Curso. Já os professores participam, por meio do NDE e do Colegiado de Curso, também na perspectiva de trazer para o Projeto Político Pedagógico processos de aprimoramento, que reverberem em maior qualidade acadêmica as ações do curso.

A Sociedade Civil e as Entidades de Classe também são chamadas a contribuir participando de reuniões com a coordenação do curso a partir das atividades do projeto de integração educação e serviço tento em vista melhorias que impliquem em uma maior adesão da vida acadêmica ao mundo do trabalho. Da mesma forma os movimentos sociais podem participar de reuniões promovidas, com o intuito de divulgar e apresentar a sociedade as estratégias de formação promovidas no interior do curso do mesmo modo os conselhos municipais e estaduais de saúde serão convidados a participar de eventos com a perspectiva intersetorial para que todos os seguimentos envolvidos na oferta e promoção de saúde a comunidade estejam cientes das intensos pedagógicas, formativas do curso.

O Projeto de Avaliação Institucional baseia-se em quatro nortes que serviram para um processo avaliativo na perspectiva de aperfeiçoamento institucional:

a) Conscientização e adesão voluntária - a avaliação deve ser algo conquistado e não imposto, a fim de que tenha legitimidade política, pois a imposição não produz absolutamente nada, ao contrário, faz do ato de avaliar algo punitivo e não construtivo;
b) Avaliação total e coletiva - é preciso que a instituição seja avaliada como um todo e não fragmentada, ou seja, em todos os seus setores e com envolvimentos de todos os seus colaboradores;

.

c) Unificação da linguagem – para que não haja ruídos na comunicação, é preciso que se unifiquem os conceitos, princípios e finalidades do projeto de avaliação institucional;

d) Competência técnico-metodológica – deve-se ter uma base científica que direcione o projeto e que propicie legitimidade aos dados coletados.

Além destes parâmetros, a autoavaliação foi desenvolvida tendo em vista as seguintes características:

- Processo democrático – possibilitou aos colaboradores envolvidos conhecer os objetivos, procedimentos e aspectos que serão utilizados;
- Contextualizada – norteou a instituição a conhecer a demanda de ensino superior no ambiente social onde está inserida; respeitando as diversidades, a história e a cultura institucional;
- Flexível – aberta as discussões e mudanças necessárias durante o processo, sem perder de vista a veracidade de seus objetivos;
- Incentivadora – promoveu o envolvimento e a participação de toda a comunidade institucional, afastando a insegurança e a desconfiança. Incentivou, também, a veracidade, o livre arbítrio de opiniões, criando valores de aperfeiçoamento e desenvolvimento constante;
- Ética – pautou-se em valores morais e éticos, de acordo com a práxis acadêmica e de autoavaliação institucional das comunidades interna e externa à instituição;
- Sistemática – o processo avaliativo foi contínuo, regular e sistemático de conhecimento e aprimoramento da realidade educacional avaliada e do próprio processo avaliativo.

Nesta perspectiva, o processo avaliativo se constitui em uma oportunidade ímpar para a comunidade acadêmica refletir sobre suas ações e a possibilidade de conhecer e analisar de forma crítica a instituição com vista à qualidade das ações empreendidas acontecendo em dois momentos distintos, ou seja, no âmbito do próprio curso e no âmbito da Instituição, por meio da CPA - Comissão Própria de Avaliação.

A Avaliação de Curso será feita regularmente anualmente sempre no início do 1º. Semestre, por meio do levantamento e estudo do desempenho do curso, com o foco voltado para as questões ligadas diretamente aos aspectos pedagógicos dos cursos, considerando, também, os aspectos relativos ao atendimento das expectativas da comunidade externa, ou seja, do próprio mercado de trabalho. O instrumento desta avaliação foi elaborado tendo em vista o marco regulatório da avaliação e o conjunto de indicadores presentes na avaliação in loco e no ENADE.

.

1.13.1 Objetivos do Processo de Auto Avaliação Institucional e de Curso

Objetivo Geral:

Promover a Cultura da auto avaliação entendendo a mesma e seus resultados, como instrumento de gestão acadêmica e administrativa;

Objetivos Específicos:

- Realizar auto avaliação institucional em um processo democrático de participação detodos os segmentos envolvidos docentes/discentes/técnicos;
- Realizar autoavaliação de curso em um processo democrático de participação detodos os segmentos envolvidos docentes/discentes/técnicos;
- Analisar os dadoscoletados tendo em vista o subsídio das ações cadêmico /administrativas realizadas no âmbito dos cursos e da instituição.

1.13.2 Planejamento da Avaliação Institucional e do Curso

O processo de auto avaliação é assumido dentro de duas dimensões:A primeira se define como avaliação externa, ou seja, diz respeito aos índices alcançados pela IES (ENADE; IGC; CPC e Avaliação In Loco), o processo de avaliação desses índices é realizado a partir da ampla divulgação dos resultadose da análise detalhada dos indicadores aferidos pelos membros da CPA e do Conselho Maior da Instituição. Os relatórios emitidos pelos organismos oficiais de avaliação são também objeto de análise das instâncias colegiadas (NDE e Colegiado de Curso), os quais por meio de convocação extraordinária analisam, debatem e propõem soluções de melhoria que serão viabilizadas, por meio de ações previstas, planejadas e executadas nos Planos Acadêmicos Administrativos (semestrais) e Plano de Gestão (anual) da IES;

a) A segunda se define como avaliação interna, esta dimensão se desdobra em dois níveis, a saber: O primeiro nível é o Macro institucional, onde a comunidade acadêmica e a sociedade civil avaliam os determinantes macro-institucionais da IES, incluindo a Infraestrutura. O segundo nível compreende os determinantes internos do curso identificados com os itens de natureza pedagógica e acadêmica.

A avaliação Interna é composta por duas avaliações:

Primeiro Nível: Avaliação Macro Institucional

Em acordo com a legislação vigente e atendendo o que preconizam os documentos que norteiam o processo de avaliação institucional, o primeiro nível de avaliação diz

.

respeito à avaliação da instituição a partir de 10 dimensões, da lei 10.861, que institui o SINAES, a saber:

1ª Missão Institucional

2ª Política de Ensino/ Pesquisa e Extensão

3ª Responsabilidade Social

4ª A Comunicação com a Sociedade

5ª Política de Pessoal

6ª Gestão Institucional

7ª Infraestrutura

8ª Planejamento e Avaliação

9ª Atendimento ao Estudante

10ª Sustentabilidade Financeira

Focada nos aspectos macro institucional e protagonizada pela CPA, a avaliação interna tem como foco principal captar os aspectos administrativos e a maneira como os alunos, colaboradores e sociedade organizada percebem o conjunto de atividades que a instituição oferta. Esta avaliação terá como função a complementação da avaliação interna (curso) realizada pela IES. Desta avaliação é gerado o plano de gestão Institucional, o qual possui os seguintes eixos:

Eixo 1 - Políticas de Gestão:

1.1 Políticas de Pessoal;

1.2 Organização e Gestão da Instituição;

1.3 Sustentabilidade Financeira.

Eixo 2. Infraestrutura Física:

2.1 Melhorias das Instalações Físicas;

2.2 Equipamentos; Máquinas;

2.3 Plano de Manutenção.

Eixo 3. Políticas Acadêmicas

3.1 Ações de Estímulo ao Ensino;

3.2 Ações de Estímulo a Extensão;

3.3 Ações de Estímulo à Produção Científica e Inovação Tecnológica;

3.4 Ações de Apoio ao Discente;

3.5 Ações de relacionamento com a comunidade externa e interna.

Este plano é elaborado mediante a análise e discussão dos indicadores obtidos pela IES, sendo elaboradas medidas corretivas e de melhorias dos aspectos críticos e estratégicos da IES. Com vigência de 12 meses essas medidas tomadas são reavaliadas em função de sua efetividade na obtenção de melhores resultados e podem ser revistas,

.

ampliadas e ou substituídas por outras de maior eficácia.

b) Segundo Nível: Avaliação de Curso

A Avaliação de Curso será feita regularmente anualmente sempre no início do 1º. Semestre, por meio do levantamento e estudo do desempenho do curso, com o foco voltado para as questões ligadas diretamente aos aspectos pedagógicos dos cursos considerando também, os aspectos relativos ao atendimento das expectativas da comunidade externa, ou seja, do próprio mercado de trabalho. O instrumento desta avaliação foi elaborado tendo em vista o marco regulatório da avaliação e o conjunto de indicadores presentes na avaliação in loco e no ENADE.

Etapas da avaliação institucional e ações de melhoria institucional:

As avaliações preveem as seguintes etapas:

Definição dos Instrumentos e Coleta de Dados: Nesta etapa serão definidos as técnicas e os instrumentos para coletar dados quantitativos e qualitativos. Com relação aos docentes, técnico-administrativos e integrantes da direção, toda a população preencherá o instrumento de avaliação. Enquanto, aos discentes a mostra corresponderá a 50% ou 100% do número de matrículas. Os instrumentos serão elaborados pela CPA, mas discutidos com o colegiado de curso e reformulados se necessário, conforme os parâmetros estabelecidos, a partir dos indicadores selecionados pela comissão, dentre as relacionadas previamente pelos envolvidos no processo avaliativo.

Os questionários terão um campo comum que visará à avaliação dos Cursos da IES e um específico para a auto avaliação do discente, do docente, dos integrantes da direção e dos colaboradores da área técnica administrativa.

Eles serão constituídos, prioritariamente, de questões fechadas, embora se reserve o espaço para a expressão de opiniões pessoais que propiciem o aprofundamento qualitativo dos itens previamente construídos. Além do questionário, será utilizada a técnica de grupo focal, a fim de conhecer as concepções e posicionamentos dos discentes e docentes e técnicos - administrativos sobre questões que envolvem o curso, que vão desde a estrutura física à dimensão pedagógica e administrativa.

Sensibilização da Comunidade Acadêmica e Técnica Administrativa: visando o envolvimento acadêmico, técnico e docente a uma participação efetiva de todos os níveis serão realizadas reuniões com todas as turmas dos diferentes cursos, com docentes e técnicos administrativos para sensibilizá-los quanto à importância da participação e os objetivos de todo o processo avaliativo. Este processo de sensibilização se dá também por meio da divulgação no site institucional, nas páginas oficiais das redes sociais e nos blog´s dos cursos de maneira sistemática. É também realizado um calendário de atendimento aos cursos nos nossos laboratórios de informática, com um monitor disponível para orientações, a fim de garantir os meios de preenchimento online para alunos que não possuem acesso a equipamentos e informática.

.

Tratamento dos Dados e Comunicação dos Resultados: a comissão de avaliação encarregar-se-á de apurar os instrumentos e de interpretar os dados por meio do programa de Avaliação Institucional. Os resultados obtidos por meio de questões fechadas serão submetidos a estatísticas descritivas do programa. Enquanto, que os disponibilizados por meio de questões abertas serão categorizados por uma análise de conteúdo (busca de sentido das citações). Os resultados serão comunicados e divulgados a toda a comunidade acadêmica por meio de relatório que incluirá também conclusões e recomendações. A utilização dos resultados será motivo de discussão em reunião com a comunidade acadêmica, após a divulgação do relatório.

Elaboração do Plano Acadêmico Administrativo de Curso: o plano setorial de curso é um instrumento de planejamento interno das coordenações de curso, que visa implantar ações de melhorias em eixos considerados estratégicos para a IES, e para a qualidade de ensino que está propõe. São objetivos do Plano:

- Realizar o planejamento das atividades pedagógicas e administrativas, assegurando aos professores as orientações, o tempo e o espaço necessário para o planejamento do semestre;
- Organizar o semestre letivo, discutindo com os professores as ações pedagógicas a serem realizadas;
- Propor e organizar ações tendo em vista o enfrentamento das questões pedagógicas que se revelaram problemáticas na avaliação do curso;
- Elaborar um calendário de atividades para o curso, destacando as ações pedagógicas e administrativas internas relevantes.

1.13.3 Relatório Analítico do Resultado da Avaliação de Curso

O coordenador de curso recebe o resultado da autoavaliação do curso realizada pela CPA e elaborará um relatório analisando os principais pontos positivos e negativos do curso com base na avaliação.

O relatório de autoavaliação apresentará resultados, análises, reflexões e proposições de forma excelente para subsidiar planejamento e ações. Ele constitui-se em um importante instrumento para a revisão das ações institucionais. Nesse sentido, deverá ser elaborado obedecendo à legislação vigente, incluindo a Nota Técnica INEP/DAES/CONAES N°. 065, a qual prevê um roteiro a ser seguido. Sendo assim, o Relatório será composto de:

Introdução - onde deve constar os dados da instituição, a composição da CPA e o planejamento estratégico de autoavaliação. Deverão ser informados o ano e o período ao qual o relatório se refere. Deve ser também informado se o relatório é parcial ou integral.

Metodologia - deverão ser descritos os instrumentos utilizados para coletar os dados, os segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil, consultados e as técnicas

.

utilizadas para a análise dos dados.

Desenvolvimento - nesse campo devem ser apresentados os dados e as informações relativas a cada eixo/dimensão, de acordo com o PDI e a identidade da instituição.

Análise dos dados e das informações - devem ser apresentados os dados conclusivos obtidos no conjunto das avaliações, apontando para as medidas que serão tomadas com relação a eles.

Ações previstas com base na análise dos dados - deverá ser apresentado o planejamento das ações, no sentido de conferir sempre maior qualidade aos processos de gestão acadêmica, infraestruturas e de ensino da nossa instituição.

1.13.4 Plano de Acadêmico Administrativo de Gestão do Curso

O Plano de Gestão Acadêmico Administrativo é um instrumento decorrente do processo de auto avaliação de curso e que serve de plano de ação interno de gestão da do curso, que visa implantar ações de melhorias em eixos considerados estratégicos para a IES com base na auto avaliação de curso, e para a qualidade de ensino que esta propõe. São objetivos do Plano:

Realizar o planejamento das atividades pedagógicas e administrativas, assegurando aos professores as orientações, o tempo e o espaço necessário para o planejamento do semestre.

Organizar o semestre letivo, discutindo com os professores as ações pedagógicas a serem realizadas.

Propor e organizar ações tendo em vista o enfrentamento das questões pedagógicas que se revelaram problemáticas na avaliação do curso.

Elaborar um calendário de atividades para o curso, destacando as ações pedagógicas e administrativas internas relevantes.

Metodologia de Elaboração do Plano Acadêmico Administrativo de Curso:

Ao início do semestre será destinado um período para o planejamento do curso, após esse período o coordenador deverá zelar pelo cumprimento das ações e realizações das atividades, tendo em vista o planejamento das atividades do semestre. Ao final desse período o coordenador do curso deverá encaminhar um plano de ação evidenciando as atividades pertinentes ao seu curso, tendo em vista o enfrentamento das dificuldades apontadas pelos professores e a necessidade de melhoria continua da qualidade dos processos pedagógicos.

Deve-se ainda submeter à apreciação superior o calendário de atividades do curso para que o mesmo possa ser compatibilizado com as demais ações previstas pelos outros cursos a fim de evitar atropelos /ou dificuldades na realização das mesmas. Espera-se que

.

os resultados obtidos nas avaliações possam subsidiar a elaboração do Plano Acadêmico Administrativo de Curso tendo em vista a continua melhoria dos processos pedagógicos institucionais visando a excelência dos serviços educacionais ofertados e o cumprimento dos princípios, da missão e dos valores da IES, previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional PDI.

Deve-se observar o planejamento dos seguintes eixos, a saber:

Atividades Extracurriculares: atividades de cunho formativo e/ou cultural que contribuam para a formação do perfil do egresso, tendo em vista o reforço ao desenvolvimento das competências e habilidades previstas no Projeto Político Pedagógico do Curso e que não estejam necessariamente vinculadas aos componentes curriculares. Aqui podem ser consideradas atividades complementares como realização de palestras que promovam formação e desenvolvimento profissional com membros da comunidade interna eexterna da instituição. São exemplos de atividades extracurriculares: campanhas de conscientização com temas atuais, cursos de curta duração que tragam aperfeiçoamento de habilidades específicas ao desenvolvimento profissional e pessoal do aluno, atividadesculturais com a finalidade de promover a cultura local, o talento dos alunos e da comunidade em geral, Concursos, Campanhas Solidárias, Responsabilidade Social e outros. As atividades extracurriculares não possuem caráter obrigatório, não podem servir como critério de avaliação de desempenho do aluno, podendo ser, contudo, considerada como atividades complementares.

Atividades Interdisciplinares e Transversais: projeto de trabalho acadêmico, que tenham como princípio o diálogo entre disciplinas, áreas de conhecimento e conteúdos curriculares, na perspectiva de fomentar a interligação de saberes e práticas da área de conhecimento do curso. Espaço para o desenvolvimento de atividades com as temáticas transversais de questões étnico-raciais e de educação ambiental, além de temas desenvolvidos nas disciplinas que careçam de aprofundamento e de abordagem Inter conceitual. São consideradas atividades interdisciplinares todas aquelas realizadas nas quais estejam sendo tratados assuntos das disciplinas ministradas. São atividades que devem ser organizadas a partir da sala de aula, com a participação efetiva dos professores, sendo desenvolvidas por estes com seus alunos, servindo inclusive de referência para atribuição de notas na avaliação de desempenho acadêmico. Neste sentido pode ser feitos projetos de trabalhos acadêmicos onde os professores da disciplina do período possam dividir a responsabilidade pela orientação das mesmas e partilhar a nota atribuída entre os componentes curriculares envolvidos. São exemplos dessas atividades: Projetos de Pesquisa e de Extensão. Projetos de Estudos Orientados. Seminários Acadêmicos, Jornadas Científicas, Semanas Acadêmicas, Mostra de trabalhos de curso, Visitas Técnicas, Gincanas de conhecimento, entre outros A diferença entre as atividades interdisciplinares e transversais e as atividades extracurriculares e que as primeiras são consideradas como

.

metodologias de ensino, devendo ser consideradas como fundamento metodológico dos processos de ensino e aprendizagem. Já as atividades extracurriculares possuem caráter complementar, informal, não obrigatória. É importante destacar que as semanas acadêmicas por seu caráter e amplitude são consideradas atividades interdisciplinares, pois envolvem diferentes conteúdos e extracurriculares por estarem abertas também a comunidade externa e não serem obrigatórias.

Acompanhamento de Egressos: realizar um acompanhamento dos egressos do curso, obtendo retorno acerca da aceitação dos nossos ex-alunos no mercado de trabalho, assim como, acerca da necessidade de revisão de condutas e processos pedagógicos tendo em vista a melhor e maior inserção dos nossos alunos no mundo do trabalho.

Monitoramento da Evasão: propor a realização de ações de acompanhamento da evasão, buscando minimizar os índices do curso.

Auto avaliação interna do curso: organizar ações tendo em vista a avaliação interna do curso, essa avaliação poderá dar-se mediante seminários de avaliação com a participação do corpo docente e representatividade discente do curso, utilizando como base de dados a avaliação da CPA e outras bases de dados oriundas de formulários próprios de avaliação elaborados pelo curso tendo em vista a especificidade do mesmo. A ênfase dessa avaliação deverá ser os aspectos pedagógicos do curso. Metodologias empregadas de ensino e aprendizagem, técnicas de ensino, processos de avaliação e etc.

Atividades Complementares: As atividades complementares são consideradas atividades curriculares e devem ser propostas pelos cursos tendo em vista o caráter complementar a formação do perfil do egresso, devendo ser pensadas e programadas a partir das competências previstas para serem desenvolvidas pelos alunos no decorrer da formação. Ao programar estas atividades os docentes e coordenadores devem considerar o regulamento das atividades complementares institucionais.

Atividades de Extensão: atividades realizadas pelo corpo docente e discente tendo em vista a partilha do conhecimento produzido com o fito de promover a melhoria da qualidade de vida das comunidades envolvidas.

Atividades de Incentivo à Produção Científica Discente e Docente: Planejar ações de incentivo à produção científica e a inovação tecnológica no interior dos cursos.

Monitoria: Planejar ações de incentivo de monitoria nos cursos

Avaliação do Rendimento: Planejar ações de acompanhamento do rendimento acadêmico dos alunos no interior dos cursos.

Plano Acadêmico Administrativo na documentação anexa.

1.13.5 Plano de Ação de Melhoria de Gestão Institucional

O Plano de Melhoria de Gestão Institucional é um instrumento decorrente do

.

processo de auto avaliação institucional e que serve de planejamento de ação interno de gestão da IES, que visa implantar ações de melhorias em eixos considerados estratégicos para a IES com base na auto avaliação de curso. Após receber os resultados da auto avaliação institucional a direção da IES elabora o Plano de Melhoria de Gestão Institucional que tem como eixos de ação:

1.1. Políticas de Pessoal

1.2 Organização e Gestão da Instituição

1.3 Sustentabilidade Financeira

2. Infraestrutura Física:

2.1 Melhorias das Instalações Físicas

2.2 Equipamentos; Máquinas

2.3 Plano de Manutenção

3. Políticas Acadêmicas

3.1 Ações de Estímulo ao Ensino

3.2 Ações de Estímulo a Extensão

3.3 Ações de Estímulo à Produção Científica e Inovação Tecnológica

3.4 Ações de Apoio ao Discente

1.13.6 Divulgação dos Resultados para a Comunidade a Acadêmica

A divulgação dos resultados da auto avaliação conduzida pela CPA ocorre por meio de um Fórum permanente de discussão, que tem nas nossas instâncias colegiadas, o local privilegiado, os resultados dos processos internos e externos de avaliação e ainda os índices oficiais que dizem respeito aos resultados alcançados pelos alunos no ENADE, nos cursos pelas avaliações in loco, e ainda o CPC e o IGC, serão cuidadosamente analisados. Estes dados serão cruzados com os resultados obtidos pela CPA e servirão de base para o processo e tomada de decisão tanto no âmbito da gestão como no âmbito pedagógico, tendo em vista a constante melhoria de nossos processos institucionais e de nossas ações educativas.

Evidências de Divulgação: https://www.youtube.com/watch?v=xghVIKzzYUs

https://www.youtube.com/watch?v=sMRRwz0btTo

.

1.14 ATIVIDADES DE TUTORIA

A comunicação com os estudantes envolve todos os atores partícipes do modelo pedagógico EaD adotado pela IES, porém, a assistência direta aos estudantes depende da boa mediação pedagógica, que ocorre com o apoio permanente de docentes, tutores EaD e tutores presenciais.

O docente é responsável pelo planejamento e desenvolvimento das disciplinas, precisa criar estratégias de mediação pedagógica que sejam significativas para o estudante, responsabilizando-se por acompanhar o andamento dos estudantes, intervir quando necessário, contribuir, incentivar e somar esforços em prol da construção da aprendizagem, em consonância com a coordenação do curso e coordenação acadêmica e pedagógica do NEaD.

Nesse contexto, os tutores EaD colaboram através da mediação no AVA, publicam os avisos, acompanham o programa de qualidade e estimulam a participação dos estudantes.

As atividades de tutoria garantem que o estudante tenha um acompanhamento permanente, auxiliado por meio de encontros midiatizados ao longo do processo educativo. A tutoria EaD garante a efetividade da interação, do atendimento, do suporte aos estudantes e do estímulo ao aprendizado, estabelecendo-se uma relação de proximidade aos docentes no que compete ao planejamento e à condução das disciplinas.

Para apresentação dos materiais instrucionais, organizados em referenciais e complementares, o docente e o tutor trabalham juntos na composição das trilhas de aprendizagem. Aos tutores EaD cabe apoiar a estruturação das trilhas de aprendizagem de acordo com o planejamento e orientação conferida pelo docente. Da mesma forma ocorre no desenvolvimento e compilação de materiais complementares convergentes aos materiais referenciais. Além disso, o tutor EaD apoia o docente nos eventos síncronos e assíncronos, mantém os estudantes informados sobre os eventos da disciplina e faz o acompanhamento dos fóruns e de outras atividades.

Conta-se ainda com a participação do tutor presencial, que é um interlocutor acadêmico presencial a quem cabe organizar, desenvolver e manter o devido registro das atividades de acompanhamento pedagógico, dos encontros presenciais e das atividades que promovem a interação entre os estudantes.

O tutor EaD tem como atribuições:

- Prestar informações, sanar dúvidas dos estudantes, e registrá-las;

.

- Encaminhar ao setor competente os pedidos, as solicitações de informação e as dúvidasdos estudantes;
- Incentivar os estudantes a participarem dos encontros presenciais, dos eventos síncronos(web conferências), dos fóruns e das demais atividades;
- Auxiliar os estudantes na interlocução com o docente da disciplina;
- Mediar os recursos de interação, seguindo as orientações fornecidas pelo docente da disciplina;
- Alertar os estudantes sobre o cumprimento do cronograma de realização e sobre a entrega das atividades de aprendizagem;
- Orientar os estudantes na realização das atividades de estudo, de interação e de avaliação;
- Ter uma atitude proativa de estímulo à aprendizagem, ao sucesso escolar e à permanência;
- Ter participação ativa nas ações direcionadas ao sucesso acadêmico, à permanência acadêmica e à contenção da evasão;
- Sob orientação dos docentes, auxiliar na correção de avaliações e de outros materiaisinstrucionais quando solicitado.

O tutor presencial tem como atribuições:

- Organizar e desenvolver atividades e encontros presenciais, registrando-as;
- Planejar, desenvolver e orientar ações pedagógicas que contribuam para odesenvolvimento acadêmico;
- Encaminhar ao setor competente os pedidos, as solicitações de informação e as dúvidasapresentadas pelos estudantes;
- Aplicar as avaliações presenciais;
- Dar suporte aos estudantes nas dúvidas de utilização do AVA e de seus recursos deaprendizagem.

1.14.1 Mediação Pedagógica junto aos Discentes em Momentos Online

A mediação pedagógica na EAD é feita a distância, presencialmente e por meio dos materiais didáticos. A distância, essas mediações ocorrem através do uso das ferramentas do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e de ferramentas de interação online fora do AVA apropriadas para chats. São interações diárias, sistemáticas e de extrema importância para o desenvolvimento de uma consciência crítica e social em relação à formação pessoal e profissional do estudante.

Na EaD, a mediação pedagógica adquiriu papel de suma importância uma vez que o distanciamento físico sempre esteve a exigir recursos, estratégias, habilidades, competências e atitudes diferentes dos convencionais – pautados na exposição oral e no

.

contato face a face. Com a inserção das tecnologias digitais de comunicação na EaD e o desenvolvimento de ambientes virtuais de aprendizagem, a função mediadora tomou um forte impulso, pelas possibilidades e também pelas exigências da configuração desse novo “espaço”. Em ambientes virtuais de aprendizagem, a mediação ocorre por meio de diversos dispositivos que viabilizam a comunicação, tanto síncrona como assíncrona, possibilitando a criação de diversas estratégias para favorecer o diálogo e a participação ativa dos estudantes.

A utilização dos dispositivos de comunicação implica tanto na aquisição de habilidades e competências comunicativas por parte de todos, docentes e discentes, quanto uma preocupação maior com a criação de momentos de interação e de possibilidades concretas da execução de trabalhos colaborativos, com os quais a aprendizagem ocorre de modo participativo. Para isso, o tutor EaD conta com dispositivos de comunicação, como chats, fóruns, entre outros, e necessita planejar como cada um deles e em que momento serão utilizados, e deve preparar-se para atuar, conforme as características e peculiaridades de cada dispositivo, para que a mediação aconteça. Cada um destes dispositivos exige habilidades mediadoras diferenciadas e propiciam diferentes estratégias pedagógicas, que exigem participação em tempo real ou diferida, possibilitando a expressão, a intervenção e a colaboração para a construção coletiva do conhecimento.

1.14.2 Mediação Pedagógica em Momento Presencial

A EaD caracteriza-se por ser um processo composto por duas mediações: a mediação humana e a mediação tecnológica, imbricadas uma na outra. A primeira pelo sistema de tutoria, a segunda pelo sistema de comunicação que está a serviço da primeira para viabilizar a mediação pedagógica. A mediação pedagógica, resultante da concepção planejada entre estas duas mediações, é potencializada pela convergência digital que disponibiliza acesso e portabilidade por meio de dispositivos de comunicação síncrona e assíncrona cada vez mais integrados, velozes e potentes. As tecnologias da comunicação utilizadas na EaD oferecem diversas linguagens que favorecem a aprendizagem. As linguagens oral, escrita, audiovisual e multimídia se fazem presente de modo a facilitar a aprendizagem, tornando o processo mais desafiador, por um lado, e, por outro, sintonizado com a base sociotécnica de nossa sociedade, o que ativa matrizes culturais e abre perspectivas para a EaD. Além das perspectivas, impõe desafios que colocam a todos os atores envolvidos nesse processo em frente a diversas questões relativas à qualidade do ensino, às perspectivas dos alunos quanto à modalidade educativa que estão conhecendo e de novas possibilidades pedagógicas para a prática docente.

A mediação pedagógica em momento presencial, deverá ocorrer de forma planejada e sistemática para e provisionada para o apoio pedagógico necessário às atividades práticas

.

do curso, a fim de se ampliar o papel pedagógico e formativo de tais atividades. Além disso será utilizado para ampliar as fontes de materiais e metodologias disponíveis aos alunos, além de propiciar sua interação e troca de experiências.

A mediação pedagógica em momento presencial, favorece um modo de interação entre o mundo interior e o exterior do sujeito de forma que esse indivíduo possa desenvolver e ampliar suas capacidades. O tutor presencial, nesse processo, será o propositor de atividades que agregam diferentes instrumentos, saberes culturais e ambientes diferenciados oferecendo uma possibilidade de maior desenvolvimento humano. A ele é dada a tarefa de, através da interação em sala de aula, despertar no aluno o interesse de resolver os desafios de cada nova etapa de seu aprendizado e ir se aproximando cada vez mais de um nível mais elevado de aculturamento.

Essas considerações nos levam a refletir sobre a importância de uma ação pedagógica consistente devendo ser bem fundamentada teoricamente, na qual, o tutor possa exercer de forma mais satisfatória seu papel de mediador do conhecimento propondo indagações, questionamentos e desafios por meio de uma prática contextualizada rumo a uma aprendizagem significativa.

1.14.3 Domínio de Conteúdo, de Recursos e dos Materiais Didáticos

Para atuar como tutor na modalidade de Educação a Distância, é necessário que o profissional conheça os fundamentos, estruturas, metodologias em EAD assim como o PPC dos cursos, ter experiência em docência, conhecimento em relação ao Ambiente Virtual de Aprendizagem, habilidade em tecnologia, principalmente no que diz respeito à informática básica e uso de planilhas e documentos office, conhecimento básico sobre a disciplina e sobre o curso, habilidade para comunicação oral ou escrita, conhecimentos das rotinas de trabalho na modalidade de EAD. Tem que ser proativo, ter equilíbrio emocional e habilidade para lidar com as dificuldades de entendimento dos alunos e assim trabalhar com a interação e valorização dos aprendizes, ter organização e planejamento em relação às suas atribuições, ser assíduo, ter comprometimento e saber trabalhar em equipe.

Os tutores, presenciais e a distância, devem apresentar, em seu perfil, as seguintes competências:

- Atuar como mediador: conhecer a realidade de seus alunos em todas as dimensões, pessoal, social, familiar, escolar etc.;
- Oferecer a possibilidade permanente de diálogo, saber ouvir, ter empatia e manter uma atitude de cooperação, assim como proporcionar experiências de melhoria de qualidade de vida aos alunos;
- Possuir conhecimento dos fundamentos, metodologias e estrutura da educação a distância, a fim de sustentar as bases pedagógicas da aprendizagem;

.

- Possuir habilidades de comunicação, relacionamento interpessoal, liderança, dinamismo, iniciativa, entusiasmo, criatividade e capacidade para trabalhar em equipes;
- Oferecer experiências de melhoria de qualidade de vida aos alunos;
- Saber lidar com os ritmos diferentes, individuais de cada aluno.

No caso do tutor a distância, deverá ter formação em curso no qual exercerá a tutoria ou em áreas afins e, preferencialmente, com experiência em EaD, como aluno ou professor. Receberão contínuo treinamento interno para melhoria de desempenho e para eventuais adequações na forma de condução do trabalho, que será avaliado semestralmente por alunos, professores e coordenadores

Todo o material didático da disciplina é disponibilizado com antecedência ao Tutor para que este possa se apropriar do conhecimento, dirimir suas dúvidas e fazer propostas de estudos, assim como o conhecimento dos recursos e ferramentas necessários às suas atividades na tutoria.

À tutoria ainda são evidenciados todos os fluxos de produção das referidas disciplinas.

O ponto de partida para a elaboração dos materiais instrucionais são os Planos de Ensino das disciplinas, alinhados ao projeto pedagógico do curso. A partir deles, uma equipe multidisciplinar, composta pelo(s) docente(s) autor(es) do Plano de Ensino, NDE do curso e equipe técnica de produção EaD (designers e profissionais de tecnologia de informação) definem os elementos basilares dos materiais referenciais e os validam, considerando uma linguagem inclusiva, área de abrangência, coerência teórica e, acessibilidade metodológica e instrumental, além das orientações e indicações para a organização dos materiais complementares disponibilizados aos estudantes.

De maneira objetiva o material didático institucional é composto de material referencial e complementar.

O material referencial é composto pelo conteúdo de referência da disciplina, desenvolvido por um Professor Autor (Professor Conteudista) com titulação e aderência especializado na área de conhecimento das disciplinas e disponibilizado em formato de livro eletrônico e objetos de aprendizagem.

A organização dos E-books respeita os conteúdos previstos nas ementas das disciplinas e seu respectivo Plano de Ensino, com adequação das bibliografias do material didático às exigências de formação, em consonância com o projeto pedagógico do curso. Eles podem ser impressos ou visualizados em meios eletrônicos, e em sua elaboração predomina a linguagem dialógica e a concepção andragógica e significativa, relacionando os conteúdos ao cotidiano a partir de exemplos, exercícios e práticas.

Os objetos de aprendizagem destacam conceitos, reforçando ideias contidas no livro

.

eletrônico. Eles podem ser apresentados em forma de ilustração, animação, vídeo, arquivo sonoro, e têm como objetivo principal proporcionar a interação.

O material complementar é composto por conteúdos criados ou selecionados pelos docentes e tutores para auxiliar os estudantes na compreensão do material referencial.

Trata-se de uma seleção de materiais de apoio, em diferentes formatos, reunindo sugestões de leituras complementares, arquivos sonoros, vídeos, softwares, ilustrações, entrevistas, indicações de sites, sugestões de filmes e softwares. Seu principal objetivo é contextualizar o tema de estudo, e estimular o aprofundamento no tema.

A elaboração de materiais é feita por docente com titulação na área de conhecimento. O docente além da parte escrita dos conteúdos e das vídeoaulas, é responsável também pela elaboração do banco de questões que será utilizado como exercício e avaliação. O material para ser inserido no AVA é previamente validado pela equipe multidisciplinar com o objetivo de assegurar que cumpre com todos os requisitos da referida disciplina e de qualidade estabelecidos pelo NEaD e por conseguinte pela IES.

Os materiais disponibilizados no AVA para estudo vêm acompanhados do plano de aprendizagem da disciplina, onde o estudante tem a possibilidade de verificar os objetivos do curso e da disciplina, a metodologia utilizada para o desenvolvimento no processo de ensino e aprendizagem. Os estudantes têm acesso ao material no próprio Ambiente Virtual de Aprendizagem, assim como das atividades de desenvolvimento pedagógico e fisicamente, baixando a versão em PDF para impressão.

O docente conteudista é orientado a utilizar como base bibliográfica para a elaboração dos materiais, fontes atualizadas e que estejam de acordo com o que pede a ementa e o PPC do curso. A estruturação do material é voltada para a interdisciplinaridade e com isso, para a formação profissional que o curso propõe.

1.14.4 Acompanhamento dos Discentes no Processo Formativo

O engajamento do aluno é de extrema importância para sua formação acadêmica. Esse engajamento é possível de ser acompanhado por meio da verificação dos acessos aos materiais didáticos, participação nos fóruns de debates, participação nas videoconferências e em alguns momentos presencialmente por meio de agendamento com os tutores. Isso ocorre para que o aluno esteja sempre em comunicação com tutores e professores para melhor envolvimento e compreensão do que está sendo estudado.

O processo avaliativo, por meio de provas e outras atividades desenvolvidas no Ambiente Virtual de Aprendizagem, é uma maneira tanto dos tutores, como dos professores e dos alunos, verificarem o aproveitamento e o desenvolvimento em relação a sua aprendizagem. Serve como um parâmetro para perceber se precisa retomar o estudo de algum conteúdo e aprimorar a questão da prática em relação a esse conteúdo e para que

.

tutores e professores revejam suas práticas e busquem diferentes processos didáticos que possibilitem ao aluno, sanar as lacunas que existirem em relação ao seu aprendizado.

A avaliação é composta por atividades de aprendizagem que são desenvolvidas em cada unidade e são formuladas em questões de múltipla escolha, relacionamento, lacunas, verdadeiro/falso, correspondência, ordenação.

Para o acompanhamento do processo educativo são utilizados os seguintes recursos: Acompanhamento das atividades do estudante: conjunto de recursos disponíveis no AVA que permitem acompanhar a evolução do estudante e auxiliam docentes e tutores a fazerem orientações pontuais; Avaliação do processo pedagógico: recursos oriundos do Analytics que permitem fazer o acompanhamento processual dos indicadores de sucesso acadêmico, da permanência, da evasão, do êxito e do fracasso escolar.

1.14.5 Planejamento de Avaliação Periódica por Estudantes e Equipe Pedagógica do Curso e Ações Corretivas e de Aperfeiçoamento das Atividades Futuras

Todos os Componentes Curriculares voltados para a modalidade de EAD, assim como as avaliações, são trabalhados tendo como foco principal o aluno e sua aprendizagem. O planejamento pedagógico é elaborado tendo como base os parâmetros específicos da modalidade, atendendo as diretrizes curriculares, o perfil do aluno que irá fazer parte do curso e ao desenvolvimento das habilidades e competências destes. Uma das características da EAD é o acompanhamento sistemático ao aluno e o uso de instrumentos de avaliação que possibilitem a verificação do desenvolvimento do aluno periodicamente, com a finalidade de perceber as deficiências de aprendizagem e com isso fazer uso de outras estratégias que contribuam para que o aluno se sinta seguro em relação à sua formação acadêmica. Os tutores fazem o acompanhamento dos alunos, verificando seu desenvolvimento, atendendo às suas dificuldades que muitas vezes são expressadas por meio dos chats, verificando o rendimento desses alunos de forma a detectar os níveis de aprovação e reprovação e assim ter um parâmetro que mostre o nível em que este aluno se encontra individualmente e em relação à turma. Tendo como base esse acompanhamento e esses parâmetros, é feito um trabalho pela equipe pedagógica no sentido de buscar novas estratégias que atuem sobre as deficiências encontradas, com melhorias das atividades, com novas ferramentas se for o caso, mas que seja possibilitado a esse aluno ter suas deficiências supridas e sua aprendizagem efetivada. Os tutores, através das ferramentas síncronas e assíncronas, buscam realizar o atendimento sistematizado aos alunos com o objetivo de acompanhar e desenvolver nestes as habilidades e competências necessárias à sua formação.

1.14.6 Atividades Presenciais Obrigatórias

.

As disciplinas ofertadas em EaD têm um grande diferencial no qual o aluno não precisa comparecer à instituição física para estudar e assistir as suas aulas, assim como para tirar as suas dúvidas. Mas há momentos, como para realizar avaliações, defender trabalhos de conclusão de curso, estágios curriculares, visitas técnicas e aulas práticas que o estudante deve comparecer à IES. As atividades presenciais devem ser provisionadas no calendário acadêmico e divulgadas amplamente à toda comunidade acadêmica para que estes possam se preparar para os encontros presenciais. O corpo tutorial precisa planejar as atividades para realizar a mediação pedagógica com objetivo de desenvolver as habilidades e competências dos alunos, estimular nestes a autonomia acadêmica e sobretudo assegurar a qualidade da relação ensino-aprendizagem.

1.15 CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES NECESSÁRIAS ÀS ATIVIDADES DE TUTORIA

1.15.1 Adequação dos Conhecimentos, Habilidades e Atitudes dos Tutores para as Ações Alinhados ao PPC, às Demandas Comunicacionais e às Tecnologias Previstas para o Curso

Para atuar como tutor na modalidade de Educação a Distância, é necessário que o profissional tenha titulação em programas de pós-graduação e sobretudo aderência na disciplina referida. É necessário conhecer os fundamentos, estruturas, metodologias em EAD assim como o PPC dos cursos, ter experiência em docência, conhecimento em relação ao Ambiente Virtual de Aprendizagem, habilidade em tecnologia, principalmente no que diz respeito à informática básica e uso de planilhas e documentos office, conhecimento básico sobre a disciplina e sobre o curso, habilidade para comunicação oral ou escrita, conhecimentos das rotinas de trabalho na modalidade de EAD, tem que ser proativo, ter equilíbrio emocional e habilidade para lidar com as dificuldades de entendimento dos alunos e assim trabalhar com a interação e valorização dos aprendizes, ter organização e planejamento em relação às suas atribuições, ser assíduo, ter comprometimento e saber trabalhar em equipe.

Os tutores, presenciais e a distância, devem apresentar, em seu perfil, as seguintes competências:

- Atuar como mediador: conhecer a realidade de seus alunos em todas as dimensões, pessoal, social, familiar, escolar etc.;
- Oferecer a possibilidade permanente de diálogo, saber ouvir, ter empatia e manter uma atitude de cooperação, assim como proporcionar experiências de melhoria de qualidadede vida aos alunos;
- Possuir conhecimento dos fundamentos, metodologias e estrutura da educação a

.

distância, a fim de sustentar as bases pedagógicas da aprendizagem;

- Possuir habilidades de comunicação, relacionamento interpessoal, liderança, dinamismo, iniciativa, entusiasmo, criatividade e capacidade para trabalhar em equipes;
- Oferecer experiências de melhoria de qualidade de vida aos alunos;
- Saber lidar com os ritmos diferentes, individuais de cada aluno.

Os tutores deverão ter a titulação mínima de Especialista, em curso de Pós-graduação lato sensu, com carga horária mínima de 360 horas, e serão selecionados por meio de um processo de análise curricular, entrevistas e testes no ambiente virtual.

No caso do tutor a distância, deverá ter formação em curso no qual exercerá a tutoria e, preferencialmente, com experiência em EaD, como aluno ou professor. Os tutores serão incentivados a participar de congressos, fóruns, workshops e receberão contínuo treinamento interno para melhoria de desempenho e para eventuais adequações na forma de condução do trabalho, que será avaliado semestralmente por alunos, professores e coordenadores.

1.15.2 Planejamento de Avaliações Periódicas de Identificação de Necessidade de Capacitação de Tutores

A capacitação e preparação do tutor continuamente é primordial para o desenvolvimento de suas funções. Mesmo possuindo todos os pré-requisitos necessários para atuar com a tutoria, esse profissional passa por constante avaliação a fim de serem verificados os pontos positivos de sua atuação e àqueles pontos que precisam ser trabalhados para que sua atuação mediante a aprendizagem do aluno, leve aos resultados e objetivos traçados. Essas atualizações são feitas por meio de treinamentos virtuais no AVA da IES, assim como presencialmente em momentos com a coordenação pedagógica, por meio de estudos de casos, análise de artigos e reflexão sobre as ações e desenvolvimento de habilidades e atitudes e estudo do Ambiente Virtual de Aprendizagem.

Para garantir a formação do corpo de tutores com o objetivo de formatar as atitudes e habilidades dentro das funções relacionadas, a IES define algumas características e perfis profissionais fundamentais para o processo de trabalho do tutor. Para a garantia de cumprimento da qualidade e excelência já conhecidos desta IES são estabelecidas políticas para a formação continuada de tutores e que fomentam a capacitação e formação continuada destes.

São elas:

POLÍTICAS DE CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA PARA TUTORES			
Meta	**Ações**	**2020**	**2021**

.

Ter o seu corpo de tutoria atendidos com projetos de qualificação, formação ecapacitação docente.	Ampliar os incentivos para participaçãoem eventos científicos/técnicos e culturais.	X	X
	Promover Formação Continuada didático-pedagogicamente, no início decada semestre com oficinas, palestras etc.	X	X
	Valorizar a titulação acadêmica, experiência na tutoria e fora dela, produção científica e tecnológica como critério de seleção para admissão de tutores;	X	X
	Valorizar a produção científica como critério de ascensão horizontal para níveis sucessivos das categorias docentes.	X	X
	Disponibilizar acervo bibliográfico online aos tutores.	X	X
	Disponibilizar cursos de extensão realizados pela IES sem custo aos docentes.	X	X
	Disponibilizar cursos de pós-graduação com descontos de 50% para atualização.	X	X
	Criar programa de Inter formação entreos tutores EAD e professores da graduação presencial.	X	X
Garantir expansão de domínio dos tutores de novas tecnologias e ferramentas para uso na modalidade EAD.	Promover Formação específica para criação de videoaulas por meio digital.	X	X
	Valorizar e capacitar o uso de ferramentas móveis para complemento do Ambiente Virtual de Aprendizagem.	X	X

1.15.3 Apoio Institucional para Adoção de Práticas Criativas e Inovadoras para Permanência e Êxito dos Discentes

Para que haja a inserção de disciplinas e cursos na modalidade de EAD, há a realização de planejamento com a finalidade de organizar todo o desenvolvimento do curso. O desenvolvimento das habilidades e atitudes dos alunos é um dos pontos principais. A instituição atua dentro de um modelo pedagógico que é voltado para a prática por meio das metodologias ativas. As atividades que são desenvolvidas pelos professores fazem a relação entre a teoria e situações reais do cotidiano do aluno e do mercado de trabalho dentro da formação que o discente está recebendo.

A Instituição entende que a teoria não alinhada com a prática não forma pessoas e não constrói profissionais capacitados. As atividades aplicadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem são elaboradas tendo sempre como ponto principal a aprendizagem do aluno e para isso, essas atividades têm o perfil voltado para o dinamismo, para atividades que desenvolvam a criatividade do aluno e que desafiem esse aluno à pesquisa e à inovação.

1.16 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NO PROCESSO

.

ENSINO APRENDIZAGEM

1.16.1 TICs Planejadas para o Processo de Ensino Aprendizagem

Entende-se por Tecnologia da Informação os recursos tecnológicos utilizados para mediar a comunicação e mediar os processos de ensino e aprendizagem. Dessa forma, as ferramentas tecnológicas desenvolvidas para a EAD pela Instituição, tem uma característica, recursos voltados para o aprender a aprender e o aprender a fazer. São ferramentas que possuem uma característica intuitiva, de fácil manuseio, que permitem aos discentes utilizar sem dificuldade por meio do Ambiente Virtual Moodle, de todos os materiais didáticos disponibilizados para estudo, assim como interagir com atividades, com professores e com tutores.

Por meio dessas ferramentas, o aluno tem acesso aos seus materiais didáticos e às suas atividades de fixação da aprendizagem. Todos os recursos utilizados por meio do AVA foram pensados com o objetivo de viabilizar aos alunos que o estudo por meio da modalidade de EAD ocorra de maneira tranquila e seja eficiente, que o aluno sinta segurança ao acessar seu ambiente de estudo.

1.16.2 Viabilização Acessibilidade Digital e Comunicacional por meio das TICs

Atualmente os Ambientes Virtuais de Aprendizagem vêm preparados para ser ferramentas de aprendizagem capazes de diminuir as barreiras comunicacionais e atender as necessidades de quem o utiliza como meio de estudo.

São ambientes que estão em constante atualização, facilitando o acesso a todas as pessoas, com ou sem deficiência. O Ambiente Virtual de Aprendizagem utilizado pela IES, o Moodle, possibilita aos discentes acessos a ferramentas diversificadas que permitem o elo entre a tecnologia e a aprendizagem, adotando formas inovadoras de relacionamento e interação.

1.16.3 Interatividades entre Discente, Docentes e Tutores e Acesso a Materiais e Recursos Didáticos por meio das TICs a quaisquer horas e lugar

Por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem utilizado pela IES, a interação entre docentes, discentes e tutores é facilitado, tornando possível um elo entre todos os polos da Instituição que atuam com EAD. É um diferencial por possibilitar a troca de experiências, de informação e de práticas, que dão solidez na construção do conhecimento. Para a Região Amazônica que tem problemas de gestão de pessoas entre seus municípios, as TICs oportunizam acesso ao conhecimento e à formação acadêmica, abrindo assim, novas possibilidades a seus educandos, ao mercado de trabalho. É esse elo de comunicação que

.

existe entre os educandos, os tutores e docentes que fortalece toda a prática pedagógica que o EAD possibilita, apesar da distância física existente.

O aluno que estuda por meio da modalidade de EAD na Instituição, tem acesso a materiais e recursos didáticos que estão disponibilizados no Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle. Esses materiais podem ser utilizados para estudo no próprio AVA assim como possibilita ao aluno a impressão, para que ele possa fazer uso físico dos materiais. É uma forma flexível de viabilizar ao aluno estudar da maneira que melhor se adeque ao seu modo de aprendizagem.

Para ter acesso a esses materiais e aos recursos tecnológicos possibilitados pelo AVA, o aluno precisa acessar com o uso de um login e senha. Após esse acesso, o aluno passa a ter a sua disposição todos os recursos didáticos como material escrito, atividades de fixação da aprendizagem, avaliações, jogos, fóruns de debates, chats de interação, vídeo aulas, slides e caderno de anotações. Todos esses recursos didáticos são elaborados e disponibilizados aos alunos com o objetivo de atuar na sua formação acadêmica e profissional.

1.16.4 Experiências Diferenciadas de Aprendizagem Baseadas no uso das TICs

As ferramentas de Tecnologia da Informação e do Comunicação, possibilita aos alunos da IES, a troca de experiência, ideias, visões diversificadas, dentre os diversos polos que a Instituição possui e os diversos cursos. Para a aprendizagem do aluno, é uma forma de fazer a relação entre o conteúdo estudado e todas essas interações, possibilitando uma reflexão que o leve a aplicar esses conhecimentos à sua realidade de vida e à sua formação profissional. Dentre os diferenciais oferecidos pela IES por meio das TICs temos os momentos das videoconferências que possibilitam aos alunos um contato síncrono e ao vivo com os tutores, dando a eles a oportunidade de sanar dúvidas e trocar informações e experiências.

Além dessas ferramentas a IES possui Biblioteca Virtual e Laboratórios Virtuais que permitem a interação de docentes e discente com recursos tecnológicos inovadores.

1.17 AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM – AVA

1.17.1 Materiais, Recursos e Tecnologias do AVA para a Cooperação e Reflexão sobre Conteúdos entre Tutores, Discentes e Docentes

O Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle (Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment), que é utilizado pela IES, foi preparado para receber materiais didáticos e recursos de aprendizagem adequados aos projetos pedagógicos dos cursos e à qualidade de ensino pela qual a Instituição preza. São materiais diversificados, escritos, de

.

áudio, de vídeo, além dos recursos de interação, que possibilitam ao educando todo o suporte pedagógico necessário para sua aprendizagem.

O AVA implantado possui as seguintes características gerais, conforme os desenvolvedores e distribuidores da ferramenta:

- Promove uma pedagogia socioconstrucionista (colaboração, atividades, reflexão crítica,etc.);
- Adequado para aulas 100% on-line assim como complementando a aprendizagem face-a-face;
- Simples, leve, eficiente, compatível, interface baseada em navegadores de tecnologiasimples;
- Fácil de instalar em qualquer plataforma que suporte o PHP. Exige apenas uma base dedados (e pode compartilhá-la);
- Independência total da base de dados suporta todas as principais marcas de base dedados (exceto pela definição na tabela inicial);
- A lista de cursos mostra as descrições de cada curso existente no servidor, incluindoacessibilidade para convidados;
- Cursos podem ser categorizados e pesquisados – um site Moodle pode suportar milharesde cursos;
- Ênfase em total segurança o tempo todo. Os formulários são todos checados, os dadosvalidados, os cookies codificados, etc;
- A maioria das áreas de entrada de texto (recursos, postagens nos fóruns, etc.) podem sereditadas usando um editor HTM ATTO incorporado.

1.17.2 Acessibilidade Metodológica, Instrumental e Comunicacional no AVA

O Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle é uma ferramenta de aprendizagem utilizada por meio das TICs, de fácil manuseio. A metodologia aplicada pela IES, que é uma metodologia voltada para a construção do conhecimento, é facilmente percebida por meio dos materiais didáticos disponibilizados e das ferramentas de interação e interatividade. Todos os recursos são disponibilizados de maneira clara com o objetivo de não apresentar nenhum obstáculo ao aluno em relação aos seus estudos.

Alguns módulos usados em nossa ferramenta são: Módulo Tarefa, Módulo Chat, Módulo Pesquisa de Opinião, Módulo Fórum, Módulo Questionário, Módulo Recursos, Módulo Pesquisa de Avaliação e Módulo Laboratório de avaliação.

FERRAMENTAS SÍNCRONAS:

São ferramentas cuja principal característica é que todos os participantes iniciem e terminem suas atividades em datas e horários específicos simultaneamente. No AVA da IES

.

as ferramentas síncronas disponibilizadas são:

CHAT de suporte;

CHAT de tutoria;

VIDEOAULA Live com canal de retorno;

Avaliação online.

Todas as atividades realizadas sob o aspecto síncrono quando se tratar de mídias digitais serão disponibilizadas em modo assíncrono no AVA e postadas no BLOG da disciplina.

FERRAMENTAS ASSÍNCRONAS:

Neste cenário as atividades são completadas de acordo com a disponibilidade do estudante. No AVA da IES as ferramentas assíncronas disponibilizadas são:

Fóruns de curso;

Fóruns de temas;

Questionários online;

Videoaula.

1.17.3 Avaliação Periódica do AVA documentadas e Ações de Melhoria Contínua

O Ambiente Virtual *Moodle* é um software que passa por constantes atualizações, trazendo sempre inovações que facilitam cada vez mais o processo educacional. A Instituição, sistematicamente, atua na atualização de seus recursos didáticos e ferramentas para AVA que possibilitem ao aluno uma visão sempre atualizada de todos os mecanismos de aprendizagem. Um dos critérios utilizados como fonte dessas atualizações, é o resultado das pesquisas de satisfação que são aplicadas no decorrer do semestre letivo que possibilitam à IES entender as necessidades e dificuldades dos alunos e buscar então a solução e as atualizações e os pontos positivos apontados por eles em relação ao AVA. A IES realiza avaliação disponibilizada no AVA de forma periódica junto aos alunos e tutores com o propósito de oportunizar a estes atores a possibilidade de colaborar com a melhoria do espaço comum entre estes e sobretudo atuar nas fragilidades e potencializar os fortes apontados como fortes.

1.18 MATERIAL DIDÁTICO INSTITUCIONAL

1.18.1 Planejamento da Elaboração e Validação pela Equipe Multidisciplinar do EAD do Material Didático das Disciplinas EAD, em termos de Abrangência, Coerência, Acessibilidade Adequação de Bibliografia, Linguagem Inclusiva e Recursos Inovadores.

.

A elaboração de materiais é feita por professor da área de conhecimento, selecionado pela coordenação do curso, com título de mestre. É feita uma orientação em relação a todo o processo da parte escrita dos materiais e da gravação das vídeo aulas. Os materiais são elaborados dentro de 5 temas e cada tema em duas partes, para facilitar a organização dos alunos nos momentos de estudo. Para cada parte existe uma videoaula com as respectivas explicações.

O professor além da parte escrita dos conteúdos e das vídeo aulas, é responsável também pela elaboração do banco de questões que serão utilizadas como exercícios e avaliações. O material para ser inserido no AVA precisa passar pela aprovação de um revisor de conteúdo e gramatical, estar dentro dos padrões solicitados para materiais instrucionais em EAD, estar com todas as etapas concluídas e ter sido ajustado quando solicitado pelo revisor. Após passar por essas etapas, o material é validado e inserido no Ambiente Virtual de Aprendizagem.

Os materiais didáticos elaborados para as disciplinas/cursos em EAD são elaborados com base na Ementa que compõe o PPC de cada curso. As ementas são elaboradas de acordo com as DCNs e os objetivos de formação profissional do curso. Todo o material didático precisa estar de acordo com o que propõe o Projeto do curso.

Os materiais disponibilizados no AVA para estudo, vem acompanhado do plano de ensino da disciplina, onde o aluno tem a possibilidade de verificar os objetivos do curso e da disciplina, a metodologia utilizada para o desenvolvimento no processo de ensino e aprendizagem. Os alunos têm acesso ao material no próprio Ambiente Virtual de Aprendizagem, assim como das atividades de desenvolvimento pedagógico e fisicamente, baixando a versão em PDF para impressão.

O professor conteudista é orientado a utilizar como base bibliográfica para a elaboração dos materiais, fontes atualizadas e que estejam de acordo com o que pede a ementa e o PPC do curso. A estruturação do material é voltada para a interdisciplinaridade e com isso, para a formação profissional que o curso propõe.

O curso produz material didático próprio para as disciplinas oferecidas na modalidade EAD. A produção do conteúdo ou cadernos de estudo segue regras de qualidade bem específicas para a garantia de qualidade e rastreabilidade de erros. Além de possuir design instrucional planejado de forma a garantir o cumprimento do contexto processual da aprendizagem.

Após a criação todo o material será exportado a um revisor que fará as devidas considerações quanto à estrutura gramatical e normas pertinentes, assim como a verificação da coerência do material produzido frente à proposta didático-pedagógica da IES. E se houverem alterações serão realizadas pelo próprio produtor.

A etapa seguinte é a validação por parte da COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA para

.

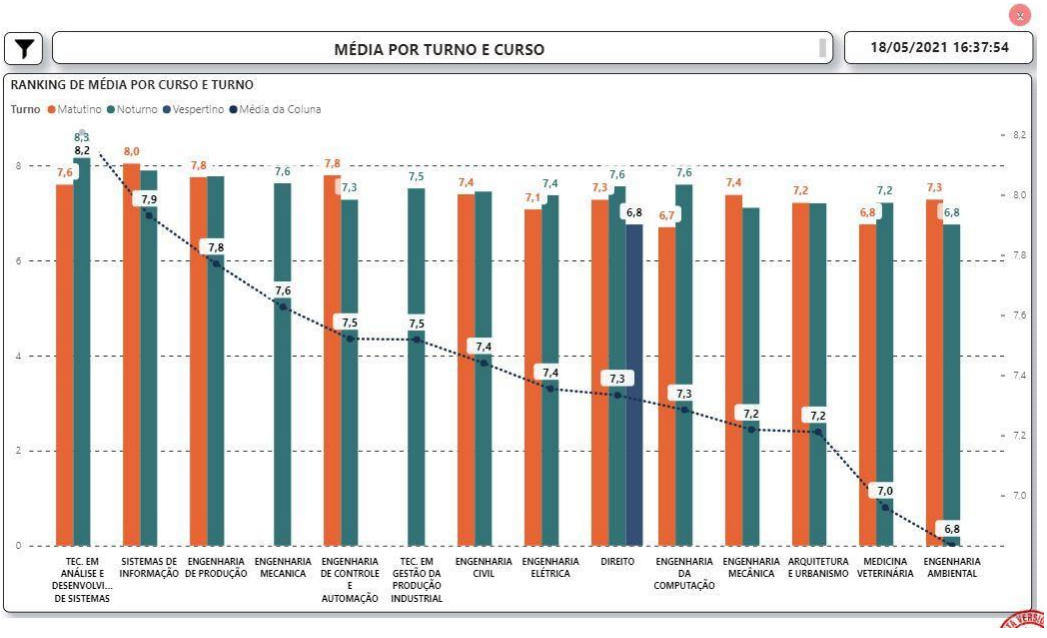
que sejam realizadas as devidas considerações em consonância com as diretrizes acadêmicas da IES.Após o processo de validação pedagógica o conteúdo é diagramado e postado nos devidos repositórios digitais para compartilhamento e distribuição no ambiente virtual e para os alunos.

Quanto ao material produzido em estúdio, as videoaulas e audioaulas, após a sua produção e edição, realizada pela EQUIPE DE PRODUÇÃO, passa por um processo de validação de qualidade realizado pela EQUIPE DE APOIO DO NEAD. São verificados itens como qualidade de vídeo, qualidade de áudio, caracteres, edição entre outros indicadores. Após aprovação, os arquivos de mídia são postados nos repositórios em nuvem para integração com o ambiente virtual de aprendizagem e disponibilização aos alunos.

1.19 PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM

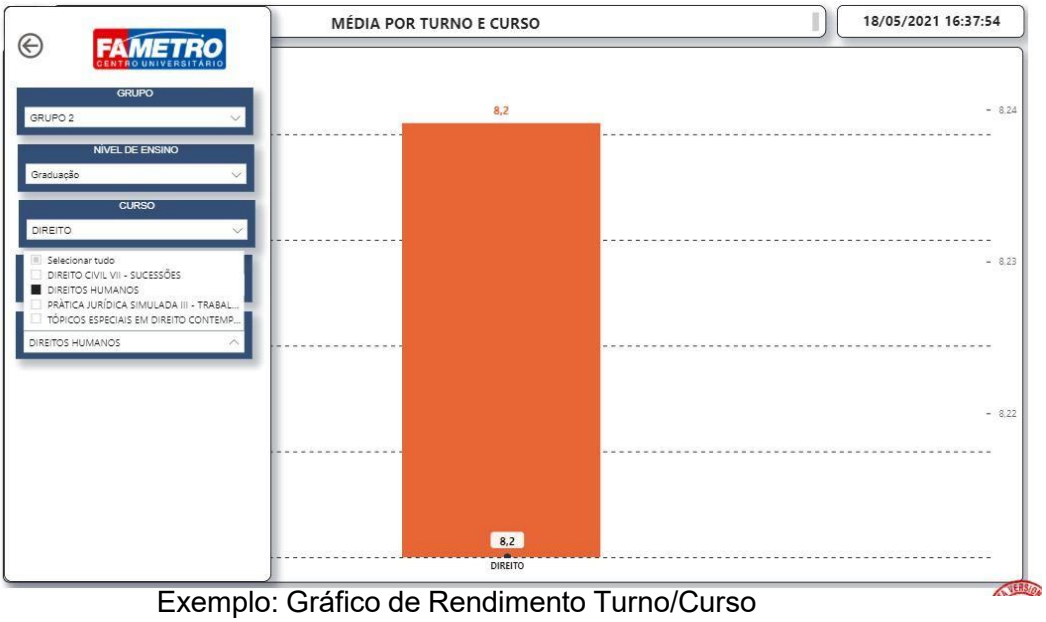
1.19.1 Atendimento do Acompanhamento e de Avaliação para a Concepção do Curso

As avaliações da aprendizagem são entendidas como ferramentas de interpretação e análise das condições de oferta dos cursos. Por meio dos resultados avaliativos implantados pelo curso o Coordenador e os professores poderão realizar quase que em tempo real os resultados através do acesso ao Portal de Serviços do CEUNI FAMETRO, neste ambiente os coordenadores têm a visão completa das notas alcançadas pelos alunos com a visão do rendimento acadêmico por turma, por disciplina e por professor. Esta ferramenta, desenvolvida pelos especialistas em TI da instituição, ofertam indicadores que devem ser objeto de análise do NDE e do colegiado de curso.



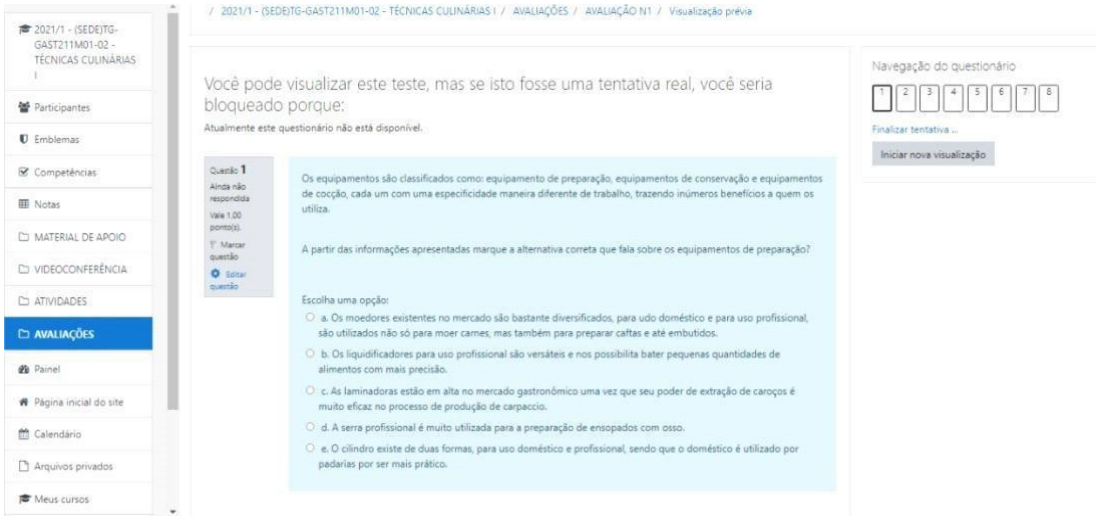
Exemplo: Gráfico de Rendimento Turno/Curso

.



Exemplo: Gráfico de Rendimento Turno/Curso

Outra estratégia de acompanhamento se dá pelo acesso ao imput de questões da avaliação institucional no ambiente digital, o coordenador de curso pode ajustar o nível dos itens avaliativos solicitados aos alunos, para que os mesmos contribuam no processo de formação visando o alcance do objetivo do curso, o perfil do egresso com as competências preditas no Projeto Pedagógico de Curso.



.

1.19.2 Avaliação do Ensino Aprendizagem e Autonomia Discente

A avaliação tem um significado muito profundo, à medida que oportuniza a todos os envolvidos no processo educativo momentos de reflexão sobre a própria prática. Através dela, direciona o trabalho, privilegiando o aluno como um todo, como um ser social com suas necessidades próprias e também possuidor de experiências que devem ser valorizadas na escola. Devem ser oportunizados aos alunos os conhecimentos historicamente acumulados pela humanidade.

Nesse sentido, faz-se necessário redimensionar a prática de avaliação no contexto escolar, onde o professor e o aluno, estão mutuamente implicados, portanto o acesso aos resultados de seu desempenho proporcionará um maior engajamento nas atividades formativas.

Isto posto é recomendável aos professores que procedam junto aos alunos um momento de reflexão acerca dos erros e também acerca do próprio desempenho ao final do semestre. Neste sentido o professor pode utilizar uma ferramenta de autoavaliação aberta onde se recomenda a abordagem dos seguintes pontos pelos alunos:

- Determine uma periodicidade.
- Liste seus pontos fortes e fracos.
- Identifique como você reflete os pontos fortes listados.
- Potencialize seus pontos fortes no dia a dia.
- Compreenda seus pontos fracos.
- Encontre meios para utilizar os pontos fracos a seu favor.
- Saiba aonde você quer chegar.

Ou ainda utilizar um instrumento com questões fechadas com um foco mais determinado em certas competências que sejam essenciais ao desenvolvimento do aluno, contudo, tanto em questões abertas, quanto em questões fechadas é fundamental compreender que esse processo de autoavaliação deverá ser incorporado às práticas pedagógicas, mostrando claramente as implicações positivas desse processo não só para a formação, como para a vida profissional em curso, ou futura.

1.19.3 Avaliação Diagnóstica

A avaliação diagnóstica é utilizada para melhor desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem, com objetivo de compreender o estágio de aprendizagem em que se encontra o discente para ajustar e adequar o processo à realidade de cada turma. Se dá por meio de enquetes, questões ou testes realizados pelos docentes no início de cada semestre.

1.19.4 Avaliação Formativa

.

A avaliação formativa se dará no desenvolver do processo ensino-aprendizagem quando os sujeitos serão os próprios reguladores da ação educativa, tendo a oportunidade de rever a adequação da dinâmica e metodologias adotadas, viabilizando os próprios reguladores da ação educativa, tendo a oportunidade de rever a adequação da dinâmica e metodologias adotadas, viabilizando o redirecionamento das atividades educativas planejadas, no sentido de adquirir as competências estabelecidas.

1.19.5 Avaliação Somativa

A avaliação somativa tem como objetivo conferir notas, tendo como referência as normas e exigências institucionais, acompanhará a avaliação formativa através da auto avaliação discente e avaliação do moderador da aprendizagem. A verificação do rendimento escolar se fará ao longo do ano letivo, em cada componente curricular, compreendendo:

- Apuração de tempo de permanência no ambiente virtual e frequência às atividadesescolares;
- Avaliação do aproveitamento acadêmico.

O rendimento acadêmico será aferido com base no cômputo da frequência e dos resultados do aproveitamento nas atividades didático-pedagógicas previstas na programação do componente curricular, sob orientação acadêmica. A avaliação do aproveitamento escolar deve ser entendida como instrumento de acompanhamento contínuo e de caráter construtivo, visando a melhoria da qualidade da aprendizagem através de um processo formativo, permanente e de progressão continuada.

Será considerado aprovado no componente curricular o aluno que obtiver:

- Frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) às atividades didático- pedagógicas programadas em cada componente curricular;
- Média aritmética das notas obtidas nos componentes curriculares, igual ou superior a 5 (cinco);

Aos componentes curriculares semestrais serão atribuídas 2 notas com no mínimo 2 atividades de avaliação. No final de cada semestre letivo, o aluno que obtiver média inferior a 5 (cinco) estará reprovado.

A média final em cada disciplina é obtida mediante a seguinte fórmula:

$$\frac{M\ (N1 + N2) + PF}{2} = \geq 5$$

Onde:

M = Média

N1 e N2 = nota

PF = Prova Final

.

N1 = média da N1 e AV1 (média de 2 atividades avaliativas)
N2 = média da N2 e AV2 (média de 2 atividades avaliativas)

1.19.6 Disponibilização dos Resultados das Avaliações de Ensino Aprendizagem

Fica assegurado ao aluno o direito de revisão do resultado da avaliação, que será regulamentado em norma específica. Terá direito a matricular-se na série seguinte, o aluno aprovado nos componentes curriculares da série na qual está matriculado. O aluno reprovado em 50% (igual e superior) dos componentes curriculares fará matrícula na série seguinte em regime de progressão parcial. Em caso de nova reprovação, será vedada a matrícula na série subsequente, devendo o aluno cursar apenas os componentes curriculares que determinaram a progressão parcial.

A avaliação adotada em sala de aula tem impacto direto e indireto no processo de ensino-aprendizagem. Dessa forma, a IES busca um aperfeiçoamento constante de novas técnicas e metodologias mais eficientes e eficazes através do melhor planejamento e implementação cuidadosa.

Outro aspecto de extrema importância é a utilização constante de outros processos intelectuais de extrema relevância na formação profissional e acadêmica, como, por exemplo, debates, seminários, palestras e outros, que fornecem os mecanismos necessários para o raciocínio crítico, resolução de problemas e facilidade na transformação de informação em conhecimento. Além disso, a avaliação está aliada a um processo crítico e construtivo a serviço da aprendizagem dos alunos, no que diz respeito às suas capacidades cognitivas e sociais.

A avaliação integra as diversas práticas utilizadas como base do sistema de avaliação institucional. A disponibilização e análise dos resultados dos métodos avaliativos garantem o melhor caminho para garantir a evolução dos alunos. Assim podemos perceber uma ampla discussão sobre os resultados da avaliação, que se dá pela avaliação diagnóstica, formativa e somativa, podendo vir a ser transformada, para uma educação mais libertadora que tem em sua essência alguns pontos positivos e a partir de velhos elementos, fazer emergir novos, que contribuam, de fato, para a formação do educando de modo coerente com as exigências do atual contexto histórico

1.19.7 Planejamento de Ações para Melhoria da Aprendizagem

O rendimento acadêmico será monitorado pelo Coordenador de Curso por meio dos relatórios de notas expedidos pelo sistema acadêmico, a partir daí o Coordenador poderá acompanhar o desenvolvimento das turmas e localizar problemas importantes que podem

.

ser mitigados por uma ação preventiva e em tempo hábil. O rendimento das turmas deve ser objeto de discussão em Colegiado de Curso e o Núcleo Docente Estruturante, este último para corrigir possíveis distorções no projeto Pedagógico do Curso, a análise do rendimento acadêmico deve contar também com apoio da CP

Por outro lado, a cultura da IES será a do reconhecimento do Mérito Acadêmico, assim uma vez ao ano a IES celebra em Cerimônia oficial o maior coeficiente acadêmico por curso e turno, colocando em relevo o esforço e a superação de nossos alunos. Para o acompanhamento, o aluno responde por aplicativo um questionário de percepção acerca da avaliação, o qual se encontra em anexo a este documento.

Em casos mais graves na questão do desempenho de turmas ou individual dos alunos, o Coordenador deve buscar elaborar um trabalho com NAPA, (Núcleo de Apoio Psicopedagógico Acessibilidade e Inclusão) para atendimento individual ou da turma.

1.20 NÚMERO DE VAGAS E FORMAS DE ACESSO AO CURSO

1.20.1 Número de Vagas Pleiteado 150 anual

Matutino	Noturno
75 vagas	75 vagas.

1.20.2 Estudo Qualitativo e Quantitativo de Adequação do Número de Vagas e Adequação à Dimensão do Corpo Docente e à Infraestrutura Física e Tecnológica

O Amazonas tem uma área de 1.559.161.814 km² com população de 3.480.937 habitantes, população estimada de 4.144.597 pessoas em 2019 e a projeção de 4.477.266 para 2020 (IBGE). A capital Manaus concentra em torno de 60% da população do Estado, um total de 2.182.763 habitantes (estimado de 2019), distribuídos em uma área de 11.458 km². A taxa da população ocupada é de 23,7%, o salário médio dos trabalhadores formais é de 3,05 salários mínimos e 37,9% da população possui renda per capita de ½ salário mínimo (2017).

Neste quadro a cidade de Manaus tem sido o lugar para onde fluem os fluxos migratórios do interior do Estado e de outros estados da federação, dificultando a possibilidade de desenvolvimento do interior do Amazonas e da Região Norte como um todo, neste contexto faz da cidade de Manaus a 7ª cidade no ranking das cidades mais populosas do país e a 6ª mais rica do país no ranking do PIB das cidades do país. O IDH de Manaus é considerado alto de 0,737, entretanto, o mesmo não ocorre na Região Metropolitana de

.

Manaus, também conhecida como Grande Manaus, criada pela Lei Complementar Estadual n.52 de 30 de maio de 2007, que é formada por 13 municípios, em sua maioria, com um IDH abaixo da média nacional, conforme se observa na tabela do IBGE.

Tabela 12 - Municípios da Região Metropolitana

Município	Legislação[60]	Área territorial (km²)[61]	População (2019)[62]	PIB (2016)[13]	IDH-M (2010)[63]
Autazes	30.04.2009 (LC N.64)	7.652,851	39.565	R$ 287,7 milhões	0,577 baixo
Careiro	30.04.2009 (LC N.64)	6.096,210	37.869	R$ 241,6 milhões	0,557 baixo
Careiro da Várzea	30.05.2007 (LC N.52)	2.627,474	30.225	R$ 295,1 milhões	0,568 baixo
Iranduba	30.05.2007 (LC N.52)	2.216,817	48.296	R$ 636 milhões	0,613 médio
Itacoatiara	30.05.2007 (LC N.52)	8.891,906	101.337	R$ 2 bilhões	0,644 médio
Itapiranga	30.04.2009 (LC N.64)	4.335,075	9.148	R$ 100,5 milhões	0,654 médio
Manacapuru	27.12.2007 (LC N.59)	7.336,579	97.377	R$ 1,2 bilhão	0,614 médio
Manaquiri	30.04.2009 (LC N.64)	3.973,259	32.105	R$ 249,8 milhões	0,596 baixo
Manaus	30.05.2007 (LC N.52)	11.401,092	2.182.763	R$ 70,2 bilhões	0,737 alto
Novo Airão	30.05.2007 (LC N.52)	37.805,257	19.454	R$ 120,5 milhões	0,570 baixo
Presidente Figueiredo	30.05.2007 (LC N.52)	25.412,265	36.279	R$ 546,2 milhões	0,647 médio
Rio Preto da Eva	30.05.2007 (LC N.52)	5.815,622	33.347	R$ 445,1 milhões	0,611 médio
Silves	30.04.2009 (LC N.64)	3.723,382	9.171	R$ 97,9 milhões	0,632 médio
Total		127.287,789	2.676.936	R$ 76,6 bilhões	0,720 alto

Fonte: IBGE

.

A realidade social do Norte do País se apresenta extremamente marcada por desigualdades e índices de desenvolvimento humano que se apresentam ligados principalmente com as condições econômicas e de baixa cobertura de políticas públicas capazes de impulsionar desenvolvimento em todos os campos da vida social e evitar o êxodo dessas populações para as extremidades periféricas do seu centro urbano referente – no caso do Amazonas - Manaus.

Neste sentido, destacamos que o número de vagas solicitado pela IES, se apresenta consubstanciado em alguns aspectos relevantes, a saber:

- As características geográficas e culturais da região norte;
- Cenário loco-regional da oferta de saúde a população local;
- Oferta local de espaços de formação e demanda por serviços de saúde na Região;

As características geográficas e culturais da Região Norte

Do ponto de vista do primeiro ponto elencado acima, o Estado do Amazonas é um estado com características geográficas e culturais bastante peculiares, com seus 62 municípios, formado pelo encontro de várias culturas, é entre as regiões brasileiras, a mais extensa, com uma área de 3.869.637km², correspondendo a 42,27% do território brasileiro, sendo formada por sete Estados: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.

Grande parte do Estado do Amazonas é ocupada pela Floresta Amazônica, o mais importante ecossistema para o planeta, onde vivem populações que necessitam tanto quanto outras de atenção às suas necessidades, especialmente àquelas relacionadas à saúde. Nosso também é cortado por um grande número de rios de grande dimensão, e a presença de vasta quantidade de água, caracteriza o estado por uma grande população ribeirinha. O trânsito de pessoas, materiais e serviços na região é feito por via fluvial ou aérea, dificultando o trânsito e o acesso de pessoas à serviços que só estão disponíveis na capital.

O Curso de Bacharel em Administração da IES apresenta além da abordagem técnica uma abordagem humanística, considera as diferentes culturas organizacionais influenciadas inclusive por diferenças locorrregionais. O incentivo à leitura, ao desenvolvimento de projetos que envolvam a pesquisa permeiam o desenvolvimento e a consolidação do conhecimento necessário para a formação do profissional de Administração. Considera-se no arcabouço teórico e prático deste Projeto a Missão, os Objetivos e o Perfil Profissiográfico desejado para o aluno egresso.

O campo de atuação do profissional de Administração é bem amplo. Administrar negócios, elaborar planejamento com estratégias para executar e controlar ações que possar manter o crescimento das organizações, exige o esforço e o conhecimento das várias áreas qque compõem uma organizações. As funções de um administrador são:

.

Planejar, Organizar, Executar e Controlar as atividades a fim de alcançar os objetivos das empresas.

1.20.3 Formas de Acesso ao Curso

O ingresso de alunos a qualquer curso ministrado pelo CEUNI FAMETRO se dá, conforme exigência da legislação em vigor, sempre através de um processo seletivo.

O ingresso em um curso de graduação se dará através de:

- Processo Seletivo;
- Transferência;
- Transferência ex officio
- Portador de Diploma de Curso Superior;
- Reopção;
- ENEM.

1.20.4 Do Processo Seletivo

O Processo Seletivo é um exame seletivo e classificatório a que se submetem aqueles que concluíram o ensino médio ou equivalente e que desejam ingressar em curso de graduação. O Processo Seletivo será aberto por edital e será elaborado em articulação com o ensino médio, sem ultrapassar este nível de complexidade.

A classificação dos candidatos aprovados obedece a ordem decrescente de pontos obtidos, até o preenchimento das vagas definidas para cada curso e turno da preferência do candidato registrado no ato de sua inscrição. O Processo Seletivo, com validade exclusiva para o ano ao qual se destina, será realizado antes do início de cada ano letivo, sob a responsabilidade da Pró-reitoria Acadêmica.

Processo Seletivo Contínuo

O Processo Seletivo Contínuo é um processo seletivo sequenciado destinado aos estudantes que ainda estão cursando o ensino médio e que pretendem, após sua conclusão, ingressar em curso de graduação.

O Processo Seletivo Contínuo, aberto por edital, só terá validade para o estudante que se submeter aos três exames correspondentes a 1ª, 2ª e 3ª ano do ensino médio e terá validade exclusiva para o ano imediatamente subsequente ao ano de conclusão do ensino médio.

A média final do aluno que se submeter ao Processo Seletivo Contínuo corresponde à média aritmética dos resultados dos três exames mencionados no parágrafo anterior.

.

A classificação dos candidatos para o preenchimento das vagas definidas pelo Conselho Maior para o Processo Seletivo Contínuo obedecerá à ordem decrescente das médias obtidas na forma do parágrafo anterior.

O Processo Seletivo contínuo será planejado e coordenado pela Pró-reitoria Acadêmica.

1.20.5 Da Transferência Externa

Transferência é a forma de admissão de estudantes oriundos de outra Instituição de Ensino Superior – IES no decorrer de um curso de graduação. A transferência facultativa depende da existência de vaga no curso ou curso a fim e sua autorização está condicionada ao atendimento das exigências das normas estabelecidas pelo Conselho Maior, mediante processo seletivo. O processo de transferência facultativa inicia-se com o pedido de declaração de vaga.

A IES, ao deferir o pedido de declaração de vaga, deverá solicitar da IES de origem do candidato a respectiva guia de transferência acompanhada da seguinte documentação:

Histórico escolar completo do aluno a ser transferido, no qual conste inclusive o semestre e ano letivo em que foi aprovado no processo seletivo;

Currículo pleno do curso, com a indicação do programa e carga horária de cada disciplina cursada;

Regime ou critério de aprovação.

1.20.6 Transferência ex officio

A Transferência ex officio a que se refere o Parágrafo Único do Art.49 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 se opera independente de época e disponibilidade de vaga sendo assegurada aos servidores públicos efetivos federais e estaduais, civis e militares e/ou seu(s) dependente(s) estudante(s) que sejam removidos ou transferidos compulsoriamente implicando em mudança de domicílio. A Transferência deverá ser concedida para curso idêntico ao de origem, ou na inexistência deste, para curso afim.

O interessado deverá solicitar à SECAD, por meio de requerimento junto ao Setor de Protocolo Geral da IES, acompanhado dos seguintes documentos:

a) Histórico Escolar completo e atualizado, constando as notas do vestibular (doc. Original);
b) Declaração de regularidade de matrícula na IES – Instituição de Ensino Superior de origem, no período letivo em exercício; (doc. Original)

.

c) Programas das disciplinas cursadas; (doc. Original)
d) Declaração de Reconhecimento do Curso pelo MEC e/ou Conselho Estadual de Educação, no caso de Instituição Estadual de Ensino Superior, onde conste o número do Decreto ou Portaria e data de publicação no Diário Oficial da União ou do Estado; (doc. Original)
e) Portaria de remoção ou equivalente, de publicação em Boletim, Diário Oficial;
f) Comprovação de dependência, quando for o caso; (Certidão de Nascimento, Casamento, Sentença Judicial ou Declaração de IR.)
g) Documento comprobatório que indique a mudança de domicílio para a área de atuação da IES.

Após a conclusão do processo e aprovada a transferência compulsória, caso o período letivo regular da FAMETRO já tenha iniciado, a matrícula em componentes curriculares será autorizada.

A SECAD encaminhará o processo à coordenação do curso que deverá definir, conforme o aproveitamento de estudos, em qual período letivo o (a) requerente deverá ser matriculado (a). A matrícula somente poderá ser efetivada após a confirmação do recebimento da Guia de Transferência do (a) requerente por parte da SECAD- Secretaria Acadêmica da IES.

1.20.7 Do Portador de Diploma de Curso Superior

Transferência é a forma de admissão de estudantes oriundos de outra IES no decorrer de um curso de graduação. A transferência facultativa depende da existência de vaga no curso ou curso afim e sua autorização está condicionada ao atendimento das exigências das normas estabelecidas pelo Conselho Maior, mediante processo seletivo. O processo de transferência facultativa inicia-se com o pedido de declaração de vaga.

A IES, ao deferir o pedido de declaração de vaga, deverá solicitar da IES de origem do candidato a respectiva Guia de Transferência acompanhada da seguinte documentação:

Histórico escolar completo do aluno a ser transferido, no qual conste inclusive o semestre e ano letivo em que foi aprovado no processo seletivo;

Currículo pleno do curso, com a indicação do programa e carga horária de cada disciplina cursada;

Regime ou critério de aprovação.

1.20.8 Da Reopção

Reopção é transferência interna de um curso de graduação para outro da mesma

.

área permitida a alunos regulares da FAMETRO, através de seleção. Os critérios exigidos para o deferimento do pedido de re-opção são:

Existência de vaga no curso pretendido;

Comprovação de regularidade de matrícula no curso de origem; e

Comprovação de que o estudante já tenha cursado, pelo menos, dois semestres do curso de origem.

1.20.9 Do Enem

Através do resultado do ENEM, o candidato concorre às vagas sem precisar fazer o vestibular, desde que obtenha média igual ou superior a 450 (Quatrocentos e cinquenta pontos).

1.20.10 Matrícula

A primeira matrícula institucional é o cadastramento do candidato selecionado por uma das formas de admissão a um curso de graduação ou pós-graduação, tornando-se por este ato, um aluno regular vinculado ao Curso da FAMETRO.

Por ocasião do cadastramento o aluno recebe um número permanente no curso, o qual indica o ano de seu ingresso, o código da área de estudo e a sequência numérica do curso.

A matrícula institucional é feita pela secretaria Acadêmica no prazo fixado no calendário acadêmico, salvo por motivo de força maior, devidamente comprovado e aceito pelo Conselho Superior.

A não efetivação da primeira matrícula institucional, expirados todos os prazos de chamada, implica na perda do direito a vaga.

A solicitação de matrícula institucional é feita em formulário próprio pelo acadêmico ou seu representante legal, anexando a esta, a seguinte documentação:

Certificado de conclusão do ensino médio ou equivalente;

II - Histórico escolar do ensino médio;

III - Diploma do ensino superior;

IV - Título de eleitor;

V - Comprovante de estar quites com o serviço militar, para os homens;

VI - Uma foto ¾.

Os itens I e II são exigidos para os cursos de graduação e os itens III e IV para os cursos de pós-graduação ou cursos de graduação com ingresso como portador de diploma de nível superior.

.

A solicitação de matrícula institucional, sem qualquer exceção só poderá ser feita à vista de toda documentação exigida. Será anulada a matrícula efetuada quando não tenham sido observadas todas as exigências legais e regimentais, o que deve ser notificado.

1.21 INTEGRAÇÃO COM AS REDES PÚBLICAS DE ENSINO (LICENCIATURAS)

1.21.1 Convênios e ações previstas para integração com a rede pública de ensino

N.S.A

.

1.21.2 Ações e uso de tecnologias educacionais de desenvolvimento, testagem, execução e avaliação de estratégias didático-pedagógicas

N.S.A

1.21.3 Forma de documentação das experiências na rede pública de ensino

N.S.A

1.21.4 Resultados esperados/atingidos para discentes e para rede pública de escolas de educação básica

N. S.A

1.21.5 Planejamento/execução de ações inovadoras na integração com a rede pública de escolas de educação básica

N.S.A

1.22 INTEGRAÇÃO DO CURSO COM O SISTEMA LOCAL E REGIONAL DE SAÚDE – SUS

1.22.1 Convênios e Integração com o Sistema Local e Regional de Saúde

N.S.A

1.22.2 Formação Discentes em Serviço e sua Inserção em Equipes Multidisciplinares e Multiprofissionais nos Diferentes Cenários do Sistema e Diferentes Níveis de Complexidade

N.S.A

1.23 ATIVIDADES PRÁTICAS DE ENSINO PARA ÁREAS DE SAÚDE

N.S.A

1.23.1 Atividades Práticas de Ensino da Saúde em Conformidade com as DCNs.

N.S.A

1.23.2 Regulação para a Orientação, Supervisão e Responsabilidade Docentes para a Inserção nos Cenários do SUS e Outros Ambientes Profissionais

N.S.A

1.23.3 Desenvolvimento de Competências Específicas da Profissão relacionadas ao Contexto de Saúde da Região

N.S.A

.

1.24 ATIVIDADES PRÁTICAS DE ENSINO PARA LICENCIATURAS

1.24.1 Relação das atividades práticas de ensino da licenciatura com as DCNs da Educação Básica, da formação de formação de professores e da área de conhecimento da licenciatura

N.S.A

1.24.2 Distribuição das Atividades Práticas de Ensino para a Licenciatura Relacionando Teoria e Prática de Forma Reflexiva ao Longo de Todo o Curso

N.S.A

DIMENSÃO 2: CORPO DOCENTE E TUTORIAL

2.1 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE

As normas do NDE compreendem os seguintes itens:

O NDE de um curso de graduação constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso;

O NDE deve ser constituído por membros do corpo docente do curso, que exerçam liderança acadêmica no âmbito do mesmo, percebida na produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento do ensino, e em outras dimensões entendidas como importantes pela instituição, e que atuem sobre o desenvolvimento do curso;

São atribuições do NDE: contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso; zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo- indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso; zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação;

A IES, por meio dos seus colegiados superiores, devem definir as atribuições e os critérios de constituição do NDE, atendidos, no mínimo, os seguintes: ser constituído por um mínimo de 5 professores pertencentes ao corpo docente do curso; ter pelo menos 60% de seus membros com titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação stricto sensu; ter todos os membros em regime de trabalho de tempo parcial ou integral, sendo pelo menos 20% em tempo integral; assegurar estratégia de renovação parcial dos integrantes do NDE de modo a assegurar continuidade no processo de acompanhamento do curso;

.

O NDE constituído deverá se reunir no mínimo 2 vezes por semestre em reuniões ordinárias previstas em calendário acadêmico. Caso haja necessidade de outras reuniões o Presidente do NDE, poderá convocar reuniões extraordinárias;

As reuniões ordinárias e extraordinárias deverão ser registradas em ata aprovada por todos os membros. O presidente nato do NDE é o Coordenador de Curso de Graduação. O NDE não se constitui em instância deliberativa devendo suas propostas serem submetidas aos Colegiados de Curso.

2.1.1 Composição do NDE

Seguindo as novas diretrizes do MEC, em resposta ao novo instrumento de Avaliação de Cursos de graduação presencial, a Pró-Reitoria Acadêmica da IES designou os professores relacionados em anexo, sob coordenação do curso, constituir o Núcleo Docente Estruturante (NDE), responsável pela formação, implementação e desenvolvimento do Projeto Pedagógico do Curso e outras atividades pertinentes ao curso, que constam em regulamento próprio.

2.1.2 Atribuições do NDE

O Núcleo Docente Estruturante do Curso é formado por professores, contratados em regime integral ou parcial, que participaram efetivamente da construção do Projeto Pedagógico e juntos com o coordenador são responsáveis pela implantação do curso, os mesmos possuem formação stricto sensu e experiência na área. As reuniões do NDE ocorrem duas vezes ao semestre em caráter ordinário, convocadas pelo presidente do Núcleo. As demais reuniões ocorrem em caráter extraordinário, podendo também acontecer em conjunto com o colegiado de curso, devendo ser convocada pelo presidente do núcleo e o coordenador de curso.

2.1.3 Planejamento dos Estudos e Avaliação Periódica o PPC pelo NDE

Semestralmente serão realizadas ao mínimo duas reuniões do NDE para debate e discussão de melhorias do curso, assim como avaliação e adequação (se necessário) do PPC, o qual será levado para discussão e deliberação por parte do colegiado do curso. As informações coletadas e organizadas pelo NDE serão encaminhadas, no caso dos cursos à distância para a Equipe Multidisciplinar. A Avaliação Qualitativa do PPC, terá um ciclo de trienal, ou no momento da alteração de legislação que afete a oferta do curso. no momento da avaliação trienal, onde serão observados os indicadores do Projeto de Curso com a observação dos itens apontados abaixo na tabela que segue este texto.

.

INDICADORES PARA AVALIAÇÃO PERÍODICA DO PPC DO CURSO	SIM	NÃO	NECESSITA DE APERFEIÇOAMENTO E/OU ALTERAÇÃO
O PPC expressa com clareza a articulação das políticas institucionais de ensino, extensão e pesquisa (quando for o caso), alinhadas com a Missão, a Visão, Os princípios e valores Educacionais da Instituição?			
O Perfil do Egresso se encontra atual e dialoga com as demandas atuais do mundo do trabalho?			
As competências previstas no perfil do egresso estão alinhadas com as DCN´s e se mostram atualizadas com previsão de desenvolvimento de novas competências que se expressem em termos de inovação para o mundo do trabalho.			
Os Objetivos do Curso atendem as DCN´s e se mostram exequíveis e compatíveis com a capacidade técnico-cientifica da Instituição?			
As Metodologias de ensino previstas, estão alinhadas aos princípios da política de ensino e guardam a proposta de oferta de atividades problematizadoras e mobilizadoras de conhecimentos?			
O processo de avaliação descrito no PPC recomendaa adoção das dimensões diagnósticas; formativas e somativas da avaliação, com orientações claras e exemplos exequíveis aos docentes?			
As tecnologias da Informação e da Comunicação estão inseridas como suporte metodológico ao ensino?			
Os Programas e Regulamentos Institucionais são respeitados e os regulamentos internos, específicos de curso guardam relação com os mesmos?			
A estrutura Curricular que demonstra o itinerário de formação do aluno necessita de alteração em face à novas demandas e processos?			
A participação Discente e Docente está prevista no PPC?			
Os requisitos legais previstos na legislação vigenteestão contemplados e seus processos de execução estão claros e oferecem direcionamento para a adoção das mesmas pelo professor?			
Os processos de Interdisciplinaridade e Transversalidade estão evidentes no estudo do ementário do Curso?			
O Corpo Docente e Tutorial atende de maneira excelente aos objetivos, perfil do egresso e matriz curricular do curso, observando a experiênciaprofissional dentro e fora do magistério, a produção técnica e científica, e o desempenho do professor, a partir dos indicadores apontados pela Comissão própria de Avaliação?			
Aspectos de Análise Qualitativa – Parecer técnico do membro do Núcleo Docente Estruturante			

.

2.2 EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

A equipe multidisciplinar atua na relação entre a coordenação do Curso e o Núcleo de Educação a Distância (NeaD), que é a unidade institucional responsável pela gestão dos processos acadêmicos e pedagógicos de cursos e atividades educacionais na modalidade a distância, o que inclui: organizar, implantar e gerenciar as atividades a distância nos cursos, inclusive orientando e supervisionando os docentes envolvidos nessa modalidade de ensino.

O NeaD é composto por um grupo de profissionais com grande experiência acadêmica e tecnológica na área, com passagem por renomadas instituições de ensino, que trabalham de forma sistêmica e colaborativa. O NeaD tem regimento próprio (Regimento da Graduação Modalidade a Distância), com status de uma Unidade com autonomia para gerir suas ações, bem como para garantir a implantação, implementação, e desenvolvimento do processo educativo utilizando a modalidade a distância, por meio de ações didático-pedagógicas, tecnológicas e administrativas adequadas.

Coordenação Pedagógica

Tem como atribuições:

Responsável pelo desenvolvimento dos projetos pedagógicos, manuais e regulamentos junto com os coordenadores de cursos, revisão, controle e acompanhamento do ambiente virtual do aluno; organização, planejamento e controle dos tutores e conteudistas. Tem conhecimento na área pedagógica, incluindo didática e metodologias, gestão educacional, técnicas de ensino-aprendizagem, docência e uso de mídias e tecnologias.

Composição:

- 01 Revisor: com conhecimento e formação na área de Língua Portuguesa;
- 01 Supervisor de Tutores: com formação e experiência na área de supervisão:
- Tutores (20 h) presencial (de polo): com formação de nível superior e atua na área de conhecimento de sua formação. Responsável por acompanhar os alunos no polo, preparar a sala de aula, passar as dúvidas dos alunos para os professores, via chat, aplicar as provas e as encaminhar ao Núcleo de Educação a Distância e auxiliar o aluno na utilização do AVA;
- Tutores (20 h) à distância: com formação de nível superior e atua na área de conhecimento de sua formação. Responsável por dar suporte às atividades dos docentes;
- 01 Psicopedagogo: com formação em Psicologia para atendimento aos alunos:

.

- 01 Professor por disciplina: 06 horas semanais.

Supervisor de Tutores

Tem como atribuições:

- Receber e emitir parecer sobre propostas de cursos de graduação, modalidade a distância, e enviá-los ao CONSUP da IES;
- Exercer a supervisão pedagógica dos cursos de graduação, modalidade EaD, observando as normas e desenho curricular do Projeto Pedagógico Institucional do NeaD;
- Supervisionar a observância das normas e qualidade exigida na produção dos materiais didáticos a serem elaborados pelos professores;
- Revisar os elementos que irão compor o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA);
- Acompanhar o desempenho dos coordenadores e supervisionar o cumprimento de suas atribuições;
- Quando solicitado, representar o curso perante as instâncias superiores institucionais e órgãos avaliadores do Ministério da Educação.

Coordenação de Mídias e Tecnologias

Tem como atribuições:

Escolher as tecnologias e mídias a serem utilizadas nas atividades e nos cursos oferecidos pelo NeaD e a operacionalização da construção do material didático.

Composição:

- 01 Analista de Sistema: esse profissional deve ter formação em análise de sistema e experiência técnica comprovada;
- 01 Analista Designer Web: esse profissional deve ter ótimos conhecimentos sobre softwares para design de recursos e páginas web; 01 Analista de Ambiente Virtual de Aprendizagem: o profissional dessa área deve ter ótimos conhecimentos nas áreas de programação e, em especial, sobre as especificidades do software escolhido para hospedar os cursos e as atividades;
- 02 Assistentes de Produção: acompanhamento das gravações das videoaulas, agendamento com os professores, controle e organização dos estúdios.

Tem como atribuições:

- Apresentar mídias e tecnologias apropriadas para atender à sociedade;
- Coordenar todos os processos que visam ao funcionamento do Ambiente

.

Virtual de Aprendizagem (AVA);

- Coordenar a operacionalização dos materiais didáticos, o design institucional do AVA, o design institucional dos estúdios de gravações; o design dos materiais didáticos.

Coordenação de Produção

Tem como atribuições:

- Ser responsável pela produção, gerenciamento e orientação aos docentes no processo de produção e gravação das videoaulas com vistas a garantir a qualidade técnica e pedagógica desse recurso didático.
- Produzir recursos para as videoaulas;
- Gerenciar demandas relativas às videoaulas;
- Gerenciar demandas da agenda dos estúdios;
- Produzir locais para gravações externas e entrevistas;
- Orientar professores quanto ao conteúdo das videoaulas e sua relação com o conteúdo escrito.
- Orientar professores quanto à estrutura e recursos para a gravação das videoaulas;
- Recepcionar e dar apoio aos docentes durante sua estada no Núcleo de Educação a Distância;
- Acompanhar gravações;
- Acompanhar produção da locução e da tradução da Língua de Sinais;
- Criar, implantar e otimizar processos referentes às videoaulas e suas demandas; e
- Produzir relatórios sobre o andamento das gravações.

Secretaria Acadêmica (SeaD):

Setor responsável por todos os processos, registros e controles acadêmicos, e pelo relacionamento com alunos e com os polos de apoio presencial.

Composição:

- 04 Assistentes administrativos acadêmicos para a secretaria: atendimento on-line e por telefone aos alunos;
- 01 Assistente administrativo acadêmico para recursos humanos: controle materiais didáticos e documentos;
- 02 Assistentes administrativos acadêmicos para apoio ao aluno: atendimento on-line e por telefone aos alunos;
- 01 Ouvidor: atendimento on-line e por telefone aos alunos.

.

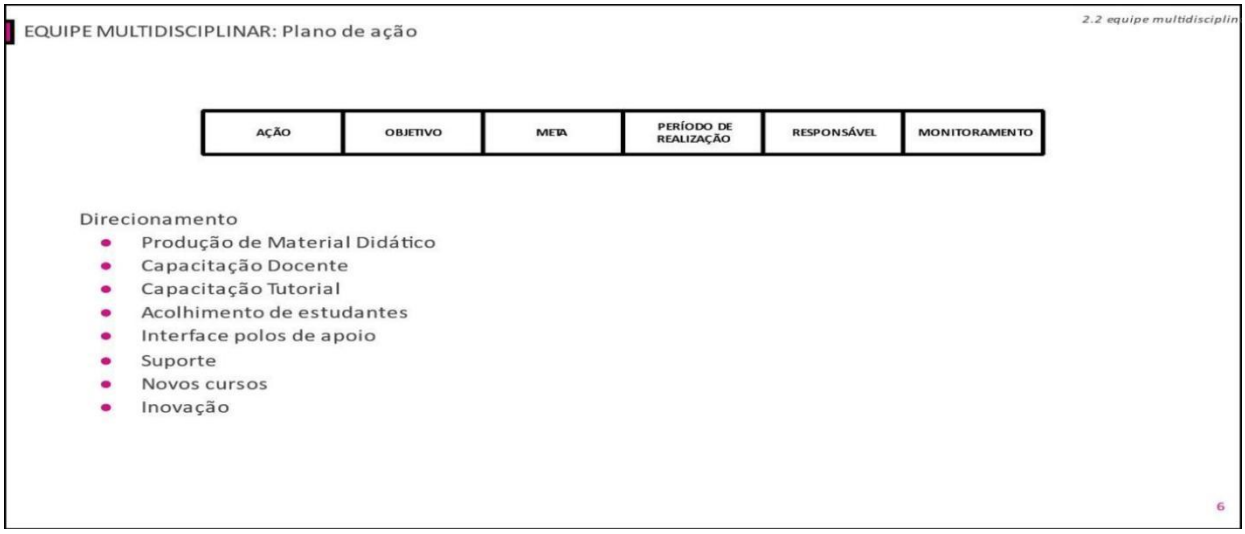
2.2.1 Plano de ação da equipe multidisciplinar e processos de trabalho formalizados

A equipe multidisciplinar do Núcleo de Educação a Distância desta IES, tem a finalidade de auxiliar as instâncias administrativo-pedagógicas no planejamento e implementação de ações que visem a melhoria da qualidade do ensino dos cursos ofertados pela instituição. Ressalta-se que não existe um modelo único de equipe multidisciplinar. Em regra, essas se adequam às demandas dos cursos criados em cada IES e nessa perspectiva a equipe multidisciplinar do NEaD não se afasta dessa realidade.

O principal documento que serve de embasamento para a elaboração deste documento é o Referencial de Qualidade para a Educação Superior a Distância, instituído pela Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação, em 2007, que aponta que na "(...) educação a distância, há uma diversidade de modelos, que resulta em possibilidades diferenciadas de composição dos recursos humanos necessários à estruturação e funcionamento de cursos nessa modalidade" (2007, p. 19).

Entretanto, esse mesmo documento indica que, independentemente da configuração do modelo de equipe multidisciplinar, essa deverá ter como funções o planejamento, a implementação e a gestão dos cursos à distância (2007) . A equipe multidisciplinar do NEaD da IES é composta por integrantes de diferentes áreas, mas que buscam atuar de forma integrada na excelência dos cursos da instituição.

Com esse intuito a equipe multidisciplinar visa estabelecer um contínuo diálogo entre as instâncias de decisão, como o Núcleo Docente Estruturante (NDE), coordenadores/as de curso, professores/as formadores/as, tutores/as, técnicos/as administrativos/as, os/as quais participam direta e indiretamente das ações propostas por esta equipe multidisciplinar, com o fito de elaborar o Plano de Ação da Equipe Multidisciplinar, conforme o modelo abaixo:



.

Este documento pretende definir as ações da Equipe Multidisciplinar em consonância com o que está previsto nas resoluções do Conselho Superior e nos Projetos Pedagógicos de Cursos – PPCs.

2.2.2 Atuação da equipe multidisciplinar e processos de trabalho formalizados.

A Equipe Multidisciplinar tem um papel fundamental na organização do trabalho pedagógico no processo de Educação à Distância, pois os desafios complexos inerentes à modalidade demandam um conjunto de saberes e expertises que só podem ser levados a cabo com sucesso, mediante" um conjunto estruturado de funções, desenvolvidas por profissionais de diferentes backgrounds".

Sendo assim, são atribuições da equipe multidisciplinar:

- Assegurar o envolvimento da comunidade acadêmica na modalidade de EaD, mediante a articulação contínua com todos os setores das IES;
- Propor a estrutura física e de recursos necessários ao desenvolvimento dos cursos e/ou programas de EaD, bem como acompanhar e avaliar a execução do processo de ensino aprendizagem nos Cursos ofertados na modalidade a Distância;
- Oferecer cursos e/ou atividades formativas de Graduação e de Pós-graduação lato sensu, e de Extensão;
- Assegurar a distribuição do material didático no AVA;
- Garantir a funcionalidade do AVA assim como a sua atualização contínua;
- Qualificar docentes e técnicos administrativos para atuarem em EaD;
- Assessorar e dar suporte a todas as iniciativas e experiências em EaD, no âmbito das IES;
- Apoiar e incentivar a aplicação do conhecimento adquirido em EaD;
- Estudar, elaborar e difundir modalidades de EaD;
- Buscar o desenvolvimento de habilidades em novas tecnologias aplicadas à EaD;
- Propor normas de organização, gestão e avaliação da EaD no âmbito das IES;
- Promover as melhores práticas pedagógicas em todos os cursos ofertados em EaD;
- Promover parcerias com outras instituições nacionais e internacionais, públicas e privadas, governamentais e não governamentais;
- Promover congressos, simpósios e similares sobre assuntos relacionados com EaD;
- Disseminar tecnologia, metodologias e os recursos educacionais para a EAD.

2.3 ATUAÇÃO DO COORDENADOR

O perfil de atuação do coordenador que a IES tem é de alguém que seja mais que um simples mediador entre alunos e professores, ou seja, deseja-se um gestor para promover as alterações e introduzir propostas inovadoras no ambiente universitário. Sendo capaz de

.

transformar, diariamente, conhecimento em competência.

O Coordenador deve atuar de forma a:

- Reconhecer as necessidades da área em que atua;
- Tomar decisões que possam beneficiar toda a comunidade acadêmica;
- Atender as exigências legais do Ministério da Educação;
- Gerir e executar o projeto político-pedagógico do curso;
- Operar novas tecnologias;
- Avaliar o trabalho dos docentes;
- Estar comprometido com a missão, crença e valores da instituição;
- Estar atento às mudanças impostas pelo mercado de trabalho a fim de adequar e modernizar o curso com foco na garantia de qualidade;
- Gerir equipes e processos, pensando e agindo estrategicamente;
- Colaborar com o desenvolvimento dos alunos e com o crescimento da instituição em que trabalha.

Assim, ser coordenador de curso pressupõe possuir competências nos aspectos: legal, mercadológico, científico, organizacional e de liderança. Trata-se não apenas de competência técnica, centrada no saber fazer de modo operacional, mas no conhecer, no saber ser e no saber viver junto, ou seja, o conhecimento dos dados isolados é insuficiente; é preciso articulá-los à iniciativa, a motivação para o trabalho, às relações interpessoais, aliando saberes sócio afetivo e cognitivo.

2.3.1 Relação do Coordenador com Docentes, Discentes, Tutores

O coordenador é um profissional da área do curso com experiência em gestão e a relação com docentes, discentes e tutores deve ser baseada em funções políticas, gerenciais, acadêmicas, institucionais, em liderança e bom relacionamento.

O bom relacionamento do coordenador deve acontecer tanto no meio acadêmico quanto no meio profissional de forma a garantir seu melhor desempenho na função.

O diálogo com alunos e professores deve ser aberto afim de formar parcerias, ouvir opiniões e sugestões e garantir a satisfação. E assim poder ajustar o andamento do curso as mudanças de perfil dos alunos e as mudanças do meio educacional garantindo a seus docentes atualizações para os processos de ensino-aprendizagem.

Já o diálogo com o meio profissional deve acontecer com personagens importantes da área para promoção de parcerias e estar sempre a par da realidade de mercado.

1.3.2 Representatividade do Coordenador nos Colegiados Superiores

.

Em acordo com a política institucional que promove a participação dos setores da instituição nos órgãos colegiados, os coordenadores dos cursos de graduação participam efetivamente do colegiado de curso do NDE do Comitê de Qualidade de Ensino e possui uma representatividade no Conselho Superior a partir de membro eleito pelos seus pares.

1.3.3 Plano Acadêmico Administrativo de Gestão do Curso sua Documentação e Compartilhamento

O Plano de Gestão Acadêmico Administrativo é um instrumento decorrente do processo de autoavaliação de curso e que serve de plano de ação interno de gestão da do curso, que visa implantar ações de melhorias em eixos considerados estratégicos para a IES com base na autoavaliação de curso, e para a qualidade de ensino que esta propõe. São objetivos do Plano:

- Realizar o planejamento das atividades pedagógicas e administrativas, assegurando aos professores as orientações, o tempo e o espaço necessário para o planejamento do semestre.
- Organizar o semestre letivo, discutindo com os professores as ações pedagógicas a serem realizadas.
- Propor e organizar ações tendo em vista o enfrentamento das questões pedagógicas que se revelaram problemáticas na avaliação do curso.
- Elaborar um calendário de atividades para o curso, destacando as ações pedagógicas e administrativas internas relevantes.

a) Metodologia de Elaboração do Plano Acadêmico Administrativo de Curso:

Ao início do semestre será destinado um período para o planejamento do curso, após esse período o coordenador deverá zelar pelo cumprimento das ações e realizações das atividades, tendo em vista o planejamento das atividades do semestre. Ao final desse período o coordenador do curso deverá encaminhar um plano de ação evidenciando as atividades pertinentes ao seu curso, tendo em vista o enfrentamento das dificuldades apontadas pelos professores e a necessidade de melhoria contínua da qualidade dos processos pedagógicos.

Deve-se ainda submeter à apreciação superior o calendário de atividades do curso para que o mesmo possa ser compatibilizado com as demais ações previstas pelos outros cursos a fim de evitar atropelos /ou dificuldades na realização das mesmas. Espera-se que os resultados obtidos nas avaliações possam subsidiar a elaboração do Plano Acadêmico Administrativo de Curso tendo em vista a continua melhoria dos processos pedagógicos institucionais visando a excelência dos serviços educacionais ofertados e o cumprimento dos princípios, da missão e dos valores da FAMETRO, previstos no Plano de

.

Desenvolvimento Institucional PDI.

Deve-se observar o planejamento dos seguintes eixos, a saber:

i) Atividades Extracurriculares: atividades de cunho formativo e/ou cultural que contribuam para a formação do perfil do egresso, tendo em vista o reforço ao desenvolvimento das competências e habilidades previstas no Projeto Político Pedagógico do Curso e que não estejam necessariamente vinculadas aos componentes curriculares. Aqui podem ser consideradas atividades complementares como realização de palestras que promovam formação e desenvolvimento profissional com membros da comunidade interna e externa da instituição. São exemplos de atividades extracurriculares: campanhas de conscientização com temas atuais, cursos de curta duração que tragam aperfeiçoamento de habilidades específicas ao desenvolvimento profissional e pessoal do aluno, atividades culturais com a finalidade de promover a cultura local, o talento dos alunos e da comunidade em geral, Concursos, Campanhas Solidárias, Responsabilidade Social e outros. As atividades extracurriculares não possuem caráter obrigatório, não podem servir como critério de avaliação de desempenho do aluno, podendo ser, contudo considerada como atividades complementares.

ii) Atividades Interdisciplinares e Transversais: projeto de trabalho acadêmico, que tenham como princípio o diálogo entre disciplinas, áreas de conhecimento e conteúdos curriculares, na perspectiva de fomentar a interligação de saberes e práticas da área de conhecimento do curso. Espaço para o desenvolvimento de atividades com as temáticas transversais de questões étnico-raciais e de educação ambiental, além de temas desenvolvidos nas disciplinas que careçam de aprofundamento e de abordagem Inter conceitual. São consideradas atividades interdisciplinares todas aquelas realizadas nas quais estejam sendo tratados assuntos das disciplinas ministradas. São atividades que devem ser organizadas a partir da sala de aula, com a participação efetiva dos professores, sendo desenvolvidas por estes com seus alunos, servindo inclusive de referência para atribuição de notas na avaliação de desempenho acadêmico. Neste sentido pode ser feitos projetos de trabalhos acadêmicos onde os professores da disciplina do período possam dividir a responsabilidade pela orientação das mesmas e partilhar a nota atribuída entre os componentes curricularesenvolvidos. São exemplos dessas atividades: Projetos de Pesquisa e de Extensão. Projetos de Estudos Orientados. Seminários Acadêmicos, Jornadas Científicas, Semanas Acadêmicas, Mostra de trabalhos de curso, Visitas Técnicas, Gincanas de conhecimento, entre outros A diferença entre as atividades interdisciplinares e transversais e as atividades extracurriculares e que as

.

primeiras são consideradas como metodologias de ensino, devendo ser consideradas como fundamento metodológico dos processos de ensino e aprendizagem. Já as atividades extracurriculares possuem caráter complementar, informal, não obrigatória. É importante destacar que as semanas acadêmicas por seu caráter e amplitude são consideradas atividades interdisciplinares, pois envolvem diferentes conteúdos e extracurriculares por estarem abertas também a comunidade externa e não serem obrigatórias.

iii) Acompanhamento de Egressos: realizar um acompanhamento dos egressos do curso, obtendo retorno acerca da aceitação dos nossos ex-alunos no mercado de trabalho, assim como, acerca da necessidade de revisão de condutas e processos pedagógicos tendo em vista a melhor e maior inserção dos nossos alunos no mundo do trabalho.

iv) Monitoramento da Evasão: propor a realização de ações de acompanhamento da evasão, buscando minimizar os índices do curso.

v) Autoavaliação interna do curso: organizar ações tendo em vista a avaliação interna do curso, essa avaliação poderá dar-se mediante seminários de avaliação com a participação do corpo docente e representatividade discente do curso, utilizando como base de dados a avaliação da CPA e outras bases de dados oriundas de formulários próprios de avaliação elaborados pelo curso tendo em vista a especificidade do mesmo. A ênfase dessa avaliação deverá ser os aspectos pedagógicos do curso. Metodologias empregadas de ensino e aprendizagem, técnicas de ensino, processos de avaliação e etc.

vi) Atividades Complementares: As atividades complementares são consideradas atividades curriculares e devem ser propostas pelos cursos tendo em vista o caráter complementar a formação do perfil do egresso, devendo ser pensadas e programadas a partir das competências previstas para serem desenvolvidas pelos alunos no decorrer da formação. Ao programar estas atividades os docentes e coordenadores devem considerar o regulamento das atividades complementares institucionais.

vii) Atividades de Extensão: atividades realizadas pelo corpo docente e discente tendo em vista a partilha do conhecimento produzido com o fito de promover a melhoria da qualidade de vida das comunidades envolvidas.

viii) Atividades de Incentivo à Produção Científica Discente e Docente: Planejar ações de incentivo à produção científica e a inovação tecnológica no interior dos cursos.

ix) Monitoria: Planejar ações de incentivo de monitoria nos cursos

x) Avaliação do Rendimento: Planejar ações de acompanhamento do rendimento acadêmico dos alunos no interior dos cursos.

.

1.3.4 Indicadores de Desempenho do Coordenador e sua Publicização

Para a definição dos indicadores, realiza-se um simples ciclo de especificação, implementação, acompanhamento e avaliação. A parte final (avaliação) é realizada por meio de observação e entrevista do coordenador. Por fim, é utilizado uma ficha padrão, que possibilita a clara avaliação do desempenho do coordenador. A seguir, estão os indicadores para avaliação do desempenho do coordenador que são realizados semestralmente:

ESFERA 1 – ACADÊMICA		
ITEM	**PARECER (SIM/NÃO)**	**OBSERVAÇÃO**
O número de disciplinas com alto grau de reprovação é de acordo com a média?		
Realiza feedback com o corpo docente durante e ao final de cada semestre?		
Realiza e/ou disponibiliza treinamento para o seu corpo docente?		
Possui estratégias pedagógicas para minimizar a evasão de alunos?		
Possui boa relação com seu corpo docente?		
Possui boa relação com seu corpo discente?		
É pontual?		
Possui um alto índice de resolubilidade de protocolos?		
Detém um alto rendimento em avaliações de alta escala externa?		
ESFERA 2 – AVALIAÇÃO INTERNA		
Para as esferas 2 e 3, realizar parecer de acordo com a Escala Likert: PARECER — LEGENDA 1 — Discordo totalmente 2 — Discordo parcialmente 3 — Não concordo, nem discordo 4 — Concordo parcialmente 5 — Concordo totalmente		
ITEM	**PARECER (1 a 5)**	**OBSERVAÇÃO**
Média do curso de satisfação por disciplina básica;		
Média do curso satisfação por disciplina específica;		
Média de satisfação por docente em relação ao aluno;		

.

Quantidade de aulas práticas por semestre;		
Quantidade de visitas técnicas por semestre;		
Quantidade de atividades extensionistas do Curso;		
ESFERA 3 – AVALIAÇÃO EXTERNA		
Titulação docente;		
Estimulação ao corpo docente para educação continuada: cursos, palestras, congressos e treinamentos;		
Publicações do corpo docente em revistas científicas indexadas.		

Após realizada a avaliação do coordenador, e tento em posse os resultados da CPA, os resultados serão discutidos individualmente para oportunidades de melhorias e indicação dos pontos fortes da gestão em curso. Após o processo de atendimento individual, os resultados serão publicizados nas vias de comunicação interna e externa da Instituição.

1.3.5 Planejamento da Administração do Corpo Docente

O corpo docente dos cursos de graduação do Centro Universitário FAMETRO encontra-se ligado hierarquicamente à Coordenação do curso. Esta, a partir de calendário interno e plano acadêmico administrativo, realiza o planejamento e administração das ações do corpo docente no âmbito do curso semestralmente. Este planejamento é revisto sistematicamente, tendo em vista os resultados alcançados no período anterior e a prospecção de ações futuras que possam colocar o corpo docente, de maneira mais eficiente, alinhado aos objetivos do curso ao perfil profissional do egresso.

2.4 REGIME DE TRABALHO DO COORDENADOR DO CURSO

O coordenador tem regime integral (40h) com carga horária dividida:

- 30h de Coordenação
- 03h de Núcleo Docente Estruturante
- 06h de sala de aula

2.4.1 Atribuições do Coordenador de Curso

A IES entende que coordenar um curso no Ensino Superior requer responsabilidades cada vez mais abrangentes dentro do processo de transformação pelas quais as instituições passam atualmente. Por isso tem definido claramente qual o perfil que deseja de seus

.

coordenadores e por consequência as suas atribuições.

A atuação do coordenador de curso é definida pelas seguintes competências:

- Reconhecer as necessidades da área em que atua;
- Tomar decisões que possam beneficiar toda a comunidade acadêmica;
- Atender as exigências legais do Ministério da Educação;
- Gerir e executar o projeto político-pedagógico do curso;
- Operar novas tecnologias;
- Avaliar o trabalho dos docentes;
- Estar comprometido com a missão, crença e valores da instituição;
- Estar atento às mudanças impostas pelo mercado de trabalho a fim de adequar e modernizar o curso com foco na garantia de qualidade;
- Gerir equipes e processos, pensando e agindo estrategicamente;
- Colaborar com o desenvolvimento dos alunos e com o crescimento da instituição em que trabalha.

Assim, ser coordenador de curso pressupõe possuir competências nos aspectos: legal, mercadológico, científico, organizacional e de liderança. Trata-se não apenas de competência técnica, centrada no saber fazer de modo operacional, mas no conhecer, no saber ser e no saber viver junto, ou seja, o conhecimento dos dados isolados é insuficiente; é preciso articulá-los à iniciativa, a motivação para o trabalho, às relações interpessoais, aliando saberes sócio afetivo e cognitivo.

No que compete a representatividade do coordenador nas instâncias colegiadas institucionais, possuindo acento no Conselho Maior da Instituição, sendo ainda, presidente nato do colegiado de curso e membro do Núcleo Docente Estruturante.

2.4.2 Relação do Coordenador com Docentes, Discentes, Tutores

O coordenador é um profissional da área do curso com experiência em gestão e a relação com docentes, discentes e tutores deve ser baseada em funções políticas, gerenciais, acadêmicas, institucionais, em liderança e bom relacionamento.

O bom relacionamento do coordenador deve acontecer tanto no meio acadêmico quanto no meio profissional de forma a garantir seu melhor desempenho na função.

O diálogo com alunos e professores deve ser aberto afim de formar parcerias, ouvir opiniões e sugestões e garantir a satisfação. E assim poder ajustar o andamento do curso as mudanças de perfil dos alunos e as mudanças do meio educacional garantindo a seus docentes atualizações para os processos de ensino-aprendizagem.

Já o diálogo com o meio profissional deve acontecer com personagens importantes da área para promoção de parcerias e estar sempre a par da realidade de mercado.

A IES entende que coordenar um curso no Ensino Superior requer responsabilidades

.

cada vez mais abrangentes dentro do processo de transformação pelas quais as instituições passam atualmente. Por isso tem definido claramente qual o perfil que deseja de seus coordenadores e por consequência as suas atribuições.

A atuação do coordenador de curso é definida pelas seguintes competências:

- Reconhecer as necessidades da área em que atua;
- Tomar decisões que possam beneficiar toda a comunidade acadêmica;
- Atender as exigências legais do Ministério da Educação;
- Gerir e executar o projeto político-pedagógico do curso;
- Operar novas tecnologias;
- Avaliar o trabalho dos docentes;
- Estar comprometido com a missão, crença e valores da instituição;
- Estar atento às mudanças impostas pelo mercado de trabalho a fim de adequar e modernizar o curso com foco na garantia de qualidade;
- Gerir equipes e processos, pensando e agindo estrategicamente;
- Colaborar com o desenvolvimento dos alunos e com o crescimento da instituição em que trabalha.

Assim, ser coordenador de curso pressupõe possuir competências nos aspectos: legal, mercadológico, científico, organizacional e de liderança. Trata-se não apenas de competência técnica, centrada no saber fazer de modo operacional, mas no conhecer, no saber ser e no saber viver junto, ou seja, o conhecimento dos dados isolados é insuficiente; é preciso articulá-los à iniciativa, a motivação para o trabalho, às relações interpessoais, aliando saberes sócio afetivo e cognitivo.

No que compete a representatividade do coordenador nas instâncias colegiadas institucionais, possuindo acento no Conselho Maior da Instituição, sendo ainda, presidente nato do colegiado de curso e membro do Núcleo Docente Estruturante.

2.4.3 Representatividade do Coordenador nos Colegiados Superiores

Em acordo com a política institucional que promove a participação dos setores da instituição nos órgãos colegiados, os coordenadores dos cursos de graduação participam efetivamente do colegiado de curso do NDE do Comitê de Qualidade de Ensino e possui uma representatividade no Conselho Superior a partir de membro eleito pelos seus pares.

2.4.4 Plano Acadêmico Administrativo de Gestão do Curso sua Documentação e Compartilhamento

O Plano de Gestão Acadêmico Administrativo é um instrumento decorrente do processo de autoavaliação de curso e que serve de plano de ação interno de gestão da do

.

curso, que visa implantar ações de melhorias em eixos considerados estratégicos para a IES com base na autoavaliação de curso, e para a qualidade de ensino que esta propõe. São objetivos do Plano:

- Realizar o planejamento das atividades pedagógicas e administrativas, assegurando aos professores as orientações, o tempo e o espaço necessário para o planejamento do semestre.
- Organizar o semestre letivo, discutindo com os professores as ações pedagógicas a serem realizadas.
- Propor e organizar ações tendo em vista o enfrentamento das questões pedagógicas que se revelaram problemáticas na avaliação do curso.
- Elaborar um calendário de atividades para o curso, destacando as ações pedagógicas e administrativas internas relevantes.

b) Metodologia de Elaboração do Plano Acadêmico Administrativo de Curso:

Ao início do semestre será destinado um período para o planejamento do curso, após esse período o coordenador deverá zelar pelo cumprimento das ações e realizações das atividades, tendo em vista o planejamento das atividades do semestre. Ao final desse período o coordenador do curso deverá encaminhar um plano de ação evidenciando as atividades pertinentes ao seu curso, tendo em vista o enfrentamento das dificuldades apontadas pelos professores e a necessidade de melhoria contínua da qualidade dos processos pedagógicos.

Deve-se ainda submeter à apreciação superior o calendário de atividades do curso para que o mesmo possa ser compatibilizado com as demais ações previstas pelos outros cursos a fim de evitar atropelos /ou dificuldades na realização das mesmas. Espera-se que os resultados obtidos nas avaliações possam subsidiar a elaboração do Plano Acadêmico Administrativo de Curso tendo em vista a continua melhoria dos processos pedagógicos institucionais visando a excelência dos serviços educacionais ofertados e o cumprimento dos princípios, da missão e dos valores da FAMETRO, previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional PDI.

Deve-se observar o planejamento dos seguintes eixos, a saber:

I. Atividades Extracurriculares: atividades de cunho formativo e/ou cultural que contribuam para a formação do perfil do egresso, tendo em vista o reforço ao desenvolvimento das competências e habilidades previstas no Projeto Político Pedagógico do Curso e que não estejam necessariamente vinculadas aos componentes curriculares. Aqui podem ser consideradas atividades complementares como realização de palestras que promovam formação e desenvolvimento profissional com membros da comunidade interna e externa da instituição. São exemplos de atividades extracurriculares: campanhas de conscientização com temas atuais, cursos de curta duração que tragam

.

aperfeiçoamento de habilidades específicas ao desenvolvimento profissional e pessoal do aluno, atividades culturais com a finalidade de promover a cultura local, o talento dos alunos e da comunidade em geral, Concursos, Campanhas Solidárias, Responsabilidade Social e outros. As atividades extracurriculares não possuem caráter obrigatório, não podem servir como critério de avaliação de desempenho do aluno, podendo ser, contudo considerada como atividades complementares.

II. Atividades Interdisciplinares e Transversais: projeto de trabalho acadêmico, que tenham como princípio o diálogo entre disciplinas, áreas de conhecimento e conteúdos curriculares, na perspectiva de fomentar a interligação de saberes e práticas da área de conhecimento do curso. Espaço para o desenvolvimento de atividades com as temáticas transversais de questões étnico-raciais e de educação ambiental, além de temas desenvolvidos nas disciplinas que careçam de aprofundamento e de abordagem Inter conceitual. São consideradas atividades interdisciplinares todas aquelas realizadas nas quais estejam sendo tratados assuntos das disciplinas ministradas. São atividades que devem ser organizadas a partir da sala de aula, com a participação efetiva dos professores, sendo desenvolvidas por estes com seus alunos, servindo inclusive de referência para atribuição de notas na avaliação de desempenho acadêmico. Neste sentido pode ser feitos projetos de trabalhos acadêmicos onde os professores da disciplina do período possam dividir a responsabilidade pela orientação das mesmas e partilhar a nota atribuída entre os componentes curriculares envolvidos. São exemplos dessas atividades: Projetos de Pesquisa e de Extensão. Projetos de Estudos Orientados. Seminários Acadêmicos, Jornadas Científicas, Semanas Acadêmicas, Mostra de trabalhos de curso, Visitas Técnicas, Gincanas de conhecimento, entre outros A diferença entre as atividades interdisciplinares e transversais e as atividades extracurriculares e que as primeiras são consideradas como metodologias de ensino, devendo ser consideradas como fundamento metodológico dos processos de ensino e aprendizagem. Já as atividades extracurriculares possuem caráter complementar, informal, não obrigatória. É importante destacar que as semanas acadêmicas por seu caráter e amplitude são consideradas atividades interdisciplinares, pois envolvem diferentes conteúdos e extracurriculares por estarem abertas também a comunidade externa e não serem obrigatórias.

III. Acompanhamento de Egressos: realizar um acompanhamento dos egressos do curso, obtendo retorno acerca da aceitação dos nossos ex-alunos no mercado de trabalho, assim como, acerca da necessidade de revisão de condutas e processos pedagógicos tendo em vista a melhor e maior inserção dos nossos alunos no

.

mundo do trabalho.

IV. Monitoramento da Evasão: propor a realização de ações de acompanhamento da evasão, buscando minimizar os índices do curso.

V. Autoavaliação interna do curso: organizar ações tendo em vista a avaliação interna do curso, essa avaliação poderá dar-se mediante seminários de avaliação com a participação do corpo docente e representatividade discente do curso, utilizando como base de dados a avaliação da CPA e outras bases de dados oriundas de formulários próprios de avaliação elaborados pelo curso tendo em vista a especificidade do mesmo. A ênfase dessa avaliação deverá ser os aspectos pedagógicos do curso. Metodologias empregadas de ensino e aprendizagem, técnicas de ensino, processos de avaliação e etc.

VI. Atividades Complementares: As atividades complementares são consideradas atividades curriculares e devem ser propostas pelos cursos tendo em vista o caráter complementar a formação do perfil do egresso, devendo ser pensadas e programadas a partir das competências previstas para serem desenvolvidas pelos alunos no decorrer da formação. Ao programar estas atividades os docentes e coordenadores devem considerar o regulamento das atividades complementares institucionais.

VII. Atividades de Extensão: atividades realizadas pelo corpo docente e discente tendo em vista a partilha do conhecimento produzido com o fito de promover a melhoria da qualidade de vida das comunidades envolvidas.

VIII. Atividades de Incentivo à Produção Científica Discente e Docente: Planejar ações de incentivo à produção científica e a inovação tecnológica no interior dos cursos.

IX. Monitoria: Planejar ações de incentivo de monitoria nos cursos

X. Avaliação do Rendimento: Planejar ações de acompanhamento do rendimento acadêmico dos alunos no interior dos cursos.

2.4.5 Indicadores de Desempenho do Coordenador e sua Publicização

Para a definição dos indicadores, realiza-se um simples ciclo de especificação, implementação, acompanhamento e avaliação. A parte final (avaliação) é realizada por meio de observação e entrevista do coordenador. Por fim, é utilizado uma ficha padrão, que possibilita a clara avaliação do desempenho do coordenador. A seguir, estão os indicadores para avaliação do desempenho do coordenador que são realizados semestralmente:

.

ESFERA 1 – ACADÊMICA		
ITEM	**PARECER (SIM/NÃO)**	**OBSERVAÇÃO**
O número de disciplinas com alto grau de reprovação é de acordo com a média?		
Realiza feedback com o corpo docente durante e ao final de cada semestre?		
Realiza e/ou disponibiliza treinamento para o seu corpo docente?		
Possui estratégias pedagógicas para minimizar a evasão de alunos?		
Possui boa relação com seu corpo docente?		
Possui boa relação com seu corpo discente?		
É pontual?		
Possui um alto índice de resolubilidade de protocolos?		
Detém um alto rendimento em avaliações de alta escala externa?		

ESFERA 2 – AVALIAÇÃO INTERNA	
Para as esferas 2 e 3, realizar parecer de acordo com a Escala Likert:	
PARECER	**LEGENDA**
1	Discordo totalmente
2	Discordo parcialmente
3	Não concordo, nem discordo
4	Concordo parcialmente
5	Concordo totalmente

ITEM	**PARECER (1 a 5)**	**OBSERVAÇÃO**
Média do curso de satisfação por disciplina básica;		
Média do curso satisfação por disciplina específica;		
Média de satisfação por docente em relação ao aluno;		
Quantidade de aulas práticas por semestre;		
Quantidade de visitas técnicas por semestre;		
Quantidade de atividades extensionistas do Curso;		
ESFERA 3 – AVALIAÇÃO EXTERNA		
Titulação docente;		
Estimulação ao corpo docente para educação continuada: cursos, palestras, congressos e treinamentos;		

.

Publicações do corpo docente em revistas científicas indexadas.		

.

Após realizada a avaliação do coordenador, e tento em posse os resultados da CPA, os resultados serão discutidos individualmente para oportunidades de melhorias e indicação dos pontos fortes da gestão em curso. Após o processo de atendimento individual, os resultados serão publicizados nas vias de comunicação interna e externa da Instituição.

2.4.6 Planejamento da Administração do Corpo Docente

O corpo docente dos cursos de graduação do Centro Universitário FAMETRO encontra-se ligado hierarquicamente à Coordenação do curso. Esta, a partir de calendário interno e plano acadêmico administrativo, realiza o planejamento e administração das ações do corpo docente no âmbito do curso semestralmente. Este planejamento é revisto sistematicamente, tendo em vista os resultados alcançados no período anterior e a prospecção de ações futuras que possam colocar o corpo docente, de maneira mais eficiente, alinhado aos objetivos do curso ao perfil profissional do egresso.

2.5 CORPO DOCENTE: TITULAÇÃO

O Corpo Docente é constituído por professores com titulação no mínimo de especialização e que tenham sido admitidos após banca de seleção de docentes organizada pela Coordenação de Ensino.

O Centro Universitário tem procurado contratar, preferencialmente, profissionais com doutorado ou mestrado concluído ou em andamento, mas leva em conta, também, a experiência profissional na docência e a produção científica dos candidatos. Quanto à titulação dos docentes da IES incluem:

Doutores;

II- Mestres;

III- Especialistas

Os professores são contratados pela Entidade Mantenedora, conforme as normas do Plano de Cargos e Salários homologado no Ministério do Trabalho.

O processo seletivo de docentes incluiu os seguintes passos:

- Análise do currículo dos candidatos previamente selecionados na “banca de currículos” da IES ou dos que apresentarem, mediante divulgação do processo seletivo, em edital publicado em jornal de grande circulação desta capital;
- Banca de avaliação de uma aula dos candidatos sobre um tema relacionado à disciplina em questão;
- Entrevista com o candidato;
- Argumentação oral sobre um tema relacionado à disciplina para cuja vaga o

.

candidato estiver concorrendo.

2.5.1 Relação do Corpo com a Respectiva Titulação

Os professores que atuarão no curso foram contratados mediante a realização de processo seletivo, executado por comissão designada para esse fim, e que incluiu os seguintes passos:

- Análise do currículo dos candidatos previamente selecionados na "banca de currículos" da IES e ou dos que apresentarem, mediante divulgação do processo seletivo, em edital publicado em jornal de grande circulação desta capital;
- Banca de avaliação de uma aula dos candidatos sobre um tema relacionado à disciplina em questão;
- Entrevista com o candidato;
- Argumentação oral sobre um tema relacionado à disciplina para cuja vaga o candidato estiver concorrendo.

A IES tem procurado contratar, preferencialmente, profissionais com doutorado ou mestrado concluído ou em andamento, mas leva em conta, também, a experiência profissional na docência e a produção científica dos candidatos.

Os professores previstos para o curso estão elencados no quadro em anexo.

2.5.2 Relação da titulação dos docentes com seu desempenho em sala de aula, capacidade de analisar conteúdos curriculares e fomentar o raciocínio crítico e relevância para atuação profissional e acadêmica.

Entendendo que a análise crítica da realidade existente é imprescindível para sua transformação, o nosso quadro de docentes analisa as competências dos componentes curriculares na fomentação do raciocínio crítico, reflexivo e dialógico. O conhecimento acadêmico do corpo docente traz contribuições para o alargamento da consciência crítica dos educandos nas práticas institucionais concretamente situadas na construção da democracia social e educacional. O relatório está inserido no anexo desde documento.

2.6 REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE DO CURSO

2.6.1 Relação do Corpo Docente com o Respectivo Regime de Trabalho

O regime de trabalho do corpo docente possibilita o atendimento integral da demanda, considerando a docência, o atendimento aos discentes, a participação no colegiado, o planejamento didático e a preparação e correção das avaliações de aprendizagem, os documentos comprobatórios encontram-se no anexo na pasta da

.

dimensão 2.

2.6.2 Atribuição dos Docentes e Forma de Registro das Atribuições Individuais Considerando a Carga Horária por Atividade

Os professores horistas exclusivamente às atividades de sala de aula. Os professores que trabalham em regime parcial contratados para atuar com 12h ou mais horas semanais reservam ao menos 25% do tempo para estudos, planejamento, avaliação e orientação de estudantes.

Os docentes contratados em regime integral atuam 40h semanais na IES, sendo destas 20h semanais para estudos, pesquisa, trabalhos de extensão, planejamento e avaliação.

2.7 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO DOCENTE

2.7.1 Relação do corpo docente com as respectivas experiências profissionais FORA do magistério superior.

A IES considera a importância da relação entre a experiência profissional do corpo docente visto que tal conhecimento reflete diretamente no desempenho em sala de aula. Segue em anexo a este a tabela com a relação dos docentes e as respectivas experiências profissionais fora do magistério superior.

2.7.2 Relação da experiência do corpo docente previsto e seu desempenho fora do magistério superior.

A IES considerando o perfil do egresso constante no PPC traça um relatório evidenciando a importância da experiência profissional do corpo docente para o bom desempenho em sala de aula ao aplicar, analisar e exemplificar de forma contextualizada, problemas práticos, de aplicação da teoria ministrada em diferentes unidades curriculares em relação ao fazer profissional. O referido relatório estará disponível em pasta anexa.

2.8 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

N.S.A

2.8.1 Estudo que Demonstra e justifica a Relação entre a Experiência no Exercício da Educação Básica do Corpo Docente

N.S.A

.

2.9 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO DOCENTE NA DOCÊNCIA SUPERIOR

2.9.1 Relação do Corpo Docente com as Respectivas Experiências no Magistério Superior

Considerando o perfil do egresso a IES ressignifica a relação entre a experiência no exercício da docência superior do corpo docente e seu desempenho em sala de aula, neste contexto as ações que permitem identificar as dificuldades dos alunos, expor o conteúdo em linguagem adequada e apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares, além de promover avaliações coerentes com os objetivos da aprendizagem.

A tabela com os docentes e as respectivas experiências no ensino superior serão apresentadas em anexo na pasta da dimensão 2.

2.10 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

2.10.1 Estudo que Demonstra e Justifica a Relação entre a Experiência no Exercício da Docência na Educação a Distância do Corpo Docente e seu Desempenho na Identificação das Dificuldades de Aprendizagem, Contextualização dos Conteúdos, Avaliação diagnóstica, formativa e somativa, Liderança e Produção reconhecida.

Abordar sobre saberes docentes é uma tarefa difícil devido à complexidade desta análise, uma vez que os saberes nascem de conhecimentos e experiências no decorrer de sua práxis educativa.

Tardif (2014), em seus estudos, considera dois importantes aspectos relacionados aos professores: o saber em seu trabalho e o saber em sua formação. Para o autor, não há como estudar o saber do docente sem fazer a relação com o contexto e com os condicionantes em que os professores estão inseridos. Portanto, os saberes só possuem sentido quando estão relacionados com o trabalho dos docentes. Tudo aquilo que já foi vivenciado como processo educativo faz parte e fará parte da prática profissional do docente, seja de forma positiva ou não. Quando o docente se depara com as necessidades é quando ele fará sua atuação de fato.

O saber não é uma coisa que flutua no espaço: o saber dos professores é o saber deles e está relacionado com a pessoa e a identidade deles, com a experiência de vida e com a sua história profissional, com as suas relações com os alunos em sala de aula e com os outros atores escolares na escola, etc. Por isso, é necessário estudá-lo relacionando-o com esses elementos constitutivos do trabalho docente (TARDIF, 2014, p. 11)

.

A função do docente não está dissociada do saber docente. Todavia não há como dissociar estes papéis. Embora haja uma rotina de trabalho diferenciada na modalidade a distância, o trabalho acontece da mesma forma, de forma colaborativa e coletiva.

As experiências vivenciadas pelos docentes nas salas de aulas de cursos presenciais, no que diz respeito aos processos metodológicos, técnicas inovadoras, processos avaliativos serão de suma importância para aquele docente que vai atuar no ensino a distância, uma vez que o mesmo se depara com todas essas situações, seja através de um ambiente virtual, ou mesmo de encontros semipresenciais.

Para isso, é preciso que o docente além destas experiências desenvolva competências e habilidades inerentes a função de um docente EAD. Sobre esse contexto, afirma Masetto (2015, p.143):

> (...) compreende-se melhor a função docente do professor, "colocando-o na contingência de conhecer novos recursos tecnológicos, adaptar-se a eles, usá-los e compreendê-los em prol de um processo de aprendizagem mais dinâmico e motivador para seus alunos".

Para Belloni (2015, p. 89), é crucial a redefinição do papel do docente para que ocorra o sucesso dos processos educacionais, tanto presencial como a distância. A atuação desse profissional na EaD passará do [...] monólogo sábio da sala de aula para o diálogo dinâmico dos laboratórios, salas de meios, e-mail, telefone e outros meios de interação mediatizada; do monopólio do saber à construção coletiva do conhecimento, por meio da pesquisa; do isolamento individual ao trabalho em equipes interdisciplinares e complexas; da autoridade à parceria no processo de educação para a cidadania.

Para Tenório, Santos e Tenório (2016), as competências impostas ao professor na modalidade presencial, igualmente, são imprescindíveis ao tutor na educação a distância, devendo ser adaptadas de acordo com as especificidades da modalidade. Com isso, percebe-se que as duas figuras, compartilham das mesmas competências, mesmo que com funções diferentes.

Desta forma, é possível perceber que é de suma importância os saberes e experiências dos docentes adquiridos durante sua trajetória, mas também é muito mais importante que ele inove e se renove a cada dia, principalmente no que diz respeito aos recursos tecnológicos.

No que se refere ao trabalho do docente tutor Mill (2014, p. 26) o define como polidocência. "O termo [...] não é necessariamente novo e [...] poderia ser definido como uma docência coletiva, isto é, onde cada parte é realizada por um trabalhador distinto". Nesta concepção, uma nova situação acontece no processo de ensino e de aprendizagem, sobretudo na educação a distância: o uso das TDIC. Para Masetto (2015), o

.

desenvolvimento das TDIC impactou na educação, a partir do uso de computadores e da internet; do acesso em tempo real e imediato às informações, às experiências, ao conhecimento e aos projetos transformadores. Fica evidente que não é suficiente apenas conhecer as ferramentas, cabendo ao docente saber utilizá-las na prática.

Com o desenvolvimento da cultura digital, a mediação pedagógica, baseada no uso das TDIC, entra em discussão. Masetto (2015) entende por mediação pedagógica a atitude do professor que se posiciona como um facilitador, um motivador ou um incentivador da aprendizagem. Para o autor, esse comportamento se apresenta como uma ponte entre a aprendizagem e seu aprendiz, colaborando ativamente para o alcance dos objetivos do aluno. Suas experiências docentes, seja de saberes (conhecimentos), técnicas e metodologias diferenciadas, bem como suas experiências como um tutor, mediador e um "professor digital", contribui significativamente para sua atuação enquanto tutor, na interação com os estudantes, na exposição de conteúdos e consequentemente resultando em práticas exitosas e inovadoras para o processo de ensino e aprendizagem.

Contudo, muitos tutores encontram algumas dificuldades no desenvolvimento de seu fazer pedagógico. Oliveira e Santos (2013) verificaram em seus estudos, que muitos profissionais que atuam na EaD não possuem experiências nessa modalidade em sua formação. Configura-se, então, um ambiente de novos desafios e descobertas, porém com o enfrentamento de certas dificuldades. Cabe a Instituição, deixar claro o papel do tutor EAD, bem como do seu fazer pedagógico, promovendo reuniões periódicas para deixá-los a par de orientações gerais, bem como de alteração em documentos legais relacionados ao EAD e promovendo formações continuadas que desenvolvam habilidades no seu corpo docente.

Quando o tutor possui habilidades desenvolvidas para a mediação pedagógica possibilita vivenciar aspectos que surgem do e no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), gerando situações em que o estudante seja capaz de realizar conexões entre os conhecimentos construídos e os conteúdos do curso, de modo que a aprendizagem seja realmente incorporada em diversos contextos, aponta Schlunzenet al. (2016).

Nessa perspectiva, fica evidente a necessidade de conhecer e entender as competências de um tutor. Por competência, Perrenoud (2000, p. 35) entende ser "[...] a faculdade de mobilizar um conjunto de recursos cognitivos (saberes, capacidades, informações etc.), para solucionar com pertinência e eficácia uma série de situações". Sobre as competências necessárias ao tutor, conforme os estudos de Maggio (2001, p. 41) aponta uma série de conhecimentos necessários como: conhecimento de conteúdo e pedagógico, conhecimento do contexto educacional, bem como de valores educativos de suas raízes históricas e filosóficas.

Desta forma, para se desenvolver competências para a tutoria são necessárias situações e experiências que demonstrem a precisão de mobilizar o saber e executá-lo. Ao

.

considerar o tutor como a figura fundamental na educação a distância, torna-se necessário falar sobre a sua capacitação e sua formação para atuar nos vários cursos disponibilizados pelas instituições. De acordo com Belloni (2015, p. 92) a formação inicial objetiva "[...] prepará-los para a inovação tecnológica e suas consequências pedagógicas e também para a formação continuada, numa perspectiva de formação ao longo da vida".

No anexo desde está disposta a relação comprobatória da experiência do corpo docente na educação à distância.

2.11 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA TUTORIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

2.11.1 Relação da experiência no exercício da tutoria na educação à distância do corpo tutorial e a capacidade de fornecer suporte às atividades dos docentes, realizar mediação pedagógica, relacionar-se com docentes, incrementar processos de ensino aprendizagem, orientar e sugerir atividades e leituras complementares.

A capacitação e preparação do tutor continuamente é primordial para o desenvolvimento de suas funções. Mesmo possuindo todos os pré-requisitos necessários para atuar com a tutoria, esse profissional passa por constante avaliação a fim de serem verificados os pontos positivos de sua atuação e àqueles pontos que precisam ser trabalhados para que sua atuação mediante a aprendizagem do aluno, leve aos resultados e objetivos traçados.

Essas atualizações são feitas por meio de treinamentos virtuais através de sites voltados à EAD, assim como presencialmente em momentos com a coordenação pedagógica, por meio de estudos de casos, análise de artigos e reflexão sobre as ações e desenvolvimento de habilidades e atitudes e estudo do Ambiente Virtual de Aprendizagem.

Para garantir a formação do corpo de tutores com o objetivo de formatar as atitudes e habilidades dentro das funções relacionadas, é necessário estabelecer características e perfis profissionais fundamentais para o processo labutar do tutor. Para assegurar o cumprimento da qualidade e excelência já conhecidos desta IES são realizadas formações continuadas ao corpo tutorial.

Nessa perspectiva, para ter o seu corpo de tutoria atendidos com projetos de qualificação a IES busca promover:

- Ampliar os incentivos para participação em eventos científicos/técnicos e culturais.
- Promover Formação Continuada didático-pedagogicamente, no início de cada semestre com oficinas, palestras etc.

.

- Valorizar a titulação acadêmica, experiência na tutoria e fora dela, produção científica e tecnológica como critério de seleção para admissão de tutores;
- Valorizar a produção científica como critério de ascensão horizontal para níveis sucessivos das categorias docentes.
- Disponibilizar acervo bibliográfico online aos tutores.
- Criar programa de Inter formação entre os tutores EAD e professores da graduação presencial.
- Garantir expansão de domínio dos tutores de novas tecnologias e ferramentas para uso na modalidade EAD
- Disponibilizar ferramentas para aumento de interação com os alunos com a devida formação dos tutores para uso.
- Promover Formação específica por meio digital.
- Valorizar e capacitar o uso de ferramentas móveis para complemento do ambiente virtual de aprendizagem.

É importante ainda destacar que a IES busca correlacionar todas as experiências no exercício da tutoria para que estes profissionais se sintam valorizados e sobretudo aptos a desenvolver todas as atividades inerentes ao seu respectivo papel no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes, assegurando a estes o pleno desenvolvimento de suas competências e habilidades necessárias à sua formação. Nesse escopo, realizar mediação pedagógica, relacionar-se com docentes, incrementar processos de ensino-aprendizagem, orientar e sugerir atividades e leituras complementares.

Nos anexos deste está disposta a relação comprobatória da experiência do corpo docente na educação à distância.

2.12 ATUAÇÃO DO COLEGIADO DE CURSO

O coordenador, os professores do curso e um representante discente participam ativamente dos órgãos colegiados da IES, nos termos do Regimento Institucional, especialmente o Colegiado de Curso.

O Colegiado de Curso é o órgão colegiado da unidade do curso, sendo integrado pelos seguintes membros:

- Coordenador, que o preside;
- Corpo docente do curso;
- Um representante do corpo discente.
- Compete ao Colegiado de Curso:
- Aprovar o perfil do curso e as diretrizes gerais das disciplinas, com suas ementas e respectivos programas elaborados pelo NDE;

.

- Aprovar o currículo do curso e suas alterações com a indicação das disciplinas e respectivas cargas horárias de acordo com as diretrizes curriculares elaborado pelo NDE;
- Acompanhar os resultados da auto avaliação do curso realizado pela CPA;
- Colaborar com os demais órgãos acadêmicos no âmbito de sua atuação;
- Articular a formulação, execução e avaliação do projeto institucional e formação de professores;
- Exercer outras atribuições de sua competência.

O Colegiado de Curso reúne-se ordinariamente duas vezes por semestre, estas reuniões possuem caráter deliberativo e pauta voltada para as questões de organização acadêmico-administrativa do curso. As demais reuniões ocorridas no semestre são convocadas pelo coordenador de curso em caráter extraordinário. Algumas reuniões extraordinárias podem ocorrer em conjunto com reuniões do NDE, desta maneira a convocação é realizada pelo presidente do núcleo e o coordenador do curso.

O conteúdo das reuniões é registrado em ata e os pleitos encaminhados via Comunicação Interna com cópia da ata para a Direção geral a qual cabe tomar as medidas acadêmico-administrativas pertinentes às demandas do curso.

2.12.1 Institucionalização do Colegiado com Representatividade dos Segmentos e Periodicidade e Registro das Reuniões.

O coordenador, os professores do curso e um representante discente participam ativamente dos órgãos colegiados da IES, nos termos do Regimento Institucional, especialmente o Colegiado de Curso.

O Conselho de Curso é o órgão colegiado da unidade do curso, sendo integrado pelos seguintes membros:

Coordenador, que o preside;

Corpo docente do curso;

Um representante do corpo discente.

Compete ao Colegiado de Curso:

I. aprovar o perfil do curso e as diretrizes gerais das disciplinas, com suas ementas e respectivos programas elaborados pelo NDE;
II. aprovar o currículo do curso e suas alterações com a indicação das disciplinas e respectivas cargas horárias de acordo com as diretrizes curriculares elaborado pelo NDE;
III. acompanhar os resultados da auto avaliação do curso realizado pela CPA;
IV. colaborar com os demais órgãos acadêmicos no âmbito de sua atuação;

.

V. articular a formulação, execução e avaliação do projeto institucional e formação de professores;

VI. exercer outras atribuições de sua competência.

O Colegiado de Curso reúne-se ordinariamente duas vezes por semestre, estas reuniões possuem caráter deliberativo e pauta voltada para as questões de organização acadêmico-administrativa do curso. As demais reuniões ocorridas no semestre são convocadas pelo coordenador de curso em caráter extraordinário. Algumas reuniões extraordinárias podem ocorrer em conjunto com reuniões do NDE, desta maneira a convocação é realizada pelo presidente do núcleo e o coordenador do curso. Os conteúdos das reuniões são registrados em ata.

2.12.2 Fluxo para Encaminhamentos das Decisões, Encaminhamento e Execução.

Após o registro das reuniões em ata, os pleitos devem ser encaminhados via Comunicação Interna com cópia da ata para a Pró-reitoria acadêmica, a qual cabe tomar as medidas acadêmico-administrativas pertinentes às demandas do curso, e assim responder também por meio de Comunicação Interna a decisão para execução por parte da coordenação e do colegiado.

2.12.3 Avaliação Periódica do Desempenho das Decisões Colegiadas para Implementação ou Ajuste de Práticas de Gestão

A avaliação periódica das decisões colegiadas e a implementação dos ajustes de práticas de gestão, dar-se-ão mediante os resultados apontados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) e pela autoavaliação do curso a partir de práticas democráticas de discussão e reflexão acerca dos resultados alcançados no período de um semestre. Essa avaliação alicerça a possibilidade de planejamento de ações futuras e ajusta a prática de gestão, sempre em busca da melhoria da qualidade de ensino e demais ações praticadas no interior do curso.

2.13 TITULAÇÃO E FORMAÇÃO DO CORPO DE TUTORES DO CURSO

2.13.1 Demonstração que todos os Tutores são Graduados na Área da Disciplina e da Titulação da sua Maioria

A IES considerando o perfil do egresso constante no PPC, apresenta em anexo na pasta da dimensão 2, a relação do corpo de tutores presenciais e a distância com suas respectivas titulações e formação.

.

2.14 EXPERIÊNCIA DO CORPO DE TUTORES EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

2.14.1 Estudos que Demonstra e Justifica a Relação entre a Experiência dos Tutores em Educação a Distância e seu Desempenho na Identificação de Dificuldades de Aprendizagem, Exposição do Conteúdo em Linguagem Aderente, Contextualização dos Conteúdos, Adoção de Práticas Exitosas e Inovadoras

Com o desenvolvimento da cultura digital, a mediação pedagógica, baseada no uso das TICs, ganha um destaque fundamental na relação ensino-aprendizagem. A atitude do tutor na mediação pedagógica é aquela que se posiciona como um facilitador, um motivador ou um incentivador da aprendizagem. Esse comportamento se apresenta como uma ponte entre a aprendizagem e seu aprendiz, colaborando ativamente para o alcance dos objetivos do aluno. Suas experiências docentes, seja de saberes (conhecimentos), técnicas e metodologias diferenciadas, bem como suas experiências como um tutor, mediador e um "professor digital", contribui significativamente para sua atuação enquanto tutor, na interação com os estudantes, na exposição de conteúdos e consequentemente resultando em práticas exitosas e inovadoras para o processo de ensino e aprendizagem.

Nessa perspectiva, a IES preza pela contratação de tutores com formação específica na área de conhecimento da referida disciplina, assim como agregar experiências com o ensino a distância, pois isto em muito contribuirá para a formação dos estudantes.

A relação entre a experiência dos Tutores em Educação a Distância e seu Desempenho na Identificação de Dificuldades de Aprendizagem se configura em questão sine qua non para o estabelecimento de uma mediação pedagógica mais produtiva para com os estudantes.

Cabe a Instituição, deixar claro o papel do tutor EAD, bem como do seu fazer pedagógico, promovendo reuniões periódicas para deixá-los a par de orientações gerais, bem como de alteração em documentos legais relacionados ao EAD e promovendo formações continuadas que desenvolvam habilidades no seu corpo docente, pois quando o tutor possui habilidades desenvolvidas para a mediação pedagógica possibilita vivenciar aspectos que surgem do e no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), gerando situações em que o estudante seja capaz de realizar conexões entre os conhecimentos construídos e os conteúdos do curso, de modo que a aprendizagem seja realmente incorporada em diversos contextos.

Nessa perspectiva, fica evidente a necessidade de conhecer e entender as competências de um tutor no sentido de entender ser esta a faculdade de mobilizar um conjunto de recursos cognitivos (saberes, capacidades, informações etc.), para solucionar com pertinência e eficácia uma série de situações. Nesse contexto podemos considerar

.

como competências necessárias ao tutor, uma série de conhecimentos necessários como: conhecimento de conteúdo pedagógico, conhecimento do contexto educacional, bem como de valores educativos de suas raízes históricas e filosóficas.

Desta forma, para se desenvolver competências para a tutoria são necessárias situações e experiências que demonstrem a precisão de mobilizar o saber e executá-lo. Ao considerar o tutor como a figura fundamental na educação a distância, torna-se necessário falar sobre a sua capacitação e sua formação para atuar nos vários cursos disponibilizados pelas instituições.

Nesse contexto a IES busca capacitar seus tutores na contextualização dos conteúdos assim como fomentar nestes a adoção de Práticas Exitosas e Inovadoras com o objetivo de assegurar a qualidade na formação dos respectivos estudantes.

2.15 INTERAÇÃO ENTRE TUTORES, DOCENTES E COORDENADOR DE CURSO

A interação entre os tutores presenciais, tutores a distância, docentes e coordenador de curso, ocorre de forma sistemática e programada tanto presencialmente quanto no AVA, com o objetivo de desenvolver estratégias e implementar ações que contribuam para o melhor andamento das disciplinas e conforme as DCNs do curso.

As tutorias online e as tutorias presenciais têm atribuições distintas com o objetivo de melhor apoiar o estudante no processo de ensino-aprendizagem. Contudo, ambas formas de tutorias são amparadas e estão sob responsabilidade de um professor denominado aqui, como docente responsável. Todos esses atores, envolvidos nesse processo são definidos de forma conjunta entre coordenador de curso e coordenação acadêmica e pedagógica do NEaD. A interação entre os tutores presenciais, tutores a distância, docentes e coordenadores de curso, ocorre de forma sistemática e programada tanto presencialmente quanto no AVA, com o objetivo de desenvolver estratégias e implementar ações que contribuam para o melhor andamento das disciplinas e conforme as DCNs do curso.

A interação com o Estudante é potencializada de diversas formas, seja de forma presencial, via contato telefônico, e-mails e pelo uso criativo dos recursos do Ambiente Virtual de Aprendizagem. A proposta pedagógica do Ensino a distância da IES utiliza a Plataforma Moodle para gerenciar seu ambiente virtual de aprendizagem. O AVA é estruturado para atender os estudantes de forma que se sintam em uma sala de aula. Utiliza ferramentas síncronas e assíncronas. Cada participante desse cenário e que faz parte do processo de aprendizagem utiliza canais específicos de comunicação.

Os tutores EAD são responsáveis pelo gerenciamento da disciplina, pelo acompanhamento das atividades realizadas pelos estudantes no AVA, cria fóruns de discussão e interage nestes fóruns, aplica atividades avaliativas, interage com o estudante

.

através de comunicação síncrona e assíncrona, orienta e tira dúvidas de forma online e presencial e realiza encontros presenciais. Estão divididos entre Tutores EAD e presenciais, interagindo de forma diferenciada.

Parceiro do aluno de EaD:

- Orienta, de acordo com o ritmo de cada aluno, todas as etapas do processo ensino aprendizagem;

Mediador:

- Através do seu conhecimento global do curso, leva o aluno à aprendizagem usando de estratégias mediadoras;

Multiplicador de conhecimento:

- Apoia os docentes da equipe com orientações claras e didáticas quanto à preparação de materiais e ao acompanhamento das atividades geradas;

Conhecedor e entusiasta da abordagem interdisciplinar do conhecimento:

- Mostra aos alunos como os conteúdos e disciplinas se integram no curso, dando-lhes um conhecimento mais completo, não fragmentado, interdisciplinar; Orienta os professores nesta mesma direção;

Facilitador da aprendizagem discente:

- Objetiva proporcionar ao aluno de EaD autonomia para aprender mais e de modo correto, através de oportunidades colaborativas de aprendizagem seja entre aluno-tutor seja entre alunos-alunos ou aluno-tutor-aluno;

Usuário da comunicação dialógica:

- Mostra, através do diálogo didaticamente estruturado, que existem caminhos para as soluções de problemas;
- Estabelece etapas em que a comunicação do aluno é indispensável à execução de uma tarefa e/ou pesquisa;

Orientador pedagógico:

- Atendendo aos alunos presencial e virtualmente em suas dúvidas de origem técnica ou de conteúdo; avalia e seleciona materiais de apoio; elabora a apresentação dos materiais de apoio, que leve o aluno ao uso da tecnologia, motivando-o a conhecer mais e mais;

Veículo de Interatividade:

- Atua com outros professores e tutores na elaboração de processos interativos;

.

- Identifica o grau de interatividade dos alunos;
- Tenta resgatar os alunos resistentes ou desmotivados;

Assessor dos professores das disciplinas:

- Passam aos colegas os conhecimentos/experiências adquiridas em eventos sobre EaD;
- Participa de discussões sobre a elaboração e uso de material didático de EaD;
- Leva ao especialista de conteúdos (professor da disciplina) as dúvidas do aluno para poder ajudá-lo via chat, e-mail, fax, etc;

Usuário e conhecedor da TI:

- Utiliza as tecnologias e informação (TI) como veículo de interação com os seus orientandos;
- Organiza atividades e as desenvolve com os alunos usando as TI's.

2.15.1 Planejamento da Interação entre Tutores, Docentes e Coordenador de Curso

Por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem utilizado pela IES, é possível a cooperação entre Tutores, Docentes e Coordenador de Curso o que possibilita um trabalho em equipe, com a finalidade de atingir a um objetivo comum. Academicamente essa cooperação é importante, porque tem o aluno como o objetivo principal de todo o processo ensino e aprendizagem.

Segundo a proposta da IES, o coordenador de curso é o responsável pelo acompanhamento das disciplinas quanto à adequação ao projeto pedagógico do curso. A interação entre coordenador de curso e tutores ocorre em vários momentos e de formas diferentes. A primeira forma a ser citada é através de reuniões presenciais para relato de problemas e soluções, assim como compartilhamento de experiências entre tutores.

O planejamento da Interação entre Tutores, Docentes e Coordenador de Curso ocorre de forma sistematizada e sempre voltado para a melhoria dos resultados e otimização dos processos em que esses atores atuam.

De forma síncrona, o meio de reuniões através de ferramentas específicas para tal, a exemplo do meet e do jitsi. Uma outra forma de otimizar o fluxo de comunicação e oportunizar uma maior interação entre esses atores é a "Sala Multidisciplinar", onde estão inseridos tanto o coordenador do curso, coordenação acadêmica e pedagógica e docentes/tutores.

2.15.2 Avaliação Periódica para Incremento na Interação entre os Interlocutores

.

Na contextualização da interação entre professores e tutores presenciais e a distância, são realizadas por meio de comunicação de grupos de estudos, sistema de comunicação interna, distribuição de materiais entre os mesmos sempre prezando pela qualidade de ensino em EAD. Neste sentido, a gestão do ensino a distância, é responsável pela promoção de planejamento de interação que possibilite condições de mediação e articulação entre tutores, docentes e coordenação do curso, considerando uma análise sobre a interação para encaminhamento de questões de gestão acadêmica do curso.

A interação garante a mediação e a articulação entre tutores, docentes e coordenador do curso, para a realização de avaliações periódicas para a identificação de problemas ou incremento na interação entre os interlocutores. Os mecanismos de interações dos alunos com os docentes e tutores são pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), sala multiprofissional virtual e de forma oportuna, presencialmente.

Nesses ambientes são criados links para facilitar os processos de comunicação multimídia em tempo real e off-line. Esses mecanismos permitem processos de interação com os professores e tutores em grupo e individual. Além disso, o serviço de tutoria acessa os mecanismos de interação periodicamente para realizar atendimento ao aluno. Os tutores têm a função de mediação pedagógica entre os alunos e os conteúdos com atendimento periódicos das demandas dos alunos em horário de trabalho pré-definido pela coordenação do curso. O serviço de tutoria também tem a função de animação pedagógica dos alunos com monitoria permanente para saber se estão participando ou afastados das atividades pedagógicas de ensino e aprendizagem.

2.16 PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OU TECNOLÓGICA

2.16.1 Relação do Corpo Docente Previsto e suas Respectivas Produções

A IES considerando a oferta do Curso e o corpo docente para o perfeito cumprimento do perfil do egresso constante no PPC, apresenta em anexo na pasta da dimensão 2, a relação do corpo docente e suas respectivas produções.

DIMENSÃO 3: INFRAESTRUTURA

3.1 ESPAÇO DE TRABALHO PARA DOCENTES EM TEMPO INTEGRAL

O curso oferece gabinetes de trabalho equipados, na proporção de um gabinete de trabalho para cada professor de tempo integral lotado na respectiva unidade acadêmica. Esses gabinetes encontram-se equipados com internet, terminais de computador para livre acesso dos docentes e atendem, plenamente, aos requisitos de dimensão, limpeza,

.

iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessárias à atividade proposta.

3.2 ESPAÇO DE TRABALHO PARA O COORDENADOR

A coordenação possui uma sala própria com condições adequadas em termo de dimensão, equipamentos e conservação para comportar o gabinete individual do coordenador e o gabinete para a funcionária auxiliar. A sala dispõe de arquivos e prateleiras para a organização da documentação do curso. O coordenador e a funcionária possuem acesso a recursos tecnológicos com impressora na própria sala e a internet irrestrita. As acomodações do espaço permitem o atendimento individualizado e atendimento em grupos de discentes e docentes tanto pelo coordenador como pela funcionária que auxilia nos processos administrativos do setor que garantem privacidade.

3.3 SALA COLETIVA DE PROFESSORES

As instalações para docentes (salas de professores) estão equipadas segundo a finalidade e atendem, plenamente, aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade como mesas, cadeiras, sofás, bebedouro, necessária à atividade proposta viabilizando o trabalho docente. Dispõe de recursos de tecnologia da informação e comunicação como impressora e internet e apoio técnico-administrativo próprio. O espaço está equipado com armários para guarda de material e equipamentos e permite o descanso, lazer e integração.

3.4 SALAS DE AULA

As salas de aula estão equipadas, segundo a finalidade e atendem, aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessária à atividade proposta e contém uma média de 50 cadeiras estofadas com braço, cadeiras adaptadas, um quadro branco, ar condicionado, uma mesa de professor e recursos pedagógicos à disposição. O espaço permite situações de ensino-aprendizagem com recursos que garantem práticas diferenciadas.

3.5 ACESSO DOS ALUNOS AOS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

A IES possui laboratórios de informática com terminais, softwares e acesso à internet para o uso de professores e alunos mediante sistema de agendamento. Nos laboratórios os

.

alunos contam com suporte de um técnico de informática que assessora a utilização dos mesmos.

Além dos laboratórios físicos, dispõe de laboratório móvel que permite o deslocamento dos equipamentos pela IES.

LABORATÓRIO INFORMÁTICA MÓVEL		
Relação de Equipamentos		
Equipamento	Quant.	Local
Armário em aço inox escovado para acondicionamento Notebook	1	UNIDADE III
Carrinho de transporte	1	UNIDADE III
Notebook Positivo Master N170I	48	UNIDADE III
Suporte para notebook em madeira	48	UNIDADE III
Teclado em braille para PC adaptado com USB	1	UNIDADE III

Os laboratórios de informática possuem normas de segurança específica e plano de avaliação periódica dos espaços e plano de gerenciamento.

3.6 BIBLIOGRAFIA BÁSICA POR UNIDADE CURRICULAR

A IES possui acervo físico e virtual por meio de contrato com número de acessos que atendem à demanda do curso.

A bibliografia básica do curso é homologada pelo NDE em relatório específico com adequação à DCN, número de vagas e número de títulos.

São 03 títulos por unidade curricular com exemplares na proporção de 01 exemplar para cada 09 vagas, atualizados e tombados junto ao patrimônio da IES.

O acervo é gerenciado com plano de contingência para garantia de acesso e do serviço.

3.7 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR POR UNIDADE CURRICULAR

A IES possui acervo físico e virtual por meio de contrato com número de acessos que atendem à demanda do curso.

.

A bibliografia complementar do curso é homologada pelo NDE em relatório específico com adequação ao Catálogo de Curso Superior Tecnológico, número de vagas e número de títulos.

São 05 títulos por unidade curricular, com no mínimo 02 exemplares de cada título disponível, estando tombados e cadastrados junto ao patrimônio da IES e ao sistema da biblioteca.

O acervo é gerenciado com plano de contingência para garantia de acesso e do serviço.

PERIÓDICOS EM ASSINATURA CORRENTE CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

PERIÓDICOS ESPECIALIZADOS

1. Revista Gestão RH
2. Revista Empreendedor
3. Revista ESPM
4. Harvard Business Review (Nacional)
5. HSM Management
6. Melhor Gestão de Pessoas

PERIÓDICOS IMPRESSOS

Assinaturas de periódicos correntes disponibilizados na Biblioteca

1. Revista Gestão RH
2. Revista Empreendedor
3. Revista Estudos Econômicos
4. Revista ESPM
5. Harvard Business Review (Nacional)
6. HSM Management
7. Melhor Gestão de Pessoas
8. Revista Brasileira de Comércio Exterior
9. PROPMARK – Jornal, Propaganda e Marketing
10. Harvard International Review

PERIÓDICOS ADM ON LINE (LIVRE ACESSO)

1. Revista de Administração Contemporânea – RAC Eletrônica
   http://www.anpad.org.br/periodicos/content/frame_base.php?revista=1
2. BAR – Brazilian Administration Review
   http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=1807-769220170001&lng=pt&nrm=iso

.

3. Revista Eletrônica de Administração – READ da Escola de Administração da UFRGS http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=1413-2311&lng=en&nrm=iso
4. Revista de Administração Mackenzie http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/RAM/issue/view/485
5. BBR – Brazilian Business Review http://bbronline.com.br/
6. Revista de Administração da USP http://www.rausp.usp.br/
7. RAI – Revista de Administração e Inovação https://www.revistas.usp.br/rai
8. Revista de Administração FACES Journal – FUMEC http://www.fumec.br/revistas/facesp
9. RCA - Revista de Ciências da Administração https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm
10. Revista Economia & Gestão da PUC de Minas http://periodicos.pucminas.br/index.php/economiaegestao
11. Revista de Sociologia e Política http://revistas.ufpr.br/rsp
12. Revista Eletrônica de Ciência Política http://revistas.ufpr.br/politica/issue/archive
13. Revista de Administração Pública da FGV http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap
14. Revista Contabilidade & Finanças da USP https://www.revistas.usp.br/rcf
15. RAEP – Administração: Ensino e Pesquisa https://raep.emnuvens.com.br/raep
16. Revista Terceiro Setor & Gestão – UnG http://revistas.ung.br/index.php/3setor
17. Revista Ciências Administrativas da UNIFOR http://periodicos.unifor.br/rca
18. Revista Práticas de Administração Pública da UFSM https://periodicos.ufsm.br/pap
19. RAE – Revista de Administração de Empresas http://rae.fgv.br/rae
20. REMARK – Revista Brasileira de Marketing http://www.revistabrasileiramarketing.org/ojs-2.2.4/index.php/remark/issue/archive

3.8 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO BÁSICA

Para o desenvolvimento de atividades práticas a unidade onde está localizado o curso conta com laboratórios básicos e especializados, locais em que a partir das disciplinas ministradas, os alunos podem realizar atividades acadêmicas de natureza prática. Estes laboratórios estão disponíveis à comunidade acadêmica e atendem aos alunos de Graduação a partir de agendamento de horários, respeitando o limite de capacidade dos mesmos, garantindo que todos os alunos possam ter acesso equipamentos de maneira qualitativa.

Os referidos laboratórios possuem normatização própria que regula disciplina e confere as normas de segurança para as atividades a serem realizadas. Essas informações estão à disposição em regulamento acessível para alunos e professores nos respectivos laboratórios.

Para a organização e manutenção dos laboratórios estão alocados técnicos com

.

formação técnica para junto com os professores prever as atividades que ali serão realizadas e manter o pleno funcionamento dos mesmos.

3.8.1 Laboratórios Básicos do 1º Ano do Curso (CST) ou 1º e 2º Ano (Bacharelados e Licenciatura)

No Curso de Administração foi utilizado o laboratório de informática da Unidade Zona Leste, o qual deve atender as diversas disciplinas da matriz como suporte para execução de práticas que exigem o uso da ferramenta do computador contribuir para que envolvidos no processo de aprendizagem construam conhecimentos e conceitos, de forma crítica e ativa. Para fazer esta transição, todos os esforços são necessários, desde tecnológicos, até a adaptação dos móveis escolares que atendam estas necessidades.

Consideramos ainda que a Estrutura da Organização Curricular compreende as competências profissionais tecnológicas, gerais e específicas, incluindo os fundamentos científicos e humanísticos necessários ao desempenho profissional do graduado. Portanto, a articulação é tratada na utilização de ferramentas, como .

3.8.2 Normas de Funcionamento, Utilização e Segurança em caso de aula presencial

MANUAL DE UTILIZAÇÃO DO LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA

NORMAS GERAIS PARA DOCENTES E DISCENTES DURANTE AS AULAS PRÁTICAS NA ÁREA DA SAÚDE E TECNOLÓGICO

OBJETIVOS

Este documento regulamenta e normatiza o processo de utilização dos Laboratórios de Informática da IES, de modo a sustentar o seu bom uso e funcionamento no âmbito acadêmico

Os Laboratórios caracterizam-se por sua natureza didático-pedagógica, servindo de complemento aos usuários, na busca pela informação e do conhecimento.

Os Laboratórios têm por finalidade atender aos alunos de todos os anos/cursos oferecidos pela IES permitindo a pratica de atividades relacionadas ao ensino, à pesquisa e ao desenvolvimento do conhecimento.

Os Laboratórios de Informática da IES, oferecem espaço e equipamentos de informática e multimídia para atividades de ensino, pesquisa e extensão, que visem, especificamente, a:

- Estimular e promover o conhecimento das tecnologias informatizadas aplicadas à comunicação e ao aprendizado em geral aos alunos dos cursos regulares;

.

- Desenvolver projetos de pesquisa e extensão individuais ou coletivos;
- Dar o suporte as disciplinas dos cursos da IES. A política de uso foi criada com os objetivos básicos de melhorar o gerenciamento dos equipamentos e serviços do Laboratório de Informática, bem como impedir o mal-uso destes recursos. Ela se baseia na ideia de que o acesso a estes recursos é um direito que gera deveres.

O LABORATÓRIO

Os Laboratórios de Informática têm a missão de apoiar aos alunos oferecendo um ambiente favorável para realizações de trabalhos e pesquisas. Todos os computadores possuem acesso à internet, com uma boa velocidade, e bons equipamentos para propiciar conforto e agilidade. Todos os alunos têm direito de utilizar os laboratórios e podem contar com auxílio do laboratorista ou professor responsável que estão à disposição para esclarecer dúvidas e resolver problemas que venham a ocorrer durante a utilização.

NORMAS GERAIS

I - Do Horário de Funcionamento

Art. 19. Os Laboratórios de Informática funcionam de segunda-feira a sexta-feira, das 08:00 às 22:00 e nos sábados de 08:00 as 12:00, durante o período letivo regular. Os horários poderão ser alterados, e flexíveis para o laboratório móvel, a bem da comunidade, por ato da direção da IES.

II - Dos Usuários

Art. 2°. Enquadra-se como usuário do Laboratório de Informática todo e qualquer integrante do corpo docente, discente (regularmente matriculado) e funcional da IES, sendo o Laboratório de Informática de uso exclusivo destes. A interrupção de vínculo com a IES acarreta a consequente e imediata perda do direito de utilização do Laboratório de Informática.

III - das Reservas

Art. 3°. Nos horários reservados para a utilização dos Laboratórios de Informática por parte do corpo docente, para aulas curriculares ou esporádicas, é vedada a utilização concomitante da mesma sala por outros usuários.

.

Art. 4°. Os professores que desejarem utilizar o Laboratório de Informática para atividades acadêmicas devem efetuar reservas, com antecedência mínima de 24 horas, em formulário próprio junto aos funcionários do Suporte.

IV - Da Utilização

Art. 5° O Laboratório de Informática deve ser utilizado único e tão somente para atividades académicas ligadas ao ensino, pesquisa e extensão. É vedada a sua utilização para fins não relacionados à atividade acadêmica.

Art. 6º Os usuários que incorrerem em tal situação estão sujeitos a sansões e penalizações previstas no item X. O usuário é responsável, durante a sua utilização, dos recursos do Laboratório de Informática.

Art.8°.O funcionário responsável deverá ser informado de qualquer anormalidade ocorrida durante a utilização dos recursos computacionais. O professor deve orientar os alunos para que deixem o ambiente limpo, organizado e com todos os recursos computacionais devidamente desligados, após o término das atividades acadêmicas.

Art. 9°. Cada usuário recebe uma conta no servidor, com a respectiva senha pessoal e intransferível, que provê acesso e espaço em disco para gravação de arquivos.

V - Dos Deveres

Art. 10°. É dever de todo usuário do Laboratório de Informática zelar pelas instalações e recursos computacionais compostos de hardware, software e respeitar os funcionários do Laboratório de Informática.

VI - Das Proibições

Art.11°. Fica expressamente proibido no âmbito do Laboratório de Informática da IES:

A. Acessar modificar ou distribuir materiais de ação ofensiva racial, social ou
    a. religiosa;
B. Acessar, modificar ou distribuir materiais de conteúdo adulto/pornográfico:
C. Usar vocabulário de baixo calão/ofensivo,
D. Utilizar sites ou salas de bate-papo, ICQ, MSN Messenger e assemelhados:

.

E. Utilizar Jogos eletrônicos - salvo utilizados em atividades acadêmicas devidamente autorizadas;
F. Violar direitos autorais/propriedade intelectual:
G. Propaganda político/partidária;
H. Comer, beber ou portar alimentos;
I. Fumar ou conduzir cigarros e assemelhados acessos;
J. Utilizar equipamentos de comunicação como telefones celulares;
K. Perturbar o ambiente com brincadeiras e algazarras;
L. Praticar atividades que afetam ou coloquem em risco as instalações elou os recursos computacionais;
M. Praticar atividades que promovam o desperdício de recursos de energia e computacionais;
N. Instalação ou desinstalação de softwares e hardware nos equipamentos do laboratório;
O. Atos de vandalismo digital, tais como quebra de privacidade, invasões internas e externas, captura de senhas e pirataria de software;
P. Abrir, modificar, consertar ou reconfigurar a configuração dos recursos computacionais;
Q. Utilização de usuário e senha alheia;
R. Permanecer nas salas administrativas do Laboratório de Informática, salvo quando solicitado ou necessário.

VII - da Segurança lógica dos dados

Art.12° O Suporte não se responsabiliza pela integridade dos arquivos gravados nos servidores, devendo cada usuário ser responsável pela cópia de segurança dos seus arquivos.

VIII - da Conduta

Art. 13°. E de responsabilidade dos funcionários responsáveis pelo Laboratório de Informática manter a disciplina e ordem no Laboratório de Informática.

Art. 14° Durante a utilização do mesmo para atividades acadêmicas esta responsabilidade decai sobre o professor responsável pela atividade.
Art. 15° O Laboratório de Informática é um local de estudo e, portanto, devem ser observadas a ordem e o silencio.

.

Art. 16° Qualquer conduta indevida deve ser comunicada aos responsáveis pelo Laboratório de Informática, através de memorando interno, com provas anexadas para providência de medidas cabíveis.

IX - Das Punições

Art.17º O não cumprimento das normas deste regulamento aqui especificadas ser penalizado de acordo com a sua gravidade conforme descrito abaixo e pelo ressarcimento de prejuízos e danos causados a infraestrutura do Laboratório de

Informática:

I. Advertência oral;

II. Advertência escrita;

III Suspensão temporária dos direitos de utilização do Laboratório de Informática

IV. Suspensão definitiva dos direitos de utilização do Laboratório de Informática;

V. Responsabilidades civis ou pessoais cabíveis dentro da lei.

X- Dos Funcionários Responsáveis

Art. 18º. Os funcionários responsáveis pelo Laboratório de Informática da IES têm como atribuições:

I. Prestar suporte técnico aos usuários no desenvolvimento das atividades acadêmicas que necessitem dos recursos do Laboratório de Informática;

II. Supervisionar e controlar o comportamento dos usuários e utilização dos equipamentos;

III. Zelar pela conservação e manutenção dos recursos computacionais;

IV. Instalar e configurar recursos computacionais;

V. Prover manutenção dos recursos computacionais, salvo atividades que requerem intervenção externa especializadas por profissionais ou empresas

Art. 19º. Não constituem atribuições dos funcionários: I. Desempenhar funções de monitoria em atividades acadêmicas;

XI - Dos Casos Omissos

Art. 20° Os casos omissos neste regulamento do Laboratório de Informática serão apreciados, em primeira e única instância, por uma comissão designada pela direção da IES.
Art. 21° Este regulamento entra em vigor na data de sua publicação.

.

NORMAS DE SEGURANÇA DE LABORATÓRIOSOBJETIVOS

A presente norma tem por objetivo estabelecer diretrizes e condutas para a utilização de recursos de TI disponibilizados nos laboratórios da IES.

Para efeito de nomenclatura considerar-se-á recurso de TI todos os equipamentos e serviços instalados nos referidos laboratórios, incluindo computadores, periféricos (mouse, mouse pad, teclado, webcam e similares), switches, estabilizadores, no-breaks, sistemas operacionais e aplicativos.

ABRANGÊNCIA

Esta norma aplica-se a todos os usuários dos recursos de TI disponibilizados nos laboratórios.

Consideram-se usuários todos os alunos regularmente matriculados no campus bem como os servidores em exercício, alunos de cursos de extensão, além de estagiários, monitores e bolsistas externos.

SEGURANÇA

3.1 Os Usuários são responsáveis pela utilização correta dos recursos de informática (Computadores, redes e redes wireless e softwares) colocados à sua disposição e das informações disponibilizadas através da rede, devendo utilizá-los para os fins a que se destinam no estrito interesse da instituição, notadamente no que se refere às atividades acadêmicas.

3.2 Sob nenhuma circunstância está o usuário dos recursos de informática autorizado a se engajar em qualquer atividade que seja considerada ilícita, que afronte a moral, a ordem pública e os costumes locais, estaduais, nacionais e internacionais.

3.3 Sob nenhuma circunstância está o usuário dos recursos de informática autorizado a:

3.3.1 Utilizar ou divulgar material que viole os direitos de propriedade intelectual de qualquer natureza, bem como fazer cópia não autorizada de material protegido por direitos autorais, incluindo, exemplificativamente, músicas, textos, digitalização e distribuição de fotografias, livros ou outras fontes protegidas por direitos autorais;

3.3.2 Instalar, distribuir ou utilizar softwares não autorizados ou não licenciados para uso na

.

instituição.

3.3.3 Adquirir, criar, produzir, reproduzir, dirigir, transmitir, distribuir, possuir ou armazenar, tornar disponível por qualquer meio, fotografia, vídeo ou outra forma de registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança e/ou adolescente, conforme o disposto nos arts. 240, 241, 241-A, 241-B, 241-C, 241-D e 241-E da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

3.3.4 Divulgar informações injuriosas, caluniosas ou difamatórias, que violem o direito à honra ou à imagem das pessoas;

3.3.5 Divulgar material de cunho racista, que constitua ameaça a alguém ou, ainda, qualquer material que viole quaisquer leis e demais normas vigentes;

3.3.6 Introduzir programas com códigos maliciosos na rede ou nos servidores, como por exemplo: vírus, worms, cavalos de tróia, e-mails infectados, etc;

3.3.7 Fornecer senhas de acesso à rede, a e-mails e a demais sistemas informatizados para pessoas não autorizadas;

3.9 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA

3.9.1 Laboratórios Especializados do 1º Ano do Curso (CST) ou 1º e 2º Ano (Bacharelados e Licenciatura)

N.S.A

3.9.2 NORMAS DE FUNCIONAMENTO, UTILIZAÇÃO E SEGURANÇA

N.S.A

3.10 LABORATÓRIOS DE ENSINO PARA A ÁREA DE SAÚDE

3.10.1 Laboratório Específicos e Multidisciplinares em Conformidade com as DCNs

N.S.A

3.11 LABORATÓRIOS DE HABILIDADES

3.11.1 Laboratório de Habilidades da Atividade Médica ou de Saúde

N.S.A

3.11.2 Capacitação dos Discentes nas Diversas Competências nas Diferentes Fazes do Curso

.

N.S.A

3.12 UNIDADES HOSPITALARES E COMPLEXO ASSISTENCIAL CONVENIADOS

3.12.1 Unidades Hospitalares Conveniadas em Condições para a Formação dos Estudantes

N.S.A

3.12.2 Sistema de Referência e Contrarreferência

N.S.A

3.12.3 Práticas Interdisciplinares e Interprofissionais na Atenção à Saúde

N.S.A

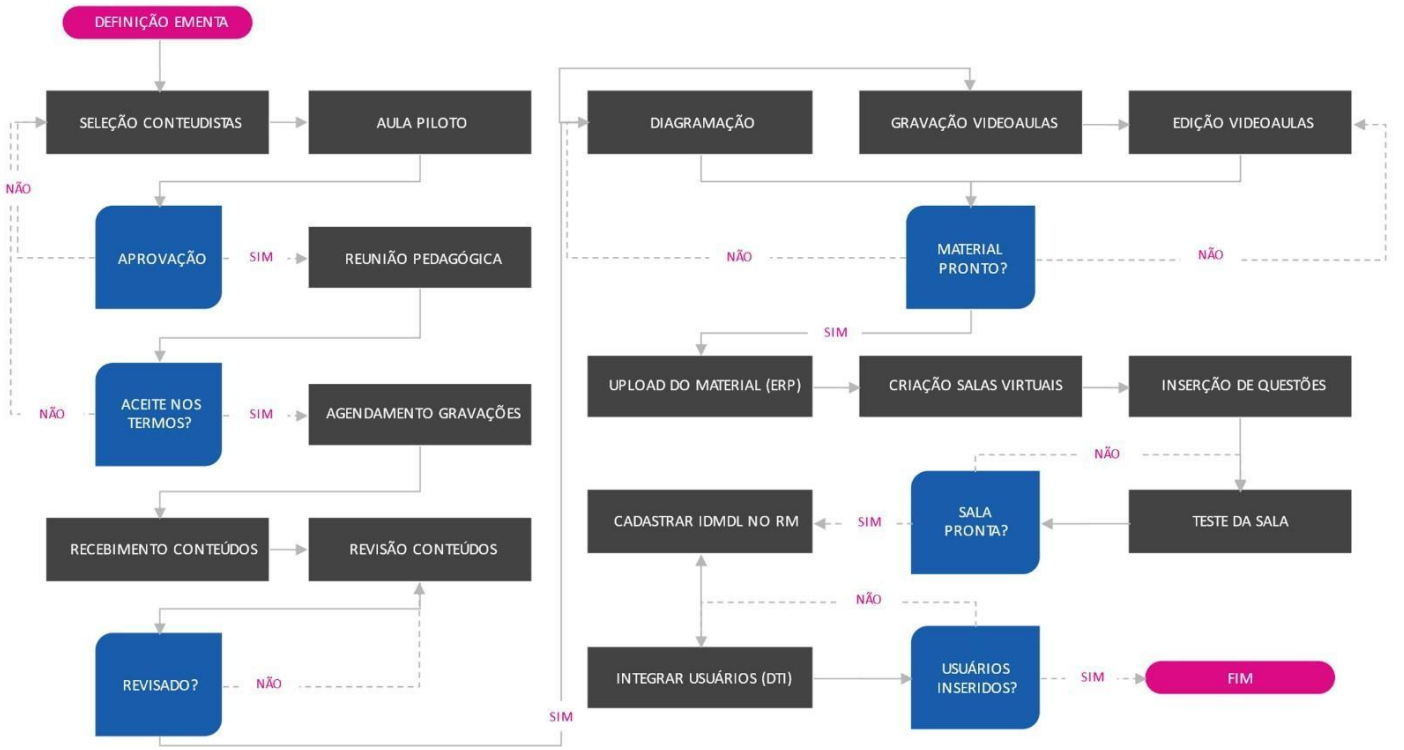
3.13 BIOTÉRIOS

N.S.A

3.14 PROCESSO DE CONTROLE DE PRODUÇÃO OU DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO

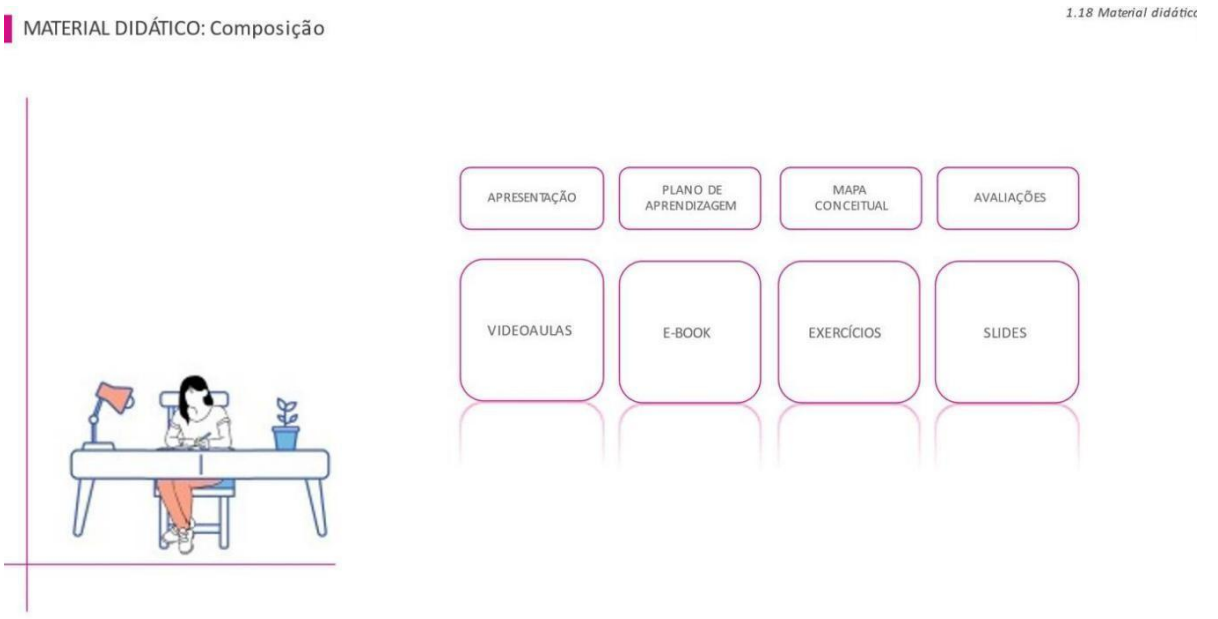
O processo de produção de conteúdo e seu controle é realizado pela Gestão do NEAD seguindo os seguintes procedimentos operacionais, apresenta 21 etapas entre a concepção da ideia e a conclusão do trabalho, visualizado no diagrama a seguir:

3.14 Processo de controle de produção ou distribuição de material didático (l



.

3.14.1 Material didático para uso na Modalidade de Educação à Distância



Todo o processo é controlado de forma eletrônica pelo SISTEMA DE CONTROLE DE PROCESSOS DO NEAD – SYSEAD. Esta ferramenta foi desenvolvida para realizar o acompanhamento de produção e manutenção do processo de produção de mídias e conteúdo acadêmico para a modalidade EAD.

3.14.2 Processo de Validação do Material didático pelo NEaD.

.

A produção de material didático na EaD é de grande importância para a efetiva aprendizagem do estudante e, para isso, exige alguns diferenciais em sua elaboração, aspectos que devem ser observados por todos os profissionais que integram o seu processo de produção.

O Núcleo de Educação à Distância (NeaD) da IES, é responsável pela concepção, gestão e avaliação de projetos em educação a distância, visando dar suporte pedagógico e tecnológico aos cursos presenciais e à distância oferecidos pela Instituição, através do desenvolvimento de tecnologia e mídias educacionais.

Equipe Multidisciplinar e a Produção de Materiais Didáticos

O Núcleo de Educação à Distância da IES, conta com uma equipe multidisciplinar responsável pelo planejamento, criatividade e produção de recursos didáticos voltados para a prática educativa, os quais, após finalizados, passam por um processo de validação, no qual observa-se especificidades de cada material produzido.

A equipe multidisciplinar da EaD da IES é composta por integrantes de diferentes áreas, mas que buscam atuar de forma integrada na excelência dos cursos da instituição. Com esse intuito a equipe multidisciplinar visa estabelecer um contínuo diálogo entre as instâncias de decisão, coordenadores/as de curso, professores/as formadores/as, tutores/as, técnicos/as administrativos/as, os/as quais participam direta e indiretamente das ações propostas por esta equipe multidisciplinar.

Composição da Equipe Multidisciplinar do NeaD:

- COORDENADOR EAD
- COORDENADORA DE ENSINO
- ASSESSORIA ACADÊMICO / PEDAGÓGICA EAD
- COORDENADOR DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL
- PROFESSORA REVISORA
- REVISORA DE TEXTOS
- PROFESSOR TUTOR EAD
- ASSISTENTE PEDAGOGICO
- ASSISTENTE DE PRODUÇÃO
- EDITOR DE IMAGEM
- EDITOR DE VIDEO
- DESIGNER MULTIMÍDIA
- ANALISTA DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL
- ANALISTA DE SUPORTE EAD
- DIAGRAMADOR
- ESTAGIÁRIO DE SISTEMAS

.

- ASSISTENTE ADMINISTRATIVO SR
- ASSISTENTE ADMINISTRATIVO PL
- ASSISTENTE ADMINISTRATIVO PL
- ASSISTENTE DE SECRETARIA SR
- ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
- ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
- ANALISTA FINANCEIRO PLENO

São atribuições da Equipe Multidisciplinar do NEaD:

- Assegurar o envolvimento da comunidade acadêmica na modalidade de EaD, mediante a articulação contínua com todos os setores das IES;
- Propor a estrutura física e de recursos necessários ao desenvolvimento dos cursos e/ou programas de EaD, bem como acompanhar e avaliar a execução do processo de ensino aprendizagem nos Cursos ofertados na modalidade a Distância;
- Oferecer cursos e/ou atividades formativas de Graduação e de Pós-graduação lato sensu, e de Extensão;
- Produzir material didático e assegurar sua distribuição no AVA;
- Garantir a funcionalidade do AVA assim como a sua atualização continua;
- Qualificar docentes e técnicos administrativos para atuarem em EaD;
- Assessorar e dar suporte a todas as iniciativas e experiências em EaD, no âmbito das IES;
- Apoiar e incentivar a aplicação do conhecimento adquirido em EaD;
- Estudar, elaborar e difundir modalidades de EaD;
- Buscar o desenvolvimento de habilidades em novas tecnologias aplicadas à EaD;
- Propor normas de organização, gestão e avaliação da EaD no âmbito das IES;
- Promover as melhores práticas pedagógicas em todos os cursos ofertados em EaD;
- Promover parcerias com outras instituições nacionais e internacionais, públicas e privadas, governamentais e não governamentais;
- Promover congressos, simpósios e similares sobre assuntos relacionados com EaD;
- Disseminar tecnologia, metodologias e os recursos educacionais para a EAD.

Por conseguinte, para a produção de material didático foi criado um fluxograma para definição dos processos, com o objetivo de otimização destes e estabelecimento de imediato, das estratégias necessárias para assegurar o processo de produção com a qualidade almejada pela IES. (anexo 1).

Validação de materiais didáticos para EaD

.

A contemporaneidade através das novas tecnologias nos trouxe grandes desafios, especialmente, no que diz respeito a planejar e organizar ambientes para aprendizagem online. Segundo Araújo Jr. e Marquesi (2012, p. 361), “a web constitui um espaço virtual que permite a experiência multissensorial de maneira bastante intensa, valorizando as diferentes formas de aprendizagem e disponibilizando os recursos multimidiáticos”, que deverão favorecer a aprendizagem dos educandos.

O Referencial de Qualidade para a Educação Superior a Distância (2007, p. 09) assevera que “os programas podem apresentar diferentes desenhos e múltiplas combinações de linguagens e recursos educacionais e tecnológicos”, possibilitando criar e recriar formatos de materiais em vários contextos de aprendizagem.

Para que o processo de validação seja eficaz, a Equipe Multidisciplinar observa a construção do material didático no que diz respeito à garantia de unidade entre os conteúdos trabalhados, quaisquer que sejam sua organização, disciplina, módulo, áreas e unidades.

Assim, torna-se relevante observar os critérios de qualidade dos produtos, antes que sejam postados no AVA. Para Schons (2009), “os critérios de qualidade relacionados aoconteúdo, linguagem e estética quando bem interligados, apresentando linguagem legível, conteúdo estruturado e estética apropriada permite um material organizado de forma a entreter o aluno”, pois se este não se identifica com o conteúdo proposto, a aprendizagem pode ficar comprometida. Neste sentido, é necessário estabelecer parâmetros de qualidade para cada ferramenta ou produto que constará no AVA.

Principais critérios de validação para inclusão no AVA

Os parâmetros de qualidade das atividades para o Ambiente Virtual de Aprendizagem, do NeaD da IES, são classificados em três dimensões: tecnológica, pedagógica e comunicativa.

- Na dimensão tecnológica são assegurados todos os recursos de tecnologia educacional no diz respeito à utilização de recursos tecnológicos para fins pedagógicos. Seu objetivo é buscar e práticas inovadoras, que facilitem e potencializem o processo de ensino e aprendizagem.
- Na dimensão pedagógica é entendido como aquela implicada diretamente com o processo de ensino–aprendizagem, em suas características de intencionalidade consciente e sistematização.
- Na dimensão comunicativa é permitido verificar a adequação da linguagem utilizada nos avisos e nos enunciados das atividades, observando a clareza e a preocupação com a interação, para potencializar a aprendizagem apoiada no discurso das novas tecnologias.

.

Os materiais de aprendizagem e de organização da disciplina disponibilizados no AVA são elaborados e construídos pela equipe Multidisciplinar do EAD e contemplam todas as etapas de produção das disciplinas a distância.

Durante todo a produção das disciplinas os respectivos processos se baseiam em:

- Abrangência, aprofundamento e coerência teórica;
- Organização e Apresentação;
- Consistência, Clareza e Objetividade;
- Cumprimento ao estabelecido na Ementa da Disciplina e Adequação Bibliográfica;
- Linguagem Dialógica, Inclusiva e Acessível;
- Acessibilidade Metodológica e instrumental

Itens Avaliados:

O material didático produzido é avaliado a partir dos critérios estabelecidos e abaixo listados, com o objetivo de assegurar a qualidade destes, conforme Anexo 2.

a) Plano de Aprendizagem;
b) E-book;
c) Avaliações;
d) Slides de apoio à compreensão da disciplina;
e) Mapa conceitual com síntese da disciplina;
f) Videoaulas.

Critérios para validação do plano de aprendizagem:

- Pertinência das temáticas em relação à ementa; relação do objetivo geral com rol de conteúdos da ementa;
- objetivos específicos correlacionados aos conteúdos da disciplina;
- distribuição e organização das unidades de ensino;
- metodologia de ensino, recursos didáticos e formas de avaliação; relação das temáticas da ementa à bibliografia apresentada ao aluno.
- Organização e normas na bibliografia básica e complementar.

Critérios para validação das avaliações:

- Clareza e objetividade dos assuntos propostos pela ementa;
- contextualização dos enunciados;
- ortografia e linguagem;
- organização do conteúdo da avaliação no template.

Critérios para validação dos slides de Apoio:

.

- Formatação do conteúdo no slide;
- aspectos didáticos na organização do slide (cores, fontes, gravuras etc.);
- distribuição do plano de ensino no slide; estética do material apresentado pelo professor.

Critérios para validação das vídeoaulas:

Organização das temáticas; distribuição dos conteúdos na tela e na oralidade do professor; tempo de apresentação; clareza visual das cartelas de cores utilizadas; trilha sonora para conteúdos de aprendizagem (se necessário); organização do roll, nomes, funções e palavras; organização da bibliografia no roll (normas da ABNT); ortografia e linguagem.

Critérios para validação do Mapa Conceitual:

Quantidade e qualidade de conceitos consideradas suficientes para compreensão e apreensão dos conceitos, níveis de hierarquização dos conteúdos, número de inter-relações, palavras de enlace e proposições com significado lógico, estrutura do mapa conceitual, representatividade dos conteúdos e criatividade.

É mister ainda destacar que os professores responsáveis pelas videoaulas são avaliados previamente nos quesitos abaixo, como critérios de avaliação das videoaulas-testes, a fim de assegurar a qualidade destas.

- Desenvoltura;
- Dicção;
- Postura;
- Adequação da Linguagem;

CRITÉRIOS PARA VALIDAÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO			
Disciplina:			
Item	**Plano de Aprendizagem**	**Atende**	**Não Atende**
1	Pertinência das temáticas em relação à ementa		
2	relação do objetivo geral com rol de conteúdos da ementa		
3	objetivos específicos correlacionados aos conteúdos da disciplina		
4	distribuição e organização das unidades de ensino		
5	metodologia de ensino, recursos didáticos e formas de avaliação		
6	relação das temáticas da ementa às bibliografias básica e complementar		
7	Organização e normas na bibliografia básica e complementar.		
Avaliações			
8	Clareza e objetividade dos assuntos propostos pela ementa; .		
9	contextualização dos enunciados;		
10	ortografia e linguagem		

.

11	organização do conteúdo da avaliação no template		
Slides de Apoio			
12	Formatação do Conteúdo no Slide		
13	Aspectos Didáticos na Organização do Slide (cores, fontes, gravuras etc.)		
14	Distribuição do Plano de Aprendizagem no Slide;		
15	Estética do material apresentado pelo professor		
Videoaulas			
16	Organização das temáticas;		
17	distribuição dos conteúdos na tela e na oralidade do professor;		
18	tempo de apresentação;		
19	clareza visual das cartelas de cores utilizadas;		
20	trilha sonora para conteúdos de aprendizagem (se necessário);		
21	organização do roll, nomes, funções e palavras;		
22	organização da bibliografia no roll (normas da ABNT);		
23	ortografia e linguagem.		
Mapa Conceitual			
24	Quantidade e qualidade de conceitos, considerados suficientes para a compreensão e apreensão do contéudo		
25	Níveis de hierarquização dos conteúdos		
26	Número de inter-relações entre conteúdos,		
27	Palavras de enlace e proposições com significado lógico,		
28	Estrutura do mapa conceitual,		
29	Representatividade dos conteúdos e criatividade.		

3.15 NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS: ATIVIDADES BÁSICAS E ARBITRAGEM, NEGOCIAÇÃO, CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ATIVIDADES JURÍDICAS REAIS

3.15.1 Processo de avaliação periódica quanto ao atendimento da demanda do curso pelo NPJ em suas atividades básicas

N.S.A

3.15.2 Atividades Jurídicas Reais

N.S.A

3.15.3 Visita Orientadas

N.S.A

3.15.4 Interdisciplinaridade das Matérias Legais

N.S.A

3.15.5 Avaliação Periódica do Atendimento da Demanda

N.S.A

.

3.16 COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP)

N.S.A

3.17 COMITÊ DE ÉTICA NA UTILIZAÇÃO DE ANIMAIS (CEUA)

N.S.A

3.18 AMBIENTES PROFISSIONAIS VINCULADOS AO CURSO

3.18. 1 Atendimentos aos Objetivos do PPC para Complementação de Práticas Laboratoriais e/ou Profissionais

N.S.A

3.18.2 Experiências Diferenciadas de Aprendizagem

N.S.A

3.18.3 Avaliação Periódica Documentada e Ações de Melhoria

N.S.A

APÊNDICES DO PPC - TOMO II DO PPC

Apêndice I – Infraestrutura

EIXO 5 - INFRAESTRUTURA FÍSICA

3.19 INSTALAÇÕES ADMINISTRATIVAS

As instalações administrativas prevista para o funcionamento da IES, atendem de maneira excelente as demandas institucionais, considerando os aspectos de quantidade, dimensão, limpeza, conservação, iluminação, acústica, climatização, segurança, acessibilidade, plano de avaliação periódica dos espaços, o gerenciamento de manutenção patrimonial e a proposição de recursos tecnológicos especifico para cada funcionalidade administrativa e acadêmica da IES. Os setores administrativos dispõem de estações de trabalho, computadores ligados a internet banda larga, software especifico, arquivo, armário, telefone. A EMENTA das dependências completas desta IES encontra-se anexa a este documento.

3.20 SALAS DE AULA

.

As salas de aula da IES possuem capacidade para atender grupos de 30 a 80 alunos, as mesmas atendem as necessidades institucionais, considerando a sua adequação as atividades, a acessibilidade, plano de avaliação periódica dos espaços e o gerenciamento da manutenção patrimonial, e a proposição de recursos tecnológicos. Todas as salas tem a sua disposição kit multimídia, quadro branco e Datashow.

3.21 AUDITÓRIO

Para reunião de grupo e atividades acadêmicas de caráter solene, a IES tem a sua disposição um auditório de 400 lugares e dois mini auditórios com capacidade para 150 pessoas, equipado com projetor multimídia e aparelhagem de som compatível com o tamanho do ambiente e acesso a internet por rede wifi. Já consta no seu plano de expansão a construção de segundo auditório com capacidade para 500 pessoas.

3.22 SALA DE PROFESSORES

A IES oferece salas de professores, com gabinetes e/ou estações de trabalho para os professores integrais da IES. A sala atende de maneira excelente as demandas institucionais considerando a sua adequação as atividades, a acessibilidade, plano de avaliação periódica dos espaços e o gerenciamento da manutenção patrimonial, e a proposição de recursos tecnológicos. A sala dos professores dispõe de estações de trabalho individual com computadores ligados a rede de internet banda larga, mesa de reunião e mesas para trabalho em equipe, área de conforto e copa.

3.23 ESPAÇOS PARA ATENDIMENTO DOS ALUNOS

Para o atendimento aos alunos, a IES oferece uma secretaria acadêmica com diversos serviços acadêmicos e financeiro, a qual atende de maneira excelente as demandas institucionais, considerando a sua adequação as atividades, a acessibilidade, plano de avaliação periódica dos espaços e o gerenciamento da manutenção patrimonial, e a proposição de implementação de variadas formas de atendimento. A Unidade contem recepções, sala de atendimento individualizado, sala de multimeios, lanchonetes e reprografia.

3.24 ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA E DE ALIMENTAÇÃO

Os espaços de convivência e de alimentação existentes na IES, atendem de maneira excelente as demandas institucionais, considerando os aspectos de quantidade, dimensão,

.

limpeza, conservação, iluminação, acústica, climatização, segurança, acessibilidade, plano de avaliação periódica dos espaços, o gerenciamento de manutenção patrimonial. As áreas de convivências e de alimentação dispõe de assentos, jogos de mesa e espaço para exposição cultural.

3.25 LABORATÓRIOS, AMBIENTES E CENÁRIOS PARA PRÁTICAS DIDÁTICAS

A infraestrutura física dos laboratórios da IES, ambientes e cenários para práticas didáticas atendem de maneira excelente às necessidades institucionais, considerando, a sua adequação as atividades, os equipamentos disponíveis em cada laboratório acessibilidade, climatização, as normas de segurança, o plano de avaliação periódica dos espaços e de gerenciamento da manutenção patrimonial, e a existência de recursos tecnológicos diferenciados. A IES dispõe de inúmeros laboratórios divididos em fixos e volantes, garantindo assim a qualidade das aulas práticas em acordo com o curso, matriz curricular e número de alunos. Anexo a este documento encontram-se a relação detalhada de infraestrutura.

3.26 INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA DESTINADA À CPA

A IES dispõe de um espaço de trabalho de uso privativo da CPA, que atendem as necessidades institucionais, considerando o espaço de trabalho para os membros, as condições físicas e tecnologia da informação para a futura coleta e análise de dados, os recursos tecnológicos para implantação de metodologias escolhida para o processo de autoavaliação. A sala da CPA contem estação de trabalho, computadores ligados a internet banda larga, software especifico, arquivos, armários e telefone.

3.27 BIBLIOTECA

A Biblioteca da IES tem como missão atender a comunidade acadêmica, identificando-se com as suas necessidades, sendo responsável pelo provimento de informações, procurando manter-se atualizada, visando o aprimoramento dos serviços, disponibilizando novas técnicas, capacitando intelectualmente os usuários de forma a torna-los sujeitos independentes e críticos em suas pesquisas, atuando como instrumento de apoio dinâmico no processo de ensino/aprendizagem e, por fim, estimulando o estudo, a pesquisa e a cultura. Dentro de suas possibilidades, como extensão de suas atribuições, a biblioteca atende, também, a comunidade externa. É de fundamental importância o bom atendimento aos usuários, por isso a cada ano procura-se inovar nos serviços buscando sempre os mais variados recursos para garantir a satisfação total no processo de busca pela

.

informação.

Para atender às necessidades de informação, estudo, pesquisa e extensão dos seus usuários, a Biblioteca dispõe de infraestrutura de mesas para estudo coletivos e individuais, sofás, poltronas energizadas e conta com acervo de, aproximadamente, 71.685 (setenta e um mil, seiscentos e oitenta e cinco) livros, 120 títulos de periódicos assinados e 830 títulos de periódicos disponíveis online de livre acesso, voltados para as áreas de interesses específicos dos cursos oferecidos presencial e a distância, composto a partir de listas de indicações de títulos fornecidas pelos professores e coordenadores dos cursos. Com objetivo de proporcionar aos usuários/alunos acesso à informação de interesse da sua área de formação específica e/ou áreas afins. O sistema de biblioteca conta com informatização do acervo que possibilita os usuários consultar, reservar e renovar o empréstimo de obras através do portal institucional de forma remota.

3.27.1 Biblioteca: Plano de Atualização do Acervo

A política de aquisição, expansão e atualização do acervo está baseada nas necessidades dos cursos, seguindo as indicações de aquisição de bibliografia do corpo docente, discente, coordenações de cursos, direção e funcionários, com base na bibliografia básica e complementar das disciplinas que integram a matriz curricular dos cursos.

A aquisição do material bibliográfico ocorre de forma contínua, com base nas solicitações de aquisição dos cursos e/ou identificação de necessidades por parte da equipe da biblioteca, e de acordo com o provimento de recursos financeiros da Instituição.

A biblioteca solicita, semestralmente, ao corpo docente, discente, coordenações de cursos, direção, e funcionários, indicação de publicações e materiais especiais, para atualização e expansão do acervo. Os professores recebem um impresso com dados a serem preenchidos, indicando a bibliografia básica e complementar a ser adotada durante o semestre letivo seguinte, em conformidade com os programas previstos. A equipe da biblioteca atualiza, também, o acervo através de consultas em catálogos de editoras, sites de livrarias e editoras, visitas em livrarias e bibliotecas, com finalidade de conhecer os novos lançamentos do mercado nas diversas áreas de especialidade do acervo.

3.27 Salas de Apoio de Informática ou Estrutura Equivalente

A infraestrutura das salas de TI, assim como os laboratórios de informática atendem as necessidades institucionais, considerando as estações de trabalho, meios de comunicação com as demais áreas, os equipamentos, a estrutura de rede cabeado e wifi com internet banda larga, as normas de segurança da informação, as políticas de acesso aos sistemas, acessibilidade, plano de atualização dos softwares, as normas de segurança,

.

suporte técnico e recursos tecnológicos inovadores.

3.28 INSTALAÇÕES SANITÁRIAS

As instalações sanitárias atendem, de maneira excelente, às necessidades institucionais, considerando a sua adequação as atividades, as condições de limpeza e segurança, acessibilidade, o plano de avaliação periódica do material, espaços e de gerenciamento da manutenção patrimonial, dispõe de banheiro familiar com fraldário.

3.29 ESTRUTURA DOS POLOS EAD

N.S.A

3.30 INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA

A IES é dotada de meios tecnológicos que atende as necessidades institucionais, considerando a adequação as atividades acadêmicas e administrativas, possui infraestrutura de rede logica cabeada e via wifi, maquinas e equipamentos compatível para o melhor desempenho das suas ações. Periodicamente toda a infraestrutura no que tange ao parque de máquinas, as licenças, os softwares e as políticas de uso e segurança na informação passam por atualização em acordo com as normas exigidas. O parque tecnológico possui um plano de contingência, considerando a capacidade e a estabilidade da energia elétrica e a rede logica em acordo com o nível de serviços oferecidos. Os equipamentos, normas de segurança, contratos com fornecedores, atualização de software e plano de manutenção encontram-se detalhadas na relação de infraestrutura anexa a este PDI.

3.31 INFRAESTRUTURA DE EXECUÇÃO E SUPORTE.

O Departamento de Tecnologia da Informação – DTI, possui infraestrutura de execução e suporte técnico capacitado para atender de maneira excelente às necessidades institucionais, considerando a disponibilidade de serviços previstos e meios apropriados para sua oferta, atender as demandas administrativas e acadêmicas, bem como implementar soluções de processos para redução de operações manual e minimizar erros de execuções. O DTI institucional recebe as demandas por chamadas telefônicas e GLPI, atendendo conforme ordem de abertura de chamado ou prioridade de urgência setorial, o DTI possui um plano de contingência, redundância e expansão da área, em acordo com o que preconiza os indicadores de qualidade oficiais.

.

3.32 PLANO DE EXPANSÃO E ATUALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS.

A IES possui no seu plano de expansão todo o planejamento e a previsão de ações que assegurem a expansão tecnológica dos serviços educacionais ofertados na modalidade Presencial e a Distância. Neste sentido, a aquisição, manutenção e ampliação do parque tecnológico da faculdade, acompanha as metas e objetivos previstos para a IES, em consonância com os indicadores de desempenho apurados. O plano de expansão e atualização de equipamentos faz parte do Plano de Desenvolvimento Institucional da IES.

3.33 RECURSOS DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

A IES conta com recursos de tecnologias de informação e comunicação para atender de maneira excelente às necessidades dos processos de ensino e aprendizagem, que envolvem professores, corpo técnico, estudantes e a sociedade civil.

3.34 AMBIENTE VIRTUAL DA APRENDIZAGEM AVA.

Para atender as disciplinas na modalidade Ensino a Distância, a FAMETRO adota o sistema Moodle como Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA. A plataforma atende de maneira excelente as necessidades da comunidade acadêmica da instituição, o sistema foi customizado de modo a disponibilizar os recursos necessários para a qualificação do processo de ensino e aprendizado dos usuários e está totalmente integrado ao RM sistema acadêmico institucional, seu acesso se dá pelo endereço eletrônico digital.fametro.edu.br ou pelo portal RM do aluno.

ANEXOS

Unidade Zona Leste

EMENTA	2019			2020		
	Quant.	M²	Cap.	Quant.	M²	Cap.
Recepção	1	19,75m²	10	1	19,75m²	10
SECAD	1	39,69m²	10	1	39,69m²	10
Sala dos Professores/Gabinete de Trabalho	1	20,15m²	15	1	42,15m²	10
Direção Acadêmica	1	14,05m²	3	1	14,05m²	3
Coordenações de Curso	1	54,51m²	4	1	54,51m²	4
Salas de Aula 01	1	62,68m²	60	1	68,56m²	60

.

Salas de Aula 02	1	44,30m²	40	1	70,20m²	60
Salas de Aula 03	1	44,30m²	40	1	70,08m²	60
Salas de Aula 04	1	42,09m²	30	1	79,10m²	90
Salas de Aula 05	-	-	-	1	75,80m²	90
Salas de Aula 06	-	-	-	1	78,31m²	90
Salas de Aula 07	-	-	-	1	78,79m²	90
Salas de Aula 08	-	-	-	1	80,12m²	90
Salas de Aula 09	-	-	-	1	60,76m²	48
Salas de Aula 10	-	-	-	1	65,14m²	48
Salas de Aula 11	-	-	-	1	57,42m²	65
Salas de Aula 12	-	-	-	1	57,38m²	56
Salas de Aula 13	-	-	-	1	58,04m²	69
Salas de Aula 14	-	-	-	1	57,98m²	69
Salas de Aula 15	-	-	-	1	67,65m²	90
Mini-Auditório	1	260m²	250	1	260m²	250
Biblioteca	1	183,00m²	30	1	183m²	30
Laboratório de Informática	1	81,70m²	35	1	81,70m²	35
Sala de Monitoria/Arquivo/Recurso	1	22,66	2	1	22,66	2
Direção Acadêmica	1			1		
CPA	1	15,69m²	6	1	15,69m²	6
DTI	1	17,50m²	2	1	17,50m²	2
Banheiro Masculino	2	41,37m²	5	2	41,37m²	5
Banheiro Feminino	2	42,38m²	5	2	42,38m²	5
Banheiro Acessibilidade	1	4,68M²	1	1	4,68M²	1
Banheiro Familiar	1	3,08M²	1	1	3,08M²	1
DML	1	2,42m²	2	1	2,42m²	2
Copa	1	28,08m²	2	1	28,08m²	2
Área de Circulação	1	42,03m²	30	1	42,03m²	30
Reprografia	1	7,90m²	1	1	7,90m²	1

A IES, conta com a seguinte estrutura no NEaD:

item	EMENTA	QUANTID.	Patrimônio / n°s	local
1	DESKTOP DELL (LOCAÇÃO)	1	JH1KSY2	COORD. NEAD
2	DESKTOP DELL (LOCAÇÃO)	4	-	COORD. NEAD
3	MONITOR LCD DELL (LOCAÇÃO)	5	-	COORD. NEAD
4	CADEIRA SEM BRAÇO	2	-	COORD. NEAD
5	MONITOR LCD DELL (CPJUR)	1	-	COORD. NEAD
6	MONITOR LCD ACER	1	-	COORD. NEAD
7	DESKTOP AMAZON PRINT	1	-	COORD. NEAD

.

8	DESKTOP DELL OPITLEX 3020	1	DXLV9B2	COORD. NEAD
9	MONITOR LCD DELL	1	-	COORD. NEAD
10	DESKTOP DELL INSPIRION	1	5HXKVG2	COORD. NEAD
11	DESKTOP DELL CINZA	1	DXPS9B2	COORD. NEAD
12	DESKTOP AMAZON PRINT	1	-	COORD. NEAD
13	TV PANASONIC VIEIRA 42"	1	-	COORD. NEAD
14	RACK MEDIO DE INFORMATICA	1	-	COORD. NEAD
15	DESKTOP POSITIVO	1	4A2719L2X	COORD. NEAD
16	APARADOR ALTO EM MDF (CPJUR)	2	-	ESTUDIO 1
17	DESKTOP DELL OPITLEX 7050 (CPJUR)	1	-	ESTUDIO 1
18	MESA DE CORTE SE 650 (CPJUR)	1	-	ESTUDIO 1
19	POLTRONA COM ALMOFADA CINZA	2	-	ESTUDIO 1
20	PROJETOR SMART (CPJUR)	2	-	ESTUDIO 1 E 2
21	DESKTOP DELL	1	IBXK2K2	ESTUDIO 2
22	CONTROLE DE CAMERA aw-rp50 PANASONIC (CPJUR)	1	-	ESTUDIO 2
23	TRICASTER NEWTEC (CPJUR)	1	NA5074459841387	ESTUDIO 2
24	DATA VIDEO NVS - 25 (CPJUR)	1	-	ESTUDIO 2
25	REFLETOR MASTER FLO 55W (CPJUR)	2	-	ESTUDIO 2
26	CAMERA ROBOTICA 360° AW - HE40HKP (CPJUR)	1	K6TQD008	ESTUDIO 2
27	MONITOR 23" LG (CPJUR)	1	-	ESTUDIO 2
28	LOUSA INTERATIVA SMART BOARD 800 (CPJUR)	1	-	ESTUDIO 2
29	MICROFONE DE LAPELA (CPJUR)	2	-	ESTUDIO 2
30	CADEIRA TECIDO MARROM E PRETO SEM BRAÇO	6	-	ESTUDIO 2
31	MESA DE PROFESSOR	1	-	ESTUDIO 2
32	MESA DE PROFESSOR	1	-	METOD. ATIVAS
33	CADEIRA TECIDO MARROM E PRETO SEM BRAÇO	5	-	METOD. ATIVAS
34	CADEIRA PARA OBESO	2	-	METOD. ATIVAS
35	QUADRO BRANCO	1	-	METOD. ATIVAS
36	CONDICIONADOR DE AR SPLIT TRIVOLT 30000 BTUS	2	-	METOD. ATIVAS
37	CONDICIONADOR DE AR SPLIT TRIVOLT 30000 BTUS	1	-	LAB. INFO. EAD

.

APÊNDICE II – REGULAMENTOS

REGULAMENTO DO PROJETO INTERDISCIPLINAR

I DA DEFINIÇÃO

Art. 1º Por Interdisciplinaridade o CeUNI - FAMETRO entende ser uma estratégia de abordagem e tratamento do conhecimento em que duas ou mais disciplinas/unidades curriculares ofertadas simultaneamente estabelecem relações de análise e interpretação de conteúdos, com o fim de propiciar condições de apropriação, pelo discente, de um conhecimento mais abrangente e contextualizado.

Art. 2º. No CeUNI - FAMETRO, a interdisciplinaridade é uma estratégia para a abordagem e tratamento do conhecimento de caráter obrigatório, a ser desenvolvida por meio de projetos interdisciplinares, os quais serão realizados em todos os períodos letivos, em todos os cursos, a partir da integração horizontal dos componentes curriculares de um determinado período.

II DO OBJETIVO

Art 3º. O Projeto Interdisciplinar tem como objetivo geral a aplicação dos conhecimentos adquiridos pelos alunos em situações ou problemas teórico-práticos, selecionados de maneira a permitir a integração entre disciplinas, aprofundamento da socialização dos alunos, contextualização dos conhecimentos adquiridos em sala de aula, organização, pontualidade e desenvolvimento de habilidades. Além de promover e incentivar atividades de pesquisa e trabalho em equipe, identificar habilidades e aplicar conceitos.

Art 4º. O Projeto Interdisciplinar deve também contribuir para:

a) Desenvolver uma proposta de intercomunicação entre disciplinas;

b) Promover atividade extraclasse, para que se possa investigar e colher informações;

c) Despertar nos discentes o gosto pela investigação científica;

d) Orientar o desenvolvimento de trabalhos seguindo normas específicas;

e) Oportunizar aos alunos atividades práticas nas quais possam vivenciar os conteúdos trabalhados em sala de aula;

f) Registrar as conclusões dos participantes do projeto expondo-as aos demais integrantes da série.

III DA REALIZAÇÃO

Art. 4º. A interdisciplinaridade será desenvolvida por meio da pedagogia de projetos, onde a partir de um tema gerador, de uma situação problema, de necessidades de intervenção práticas, do desenvolvimento de novas técnicas, de soluções inovadoras para problemas

.

pertinentes as disciplinas, os alunos desenvolverão atividades de teórico e práticas, utilizando como referencia os conteúdos curriculares das disciplinas com a finalidade de compreender e analisar o tema, resolver o problema, ou desenvolver novas técnicas que os remetam a compreensão da interligação e da intercomunicação do conhecimento numa perspectiva integradora.

Art. 5º. Este tema gerador, a situação problema, ou atividade teórico-prática a ser realizada deve necessariamente concorrer para a integração das disciplinas de um mesmo período letivo, prevendo a utilização dos conteúdos previstos para as mesmas em acordo com as suas ementas.

Art. 6º. Os projetos interdisciplinares fazem parte da pedagogia de projetos, a qual pretende proporcionar ao aluno uma aprendizagem ativa para a construção de conhecimento, por meio de ações executadas pelos alunos e acompanhadas pelos professores envolvidos no projeto.

Art.7º. Na Modalidade de Ensino à Distância os projetos Interdisciplinares também se denominam Estudos Interdisciplinares.

IV DO PLANEJAMENTO

Art. 8º. Os projetos serão planejados ao inicio de cada semestre letivo a partir da contribuição dos professores de um mesmo período letivo, visando a integração horizontal das disciplinas de um mesmo período.

Art. 9º. Os referidos projetos deverão conter a apresentação, justificativa, metodologia, formas e processos de avaliação.

Art. 10º. Os projetos devem conter ainda, a indicação de quais professores, e de quais disciplinas, estarão envolvidas no projeto. Devem trazer também, a indicação de quais conteúdos, de cada disciplina, serão explorados tendo em vista as necessidades geradas pelo projeto.

Art. 11º.No caso de Estudos Interdisciplinares, estes se apresentam em forma de disciplina, com carga horária prevista e professor designado, e todo o seu processo de realização deverá ser feito no ambiente virtual de aprendizagem

Art. 12. As atividades que serão realizadas no decorrer do projeto e o seu produto final, deve obedecer ao nível de maturidade intelectual dos alunos no período em que estes estão cursando, devendo também guardar coerência como as competências e habilidade previstas no Projeto Político Pedagógico do Curso, com a finalidade de fortalecer o perfil do egresso.

V DA CARGA HORÁRIA PARA A REALIZAÇÃO DO PROJETO INTERDISCIPLINAR

.

Art. 13º. O projeto interdisciplinar é de caráter obrigatório e para a sua realização será destinado até 20% da carga horária total de cada disciplina envolvida.

Art. 14º. No caso dos Estudos Interdisciplinares a carga horária para o desenvolvimento das atividades estará determinada nas matrizes curriculares.

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 15º. Cabe aos professores:

a) Participar efetivamente da elaboração e do planejamento do projeto interdisciplinar, identificando nos projetos as possíveis aplicações da sua disciplina, enriquecendo-o e tornando-o realmente interdisciplinar;

b) Comentar e repassar as atividades da disciplina no projeto de acordo com o calendário de apresentações;

c) Sugerir a qualquer momento, ideais que possam vir a melhorar o resultado esperado do Projeto;

d) Orientar todas as equipes ao longo do período de projeto, tirando as dúvidas que competem às suas respectivas disciplinas;

e) Avaliar os resultados a partir dos critérios estabelecidos para o mesmo.

Art. 16º. Cabe aos Coordenadores de Curso:

a) Acompanhar o desenvolvimento dos projetos a partir do contanto com professores e alunos;

b) Subsidiar os professores com todo o aparato institucional necessário para a melhor realização dos projetos;

c) Mediar possíveis dificuldades encontradas entre o corpo docente.

Art. 17º. Cabe aos alunos:

a) Realizar as atividades com dedicação e esmero para o melhor desenvolvimento do trabalho;

b) Reportar aos professores e/ou aos coordenadores de curso, qualquer dificuldade na realização e/ou desenvolvimento do projeto interdisciplinar;

c) O Projeto Interdisciplinar é obrigatório, e comporá a nota da avaliação parcial dos acadêmicos;

VI DO REGISTRO DA INTERDISCIPLINARIDADE

.

Art. 18º. A EMENTA da atividade a ser realizada como projeto interdisciplinar deverá estar contido obrigatoriamente no plano de ensino em espaço reservado para este fim.

Art. 19º. No registro do projeto interdisciplinar no plano de ensino, deverá ser indicada as aulas (em dias e quantidade), respeitando a carga horária máxima para a sua realização.

VII AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Art. 20º. Como critério de avaliação, o projeto deverá conter a EMENTA detalhada dos critérios de avaliação e para a composição de sua nota final deve ser computado até 20% da nota institucional, dentro de uma escala de 0 a 10.

VIII DO RELATÓRIO DO PROJETO INTERDISCIPLINAR

Art. 21º. Deverá ao final do semestre ser apresentado à Coordenação de Curso, relatório consubstanciado do Projeto Interdisciplinar, que demonstre todas as atividades realizadas, previstas no projeto, e analise os resultados alcançados;

Art. 22º. As atas de notas do projeto interdisciplinar e todo material produzido para este, deve estar em anexo ao relatório final;

Art. 23º. Este relatório ficará arquivado na Coordenação de Curso, junto com o projeto que originou o mesmo, por no mínimo de 03 (Três) anos;

Art. 24º. Para a Modalidade à distância os estudos Interdisciplinares ficarão repostos no ambiente virtual para posterior transição ao repositório institucional.

.

REGULAMENTO DO PROJETO TRANSVERSAL

I DA DEFINIÇÃO

Art. 1º Por Transversalidade o CeUNI - FAMETRO entende ser à possibilidade de se estabelecer, na prática educativa, uma relação entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real e de sua transformação (aprender na realidade e da realidade).

Art. 2º. No CeUNI - FAMETRO, a Transversalidade será uma estratégia para a abordagem e tratamento do conhecimento de caráter obrigatório, a ser desenvolvida por meio de Projetos Transversais, os quais serão realizados em todos os períodos letivos, em todos os cursos, a partir da integração vertical e horizontal dos componentes curriculares de um determinado período em duas áreas temáticas específicas, a saber:

a) Educação Ambiental

b) Relações Étnico-Raciais

II DO OBJETIVO

Art. 3º. O Projeto Transversal tem como finalidade proporcionar aos alunos a compreensão da importância de debater esses temas para a melhoria da qualidade de vida da comunidade onde atuam e vivem, e para uma atuação cidadã dos futuros profissionais formados pelo CeUNI - FAMETRO.

Art. 4º. O Projeto Transversal deve também contribuir para:

g) Promover atividade extraclasse, para que se possa investigar e colher informações; debater e obter conhecimento acerca de temas contemporâneos relativos as áreas temáticas identificadas;

h) Despertar nos discentes o gosto pelo debate, pela troca de experiência, pela intercomunicação de conhecimentos e vivência e pela tolerância na perspectiva da acessibilidade atitudinal e da consciência ambiental.

Art.5º. Na Modalidade de Ensino à Distância os projetos transversais também se denominam Estudos Transversais.

III DA REALIZAÇÃO

Art. 5º. A Transversalidade será desenvolvida por meio da pedagogia de projetos, onde a partir de um tema gerador, os alunos desenvolverão atividades teóricas e/ou práticas, utilizando como referencia temáticas pertinentes a Educação Ambiental e as Relações Étnico-raciais, com destaque para as temáticas culturais locais.

.

Art. 6º. Este tema gerador, deve necessariamente concorrer para a integração da realidade refletida a luz de conhecimentos adquiridos e desenvolvidos no percurso formativo dos alunos.

Art. 7º. Os projetos Transversais fazem parte da pedagogia de projetos, a qual pretende proporcionar ao aluno uma reflexão acerca das questões ambientais e étnico-raciais, proporcionando aos alunos uma aprendizagem ativa para a construção de conhecimento, por meio de ações executadas pelos alunos e acompanhadas pelos professores envolvidos no projeto.

IV DO PLANEJAMENTO

Art. 8º. Os projetos serão planejados ao inicio de cada semestre letivo a partir da contribuição dos professores de um mesmo período letivo, visando à integração transversal dos conteúdos relacionados à Educação Ambiental e Relações Étnico-Raciais, e terão caráter permanente e contínuo.

Art. 9º. Os referidos projetos deverão conter a apresentação, justificativa, metodologia, formas e processos de avaliação.

Art. 10º. Os projetos devem conter ainda, a indicação de quais professores, e de quais disciplinas, estarão envolvidas no projeto. Devem trazer também, a indicação de quais temas serão abordados referentes às áreas temáticas indicadas neste regulamento.

Art. 11º. As atividades que serão realizadas no decorrer do projeto e o seu produto final, deve obedecer ao nível de maturidade intelectual dos alunos no período em que estes estão cursando, devendo também guardar coerência como as competências e habilidade previstas no Projeto Político Pedagógico do Curso.

V DA CARGA HORÁRIA PARA A REALIZAÇÃO DO PROJETO TRANSVERSAL

Art. 12º. O projeto Transversal é de caráter obrigatório e para a sua realização será destinado até 20% da carga horária total de cada disciplina envolvida.

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 13º. Cabe aos professores:

f) Participar efetivamente da elaboração e do planejamento do Projeto Transversal.

g) Comentar e repassar as atividades da disciplina no projeto de acordo com o cronograma do projeto;

h) Sugerir a qualquer momento ideias que possam vir a melhorar o resultado esperado do Projeto;

.

i) Orientar todas as equipes ao longo do período de projeto, tirando as dúvidas que competem às suas respectivas disciplinas;

j) Avaliar os resultados a partir dos critérios estabelecidos para o mesmo.

Art. 14º. Cabe aos Coordenadores de Curso:

d) Acompanhar o desenvolvimento dos projetos a partir do contanto com professores e alunos;

e) Subsidiar os professores com todo o aparato institucional necessário para a melhor realização dos projetos;

f) Mediar possíveis dificuldades encontradas entre o corpo docente.

Art. 15º. Cabe aos alunos:

d) Realizar as atividades com dedicação e esmero para o melhor desenvolvimento do trabalho;

e) Reportar aos professores e/ou aos coordenadores de curso, qualquer dificuldade na realização e/ou desenvolvimento do projeto Transversal;

f) No Projeto Transversal é obrigatório a participação dos alunos.

VI DO REGISTRO DA TRANSVERSALIDADE

Art. 16º. A EMENTA da atividade a ser realizada como Projeto Transversal deverá estar contido obrigatoriamente no plano de ensino em espaço reservado para este fim

Art. 17º. No registro do Projeto Transversal no plano de aprendizagem, deverá ser indicada as aulas (em dias e quantidade), respeitando a carga horária máxima para a sua realização.

VII AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Art 18º. Como critério de avaliação, o projeto deverá conter a EMENTA detalhada dos critérios de avaliação e para a composição de sua nota final deve ser computado até 20% da nota institucional, dentro de uma escala de 0 a 10.

Art. 19º. No caso dos Estudos Transversais este não comporá nota e sim horas de atividades complementares.

VIII DO RELATÓRIO DO PROJETO TRANSVERSAL

Art. 20º. Deverá ao final do semestre ser apresentado à Coordenação de Curso, relatório consubstanciado do Projeto Transversal, que demonstre todas as atividades realizadas, previstas no projeto, e analise os resultados alcançados.

.

Art. 21º. As atas de notas do projeto Transversal e todo material produzido para este, deve estar em anexo ao relatório final.

Art. 22º. Este relatório ficará arquivado na Coordenação de Curso, junto com o projeto que originou o mesmo, por no mínimo de 03 (Três) anos.

Art. 23º. Para a Modalidade à distância os estudos transversais ficarão repostos no ambiente virtual para posterior transição ao repositório institucional.

.

REGULAMENTO DA EDUCAÇÃO PARA OS DIREITOS HUMANOS

I DA DEFINIÇÃO

Art 1º Direitos Humanos são entendidos como aqueles direitos fundamentais que o homem possui pelo fato de ser homem, por sua própria natureza humana, pela dignidade que a ela é inerente. São direitos que não resultam de uma concessão da sociedade política.

II DOS OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO PARA OS DIREITOS HUMANOS

Art 2º. Conforme o Art. 5º da Resolução no. 1 de 30 de maio de 2012, a Educação em Direitos Humanos tem como objetivo central a formação para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos Direitos Humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural nos níveis regionais, nacionais e planetário.

III DOS TEMAS

Art 3º. Conforme o artigo 3º. Da Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012, a Educação em Direitos Humanos, No CeUNI - FAMETRO será desenvolvida preferencialmente a partir dos seguintes eixos e temas:

I - dignidade humana;
II - igualdade de direitos;
III - reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades;
IV - laicidade do Estado;
V - democracia na educação;
VI - transversalidade, vivência e globalidade; e
VII - sustentabilidade socioambiental.

IV DAS FORMAS DE OPERACIONALIZAÇÃO

Art 4º. No CeUNI - FAMETRO, a educação para os direitos humanos, será desenvolvida por meio da transversalidade em projetos de trabalho que contemplem as diferentes temáticas assinaladas neste regulamento.

§ 1º. Todas as Matrizes Pedagógicas dos Cursos de Graduação ofertarão em caráter optativo a disciplina Educação para os Direitos Humanos.

§ 2º. Nos Cursos de Licenciatura a Educação em Direitos Humanos será componente curricular obrigatório orientando a formação dos profissionais da educação.

.

Art 5º. O CEUNI - FAMETRO fomentará e divulgará, conforme determina a lei estudos e experiências bem sucedidas realizados na área dos Direitos humanos e da Educação em Direitos Humanos. 135

Art 6º. O CEUNI - FAMETRO estimulará ações de extensão voltadas para a promoção de Direitos Humanos, em diálogo com os segmentos sociais em situação de exclusão social e violação de direitos, assim como com os movimentos sociais e a gestão pública.

Art. 7º. Este Regulamento entrará em vigor na data de sua publicação.

.

REGULAMENTO DO ATENDIMENTO AO ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

CAPÍTULO I - DA DEFINIÇÃO

Art. 1. O Transtorno do Espectro Autista (TEA) engloba diferentes síndromes marcadas por perturbações do desenvolvimento neurológico com três características fundamentais, que podem manifestar-se em conjunto ou isoladamente. São elas: dificuldade de comunicação por deficiência no domínio da linguagem e no uso da imaginação para lidar com jogos simbólicos, dificuldade de socialização e padrão de comportamento restritivo e repetitivo.

CAPÍTULO II - DOQUADRO CLINICO E DA CLASSIFICAÇÃO DO TEA:

a. Autismo clássico – o grau de comprometimento pode variar de muito. De maneira geral, os portadores são voltados para si mesmos, não estabelecem contato visual com as pessoas nem com o ambiente; conseguem falar, mas não usam a fala como ferramenta de comunicação. Embora possam entender enunciados simples, têm dificuldade de compreensão e apreendem apenas o sentido literal das palavras. Não compreendem metáforas nem o duplo sentido. Nas formas mais graves, demonstram ausência completa de qualquer contato interpessoal. São crianças isoladas, que não aprendem a falar, não olham para as outras pessoas nos olhos, não retribuem sorrisos, repetem movimentos estereotipados, sem muito significado ou ficam girando ao redor de si mesmas e apresentam deficiência mental importante;
b. Autismo de alto desempenho (antes chamado de síndrome de Asperger) – os portadores apresentam as mesmas dificuldades dos outros autistas, mas numa medida bem reduzida. São verbais e inteligentes. Tão inteligentes que chegam a ser confundidos com gênios, porque são imbatíveis nas áreas do conhecimento em que se especializam. Quanto menor a dificuldade de interação social, mais eles conseguem levar vida próxima à normal.
c. Distúrbio global do desenvolvimento sem outra especificação (DGD-SOE) – os portadores são considerados dentro do espectro do autismo (dificuldade de comunicação e de interação social), mas os sintomas não são suficientes para incluí-los em nenhuma das categorias específicas do transtorno, o que torna o diagnóstico muito mais difícil.

.

CAPÍTULO III - DA ORIENTAÇÃO AO PORTADOR DE TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISTA

Art3. Em atendimento ao disposto na Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, a Faculdade garante proteção aos Direitos da Pessoa com Transtorno de Espectro Autista.
Art4. O aluno será atendido em suas necessidades e dificuldades referentes a sua vida escolar, à sua aprendizagem e qualidade de relacionamento que mantém com seus pares na instituição, no trabalho e na família

CAPÍTULO III - DO ACESSO AO ATENDIMENTO

Art5. A orientação aos discentes será definida de acordo com a demanda e análise prévia de cada situação problema.
Art6. Para o corpo discente, a demanda de orientação poderá ser manifestada pelo próprio discente ou por encaminhamento dos professores

CAPÍTULO IV - DO SIGILO PROFISSIONAL

Art7, As atividades do Apoio Psicopedagógico, Orientação Pedagógica e à Pessoa com Transtorno de Espectro Autista (orientações e aconselhamentos), quando executados por profissional da área da Educação e ou/Psicologia, serão registradas em formulários específicos, respeitando o critério de sigilo profissional e as normas e resoluções do Profissional; Resolução CFP07/2003; 01/2009 e alterações.
Art8. Os dados das orientações e aconselhamentos realizados serão de acesso exclusivo do profissional psicólogo, registrado no órgão de classe, e serão arquivados em armários com chaves onde apenas o mesmo terá acesso para consulta e registros dos casos acompanhados.
Art9. Outros profissionais da instituição não terão acesso às informações confidenciais, salvo outros profissionais psicólogos autorizados pelo profissional de apoio Psicopedagógico coordenador do Serviço de Psicologia e Orientação Pedagógica que componham a equipe de trabalho ou o usuário ou responsável por menores de idade, de acordo com a Resolução CFP 01/2009. No caso da extinção do serviço ou da substituição de funções ou profissionais da área clínica serão adotados procedimentos do Art. 15, do Código de Ética Profissional/CFP 138 .

CAPÍTULO X - DA LOCALIZAÇÃO E DO HORÁRIO DE ATENDIMENTO

.

Art 10. O Apoio Psicopedagógico à Pessoa com Transtorno de Espectro Autista funcionará em local próprio e seu horário de funcionamento será definitivo pela Direção Geral em cada semestre letivo.

CAPÍTULO XI – CONDUTAS DE ATENDIMENTO

Art 11. No contexto do atendimento ao adulto e ao idoso com TEA, alguns fatores adicionais devem ser considerados. Primeiro, a demanda por esse tipo de serviço tem aumentado no mundo e o mesmo é esperado aqui no Brasil. Ainda que intervenções precoces e intensivas tragam imensos ganhos para o indivíduo com TEA e suas famílias, muitas das dificuldades vividas por esses indivíduos ultrapassam os anos da infância e da juventude. A necessidade por serviços e cuidados pode, portanto, se estender durante toda a vida do indivíduo.

Art 12. É essencial que a definição do projeto terapêutico das pessoas com TEA leve em conta as diferentes situações clínicas envolvidas nos transtornos do espectro do autismo. Ou seja, é necessário distinguir e ter a capacidade de responder tanto às demandas de habilitação/reabilitação de duração limitada (

Art 13. Após o diagnóstico e a comunicação à família, inicia-se imediatamente a fase do tratamento e da habilitação/reabilitação. A escolha do método a ser utilizado no tratamento e a avaliação periódica de sua eficácia devem ser feitas de modo conjunto entre a equipe e a família do paciente, garantindo informações adequadas quanto ao alcance e aos benefícios do tratamento, bem como favorecendo a implicação e a corresponsabilidade no processo de cuidado à saúde.

Art 14. No atendimento à pessoa com TEA, é importante manter uma rotina clínica (horários, espaço clínico, participantes da sessão, instrumentos, o diálogo como ponto fundamental de inserção da pessoa),pois tal estrutura impõe o caráter terapêutico à situação.

CAPÍTULO XII -DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art 15. Este Regulamento só pode ser alterado se aprovado pela maioria simples dos membros do Conselho Superior.

.

REGULAMENTO DO NAPA – NÚCLEO DE APOIO PSICOPEDAGÓGICO E INCLUSÃO

CAPÍTULO I - EIXOS DE TRABALHO DO NAPA

Art. 1 O NAPA realiza suas intervenções considerando quatro eixos fundamentais:

I. atendimento ao corpo discente;

II. apoio à coordenação de cursos e de ensino;

III. pesquisa de demanda da Faculdade;

IV. projetos institucionais.

CAPÍTULO II - DOS ATENDIMENTOS

Art. 2 Os atendimentos ao corpo discente, poderão ser individuais ou em grupo, de acordo com a demanda e análise prévia de cada situação problema.

Art 3. A demanda de atendimento poderá ser manifestada pelo próprio aluno junto ao NAPA ou pela coordenação de ensino, considerando relatório da coordenação de curso.

Art 4. Os atendimentos individuais serão agendados nos horários de funcionamento do NAPA e comunicado ao interessado.

Art 5. Os atendimentos individuais visam:

a) atendimento aos casos relativos às dificuldades de aprendizagem e estudo;

b) atendimento a alunos e funcionários com problemas psico-afetivos;

c) encaminhamento para profissionais e serviços especializados dependendo da demanda apresentada;

d) atendimento relativo às dificuldades de relacionamento interpessoal que ofereçam dificuldades de adaptação e motivação na dimensão acadêmica e profissional;

e) atendimento aos casos relativos ao comportamento e conduta do acadêmico;

f) atendimento aos encaminhamentos da direção, coordenação de curso, coordenação de estágio, corpo docente e Comissão Própria de Avaliação (CPA).

g) Atendimento às demandas relacionadas à profissão e à formação profissional.

Art 6. Cada acadêmico poderá ser atendido individualmente em no máximo 10 (dez) sessões por semestre, de acordo com disponibilidade.

Art 7. O NAPA utilizará um formulário padrão – Prontuário de Atendimento – para registro dos atendimentos individuais.

Art 8. Os atendimentos em grupo serão agendados nos horários de funcionamento do NAPA e comunicado aos interessados.

Art 9. Os atendimentos em grupo serão realizados em um espaço de reflexão e enfrentamento de problemas cognitivos, relacionais e desenvolvimento de habilidades acadêmicas e profissionais no que se refere à dimensão relacional.

Art 10. Os atendimentos de grupo terão um limite de participantes, a ser definido pelo coordenador do NAPA, de acordo com o tipo de trabalho a ser desenvolvido.

.

Art 11. Os encontros dos atendimentos em grupo serão planejados a partir das demandas dos alunos, das pesquisas institucionais desenvolvidas pelo NAPA, das solicitações dos colegiados de cursos e/ou da CPA.

Art 12. Para a Modalidade de Educação á Distância, os atendimentos serão agendados via e-mail e realizados de forma remota. Quando necessário os atendimentos poderão ser presenciais com apoio do Polo referência.

Art. 13 Os temas e áreas envolvidos nos atendimentos em grupo envolvem:

a) Orientação Profissional: reflexão sobre as necessidades, dúvidas e enfrentamento de dificuldades relacionadas a escolha profissional ou adaptação acadêmica.

b) Relações Humanas: oficinas de dinâmica de grupo visando o desenvolvimento de competências relacionais e interpessoais, liderança, comunicação e resolução de conflitos interpessoais.

c) Treinamento de Assertividade: oficinas de dinâmicas de grupo diretamente relacionada a alunos que apresentem alto grau de ansiedade presente em situações que envolvam apresentação de trabalhos em público ou dificuldades relacionadas a relações de trabalhos de equipe.

d) Orientação de Estudos: grupo reflexivo que aborda temas ligados a maximização de recursos envolvendo o planejamento de estudos acadêmicos ou voltados para concursos profissionais e/ou públicos.

e) Inclusão e Acessibilidade Pedagógica

Art. 14. Cada grupo poderá ser atendido em no máximo 5 (cinco) sessões por semestre, de acordo com disponibilidade.

Art 15. O NAPA utilizará um formulário padrão – Plano de Trabalho – para planejamento e registro dos atendimentos em grupo.

CAPÍTULO III - DO APOIO À COORDENAÇÃO DE CURSOS E DE ENSINO

Art. 16. O NAPA irá atuar junto à coordenação dos cursos e de ensino na compreensão e resolução de problemas específicos de aprendizagem e relacionais, juntamente com a assessoria pedagógica da Faculdade.

Art 17. O NAPA participará do planejamento do curso de Formação Continuada dos Docentes, promovido pela Faculdade, atuando principalmente na reflexão e orientação de situações problemas comuns, a partir dos dados coletados em suas pesquisas.

Art 18. O NAPA irá, em situações específicas, disponibilizar aos professores um acompanhamento na implementação de projetos de inclusão de acadêmicos portadores de necessidades especiais.

.

Art 19. O apoio à coordenação de cursos e de ensino será realizado pelo NAPA através de reuniões institucionais, atendimentos individuais e orientações específicas.

CAPÍTULO IV - DA PESQUISA DE DEMANDA DA FACULDADE

Art. 20. O NAPA poderá, por solicitação da direção, elaborar pesquisas e relatórios com o objetivo de auxiliar na compreensão do perfil dos alunos, suas dificuldades e possíveis intervenções.

Art. 21. No caso de utilização de dados gerados a partir dos atendimentos individuais ou em grupo, ou ainda, oriundos da CPA, para elaboração de pesquisas e relatórios, o NAPA deverá observar o critério de sigilo profissional que envolve essas informações.

CAPÍTULO VI - DOS PROJETOS INSTITUCIONAIS

Art.22. O NAPA participa de projetos institucionais que envolvam as dimensões acadêmicas, culturais, semana das profissões, atividades extracurriculares, projetos de inclusão de necessidades especiais, estágios profissionalizantes.

Art 23. O NAPA realiza suas atividades em parceria com a Coordenação de Estágio, o Programa de Nivelamento – o Núcleo de Extensão – Coordenação de Ensino.

CAPÍTULO VII - DOS RELATÓRIOS

Art 24. A partir das atividades desenvolvidas pelo NAPA serão elaborados relatórios informativos para fundamentar pesquisas e avaliações dos processos acompanhados, podendo estes serem disponibilizados para a direção e coordenação dos cursos.

Art. 25. Os relatórios previstos deve tratar apenas de dados referentes ao número de atendimentos, tipologia dos atendimentos, tipologia da demanda ou outras informações que não comprometam o sigilo profissional.

CAPÍTULO VIII- DO SIGILO PROFISSIONAL

Art 26.Os atendimentos e atividades do NAPA, quando executados por profissional da área da Psicologia e da Pedagogia serão registrados em formulários específicos, respeitando nos atendimentos clínicos individuais e grupais o critério de sigilo profissional e as normas e resoluções do CFP (Código de Ética Profissional; Resolução CFP 07/2003; 01/2009).

Art. 27. Os dados dos atendimentos individuais e em grupo serão de acesso exclusivo do profissional psicólogo, registrado no órgão de classe, e serão arquivados em armários com chaves onde apenas o mesmo terá acesso para consulta e registros dos casos

.

acompanhados.

Art. 28 Outros profissionais da instituição não terão acesso às informações confidenciais, salvo outros profissionais psicólogos autorizados pelo coordenador do NAPA, que componham a equipe de trabalho ou o usuário ou responsável por menores de idade, de acordo com a Resolução CFP 01/2009.

Art 29. No caso da extinção do serviço ou da substituição de funções ou profissionais da área clínica serão adotados os procedimentos do Art.15, do Código de Ética Profissional/CFP.

.

REGULAMENTO DA MOBILIDADE E O INTERCÂMBIO ACADÊMICO INTERNACIONAIS DO CEUNI - FAMETRO

Art. 1º Regulamentar a Mobilidade e o Intercâmbio Acadêmico Internacionais, no âmbito do CeUNI - FAMETRO, destinados a permitir que alunos dos cursos FACULDADE, participem de atividades acadêmicas realizadas em instituições no exterior, e que alunos de graduação de instituições de ensino superior estrangeiras possam participar de atividades acadêmicas na IES.

CAPÍTULO I
DA MOBILIDADE E INTERCÂMBIO INTERNACIONAIS PARA ALUNOS DO CEUNI - FAMETRO

Art. 2º Fica facultado ao aluno de graduação, regularmente matriculado em qualquer curso do CeUNI - FAMETRO, realizar componentes curriculares em instituições estrangeiras de ensino superior que possuem, ou não, Acordo de Cooperação com o CeUNI - FAMETRO.

§ 1º As atividades de Mobilidade e Intercâmbio Acadêmico Internacionais deverão ser realizadas em Instituições de Ensino Superior, Centros de Pesquisas, Redes Universitárias e entidades semelhantes.

§ 2º As atividades realizadas e devidamente comprovadas serão creditadas no histórico escolar do aluno, de acordo com o Regimento Interno do CeUNI - FAMETRO.

§ 3º O afastamento do aluno para essas atividades, preferencialmente, estará amparado por Convênio ou Acordo de Cooperação firmado entre o CeUNI - FAMETRO e a instituição receptora.

§ 4º no caso de instituições que não possuem Convênios ou Acordos de Cooperação com o CeUNI - FAMETRO, cabe a Direção Geral aprovar a mobilidade ou o intercâmbio, levando em consideração o padrão de qualidade da instituição de ensino.

§ 5º O intercâmbio e a mobilidade acadêmica nos termos descritos neste regulamento se estende para todos os alunos da Instituição (Modalidade Presencial e a Distância)

Art. 3º Serão consideradas atividades de Mobilidade e Intercâmbio Acadêmico Internacionais, passíveis de aproveitamento curricular de estudo, apenas aquelas de natureza acadêmica, supervisionadas, ou não, por tutor da instituição anfitriã, como disciplinas, cursos, estágios e pesquisas que visem ao aprimoramento da formação do aluno.

Art.4º A participação do aluno em atividades de Mobilidade e Intercâmbio Acadêmico Internacionais terá a duração de um semestre letivo, podendo ser prorrogado por mais um semestre consecutivo. 144

.

§ 1º O prazo estipulado no caput poderá ser alterado, se este for proveniente de programas específicos, desde que haja a aprovação dos órgãos competentes.

§ 2º Compete a Coordenação de Ensino coordenar o Programa de Mobilidade e Intercâmbio Acadêmicos Internacionais no âmbito do CeUNI - FAMETRO, e se responsabilizará pelos procedimentos gerais relativos aos Acordos de Cooperação.

§ 3º Durante o período de afastamento, o processo instruído ficará na Coordenação de Pesquisa, Extensão e Pós-graduação para o acompanhamento da Mobilidade e Intercâmbio Acadêmico Internacionais. Findado o afastamento, o processo será encaminhado à Secretaria Acadêmica para arquivo na pasta do aluno.

Art.5º O pedido de afastamento deverá ser submetido à apreciação do respectivo Conselho Superior da Faculdade, sendo que a Resolução com a aprovação para o aluno desempenhar atividades acadêmicas em instituição estrangeira deverá ser encaminhado à Coordenadoria de Coordenação de Pesquisa, Extensão e Pós-graduação.

§ 1º O Conselho Superior deverá considerar, na aprovação dos Contratos de Estudo, a carga horária e a presença dos conteúdos relevantes e significativos previstos na estrutura curricular do curso.

§ 2º A realização de intercâmbio sem aprovação do Contrato de estudos prévio só poderá ocorrer com suspensão de matrícula, devendo o Conselho Superior apreciar a ***posteriori*** o possível aproveitamento dos componentes curriculares cumpridos em intercâmbio.

Art. 6º O Conselho Superior deverá indicar, para cada aluno selecionado à mobilidade e ao intercâmbio, um tutor, que deverá ser professor do curso e ficará responsável pelo acompanhamento da realização das atividades previstas no Contrato de Estudos e aprovação de eventuais alterações.

Parágrafo Único - As eventuais alterações aceitas pelo Tutor Acadêmico no Contrato de Estudos serão submetidas a Direção Geral.

Art. 7º O aluno do CeUNI - FAMETRO interessado em participar de atividades de Mobilidade e Intercâmbio Acadêmico Internacionais deverá proceder da seguinte forma:

I – executar os expedientes formais para vinculação à instituição onde deseja efetuar seus estudos;

II – arcar com todas as despesas pessoais e estudantis decorrentes da sua adesão ao Programa de Mobilidade e Intercâmbio Acadêmicos Internacionais;

III – preencher formulário de candidatura próprio e anexar os documentos necessários;

.

IV – inscrever-se nos termos dos editais e demais convocações do ESAI.

Art. 8º O afastamento com vínculo temporário deverá ser registrado na faculdade de origem do aluno, de acordo com o Sistema de Controle Acadêmico, devendo esse registro ser substituído pelo lançamento de créditos equivalentes no histórico escolar do aluno, obrigatoriamente reconhecidos, por ocasião do retorno do mesmo.

Parágrafo Único: O afastamento do aluno do CeUNI - FAMETRO para vínculo temporário só se efetivará quando a instituição receptora manifestar formalmente o aceite do pedido do aluno, por meio de documento específico.

Art. 9º No período de afastamento por vínculo temporário, o aluno terá sua vaga assegurada no respectivo curso e esse período deve ser computado na contagem do tempo máximo previsto para integralização curricular.

Parágrafo Único: Para assegurar o previsto neste artigo, o aluno deverá efetuar sua matrícula normalmente para o semestre seguinte ao término do intercâmbio ou mobilidade.

Art. 10 Poderá participar do Programa de Mobilidade e Intercâmbio Acadêmicos Internacionais, o aluno que atender os seguintes requisitos:

I – estar regularmente matriculado No CeUNI - FAMETRO;

II – ter concluído o segundo semestre ;

III – apresentar bom rendimento acadêmico, com média de aproveitamento igual ou superior a 6,0 (seis);

IV – apresentar plano de atividades acadêmicas a serem cumpridas na instituição anfitriã;

V – comprovar proficiência no idioma do país onde pretende realizar a mobilidade ou intercâmbio, ou em outro aceito pela instituição anfitriã, exceto quando se tratar de países lusófonos.

VI – observar e cumprir os prazos para candidatura e entrega da documentação.

Art. 11 Os cursos ou atividades acadêmicas realizadas pelo aluno durante o período da mobilidade ou intercâmbio poderão ser aproveitados para integralização curricular, como disciplinas obrigatórias, eletivas ou optativas, conforme o caso.

Art. 12 O aluno participante do programa estará, obrigatoriamente, subordinado às normas institucionais da instituição receptora.

Art. 13 O CEUNI - FAMETRO, enquanto instituição de origem exime-se de quaisquer responsabilidades relacionadas às despesas de manutenção de aluno participante no Programa de Mobilidade e Intercâmbio Acadêmicos Internacionais, incluindo deslocamento, alimentação, moradia e atendimento médico e hospitalar, entre outras.

Art. 14 O CEUNI - FAMETRO fará a aquisição de apólice de seguro coletivo contra acidentes pessoais em favor do estudante participante do Programa.

.

CAPÍTULO II

DA MOBILIDADE E INTERCÂMBIO INTERNACIONAIS DE ALUNOS ESTRANGEIROS NO CEUNI - FAMETRO

Art. 15 Fica facultado ao aluno de graduação, regularmente matriculado em instituições estrangeiras de ensino superior com acordo de cooperação, ou não com o CeUNI - FAMETRO realizar componentes curriculares No CeUNI - FAMETRO, durante o período de um semestre letivo, podendo ser prorrogado por mais um semestre consecutivo.

Art. 16 O Conselho Superior da respectiva Faculdade, deverá aprovar o Contrato de Estudos de alunos estrangeiros que solicitarem intercâmbio No CeUNI - FAMETRO.

Art.17 Para cada aluno aceito No CeUNI - FAMETRO, o Conselho Superior indicará um tutor que o acompanhará academicamente em sua permanência No CeUNI - FAMETRO.

Art. 18 As despesas pelo cumprimento do programa correrão por conta do aluno em mobilidade, sem prejuízo de bolsas que possa obter das agências de fomento nacionais e internacionais.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

Art. 19 Os casos não previstos nesta Resolução serão resolvidos pelo Conselho Superior

Art. 20 Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de sua assinatura.

.

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DO CEUNI - FAMETRO

CAPÍTULO I - DAS FINALIDADES

Art. 1º - As Atividades Complementares se constituem em parte integrante o currículo dos cursos de Graduação.

§1º - As Atividades Complementares são desenvolvidas dentro do prazo de conclusão do curso, conforme definido em seu Projeto Pedagógico, sendo componente curricular obrigatório para a graduação do aluno.

§2º - Caberá ao aluno participar de Atividades Complementares que privilegiem a construção de comportamentos sociais, humanos, culturais e profissionais. Tais atividades serão adicionais às demais atividades acadêmicas e deverão contemplar os grupos de atividades descritos neste Regulamento.

Art. 2º - As Atividades Complementares têm por objetivo enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, privilegiando:

I. atividades de complementação da formação social,humana e cultural;

II. atividades de cunho comunitário e de interesse coletivo;

III. atividades de iniciação científica, tecnológica e de formação profissional.

CAPÍTULO II - DO LOCAL E DA REALIZAÇÃO

Art. 3º - As Atividades Complementares poderão ser desenvolvidas na próprio CeUNI – FAMETRO ou em organizações públicas e privadas, que propiciem a complementação da formação do aluno, assegurando o alcance dos objetivos previstos nos Artigos 1º e 2º deste Regulamento.

Parágrafo único - As Atividades Complementares deverão ser realizadas preferencialmente aos sábados ou no contraturno do aluno, não sendo justificativa
para faltas em outras disciplinas/unidades curriculares.

CAPÍTULO III - DAS ATRIBUIÇÕES
SEÇÃO I - DO COORDENADOR DO CURSO

Art. 4º - Ao Coordenador do Curso compete:

I. indicar à Gerência de Ensino e Pesquisa o professor responsável por coordenar as ações das Atividades Complementares no âmbito de seu curso;

.

II. propiciar condições para o processo de avaliação e acompanhamento das Atividades Complementares;
III. supervisionar o desenvolvimento das Atividades Complementares;
IV. definir, ouvido o Colegiado de Curso, para as atividades relacionadas no artigo 13, procedimentos de avaliação e pontuação para avaliação de Atividades Complementares em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso;
V. validar, ouvido o Colegiado de Curso, as disciplinas/unidades curriculares de enriquecimento curricular que poderão ser consideradas Atividades Complementares, em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso;
VI. julgar, ouvido o Colegiado de Curso, a avaliação das Atividades Complementares não previstas neste Regulamento.

SEÇÃO II
DO COLEGIADO DO CURSO

Art. 5º - Ao Colegiado do Curso compete:
I. propor ao Coordenador do Curso, para as atividades relacionadas no artigo 13, procedimentos de avaliação e pontuação para avaliação de Atividades Complementares, em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso;
II. propor ao Coordenador do Curso as disciplinas/unidades curriculares de enriquecimento curricular que poderão ser consideradas Atividades Complementares, em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso;
III. propor ao Coordenador do Curso a avaliação das Atividades Complementares não previstas neste Regulamento.

SEÇÃO III
DO PROFESSOR RESPONSÁVEL

Art. 6º - Ao professor responsável pelas Atividades Complementares compete:
I. analisar e validar a documentação das Atividades Complementares
apresentadas pelo aluno, levando em consideração este Regulamento;
II. avaliar e pontuar as Atividades Complementares desenvolvidas pelo
aluno, de acordo com os critérios estabelecidos, levando em consideração a documentação apresentada;
III. orientar o aluno quanto à pontuação e aos procedimentos relativos
às Atividades Complementares;
IV. fixar e divulgar locais, datas e horários para atendimento aos alunos;

.

V. controlar e registrar as Atividades Complementares desenvolvidas pelo aluno, bem como os procedimentos administrativos inerentes a essa atividade;
VI. encaminhar à Secretaria Acadêmica – SECAD, o resultado da matrícula e da avaliação das Atividades Complementares;
VII. participar das reuniões necessárias para a operacionalização das ações referentes às Atividades Complementares.

SEÇÃO IV
DO ALUNO

Art. 7º - Aos alunos do CeUNI - FAMETRO, matriculados nos cursos de Graduação, compete:
I. informar-se sobre o Regulamento e as atividades oferecidas dentro ou fora do CeUNI - FAMETRO que propiciem pontuações para Atividades Complementares;
II. inscrever-se e participar efetivamente das atividades;
III. solicitar a matrícula e a avaliação em Atividades Complementares, conforme prevê este Regulamento;
IV. providenciar a documentação comprobatória, relativa à sua participação efetiva nas atividades realizadas;
V. entregar a documentação necessária para a pontuação e a avaliação das Atividades Complementares, até a data limite estabelecida no Calendário Acadêmico; VI. arquivar a documentação comprobatória das Atividades Complementares e apresentá-la sempre que solicitada;
VII. retirar a documentação apresentada junto ao professor responsável em até 60 dias corridos após a publicação do resultado.
§1º - A documentação a ser apresentada deverá ser devidamente legitimada pela Instituição emitente, contendo carimbo e assinatura ou outra forma de avaliação e especificação de carga horária, período de execução e EMENTA da atividade.
§2º - A documentação não retirada no prazo estabelecido neste Regulamento será destruída.

CAPÍTULO IV
DO PROCESSO DE MATRÍCULA

Art. 8º - O aluno deverá protocolar junto ao professor responsável a entrega da documentação comprobatória para avaliação em Atividades Complementares, no momento que julgar ter os pontos necessários para avaliação.

.

§1º - A documentação comprobatória deverá ser entregue até a data limite prevista em Calendário Acadêmico.

§2º - Caso o aluno complete o número mínimo de pontos exigido para aprovação em Atividades Complementares, a matrícula será realizada, sendo o aluno considerado aprovado. §3º - Caso o aluno não complete o número mínimo de pontos exigido para aprovação em Atividades Complementares, a matrícula não será realizada.

§4º - Caso o aluno tenha como único requisito faltante para conclusão do curso as Atividades Complementares e não complete o número mínimo de pontos exigido para aprovação, a matrícula será realizada e o aluno será considerado reprovado.

Art. 9º - A matrícula e a avaliação em Atividades Complementares deverão ser realizados até a data limite para lançamento de notas estabelecida no Calendário Acadêmico.

Art. 10 - Não será aceita matrícula em enriquecimento curricular em Atividades Complementares.

Art. 11 - Não haverá dispensa ou convalidação das Atividades Complementares.

CAPÍTULO V
DA AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 12 - Na avaliação das Atividades Complementares, desenvolvidas pelo aluno, serão considerados:

I. a compatibilidade e a relevância das atividades desenvolvidas, de acordo com o Regulamento, e os objetivos do curso em que o aluno estiver matriculado;

II. o total de horas dedicadas à atividade.

Parágrafo único - Somente será considerada, para efeito de pontuação, a participação em atividades desenvolvidas a partir do ingresso do aluno no Curso.

Art. 13 - Poderão ser validadas como Atividades Complementares:

Grupo 1 - Atividades de complementação da formação social, humana e cultural, estando inclusas:

i. atividades esportivas - participação nas atividades esportivas;

ii. cursos de língua estrangeira – participação com aproveitamento em cursos de língua estrangeira;

iii. participação em atividades artísticas e culturais, tais como: banda marcial, camerata de sopro, teatro, coral, radioamadorismo e outras;

iv. participação efetiva na organização de exposições e seminários de caráter artístico ou cultural;

v. participação como expositor em exposição artística ou cultural.

Grupo 2 - Atividades de cunho comunitário e de interesse coletivo, estando Inclusas:

.

i. participação efetiva em Diretórios e Centros Acadêmicos, Entidades de Classe, Conselhos e Colegiados internos à Instituição;
ii. participação efetiva em trabalho voluntário, atividades comunitárias, CIPAS, associações de bairros, brigadas de incêndio e associações escolares;
iii. participação em atividades beneficentes;
iv. atuação como instrutor em palestras técnicas, seminários, cursos da área específica, desde que não remunerados e de interesse da sociedade;
v. engajamento como docente não remunerado em curso s preparatórios e de reforço escolar;
vi. participação em projetos de extensão, não remunerados, e de interesse social.
Grupo 3 - Atividades de iniciação científica, tecnológica e de formação profissional, estandoinclusas:
i. participação em cursos extraordinários da sua área de formação, de fundamento científico ou de gestão;
ii. participação em palestras, congressos e seminários técnico-científicos;
iii. participação como apresentador de trabalhos em palestras, congressos e seminários técnico-científicos;
iv. participação em projetos de iniciação científica e tecnológica, relacionados com o objetivo do Curso;
v. participação como expositor em exposições técnico-científicas;
vi. participação efetiva na organização de exposições e seminários de caráter acadêmico;
vii. publicações em revistas técnicas;
viii. publicações em anais de eventos técnico-científicos ou em periódicos científicos de abrangência local, regional, nacional ou internacional;
ix. estágio não obrigatório na área do curso;
x. trabalho com vínculo empregatício, desde que na área do curso;
xi. trabalho como empreendedor na área do curso;
xii. estágio acadêmico;
xiii. participação em visitas técnicas organizadas pelo CeUNI - FAMETRO;
xiv. participação e aprovação em disciplinas/unidades curriculares de enriquecimento curricular de interesse do Curso, desde que tais disciplinas/unidades curriculares tenham sido aprovadas pelo Colegiado de Curso e estejam de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso.
xv. Participação em Empresa Júnior, Hotel Tecnológico, Incubadora Tecnológica;
xvi. Participação em projetos multidisciplinares ou interdisciplinares.
§1º - Os estágios previstos referem-se a estágios de característica opcional por parte do discente (estágio não obrigatório). O Estágio Curricular Obrigatório

.

não poderá ser pontuado em Atividades Complementares, por já possuir carga horária e registro de nota próprios.

§2º - Os projetos multidisciplinares ou interdisciplinares referem-se àqueles de característica opcional por parte do discente, não previstos no currículo do curso do aluno. O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) não poderá ser pontuado em Atividades Complementares, por já possuir carga horária e registro de nota próprios.

CAPÍTULO VI
DA PONTUAÇÃO

Art. 14 - As Atividades Complementares serão avaliadas, segundo a carga horária ou por participação efetiva nas atividades, atendendo ao disposto no parágrafo 1º do Art. 7º deste Regulamento.

Parágrafo único - As atividades que se enquadram em mais de um item serão pontuadas por aquele que propiciar maior pontuação.

Art. 15 - O aluno deverá participar de atividades que contemplem os Grupos listados no Artigo 13 deste Regulamento, completando no mínimo 20 pontos em cada um dos grupos.

Art. 16 - O aluno poderá integralizar:

I. No grupo 1 o máximo de 30 pontos;

II. No grupo 2 o máximo de 30 pontos;

III. No grupo 3 o máximo de 40 pontos.

Art. 17 - Caberá ao Colegiado de Curso propor ao Coordenador do Curso a pontuação dos itens de cada Grupo, respeitados os Artigos 15 e 16.

Parágrafo único - O Anexo 1 deste Regulamento será utilizado como referência para definição dos pontos em cada item.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 18 - Os casos omissos neste Regulamento serão tratados pela Coordenação do Curso.

PONTUAÇÃO SUGERIDA PARA AS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Conforme determina o Art. 17 deste regulamento, este anexo trata-se apenas de uma referência para regulamentação própria de cada Colegiado de Curso.

Os alunos deverão enquadrar-se na pontuação estabelecida para o curso em que estiverem matriculados.

.

1) Serão atribuídos até 5 (cinco) pontos por semestre por participação nas atividades esportivas em Instituições, de acordo com o Art. 3º deste Regulamento.

2) Serão atribuídos até 5 (cinco) pontos, por semestre, por participação nas atividades artísticas e culturais, tais como: banda marcial, camerata de sopro, teatro, coral, radioamadorismo e outras, em Instituições, de acordo com o Art. 3º deste Regulamento.

3) Serão atribuídos até 5 (cinco) pontos, por semestre, por participação efetiva em Diretórios Acadêmicos e Entidades de Classe.

4) Serão atribuídos 10 (dez) pontos, por semestre, por participação efetiva em trabalho voluntário, atividades comunitárias, CIPAS , associações de bairros, brigadas de incêndio e associações escolares.

5) Será atribuído 0,5 (meio) ponto, por hora, por participação em cursos da área específica de cada curso de graduação, de fundamento científico ou de gestão.

6) Será atribuído 1,0 (um) ponto, por hora, pela participação em palestras técnicas, congressos e seminários.

7) Serão atribuídos até 5 (cinco) pontos, por semestre, para o aluno que obtiver frequência e aprovação em cursos de língua estrangeira.

8) Serão atribuídos até 5 (cinco) pontos, por hora, por apresentação de palestras técnicas, seminários, cursos da área específica, de cada curso de graduação.

9) Serão atribuídos até 10 (dez) pontos a artigos científicos publicados e até 15 (quinze) pontos a projetos de iniciação científica e tecnológica, relacionados com o objetivo do Curso.

.

Apêndice III – Planilha de Docentes do Curso de Administração

Apêndice IV – Perfil do(a) Coordenador (a)

PERFIL DO(A) COORDENADOR(A)	
Nome:	José Roberto Lira Pinto Junior
Formação	Administração
Titulação:	Mestre

Apêndice V – Núcleo Docente Estruturante (NDE)

NDE		
Docentes	**Titulação**	**Regime**

Apêndice VI – EQUIPE MULTIDISCIPLINAR DO EAD

1. Prof. Leonardo Florêncio da Silva - **Coordenador EaD**
2. Profa. Adilsimar Saraiva Maciel - **Pedagógico EaD**
3. Kelen Priscila de Oliveira Buraslan Marcião - **Pedagógico Presencia**
4. Giselle Maria Farias Pinto - **Secretaria Acadêmica (Gestora)**
5. Ana Augusta de Oliveira Simas - **Revisora - Material Didático**
6. Liene Silva da Costa Revisora - **Material Didático**
7. Maria Izaira da Silva Gil - **Tutora EaD**
8. Manuel Jandeir da Silva Muniz AVA - **Tecnologia da Informação**
9. Jessica Nogueira da Silva AVA - **Tecnologia EaD**
10. Joel dos Santos Souza AVA - **Tecnologia EaD**
11. Ilmara Pereira de Almeida Araujo - **Material Didático**
12. Marcia Mello da Costa - **Suporte ao Aluno**
13. Lilian Giselle Maia Santos - **Suporte aos Polos**
14. Amenayde Cristine Corrêa Material Didático - **Logística**
15. Arnaldo José Crippa - **Gestor de TI**
16. Luciana Freire Braga do Nascimento - **Design Multimídia**
17. Raimundo Thury Barbosa - **Laboratório de Informática**